

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO

Hildegard Hedwig Pohl

SOCIABILIDADE OPERÁRIA: AS INFLUÊNCIAS DO TRABALHO INDUSTRIAL
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Santa Cruz do Sul, abril de 2007

Hildegard Hedwig Pohl

**SOCIABILIDADE OPERÁRIA: AS INFLUÊNCIAS DO TRABALHO INDUSTRIAL
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira

Santa Cruz do Sul, abril de 2007

Hildegard Hedwig Pohl

Sociabilidade operária: as influências do trabalho industrial na perspectiva de gênero

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Doutora – em Desenvolvimento Regional.

Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira
Professor Orientador

Dedico este trabalho à Marina, à Camila, à Ana Paula e ao Bernardo, que redimensionaram minha percepção subjetiva do mundo frente à responsabilidade dos papéis que assumimos.

AGRADECIMENTOS

Expresso meu agradecimento a todos que acompanharam com interesse o meu trabalho. Em particular, aos meus familiares e amigos, pelo estímulo, compreensão e carinho; ao Professor Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira, pela orientação e ensinamentos ministrados; aos colegas, professores e funcionários do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul pelo apoio e incentivo; aos professores e funcionários do Departamento de Educação Física e Saúde, pela possibilidade de realização do doutorado e compreensão; às operárias que colaboraram com este trabalho, contribuindo, de forma singular, por sua disponibilidade e pelas discussões propiciadas; às quatro empresas, na pessoa de seus gestores de RH, que possibilitaram o trabalho empírico e dele participaram; aos alunos e ex-alunos que auxiliaram em diferentes momentos desta caminhada. Agradeço a todos que manifestaram preocupação e carinho, principalmente diante das dificuldades, que não foram poucas. A vocês minha eterna gratidão.

O drama da condição humana advém unicamente da consciência. Obviamente, a consciência e suas revelações permitem que criemos uma vida melhor para nós mesmos e para outros, mas o preço que pagamos por essa vida melhor é alto. (...) É o preço de conhecer o risco, o perigo e a dor. Pior ainda: é o preço de conhecer o que é o prazer e de conhecer quando ele está ausente ou é inacessível (DAMÁSIO, 2000, p. 399).

RESUMO

Tendo como cenário a globalização e a reestruturação produtiva, vemos a redução dos postos de trabalho, a redução da qualidade do emprego, o crescimento da informalidade e a flexibilização das relações de trabalho. As transformações advindas deste processo incidem sobre todos os trabalhadores, em todas as esferas da vida cotidiana, levando ao enfraquecimento dos laços sociais. A combinação de transformações no campo produtivo (possibilidades de reprodução do modo capitalista, ampliação do processo de acumulação) e uma condição de gênero subalterna (visão patriarcal do mundo e de história) potencializam os efeitos das condições adversas. Buscou-se, nesta pesquisa, descobrir o quão marcantes são essas mudanças sobre as mulheres trabalhadoras. Em um quadro de grandes constrangimentos para a força de trabalho, nomeadamente industrial-feminina, a pesquisa objetiva avaliar como as trabalhadoras efetivas alocadas em linhas de produção de quatro indústrias de Santa Cruz do Sul, não pertencentes ao ramo fumageiro, percebem e descrevem a sua sociabilidade para além dos processos reprodutivos dos trabalhos fabril e doméstico e as influências de um trabalho industrial marcado por características restritivas. Trata-se de pesquisa qualitativa que tem, como método, a análise crítica do discurso e, entre os instrumentos de coleta de dados, as entrevistas com os gestores de RH, entrevistas individuais semi-estruturadas, focalizadas e grupos focais. Os resultados apontam que, nas empresas, não existem projetos com foco na mulher, exceto aqueles relacionados às gestantes. Mostram, também, o baixo nível associativo das trabalhadoras, cuja participação se resume em freqüentar mensalmente a igreja ou grupo religioso e, eventualmente, as reuniões de associações de pais e mestres. Observa-se que o cotidiano das trabalhadoras é balizado pela estruturação do tempo de trabalho, que imprime suas marcas nos períodos de convívio e nas diversas formas de participação social. Isso porque, o ingresso persistente e crescente tem provocado alterações demográficas, de escolaridade, da estrutura familiar e a redefinição do papel social da mulher, sem alterar a condição feminina de responsável pelas tarefas domésticas e familiares. Esta condição, aliada a seu ingresso no mercado de trabalho, mantém a mulher distante do mínimo de sociabilidade necessária para uma maior autonomia, restringindo suas relações às familiares, limitando-se à reprodução social. Decorre daí a ausência feminina na esfera pública e a conseqüente desigualdade de acesso aos recursos, tais como tempo, poder e renda.

Palavras-chave: sociabilidade, gênero, trabalho industrial e participação social.

ABSTRACT

In a globalized and productive restructuring scenario, we witness a reduction of job positions, a reduction in job quality, the growth of informality and the flexibilization of labor relations. The transformations derived from this process affect all the workers, from all walks of life, weakening their social links. The combination of transformations in the productive field (chances to reproduce the capitalistic mode, broadening the accumulation process) and a subaltern gender condition (patriarchal vision of the world and history) potentiate the effects of the adverse conditions. This research has sought to discover how remarkably these changes affect workers women. In a picture of great embarrassment for the workforce, notably industrial-female, the research aims to evaluate how these assembly line workers women of four non-tobacco industries of Santa Cruz do Sul, perceive and describe their sociability beyond the reproductive processes of the domestic and factory work and the influences of an industrial work marked by restrictive characteristics. It is a qualitative research whose method includes a critical discourse analysis and collected data through interviews and focal groups. The results point to the fact that there are no women-focused projects at the companies, except those related to prospective mothers. They also show the poor associative standard of workers women, where the participation is restricted to monthly attendance at church services or religious groups, and occasionally meetings at children's school associations. It is clear that the everyday life of the workers women is baptized by working time structure, which imprints its marks in the time spent together and in the several forms of social participation. This is due to the fact that persistent and rising admissions have resulted into demographic alterations and changes in schooling, family structure and redefinition of the social role of women, without altering the female condition of responsibility for the domestic and family chores. A condition that, at the labor market, keeps the women distant from the minimum sociability necessary for higher levels of autonomy, restricting their relations to their families, thus limiting social reproduction. This results into the absence of women in the public scenario and the consequent inequality of access to resources like time, power and income.

Key words: sociability, gender, industrial work and social participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tabela 1- Número de operários alocados nos estabelecimentos fumageiros de S.C.S (1916).....	74
Tabela 2 -	Estabelecimentos de fumo preparado existente em S.C.S (1916).	76
Tabela 3 -	Freqüência e percentual da participação dos sujeitos em associações, organizações e entidades.....	159
Tabela 4 -	Freqüência e percentual da participação dos sujeitos em atividades de lazer.....	160
Tabela 5 -	Sujeitos segundo faixa etária e empresa onde trabalham.....	246
Tabela 6 -	Sujeitos por nível de escolaridade e empresa onde trabalham.....	246
Tabela 7 -	Sujeitos segundo o estado civil e empresa onde trabalham.....	246
Tabela 8 -	Número de filhos por sujeito e empresa onde trabalham.....	246
Tabela 9 -	Percepção da relação com a chefia.....	247
Tabela 10 -	Percepção das atitudes da chefia.....	247
Tabela 11 -	Percepção da relação com os colegas de trabalho.....	247
Tabela 12 -	Percepção da relação em casa, com o marido.....	248
Tabela 13 -	Percepção das atitudes do marido.....	248
Tabela 14-	Percepção da relação em casa, com os filhos.....	248

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 - Diagrama explicativo da relação dialética entre a liberdade, a igualdade e a solidariedade.....	40
2 - Quadro da tipologia das dimensões da coesão social.....	41
3 - Mapa do RS e Municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo.....	61
4 - Gráfico da evolução das populações urbana e rural de Santa Cruz do Sul.....	73
5 - Quadro das indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul segundo a origem do capital – 1956.....	78
6 - Quadro demonstrativo da desnacionalização da indústria do fumo Santa Cruz do Sul.....	79
7 - Gráfico da oferta de empregos do setor industrial.....	81
8 - Gráfico da oferta de empregos do setor fumageiro, por tipo de vínculo....	82
9 - Diagrama Different Approaches to Discourse Analysis.....	120
10 - Modelo da Concepção tridimensional do discurso.....	128
11 - Quadro categorial (parcial): sociabilidade e representações sociais e seus elementos decorrentes.....	134
12 - Quadro categorial (parcial): relações de poder e identidades sociais e pessoais.....	134
13 - Quadro para transcrição de entrevistas individuais.....	241
14 - Quadro categorial.....	242
15 - Cronograma das atividades empíricas desenvolvidas no projeto de pesquisa.....	243
16 - Perfil da <i>empresa um</i>	244
17 - Perfil da <i>empresa dois</i>	244
18 - Perfil da <i>empresa três</i>	244
19 - Perfil da <i>empresa quatro</i>	244

20 -	Relação dos benefícios sociais oferecidos pelas empresas.....	245
21 -	Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal da <i>empresa um</i>	250
22 -	Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal da <i>empresa dois</i>	251
23 -	Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal da <i>empresa três</i>	251
24 -	Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal da <i>empresa quatro</i> .	252

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIT	Associação Brasileira de Indústrias Têxteis
ACD	Análise Crítica do Discurso
CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CDL	Câmara de Diretores Lojistas
CEPE	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
COREDE/VR	Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento da Mulher
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	International Organization for Standardization
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUPES	Núcleo de Pesquisa Social – UNISC
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa de População das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPR	Programa de Participação de Resultados
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCPPP	Rede Canadense de Pesquisa em Políticas Públicas
RH	Recursos Humanos

SBFC	Setor de Borracha, Fumo e Couro
SD	Setores Diversos
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho
SOL	Segurança, Organização e Limpeza
STIFA	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Fumo e Alimentação
SINTRA- VESTUÁRIO	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário do Vale do Rio Pardo
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 AS RELAÇÕES PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO SOCIAL: sociabilidade, redes informais e participação social.....	29
1.1 Participação social.....	37
2 TRABALHO INDUSTRIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	45
2.1 Reestruturação produtiva.....	49
3 SANTA CRUZ DO SUL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	60
3.1 Origem e evolução.....	63
3.2 Aspectos socioculturais.....	69
3.3 Processo de industrialização e reestruturação produtiva.....	75
4 DESIGUALDADES DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A SOCIABILIDADE	84
4.1 Gênero e suas desigualdades.....	85
4.2 Trabalho industrial e a inserção feminina.....	94
4.3 Divisão sexual do trabalho.....	100
4.4 Sociabilidade: relações sociais de gênero e desigualdades.....	108
5 UNIVERSO DA PESQUISA E OS CAMINHOS EMPÍRICOS	115
5.1 Análise do discurso, diferentes abordagens.....	117
5.1.1 Análise Crítica do Discurso – Conceitos e Desenvolvimento.....	122
5.2 Aspectos metodológicos.....	131
5.3 Universo da pesquisa e a pesquisa de campo.....	135
5.3.1 Formas de gestão da saúde ocupacional e programas de promoção do bem-estar dos trabalhadores.....	142
5.3.2 Apresentação dos sujeitos da pesquisa.....	149
6 COTIDIANO DA MULHER TRABALHADORA E SUAS ATUAIS PERSPECTIVAS	156
6.1 As entrevistas.....	157
6.1.1 O encontro e a fala das entrevistadas.....	157

6.1.2 O cotidiano das mulheres trabalhadoras.....	163
6.2 O reencontro com as trabalhadoras.....	181
6.3 O cotidiano das mulheres trabalhadoras: a construção dos sentidos.....	187
6.4 Reinterpretando o cotidiano das mulheres trabalhadoras e suas perspectivas.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	216
ANEXOS.....	232
ANEXO A - Roteiro da entrevista com gestores de RH	
ANEXO B - Roteiro da entrevista individual	
ANEXO C - Tópico guia de entrevista com grupos focais	
ANEXO D - Quadro para transcrição de entrevistas individuais	
ANEXO E - Quadro categorial	
ANEXO F - Cronograma de atividades	
ANEXO G - Dados fornecidos pelas empresas	
ANEXO H - Benefícios sociais oferecidos pelas empresas	
ANEXO I - Resultados dos dados pessoais da entrevista focal	
ANEXO J - Respostas das questões fechadas	
ANEXO K - Grupos focais	
ANEXO L - Termo de consentimento livre e esclarecido	

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, o mundo tem se defrontado com a globalização e a crescente mundialização da economia, inteiramente voltada à maximização do lucro e da utilidade, valendo-se da tecnologia e da revolução da informação para intensificar a acumulação do capital em um mercado global. Nesta perspectiva, o conceito de desenvolvimento manifesta sua característica essencialmente econômica, de tal sorte que a criação do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) evidencia o esforço da Organização das Nações Unidas (ONU) por incorporar ao termo desenvolvimento dimensões qualitativas que deveriam ser dominantes, ou seja, o de privilegiar “a satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Por outro lado, diversos cientistas vêm se envolvendo na busca de novos caminhos para o desenvolvimento, caminhos esses que atendam à sustentabilidade econômica, ambiental e social, reduzindo as diversas formas de privação, destituição e opressão. Entre eles está Sen (2000), que em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, ressalta ser a condição de agente livre das pessoas o motor fundamental do desenvolvimento. Assim, ao reconhecer o desenvolvimento como expansão das *liberdades substantivas* e das *capacidades humanas*, dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns meios que desempenham um papel relevante no processo. Embora a expansão da liberdade humana sofra influência de diversos fatores, para além do progresso tecnológico, da modernização social ou da industrialização, esses contribuem para a expansão das liberdades.

Os estudos desenvolvidos sobre o processo de industrialização e a oferta de emprego do setor têm evidenciado uma propensão quantitativa do encolhimento do emprego fabril como também da mudança nas formas de uso e gerenciamento do trabalho industrial. Como afirma Sousa Santos (2000), “a industrialização não é necessariamente o motor do progresso, nem a parteira do desenvolvimento”. Para esse autor, “ela se assenta numa concepção retrógrada da natureza, incapaz de ver

a degradação desta e a degradação da sociedade que ela sustenta” (p. 27-28). Ademais, para a maioria da população, a industrialização não significou desenvolvimento.

Essa assertiva leva a considerar que a industrialização não foi suficiente para evitar o aprofundamento das desigualdades sociais. Contudo, ainda que as desigualdades sejam evidentes, as contradições do modelo de desenvolvimento contemporâneo se situam, de um lado, no acirramento da concorrência transnacionalizada, tendo como fundamento uma “dinâmica de acumulação de riquezas, que, de forma continuada e crescente, amplia a escala de negócios, acelera o progresso técnico, eleva a produtividade do trabalho, centraliza capitais, enfim, transnacionaliza os mercados” (BECKER, 2001b, p. 34). Por outro lado, esse processo funda-se “no esgotamento de recursos naturais não renováveis e numa dinâmica crescente e continuada de exclusão de um contingente cada vez maior de pessoas (desempregados, desterrados, entre outros)” (BECKER, 2001b, p. 15).

Nesse cenário, os fatores determinantes da competitividade levaram a profundas transformações, tanto dos processos de globalização quanto da reestruturação produtiva e de inovação tecnológica, que incidiram diretamente sobre os níveis de postos de trabalho gerados, requerendo, também, uma nova força de trabalho, com qualificações mais adequadas exigidas pela nova estrutura ocupacional. Tais transformações, segundo Cruz (2002, p. 115), “engendram alterações substantivas no que diz respeito não apenas à criação de grandes sistemas econômicos em larga escala, mas também à transformação de contextos locais, culturais, com repercussão no cotidiano, nas relações sociais”.

No Brasil, os anos noventa destacaram-se por uma intensa mudança no trabalho fabril, sendo a propensão característica dessa década: a retração persistente do nível do emprego, que não tem sido contrabalançada nem mesmo nos movimentos de reanimação da economia (GUIMARÃES, 2001; RAMOS E REIS, 1997; REIS, 1997). Tal tendência vem acompanhada de uma segunda, que é a da maior seletividade no mercado de trabalho, com foco nas características adscritas, como gênero, e adquiridas, como escolaridade, particularmente no que tange aos empregos formalmente registrados.

Outro aspecto destacado por Guimarães (2001) é que as transformações da atividade produtiva, depois de noventa, combinaram-se “com antigas desigualdades que diferenciam oportunidades entre grupos sociais de sexo” (p. 89). Cruz (2002, p. 211), ao analisar a oferta de emprego no contexto atual, entende que “as transformações do trabalho e as reestruturações produtivas tiveram impactos e conseqüências diferentes entre a mão-de-obra masculina e feminina”. Com efeito, o processo de redução de oportunidades ocupacionais representa um encargo elevado para as mulheres.

Outro segmento que tende a perder espaço nos meios produtivos é o dos menos escolarizados. Castells sublinha que,

embora um número substancial de empregos esteja melhorando de nível com relação a qualificações e, às vezes, a salários e condições de trabalho nos setores mais dinâmicos, muitos empregos estão sendo eliminados gradualmente pela automação da indústria e de serviços. [...] Qualificações educacionais cada vez maiores, gerais ou especializadas, exigidas nos cargos requalificados da estrutura ocupacional segregam ainda mais a força de trabalho com base na educação. (2000, p. 272).

Contudo, segundo Castells (2000, p. 242), “as disparidades originam-se mais das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho, do que da estrutura ocupacional relativamente valorizada”. Ressalta o mesmo autor que tão inabaláveis quanto os processos de transformação tecnológica e econômica, foram as mudanças sociais.

Para Fonseca (2000a), é a partir de crenças sociais firmadas que se prescreve “às mulheres os trabalhos de menor visibilidade social, de maior suportabilidade aos ritmos repetitivos e velozes e de maior precisão motora” (p. 47). Com efeito, na verdade “os trabalhos existentes na sociedade e as ocupações dele derivadas não possuem, em si, atributos que os qualifiquem como femininos ou masculinos, superiores ou subordinados” (p.23). Portanto, as formas de classificar, agrupar, dividir e hierarquizar têm origem no “modo estruturado de pensar e apreciar o mundo, erigido desde a dinâmica de oposições homólogas, que se estende, por sua vez, a todo o universo circundante” (p. 23).

Segundo Kumar (1997), o trabalho e sua organização continuam em seus padrões tradicionais “de segmentação de mercado de trabalho por sexo, raça e idade” (p. 71). Dessa forma, as mulheres, em sua maioria, continuam alocadas no sistema de produção em massa das linhas de montagem. Essas formas específicas de organização e divisão do trabalho, que tendem a direcionar a expressão motora dos sujeitos que dele participam, ocasionam prejuízos ao trabalhador, tanto em caráter individual quanto social.

No âmbito individual, a ambientação nessas rotinas de produção, que restringem a participação do operário à execução de tarefas monótonas e repetitivas, desvinculadas do produto final, resultam na especialização. No entendimento de Grandjean (1998), essa especialização teve, como consequência, a anulação dos sistemas orgânicos físicos e mentais, prejudicando o desenvolvimento das capacidades humanas.

Por outro lado, no que se refere às repercussões nas relações sociais, diversos estudos, entre os quais os de Ulich (1964) e Friedmann (1959), *apud* Grandjean (1998), dão origem à hipótese de que existe estreita relação entre a qualidade de vida no trabalho e a qualidade de vida em geral. Assim, segundo esses cientistas, o limitado espaço de manobra das operações repetitivas parceladas promoveria não só um afastamento do trabalho como também da sociedade. Dito de outra forma reduziria as redes de relações sociais e, conseqüentemente, da participação.

Na medida em que, para Villasante (2002), “não há seres superiores, mas relações que nos fazem aproveitar melhor as complexidades e as suas diversidades ou que impedem o desenvolvimento de todas as potencialidades” (p. 145), ressalta-se a importância das redes de relações sociais como também dos ambientes em que a pessoa está inserida, que podem, ou não, possibilitar o desenvolvimento do indivíduo. Para Garbarino (1992), uma cadeia rica de redes sociais é tanto o produto como a causa do desenvolvimento. Em contraste, grupos que tenham como base as pessoas e as famílias com redes de vínculo simples serão menos integrados e, conseqüentemente, menos participativos.

Assim, nas novas estruturas produtivas, está presente a ocupação da mão-de-obra feminina, alocada em postos de trabalhos subvalorizados, além de empregada em processos produtivos com características de sazonalidade e de precariedade. Apontam essas questões que gênero e classe social interferem na configuração das limitações e possibilidades desse grupo social, evidenciando que os sistemas de privilégio dos ambientes produtivos “se imbricam no próprio ordenamento do mundo social” (FONSECA, 2000a, p. 22). Esse cenário revela a ampla negligência frente aos interesses das mulheres, bem como no que se refere a sua condição de agente de transformações sociais (SEN, 2000).

O sistema capitalista mundial, por sua dinâmica de expansão e reprodução que objetiva a integração de diferentes mercados, como forma de enfrentamento de uma nova etapa de articulação de capitais em nível global, está alicerçado em princípios fundamentais, dos quais destacamos “a necessidade de consecução de um novo padrão de competitividade a nível das nações e das empresas, enquanto condição de inserção aos ditames de um mercado transnacionalizado” (VARGAS, 2001, p. 209). Essa economia global, que funciona em tempo real, em que os capitais e o gerenciamento, os mercados, o mercado de trabalho, os fluxos de informação e de tecnologia movimentam-se utilizando, como seu espaço, o planeta por inteiro, tem, na esfera econômica, sua expressão na noção da competitividade.

Em decorrência da crescente pressão da concorrência dos mercados, potencializada pela revolução tecnológica de informação e da gradual recuperação econômica no início dos anos noventa, novos desafios foram criados às indústrias dos diferentes países, em especial, à indústria brasileira, requerendo dessa uma rápida adaptação. Para subsidiar essa demanda, Coutinho e Ferraz (1994) desenvolveram uma pesquisa em que contextualizaram os desafios competitivos que a indústria brasileira enfrenta diante das mudanças tecnológicas e de mercados no cenário internacional. Para os autores, o conceito de competitividade para uma nação foi ampliado a partir da definição proposta pela Comissão da Presidência dos Estados Unidos da América (EUA), em 1985, como sendo

o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda

a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais. (1994, p. 17).

Entretanto, diferente do conceito, que supõe que, ao lado do atendimento das demandas do mercado, se mantenha e se expanda a renda real dos seus cidadãos e também as oportunidades de emprego, a competitividade aumentou a exclusão social. Além disso, conduz, simultaneamente, ao crescimento acelerado da produtividade do trabalho, utilizando em menores quantidades os “recursos naturais, culturais e humanos”, como exemplifica o desemprego crescente (BECKER, 2001b, p. 54).

Além dos elevados níveis de desemprego, o mundo do trabalho tem evidenciado uma diversidade de situações laborais atípicas, consequência das sucessivas crises do final do século e do aumento da produtividade. Na verdade, a situação atual é marcada pela “instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos [...] inempregados ou empregados de modo precário ou intermitente” (CASTEL, 1998, p. 127). Nos novos modos de inserção ocupacional, estão ausentes as formas características de trabalho assalariado, predominando o trabalho em situações precárias, o que se manifesta por contratações não regulamentadas, em tempo parcial, em períodos determinados, em subcontratações e em outras formas não assalariadas (GALEAZZI, 2002).

No entanto, a degradação do trabalho já tinha sido apontada por Braverman (1980), ao relacionar o taylorismo com o aumento do controle do trabalho pelo capital. Na verdade, a Organização Científica do Trabalho, desenvolvida pelo taylorismo e pelo fordismo, transferiu o controle do processo produtivo para a indústria, ao transladar a divisão do trabalho, o ritmo do trabalho e a estrutura de tempo para o capital (FACCHINI, 1993). Nesse processo, enquanto Taylor levou ao extremo a divisão e a especialização do trabalho, procurando um menor tempo de execução das tarefas, Ford intensificou o trabalho, ao passar o ritmo e a cadência do processo de produção ao controle das máquinas.

A partir da crise do modelo taylorista/fordista e da introdução das novas tecnologias, foram promovidas transformações no mundo do trabalho, que tinham como eixo dois paradigmas: a flexibilidade e a integração. Ao constituírem as redes produtivas, as empresas reestruturaram e organizaram, de forma enxuta e sistêmica, tanto o processo de produção quanto o de trabalho, redimensionando as relações de trabalho e as exigências para os trabalhadores. Em decorrência dos investimentos em tecnologia, o desemprego deixou de ser acidental ou conjuntural, definindo-se como estrutural na medida em que o mercado de trabalho passou a operar por exclusão (NEVES, 2000).

Essa realidade tem afetado homens e mulheres de modos diferentes no que se refere à situação econômica e social, levando Neves (2000) a afirmar que na “reestruturação produtiva permanecem a discriminação e a exclusão das mulheres”, na medida em que elas são alocadas em cadeias produtivas, nas quais estão presentes “a precarização das relações e das condições de trabalho, a flexibilidade de contratos de trabalho e permanência de muitas formas do método taylorista/fordista” (p.177), além de serem as primeiras atingidas pelo desemprego. Desse modo, elas têm reduzidas suas possibilidades de independência econômica com reflexos no *status* familiar e no social.

Ao considerar as oportunidades profissionais como relevantes para a participação social e, em conseqüência, para o processo de desenvolvimento regional, bem como a importância da independência econômica das mulheres para o desempenho de seu papel de agente de transformações sociais, buscou-se focalizar, no artigo *Ciladas da Semelhança: gênero e trabalho industrial*¹, as mudanças ocorridas no setor industrial de Santa Cruz do Sul. Com essa perspectiva, enfocou-se a oferta de emprego em Santa Cruz do Sul, nas indústrias fumageiras e em outras indústrias, além de verificar como se compõe a mão-de-obra industrial no que se refere aos diferenciais de gênero. Para tanto, acompanharam-se essas questões no decurso de 1990 a 2000, através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)² do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

¹ Becker e Pohl (2003).

² A RAIS é um registro administrativo, instituído pelo Decreto 76.900/75, que contém informações relativas às relações de emprego formal. Contém dois tipos de informação: um relacionado ao

processados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), e através dos dados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul (STIFA).

A partir dos dados da RAIS, reunindo, de um lado, os dados dos Setores Borracha, Fumo e Couro³ (SBFC) e, de outro, os dos demais setores (SD), observou-se que as transformações estruturais e tecnológicas que ocorreram a partir dos anos noventa tiveram impacto nas indústrias locais, incidindo, de forma diferente e não simultânea, nos vários setores industriais. Essas modificações promoveram mudanças no volume e na natureza do emprego fabril, evidenciando uma redução de 22,8% do emprego industrial de Santa Cruz do Sul, no período em questão, atingindo, de forma mais intensa, as mulheres, com uma redução de 29,3%. No entanto, essa redução teve diferentes trajetórias nos setores SBFC e SD, com acentuada retração no setor fumageiro.

Ao relacionar a oferta de emprego dos setores SD e SBFC, observou-se que ambos sofreram redução, no início da década, no número de empregos ofertados, contudo essa redução foi mais acentuada nos SBFC. Por outro lado, houve recuperação do nível de empregos ofertados no SD, que, em 2000, retornou aos níveis anteriores, enquanto, no SBFC, a oferta de emprego teve uma queda, oscilando ao longo do período, sem, no entanto, retornar aos níveis de 1990. Ou seja, o SBFC, que, em 1990, participava com 68% dos postos de trabalhos ofertados no município, participou, em 2000, com 58%. Essa redução dos postos de trabalho do setor fumageiro vem ocorrendo a partir de 1994, como refere Souza (2002).

Entre as causas que levaram ao encolhimento dos postos de trabalho no setor fumageiro, estão os novos cenários competitivos, em que predominaram (predominam) as fusões e associações empresariais, como forma de dotar as

estabelecimento (código identificador, razão social, localidade, atividade econômica, natureza jurídica, número de empregados em 31/12 do ano-base e agência de depósito do FGTS) e outro referente ao empregado (características socioeconômicas, como escolaridade, idade, sexo; características de vínculo ocupacional, como tempo no emprego, ocupação, desligamento, natureza do vínculo, salário, causa da rescisão, entre outras).

³ O agrupamento destes três setores segue a metodologia utilizada na RAIS.

organizações de maior eficiência e eficácia. Assim, após a transnacionalização⁴ do setor fumageiro, que se deu a partir de meados dos anos sessenta e começo dos anos setenta, ocorreu uma fase de incorporações e fusões⁵ no início da década de noventa que repercutiu na oferta de postos de trabalho.

Essas transformações reduziram a oferta de emprego, que, nesse setor é constituída por trabalhadores efetivos e temporários⁶. Como formas de identificar os postos de trabalho em que houve maior retração, foram utilizados os dados do STIFA do período de 1990-2000⁷, que, diferentemente da RAIS, permitem observar as informações que tratam somente dos trabalhadores da indústria do fumo. Observando-se a redução de 5.920 (56,6%) postos de trabalho no período de 1990-2000, dos quais 5.564 (94%) foram temporários e 356 (6%) efetivos, destes 3.255 (58,5%) eram ocupados por mulheres e 2309 (41,5%) por homens, emergindo as desigualdades de oportunidades ocupacionais. Enquanto, nos anos de 1990 e 2000, os trabalhadores do sexo masculino ocupavam 21,31% e 31,68% dos postos de trabalho efetivos e 30,49 e 23,97% dos postos de trabalho temporários, respectivamente, a mão-de-obra feminina participou em 5,82% e 11,64% dos postos de trabalho efetivos e 42,38% e 32,71% dos postos de trabalho temporários. Portanto, a participação feminina se concentra, de forma significativa, nos empregos temporários, ao contrário da masculina.

⁴ A instalação da Souza Cruz, empresa anglo-americana, em Santa Cruz do Sul ocorreu em 1919, portanto, anteriormente a 1965, quando iniciou o processo de incorporação das indústrias de capital nacional pelas multinacionais: Phillip Morris (americana, 1975), Remtsmann (alemã, 1970), Tabacos Brasileiros Ltda. (americana, 1976), RJ Reynolds Tabacos do Brasil (americana, 1975), Meridional de Tabacos (francês, 1976), Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil (americana, 1970), Armada S/A – Ind. e Com. (alemã, 1968). Estavam instaladas, ainda, a Fábrica de Cigarros Sudan S/A (nacional), Kliemann & Cia. (nacional, 1915) e Tabacos Boetcher e Wartchow (nacional, 1932), subordinadas às indústrias estrangeiras que possuíam o monopólio do fumo (KRAUSE, 1991; SILVEIRA, 1999).

⁵ Com efeito, em 1991, ocorreu uma fase de fusões e incorporações, em que a Fábrica de Cigarros Sudan S/A foi incorporada pela Dibrell Brothers Inc.; a RJ Reynolds Tabacos do Brasil passou a fábrica de cigarros para a Phillip Morris, e seu Departamento de Fumo, para a Dobra Tabacos, que após foi adquirida pela Souza Cruz; a Tabacos Brasileiros Ltda. foi controlada pelo Grupo Universal Leaf; Kliemann & Cia e Armada S/A – Ind. foram encampadas também pelo Grupo Universal Leaf. Já, em 1994, a Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda., com a fusão da Monk Austin Inc. e Dibrell Brothers, constituiu a Dimon Incorporated, enquanto a Tabacos Boetcher e Wartchow entrou em falência em 1995 (SILVEIRA, 1999, p. 76).

⁶ O setor fumageiro não é o único no município a utilizar o trabalho temporário, mas o utiliza de forma mais extensiva.

⁷ Por constar dos dados do STIFA referentes ao ano de 2000 apenas o número total de trabalhadores temporários e efetivos, sem a distinção de femininos e masculinos, esses números foram estimados pelo método de mínimos quadrados, com base nos dados dos anos anteriores, pelo estatístico Renato Michel (NUPES/UNISC).

Desse modo, os dados apontam, em relação à mão-de-obra industrial, uma tendência de redução da participação da mão-de-obra feminina, principalmente no setor fumageiro. Essa propensão se evidencia na medida em que, ao longo de todo o período, nesse setor, as mulheres ocuparam, predominantemente, os postos de trabalho temporários, como também foram as mais atingidas nas exclusões. Isso leva à proposição de que os traços adscritos funcionaram como critérios, tanto na ocupação dos postos de trabalho como nas exclusões. Esses resultados indicam que o processo de redução de oportunidades ocupacionais representa um encargo elevado para as mulheres, por serem elas as mais atingidas pelas mudanças do setor industrial. Desse modo, embora, a pesquisa objetivasse avaliar trabalhadoras efetivas alocadas em linhas de produção de quatro indústrias de Santa Cruz do Sul, não pertencentes ao ramo fumageiro, as contínuas reduções de postos de trabalho ocorridas neste setor, vêm tornando o mercado formal de trabalho mais competitivo, tornando as mulheres mais vulneráveis e mais expostas ao risco de desemprego. Essa conjuntura traz maiores constrangimentos e dificuldades à mão-de-obra feminina.

Nesse contexto, frente às transformações profundas dos fatores determinantes da competitividade que levaram à redução das oportunidades de ocupações profissionais, com repercussões sociais, geradas pela redução e precarização do trabalho, evidenciam-se as agruras do cotidiano dessas trabalhadoras, cujo acesso ao trabalho se dá em condições precárias. Frente às reduzidas possibilidades de independência econômica e de participação, as mulheres são tolhidas de seu papel de agentes de transformação social.

Diante disso, e considerando que o trabalho, como base social do desenvolvimento humano, é um dos desafios do desenvolvimento capitalista (BECKER, 2001a); que o “desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2000, p. 29); que “é precisamente no local, nas diversidades e diferenças peculiares de cada caso concreto que estão as potencialidades sociais” (VILLASANTE, 2002, p. 29); e, ainda, que o desenvolvimento regional é um processo localizado de mudança social, cujo propósito fundamental é que “uma coletividade tenha acesso em conjunto a um bem-estar maior” (HERMET, 2002, p. 20-21), o presente estudo pretende contribuir

na identificação dos mecanismos que levam as trabalhadoras ao isolamento social, ou melhor, dos mecanismos que possibilitam e/ou impedem a participação social dessas mulheres para além do âmbito profissional e doméstico, constituindo-se fatores restritivos das liberdades substantivas, figuras centrais do desenvolvimento.

Este estudo tem como proposição, que a passagem das mulheres da lógica da reprodução social para a lógica da reprodução do capital ampliou suas relações sociais na esfera produtiva, sem, no entanto, ampliar a sua sociabilidade. Isso significa que a condição de trabalhadora, inserida no contexto em que estão presentes a degradação das condições de trabalho, a precarização do emprego e a persistente compressão salarial, tornou mais contundente a reprodução da vida, não sendo suficiente para ampliar as possibilidades de sociabilidade. Ou seja, o trânsito feminino por espaços com lógicas diferentes não é suficiente para a expansão de sua sociabilidade para além dessas esferas.

Para tanto, o estudo é composto de seis capítulos, além da presente introdução, que busca expor o tema, enfatizando as transformações ocorridas no setor industrial, decorrentes dos cenários competitivos potencializados pela inovação tecnológica, que promoveram a redução dos postos de trabalho, maior seletividade do mercado de emprego, além de requerer uma nova força de trabalho, com qualificações mais adequadas às novas estruturas ocupacionais.

No primeiro capítulo, *As relações sociais para além da reprodução social: sociabilidade, redes informais e participação social*, o estudo apresenta características do desenvolvimento e da participação social, estabelecendo uma relação entre essas duas questões e apontando a última como central para o desenvolvimento individual e social. Versa sobre a importância das mulheres como agentes e como mediadoras das mudanças sociais, introduzindo, ainda, o conceito de coesão social.

O segundo capítulo, denominado *Trabalho Industrial no cenário contemporâneo*, aborda as mudanças decorrentes das descobertas técnicas e científicas que marcaram o desempenho capitalista, suas implicações no setor industrial, a reestruturação produtiva e a conseqüente desestruturação do mundo do

trabalho. Trata, ainda, da forma como esse processo enfraqueceu a mão-de-obra, pela persistente degradação das condições de trabalho, pela redução dos salários, pela progressiva utilização do trabalho temporário, de tempo parcial e subcontratado, que atingiu os trabalhadores em geral e, em especial, a mão-de-obra feminina.

O terceiro capítulo, *Santa Cruz do Sul e a reestruturação produtiva*, apresenta aspectos da origem e evolução, bem como do desenvolvimento econômico e social do município. Faz, ainda, uma contextualização do processo de industrialização e da reestruturação produtiva e os efeitos desse processo na reconfiguração dos diferentes setores industriais que constituem o parque fabril de Santa Cruz do Sul e no emprego fabril.

No quarto capítulo, *Desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho e sociabilidade*, são apresentadas as questões de gênero e as dificuldades impostas às mulheres pela construção histórica dos papéis femininos e masculinos, que são recriados na divisão sexual do trabalho. Busca-se, ainda, resgatar aspectos teóricos que tratam das implicações do ingresso feminino no mercado de trabalho diante das desigualdades de sexo, como também analisar a forma como essa realidade opera na sociabilidade feminina.

Já o quinto capítulo versa sobre as questões empíricas. Com o título *Universo da pesquisa e os caminhos empíricos*, enfoca questões metodológicas e busca caracterizar as empresas em que estavam alocadas as trabalhadoras no que se refere às suas formas de gestão da saúde do trabalhador. Trata, ainda, das diferentes abordagens da análise do discurso e de suas contribuições como teoria, método e instrumento de análise de problemas sociais na leitura de textos e contextos sociais.

O sexto capítulo, *Cotidiano da mulher trabalhadora e suas atuais perspectivas*, por sua vez, busca evidenciar como se constituem as redes sociais das trabalhadoras, as causas e os efeitos do trabalho no cotidiano das mulheres. Procura mostrar como essas percebem e articulam os diferentes papéis diante dos constrangimentos que vivenciam. Aborda, ainda, a densificação do trabalho e suas implicações na sociabilidade das trabalhadoras.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais, que ressaltam os aspectos relevantes do estudo.

1 AS RELAÇÕES SOCIAIS PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO SOCIAL: sociabilidade, redes informais e participação social

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas têm, como pano de fundo, a ampliação do mercado capitalista, associado à simultânea, contraditória e persistente retração do mercado de trabalho. Com efeito, o desenvolvimento das forças produtivas, com a contribuição da generalização das inovações, tanto informacionais e da telemática quanto dos novos materiais e da biotecnologia, tem provocado a redução do número de trabalhadores na esfera produtiva, ampliando o processo de acumulação, pois as relações sociais de produção são determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Para Tumulo (2003), contemporaneamente, o “controle que o capital tem exercido sobre praticamente todas as atividades de produção e reprodução da vida em sociedade, [...] vem reduzindo ou eliminando formas alternativas de sobrevivência” (p. 174-175).

No outro extremo dessa equação, situa-se a força de trabalho e a precarização de sua condição. Caracterizando a tese, defendida por Braverman (1980), de que “o objetivo primeiro do capital é a sua valorização, fazendo com que o controle da força de trabalho seja o motor de toda e qualquer inovação tecnológica que leva, inevitavelmente, à degradação do trabalho” (p. 60), esse processo vem afetando, diretamente, a vida dos trabalhadores, que buscam as condições concretas de reprodução da vida e dependem, diretamente, da estrutura e das formas de organização social. Contudo, as novas modalidades de utilização, de gestão e de ocupação da mão-de-obra criam condições adversas aos trabalhadores e promovem profundas alterações sociais, uma vez que, nos novos cenários produtivos, estão presentes a desintegração vertical e horizontal, o aumento da terceirização, as franquias, a extinção de funções, bem como o aumento do número de trabalhadores em tempo flexível, parcial, temporário, e de autônomos ou dos que trabalham em casa (KUMAR, 1997, p. 64). Cabe acrescentar a feminilização da produção, a crescente redução dos salários, emergindo desse processo um “imenso (e insolúvel)

contingente supérfluo de trabalhadores”, que são os componentes necessários de controle do capital sobre a vida dos trabalhadores (TUMULO, 2003, p 174).

Em outras palavras, essas transformações vêm gerando a redução e, muitas vezes, a eliminação da produção da vida. O próprio ingresso feminino no mercado de trabalho, na maioria das vezes, se deve à progressiva e constante redução de salários, pois a inserção da mulher na esfera produtiva está relacionada à necessidade de aumentar a renda familiar. Ademais, os efeitos dessa condição adversa são potencializados, no caso das mulheres trabalhadoras, pela condição subalterna de gênero. Essa situação vem sendo recorrentemente denunciada em diferentes pesquisas, entre as quais as de Hirata e as de Bruschini, pois elas acabam por fragilizar os laços de sociabilidade.

Para Simmel (2002), a sociabilidade é uma forma lúdica de associação em que tudo que a pessoa tenha de importância objetiva não deve interferir, ou seja, a sociabilidade, excluídas as relações formais, adota a plenitude de vida simbolicamente lúdica. Uma vez que ela não tem um fim último, nem um conteúdo, nem tampouco um resultado fora de si mesma, sua orientação está voltada para os participantes, aos tratos pessoais de amabilidade, educação, cordialidade, o que a caracteriza como uma associação puramente social.

Cabe ressaltar que esse entendimento também é o de Baechler (1995), para quem sociabilidade é

a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões,... vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações ... (p.65).

Para o autor, as redes, tanto pessoais quanto coletivas, são constituintes da sociabilidade, pois elas consistem dos laços, “mais ou menos sólidos, e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores” (p. 77). Decorre daí que a variação de amplitude, exclusividade e densidade que as tramas terão se deve à forma de sua constituição, tais como de parentesco, de vizinhança, de classe. Outra categoria definida pelo autor é a rede que os atores sociais, deliberadamente, estabelecem entre si, em espaços sociais definidos, por opção, por prazer e

interesse em ser sociáveis uns com os outros. No entanto, uma característica da sociabilidade é a de que as relações estabelecidas não se traduzem “na formação de um grupo suscetível de funcionar como uma unidade de atividade” (BAECHLER, 1995, p. 77).

Embora a vida moderna se caracterize pela sobrecarga de conteúdos objetivos e demandas materiais, não pretendemos, nesta pesquisa, enfatizar as questões de mercado, pois objetivamos ir além dos fatores que constroem as pessoas às condições da simples reprodução da vida, como é o caso dos trabalhadores, que, integrados na esfera produtiva com seus mecanismos de controle, vivenciam situações desagregadoras dos laços coletivos de solidariedade. É nesse sentido a importância da sociabilidade, pois nela as pessoas ingressam despojadas de suas agitações, cargas e desigualdades. Entretanto, não se pode considerar as redes de sociabilidade como algo imune aos determinismos de toda espécie: elas se mostram “como intermediação entre as componentes subjectivas de acção (sic) e os constrangimentos sociais” (LOPES, 1998, p. 187).

Dessa forma, cabe destacar alguns aspectos do mundo/realidade social em seus termos mais amplos e que dizem respeito a formas de convivência dotadas de modalidades de interação diversas, não vinculadas àquelas que dizem respeito à dureza das relações formais, corporativas, ou de qualquer outra natureza institucional (onde predominam os mecanismos formais, de competição, administração dos conflitos, contratos, hierarquias, etc.). Seriam elas formas com características demarcadoras do que podemos denominar de “encontros” sociais, mesmo que efêmeros, não regulares, episódicos, com espaço para difusão do lúdico, do prazeroso, do laço produzido pelo simples fato de “pessoas estarem juntas” por alguma razão, por mais fútil que possa parecer. Dito nos termos de Simmel (2002), encontros sociais em que as pessoas participam como seres humanos desprovidos de todas as cargas, agitações e desigualdades.

Tais considerações são importantes para caracterizar a busca de alguns espaços de interação social, tão necessários à vida humana, para que não se consuma nos fatos de sua reprodução simples (trabalhar, ganhar e gastar). Espera-se, ou tem-se como pressuposto, que esses espaços possam constituir-se

alternativas de interação a modularem a dureza da vida (de mulheres operárias, no caso) e trazer oportunidades de outra ordem – solidariedade, generosidade, alegria, criatividade, pertencimento, companheirismo, cooperação, – entre outros tantos valores excluídos por uma ordem orientada pelo mercado.

De certa forma, tenta-se compor uma oposição entre os âmbitos de reprodução da vida (trabalho na fábrica e trabalho doméstico) e espaços de socialibilidade, como propõe Simmel (2002), enquanto possibilitadores de oportunidades de uma vida mais plena. Decorre daí a importância de valores, que, segundo Putnam (2000), constituem o estoque de capital social, tais como confiança, normas e sistemas de participação, que tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, provocando círculos virtuosos que redundam em elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Essa assertiva pressupõe que esses valores permeiem as relações sociais, levando os diferentes sujeitos à participação.

Não obstante tratar-se de uma idéia antiga, a noção de participação retorna como um dos instrumentos de promoção do desenvolvimento social. Entre os defensores da importância da participação está Gramsci, que norteou sua vida em “criar condições para que as classes trabalhadoras possam sair da submissão e do fatalismo e, ao desenvolver as forças de sua subjetividade, possam chegar a uma nova sociedade construída pela participação de todos” (SEMERARO, 1999, p. 18-19). Entretanto, Sen (2000, p. 48) adverte que “a participação requer conhecimentos” e que “negar a oportunidade de educação escolar a qualquer grupo é imediatamente contrário às condições fundamentais de liberdade participativa”. Acrescenta, ainda, que o desenvolvimento está fundado na ampliação de *liberdades substantivas*, entre as quais estão os acessos ao emprego, à renda e à elevação do grau de instrução; e das *capacidades humanas*, para cuja obtenção a renda é um meio importantíssimo, resultando que maiores capacidades para viver tenderiam a aumentar o potencial produtivo de uma pessoa e levá-la a auferir renda mais elevada.

Como se observa, para Sen (2000), mesmo estando a noção de desenvolvimento associada à participação social, é a liberdade a figura central no processo do desenvolvimento. Ao longo de sua obra, o autor sublinha a importância

das liberdades substantivas e das capacidades humanas como fundamentos para a condição de agente de transformações sociais, visto que o desenvolvimento emerge da redução de privações de liberdade que, em decorrência, ampliam as possibilidades de escolhas e de oportunidades das pessoas no exercício de sua condição de agentes. Para tanto, a educação assume um papel fundamental, sendo que seus benefícios excedem seu papel como capital humano na produção de mercadoria.

Para Pochmann (2001), o papel libertador da educação é inquestionável, na medida em que se associa “à aprendizagem das visões de mundo (aprender para fazer, para conhecer, para conviver e para ser)” (p. 73). Nessa perspectiva, **“todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”** (MORIN, 2002, p. 55) (grifo do autor).

Segundo Sen (2000), as capacidades humanas são relevantes para o bem-estar e para a liberdade das pessoas e influenciam, indiretamente, na produção econômica e na mudança social. As mudanças sociais, como a expansão da alfabetização e os serviços básicos de saúde, aumentam, de forma efetiva, a capacidade humana de ter uma vida menos vulnerável. No entanto, as capacidades humanas também estão relacionadas à melhoria da produtividade e das possibilidades de emprego. Para esse autor, o desemprego é mais do que uma deficiência de renda: é “uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangente sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos” (ibidem, p.36). Deve-se admitir, então, que a renda é um meio importante na obtenção de capacidades.

Nesse sentido, toda a ajuda para o desenvolvimento deve atacar, de forma direta, a pobreza, sendo considerada “uma questão de direitos humanos e não de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), que pondera que os pobres se beneficiarão com uma melhoria da economia nacional” (YUNUS, 2000, p. 30). Torna-se, portanto, necessária a redefinição da concepção de desenvolvimento, sendo que esse “deve significar uma mudança positiva no *status* econômico dos 50% da população que vive em condições de vida inferior”. Se não ajudar “a melhorar a

condição econômica dessa faixa da população, então não se trata de ajuda para o desenvolvimento” (p. 33).

Assim, o conceito de Desenvolvimento Humano instituído em 1990, com base nos estudos de Amartya Sen, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, “utiliza entre seus parâmetros dimensões capazes de interpretar a realidade humana, como a longevidade e o nível educacional” (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998), *apud* BROSE (2000), ampliando, dessa forma, a avaliação do desenvolvimento humano para além do ponto de vista do crescimento econômico. Ademais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evidencia que, mesmo sendo a renda familiar uma dimensão necessária, não é suficiente para o desenvolvimento humano, estando esse mais centrado na questão da qualidade de vida. Inerente ao conceito de desenvolvimento humano está a idéia de que esse significa, primordialmente, “um processo de expansão de possibilidades de escolha do indivíduo”, de modo que é preciso que se “amplie o conjunto de possibilidades e liberdades de cada pessoa na estruturação de sua vida, considerando a liberdade de escolha das gerações futuras” (p. 30-31).

Entre as contribuições do trabalho de Sen, referidas por Brose (2000), está o relevante subsídio na conceituação de desenvolvimento humano como processo de realização pessoal. Para Sen, “existem dois modos de ver o desenvolvimento no mundo atual”. O primeiro, denominado por ele de “visão de opulência do desenvolvimento”, julga ser esse “influenciado pela economia do crescimento e seus valores básicos”, definindo desenvolvimento “como uma expansão rápida e contínua do produto nacional (ou doméstico) bruto *per capita*”. Nesta ótica, são irrelevantes os valores sociais e culturais. O segundo modo, chamado de “visão da efetiva liberdade do desenvolvimento”, entende o desenvolvimento como “um processo que fortalece a liberdade daqueles envolvidos na busca de seus objetivos individuais”, dependendo da “importância da opulência econômica dos valores das pessoas envolvidas, sendo assim condicionada culturalmente” (SEM, 1999, *apud* BROSE, 2000, p. 31). Portanto, é característica central do desenvolvimento humano a expansão da capacidade humana.

Embora Sen (2004), em sua assertiva sobre capacidades humanas, em diversos momentos, enfatize o aspecto individual, elas são importantes avanços sociais. Ou, como coloca Therborn (2001), “a ‘abordagem das capacidades’ de Sen ainda precisa ser melhor especificada, embora tenha conseguido avançar da teoria social” (p. 6).

Na perspectiva da expansão da capacidade humana, Sen (2000) ressalta a necessidade da adoção de uma abordagem voltada à condição de agente das mulheres, que “é um dos principais mediadores da mudança econômica e social”, pois seus resultados estão associados “a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento” (p. 235). Isso se deve, entre outras questões, à “importância que normalmente as mães dão ao bem-estar dos filhos e às oportunidades que (elas) têm [...] de influenciar as decisões familiares nessa direção” (p. 227). Também Villasante (2002), a partir de estudos sobre os movimentos sociais, distingue o papel das mulheres, que, para além de motor interno de muitas práticas sociais, assumem o protagonismo dos movimentos e associações, na medida em que elas possuem as informações mais relevantes e mais próximas da vida cotidiana.

Para Sen (2000), a independência econômica das mulheres e sua emancipação social levam-nas a serem vistas, “tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudanças: promotoras dinâmicas das transformações sociais que podem alterar a vida” dos indivíduos em geral (p. 221). Logo, ao oportunizar condições de vida mais favoráveis às mulheres, estará se promovendo o desenvolvimento das gerações futuras pela preocupação delas com o bem-estar dos filhos. Ou seja, a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si, como um grande fator de estímulo às mudanças sociais.

Para Yunus (2000), a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento é fundamental para desvelar o potencial de cada um, existindo muito mais possibilidades do que as que são comumente exploradas. Ou seja, a pessoa tem um enorme potencial e pode influenciar a vida de outros no seio das comunidades e das nações durante sua existência, como para além dela (p. 9). Referindo-se a uma experiência com o microcrédito instituído pelo Banco Grameen, o autor destaca que,

quanto mais o projeto do Grameen expandia, mais se evidenciava que o crédito concedido às mulheres produzia mudanças mais rápidas do que quando ia para os homens, já que “as mulheres são mais intensamente tocadas [...] pela fome e a pobreza” (p. 116), estando mais voltadas a garantir o futuro dos filhos, revelando uma constância maior no trabalho (p. 117). Por outro lado, o dinheiro utilizado por uma mulher, que tem nas crianças sua prioridade absoluta, objetiva beneficiar mais o conjunto dos membros da família, melhorando as condições de vida da família. Desse modo, o desenvolvimento deve começar pelas mulheres, na medida em que objetiva melhorar as condições de vida, o acesso a um emprego digno e a redução das desigualdades.

Não obstante convergirem os argumentos dos diferentes autores para a importância do papel das mulheres como protagonistas das mudanças sociais e para o significativo aumento de sua participação no mercado de trabalho, persistem as precárias condições socioeconômicas por elas vivenciadas. Essa precariedade se dá na medida em que não se alteraram, ou se alteraram muito pouco, tanto a posição que ocupam no mercado de trabalho, como as condições do emprego. Isso significa que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem formas específicas.

Por conseguinte, além de as mulheres serem alocadas em atividades “dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo” (ANTUNES, 2002, p.106), cabe a elas a responsabilidade de garantir a organização do lar, através da administração e execução do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos. Isso se deve, segundo Bruschini (2000, p. 16), “à manutenção de um modelo patriarcal de família que faz com que a participação feminina no mercado de trabalho seja afetada pela necessidade que as mulheres têm de articular papéis familiares e profissionais”. Por outro lado, a repetitividade e a velocidade das tarefas executadas nas linhas de produção, somadas ao isolamento dos postos de trabalho, levam as operárias ao individualismo num espaço concentrado (FONSECA, 2000a). Essa sujeição aos ritmos intensos dos meios de produção se estende para além da jornada de trabalho, restringindo não só os movimentos de forma isolada, mas também o relacionamento das pessoas (KOLYNIACK FILHO, 1995).

Embora o papel social influencie a conduta motora do indivíduo, sua participação num ambiente social criador e diversificado leva-o a humanizar-se (MELANI, 1997). Ou seja, a participação em relações sociais mais amplas, interagindo com pessoas que desempenham papéis diversos, favorece o desenvolvimento humano, emergindo daí a importância das relações sociais.

1.1 Participação Social

Sirgado (2002), em ensaio de análise das categorias social e cultural de Vygotsky, consideradas fundamentais para uma leitura compreensiva de sua obra, define as relações sociais como constituintes de um “complexo sistema de posições sociais e de papéis associados a essas posições que define como os atores sociais se situam uns em relação aos outros dentro de uma determinada sociedade”. Ademais, “dado que as relações sociais são determinadas pelo modo de produção da sociedade, as posições sociais e os papéis a elas associados traduzem a maneira como as forças produtivas se configuram nessa sociedade” (p. 64).

Na medida em que as práticas sociais promovem uma adaptação das condutas individuais, a inserção social do indivíduo é resultado do contexto social, econômico e político de seu cotidiano, que define possibilidades ou limitações da forma de participação. Nesse sentido, segundo Castel (1998), há “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade” (p. 24), estando o isolamento relacional vinculado à ausência de participação em qualquer atividade produtiva, enquanto uma inserção relacional sólida está associada ao trabalho estável.

Para Castel (1991), existem três zonas de coesão social: uma zona de integração, uma zona de vulnerabilidade e uma zona de desfiliação. Esquemáticamente, nesse modelo proposto pelo autor, situam-se “as diferentes zonas de espaço social segundo o nível de coesão que elas asseguram”. Assim, “estar na zona de integração significa que se dispõe de garantias de um trabalho permanente e que se pode mobilizar sólidos suportes relacionais, a zona de vulnerabilidade associa a precariedade do trabalho e fragilidade relacional”; por

último, “a zona de desfiliação conjuga a ausência de trabalho e isolamento social” *apud* KEIL (2001, p. 105).

Frente à atual conjuntura do mundo do trabalho, pode-se inferir que a maioria dos trabalhadores se encontra na zona de vulnerabilidade. Dito de outra forma, em um cenário que tem como características, o enxugamento da força de trabalho, a flexibilização, a desregulamentação, a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, os operários se encontram competindo pelas possibilidades de manutenção ou de obtenção do emprego, com o que vivenciam a fragilidade relacional⁸.

Face à asserção de Castel (1991), *apud* KEIL (2001), sobre coesão social, buscamos explicitar esse conceito. Para tanto, recorremos a Bernard (1999), para quem a noção de coesão social evidencia características de um quase-conceito, significando que é uma dessas construções mentais híbridas propostas pelo jogo político, mais freqüentemente quando detecta um possível consenso ou frente à possibilidade de forjá-lo. Para o autor, é híbrida, na medida em que essas construções têm duas faces: são fundadas, em parte e seletivamente, sobre uma análise de dados da realidade, o que lhes permite realismo, além de beneficiar a aura de legitimidade do método científico; por outro lado, preservam a incerteza que as faz adaptáveis às diversas situações, flexíveis aos meandros e às demandas do cotidiano da ação política. Essa indeterminação explicita a dificuldade de delimitar o significado de coesão social.

Entretanto, essa ambigüidade não é superficial: conceito de conveniência como o de coesão social é, também, a nebulosa expressão relacionada com o capital social ou de confiança mútua. Essas noções evidenciam os perigos do neoliberalismo, o qual, freqüentemente, prescreve um medicamento de compaixão e de retorno a valores, ao invés da correção das desigualdades sociais pela mediação institucional de interesses (BERNARD, 1999). Em relação a esses conceitos, Bernard (1999), faz uma advertência que vai à direção da observação de D’Araujo (2003), quando refere que “o conceito de capital social, se mal apreendido,

⁸ Voltamos a este tema no capítulo quatro.

superdimensionado ou focado de maneira messiânica, pode vir a ser desqualificado” (p. 07), podendo ocorrer o mesmo com o conceito de coesão social.

Coesão social, para Bernard (1999), é um quase-conceito, o que o torna instrumento intelectual útil, na medida em que contribui para a análise de políticas públicas, além de fornecer uma leitura parcialmente justa da realidade. Mas, ao mesmo tempo, leva a considerar qualquer sorte como dada, como pretendem os indicadores do discurso político. Ademais, como aponta Jensen (1998a), *apud* Bernard (1999), a noção de coesão social não é a única nas possíveis respostas às questões de ordem social e, por outro lado, ela comporta várias dimensões que ainda não foram suficientemente exploradas na diversidade das interações⁹.

Entende o autor que são três os pilares indispensáveis à democracia: liberdade, igualdade e solidariedade; pondera, ainda, que ele não é o único nem o primeiro a considerar a importância desses três elementos. Para exemplificar essa sua assertiva, o autor recorre aos trabalhos realizados na Réseau Canadien de Recherche sur les Politiques Publiques (RCRPP). A primeira referência são os trabalhos recentes de Betcherman, Gordon e Graham Lowe (1997), que apontam

que les trois défis essentiels de notre société sont de parvenir à une croissance économique durable, d'assurer une distribution équitable du travail et du revenu, et d'atteindre une cohésion de la société. Les marchés sont certes une institution indispensable, quoique insuffisante, pour relever le premier défi, tandis que l'État et la société civile, sous forme du tiers secteur en particulier, sont au coeur des stratégies requises pour faire face aux deux derniers (*apud* BERNARD, 1999, p. 4).

Outra referência é a definição de coesão social fornecida por Judith Maxwell (1996), presidente da RCRPP, em que a igualdade está explicitada. Para ela,

la cohésion sociale se construit sur les valeurs partagées et un discours commun, la réduction des écarts de richesse et de revenu. De façon générale, les gens doivent avoir l'impression qu'ils participent à une entreprise commune, qu'ils ont les mêmes défis à relever et qu'ils font partie de la même collectivité, (*apud* BERNARD, 1999, p. 4).

Bernard (1999), em seus argumentos, defende a necessidade de um equilíbrio dialético entre a liberdade, a igualdade e a solidariedade. Para explicar essa relação

⁹ Como vimos anteriormente em relação ao conceito de sociabilidade.

dialética entre esses três elementos, o autor remete a um diagrama constituído de um triângulo, em cujo ângulo superior situa a liberdade, no ângulo direito, a solidariedade e, no ângulo esquerdo, a igualdade (Ilustração 1). A partir disso, passa a descrever o que denomina dialética da democracia, em que a ligação entre tais elementos representa o eixo que liga liberdade e igualdade à democracia de inclusão, o eixo que une igualdade e solidariedade à democracia de participação e o eixo que liga liberdade e solidariedade à democracia pluralista. Esta última, como sustenta Jenson, orienta os esforços essenciais daqueles que querem responder ao neoliberalismo com a coesão social.

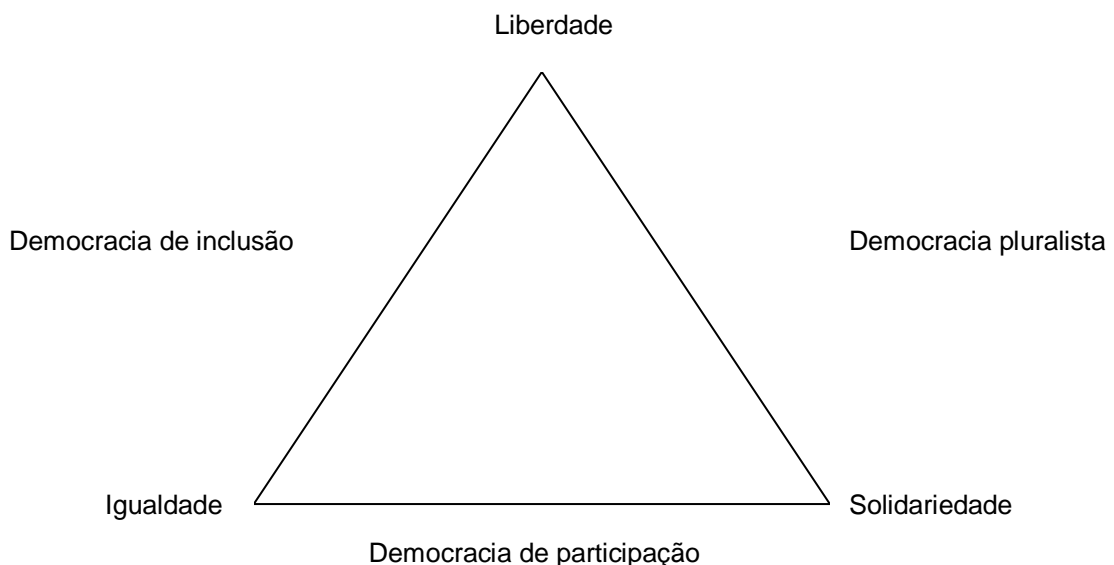


Ilustração 01 - Diagrama explicativo da relação dialética entre a liberdade, a igualdade e a solidariedade
Fonte: adaptado de Bernard (1999).

Em relação ao conceito de coesão social, Jenson, a partir dos trabalhos empíricos de O'Connor (1998) e de outros pesquisadores e organizações, os quais procurou ordenar, propôs uma classificação em função de cinco dimensões caracterizadas e denominadas como:

1. appartenance / isolement: la cohésion sociale signifie partage des valeurs, sentiment de faire partie d'une même communauté.
2. insertion / exclusion: la cohésion sociale suppose une capacité de marché largement partagée notamment par rapport au marché du travail.
3. participation / passivité: la cohésion sociale appelle une implication dans la gestion des affaires publiques, dans des partenariats et dans le tiers secteur par opposition au désenchantement politique.

4. reconnaissance/rejet: la cohésion sociale désigne le pluralisme non seulement comme fait, mais aussi comme vertu, c'est-à-dire la tolérance des différences.

5. légitimité/illégitimité: la cohésion sociale suppose le maintien des institutions publiques et privées qui agissent comme médiateurs des conflits (*apud* BERNARD, 1999, p. 17-18).

Para avançar nessa questão, o autor busca reencontrar a estrutura subjacente às cinco dimensões referidas acima, tanto para a classificação nas três categorias concernentes às esferas econômica (2 e 6), política (3 e 5) e sociocultural (1 e 4), quanto para valer-se dos recursos de distinção propostos por Wooley entre a simples exclusão social e as implicações da interação social. Na interpretação de Bernard (1999), Wooley vê que a participação social de base deve ser, em princípio, acessível a todos os membros de uma sociedade, além de promover um engajamento sustentado no funcionamento da vida econômica, política e sociocultural. Essas assertivas foram categorizadas por Bernard (1999) como *formal*, a primeira, e *substancial*, a segunda, distinção que se aplica às três esferas e a partir das quais construiu uma tipologia expressa no quadro a seguir:

Caractère de la relation	Formel	Substantiel
<i>Sphères d'activité</i>		
<i>Economique</i>	(2) Insertion / exclusion	(6) Égalité / Inégalité
<i>Politique</i>	(5) Légitimité / illégitimité	(3) Participation / passivité
<i>Socioculturelle</i>	(4) Reconnaissance / rejet	(1) Appartenance / isolement

Ilustração 2 – Quadro da tipologia das dimensões da coesão social

Fonte: Bernard, 1999, p. 18.

Como se observa no quadro acima – construído a partir das cinco dimensões propostas por Jenson, às quais Bernard (1999) acrescentou mais uma, recuperando, desse modo, a noção de igualdade até então escamoteada dos debates sobre coesão social –, na esfera sociocultural, o pertencimento deve corresponder ao engajamento na construção de uma comunidade que compartilhe valores, além da aceitação de um diálogo ativo desses valores, bem como das diferenças. Na esfera da política, a legitimidade remete ao reconhecimento das instituições pelos cidadãos, mas a participação vai além da congregação, requerendo implicações mais ativas. Na esfera econômica, em particular, na do trabalho, evidencia-se a necessidade de banir a exclusão, mas um engajamento mais profundo supõe perseguir a igualdade, significando justiça social e equidade (BERNARD, 1999).

Enfim, a discussão empreendida por Bernard (1999) enfoca a importância da igualdade nas diferentes esferas da participação social. Para o autor, são fundamentais, no plano formal, a participação social de todos os membros da sociedade e, no substancial, o engajamento sustentado nas esferas sociocultural, política e econômica.

Ao considerar que “a participação social se apresenta como importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, notadamente dos setores excluídos [...], ela se ajusta no processo de redefinição dos setores públicos e privados”, objetivando “redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso a ele”. Desse modo, “a participação é identificada com os argumentos de democratização que tem como referência o fortalecimento dos espaços de socialização” (JACOBI, 2000, p. 27).

Não obstante a abrangência da noção de participação social que, segundo Marshall (1963), compreende “desde o direito de um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (*apud* COSTA, 1998, p. 9), é também importante a atuação associativa nas mais diversas formas, voluntárias ou não, que vão desde associações comunitárias de bairro, clubes de esportes, grupos de lazer, grupos de arte, partidos políticos, sindicatos, cooperativas, até cineclubes, clubes de música e corais. Para Bandeira (2000), essas formas de participação são relevantes para o desenvolvimento, na medida em que fortalecem os laços existentes entre os membros de uma comunidade. Entretanto, como afirma Leite (1994, p. 26), “a participação social é um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e construir uma região”. Logo, ela é contributiva no desenvolvimento social das pessoas pela expansão das capacidades humanas.

Para Sen (2000), o conceito de capacidades humanas está centrado na habilidade para levar o tipo de vida que as pessoas consideram valiosa e incrementar suas oportunidades e reais possibilidades; logo, é relacionado à qualidade de vida das pessoas. Nessa perspectiva, “dadas sus características

personales, sus antecedentes sociales, sus circunstancias económicas, etc., una persona tiene la habilidad para hacer (o ser) ciertas cosas que por alguna razón juzga valiosas”. O motivo para essas valorações pode ser direto, como o enriquecimento da forma de vida, estar bem nutrido ou estar saudável, ou indireto ao “contribuir a la producción futura o alcanzar un precio en el mercado” (SEN, 2004, p.1).

Ademais, as capacidades humanas, para Sen (2000), estão relacionadas com as “combinações alternativas de funcionamentos factíveis para uma pessoa”. Como se observa, os funcionamentos são centrais para o autor, que os define como “as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer”. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade substantiva que permite “realizar combinações alternativas de funcionamentos, cuja valorização pode variar segundo fatores, como estar livre de doenças evitáveis, até atividades ou estados pessoais muito complexos, como ter respeito próprio, auto-estima e poder participar da vida comunitária” (p. 95).

Como já referido, a importância da contribuição de Sen está em ultrapassar as questões econômicas, como renda ou propriedade de mercadorias, e destacar as dimensões sociais como importantes para o desenvolvimento. Não obstante a importância da colaboração de Sen, cabe acrescentar o argumento de Therborn (2001), para quem as oportunidades de vida ou as capacidades são resultantes da soma de recursos e ambientes, sendo os dois pertinentes à capacidade de realizações e feitos, aos quais se tenha motivo de valorizar. Porém, diferentemente dos recursos cuja distribuição pode ser individual, os ambientes propiciam a presença ou ausência de contextos de acesso e de possibilidades de escolha.

Therbon (2001), em sua afirmativa, acrescenta a importância do ambiente, ou seja, do capital social, aos recursos constituídos pelo capital físico e capital humano, como potencializador das oportunidades de vida. Para D’Araujo (2003), o capital social define-se por “três fatores inter-relacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (p. 19). Desse modo, capital social expressa, fundamentalmente, “a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens

coletivos” (p. 19), tendo, por característica, ser um bem público e, como tal, não pode ser apropriado particularmente, nem produzir resultados individuais.

Nesse sentido, D´Araujo (2003) argumenta que capital social, ou seja,

relações informais e de confiança, que fazem com que as pessoas ajam conjuntamente em busca de um bem comum, é fundamental para que novas e velhas organizações da sociedade civil possam prosperar e dar oportunidade de participação aos que ainda carecem de engajamento ou de proteção. (D´ARAUJO, 2003, p. 45).

Segundo essa assertiva, são as redes de sociabilidade que se constituem a partir de atividades sociais e de lazer, que podem beneficiar a coletividade. Para Villasante (2002), “cada pessoa pertence a diferentes redes que conformam suas opiniões” (p. 83). Ou seja, “estamos imersos em redes de tipos diversos (familiares, de trabalho, vicinais, culturais, etc.)”, sendo que “em cada uma delas se espera um determinado tipo de comportamento e de linguagem, que denotam e conotam qual é o nosso papel no jogo de poderes cotidianos” (p. 81). Nesse sentido, é importante estabelecer “como estão organizadas e se reproduzem as relações”, ou melhor, quais os vínculos estabelecidos ao longo das experiências pessoais (p. 87). Isso leva a questionar quais as redes sociais estabelecidas pelas trabalhadoras e como se caracteriza a sociabilidade dessas mulheres.

2 TRABALHO INDUSTRIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Nas diferentes partes do mundo, sob a vigência da lógica capitalista, observa-se uma profunda desestruturação no mundo do trabalho, na medida em que diferentes atividades econômicas transformaram o padrão de organização e de trabalho, alavancadas pela generalização das inovações, tanto informacionais e da telemática, quanto dos novos materiais e da biotecnologia. Ou seja, o aprofundamento nas descobertas técnicas e científicas marcou o desempenho do capitalismo, levando-o a potencializar novas e sofisticadas formas de acumulação. Essas transformações apontam a emergência de um novo modelo que, segundo Harvey (2001), imprime o ritmo e o escopo das mudanças, atingindo a natureza das instituições modernas, caracterizando o desalojamento do sistema social (FONSECA, 2000b, p. 38).

A crise do capital, que teve como resposta, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, ocasionou, entre outras conseqüências, profundas metamorfoses no âmago do mundo do trabalho, entre as quais o desemprego estrutural, os trabalhos em condições precárias e a acentuada segmentação no trabalho. Para Antunes (2001), observa-se, na atual sociedade, a presença de um cenário crítico que atinge tanto os países industrializados ou capitalistas centrais quanto os países do Terceiro Mundo que, pela conversão da concorrência e pela busca da produtividade, tem-se tornado um processo destrutivo, gerando a intensa precarização do trabalho, o aumento do exército industrial de reserva e o crescimento do desemprego, atingindo, por conseqüência, o tecido social.

Essas mudanças são evidentes em diferentes aspectos da vida social, porém a face mais extraordinária dessa chamada revolução se expressa no mundo do trabalho, em que a introdução das novas tecnologias engendra novos modelos de gerenciamento de recursos materiais e humanos. Essas transformações no setor industrial se evidenciam com clareza em qualquer que seja o campo observado,

tanto “nas tendências do mercado de trabalho industrial”, como “nas mudanças na organização do trabalho nas fábricas”, ou mesmo “na configuração do tecido industrial” (GUIMARÃES, 2001, p. 84).

seus determinantes vieram tanto [...] das transformações tecnológicas e gerenciais então ocorridas, quanto [...] como resultado da redefinição do papel do setor industrial na divisão social do trabalho no país. Seus efeitos se expressam seja no plano de re-espacialização da força de trabalho, seja nos padrões de relação inter-firmas, seja nas formas de relação de trabalho no mercado industrial. Por isso mesmo, *as mudanças de volume e na natureza do emprego fabril parecem constituir uma das características marcadas da realidade da organização do mercado de trabalho nos tempos atuais.* (GUIMARÃES, 2001, p. 84).

Paralelamente às transformações na organização do trabalho e do tecido industrial, as empresas intensificaram o foco em determinadas atividades, externalizando outras através da terceirização. Tal atenuante não nega, no entanto, a tendência recente (e persistente) de ampliar a distância entre o processo de crescimento da produtividade e a geração de emprego (GUIMARÃES, 2001).

Ao considerar que a estrutura social tem como centro, o processo de trabalho, Castells (2000) destaca que as mudanças “tecnológicas e administrativas do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento através do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral” (p. 223). De tal sorte que, para Kumar (1997), “a nova tecnologia determina, em toda parte e de uma forma mais ou menos regular, novas formas de vida, trabalho, decisão, educação, relações familiares e estruturas de opiniões” que se adaptam “de forma gradual ou sucumbem às pressões e oportunidades das novas forças técnicas” (p. 49).

Em princípio, segundo Harvey (2001), estamos presenciando uma transição histórica, em cujo processo uma das manifestações das mudanças presentes é a transformação da estrutura ocupacional. Castells (2000), no entanto, entende que, não obstante “haja uma tendência comum na evolução da estrutura do emprego, típica das sociedades informacionais, também existe uma variação histórica de modelos de mercado de trabalho, segundo as instituições, a cultura e os ambientes políticos específicos” (p. 224).

Essa proposição vai ao encontro dos argumentos de Pochmann (2001), que em seu livro *A Década dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil* focaliza oito mitos produzidos no Brasil nos anos noventa, com origem nas políticas neoliberais adotadas no país. Em seus argumentos, contrapõe as teses hegemônicas dessa década, que asseguravam que essas políticas favoreceriam a modernização do setor produtivo com o conseqüente aumento da ocupação profissional. Para o autor, esses mitos são: (a) a reformulação do papel do Estado levaria ao crescimento econômico e à expansão do nível do emprego; (b) a abertura comercial e a internacionalização da economia seriam capazes de modernizar o parque produtivo e gerar mais e melhores postos de trabalho; (c) os avanços da “nova economia” seriam favorecidos no Brasil pela aceitação passiva do tecnoglobalismo. Ou melhor, a compra de tecnologia do mercado internacional reduziria o atraso tecnológico do país, possibilitando, simultaneamente, a capacitação para novos investimentos e a elevação da quantidade de novas ocupações mais qualificadas; (d) a ausência do Estado promoveria medidas corretivas no plano geográfico, conformando um país menos desigual, com a expansão, tanto das regiões mais pobres quanto do nível de emprego; (e) a desconcentração de renda a partir do estabelecimento da estabilização monetária levaria a uma fase de melhor distribuição da renda nacional; (f) o elevado custo do trabalho no Brasil ocasionaria a perda de competitividade empresarial, o desemprego e as ocupações informais; (g) a desresponsabilização do Estado para com o rendimento dos trabalhadores de salário-base, levaria à redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho e à elevação dos salários a partir dos ganhos em produtividade; (h) a retirada dos direitos sociais e trabalhistas de uma ampla parcela de brasileiros levaria à ampliação das ocupações profissionais.

Como se observa, desde 1990, o Brasil assumiu um novo modelo econômico que privilegia a promoção e a integração do sistema produtivo nacional à economia mundial (POCHMANN, 2001, p. 23). Nesse sentido, diversas medidas deixaram de diferenciar o mercado interno do externo, com intuito da modernização produtiva e diminuição da desigualdade social (p. 43). Paralelos à implantação das reformas neoliberais, manifestaram-se os efeitos do retrocesso socioeconômico, cujo sintoma inicial foi a presença de sinais na desestruturação do mercado de trabalho.

Essa desestruturação, na análise de Pochmann (2001), evidenciava-se na medida em que, entre os anos de 1989 e 1999, a quantidade de desempregados aumentou de 1,8 milhões para 7,6 milhões, passando a taxa de desemprego aberto de 3,0% para 9,6%. Por outro lado, no que se refere ao emprego formal no setor industrial, que em 1989, era responsável por mais de 56% do total da ocupação, passou, depois de dez anos, a representar menos de 34%. Para Assis (2002), na atual sociedade, a ausência de “trabalho remunerado representa uma fonte de angústia muito maior que aquela exigida pelos sacrifícios inerentes ao labor”. Nessas circunstâncias, a alienação não é decorrente da expropriação do trabalhador quanto ao produto de seu trabalho, mas da “dissociação absoluta da força de trabalho em relação aos meios de produção e de realização de valor” (p. 24). Acrescenta o mesmo autor, apoiado nos dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que, em meio a esse novo mercado de trabalho, “uma espécie tenta ainda resistir à extinção como força de classe: é o operariado industrial, reduzido a não mais que 12,7% da massa empregada” (p. 88).

A influência do novo paradigma produtivo conforma a própria idéia de emprego e carreira em local fixo. Dito de outra forma, “os modos de trabalhar territorializados e territorializantes encontram-se, no momento atual, em convulsão, como de resto outros aspectos da vida em sociedade” (FONSECA, 2000b, p. 36).

Ao se considerar [...] as transformações sociais emergentes neste final de século e, mais particularmente, aquelas relacionadas aos modos de trabalhar, trata-se de verificar as novas formas utilizadas pelo capital no sentido de incluir/excluir e segmentar o conjunto dos trabalhadores, considerados como constrangidos às mudanças a respeito não apenas de suas formas tradicionais de trabalhar, como a respeito mesmo de suas possibilidades de manutenção/obtenção de emprego. (FONSECA, 2000b, p. 46).

Observa-se, nas assertivas dos autores, que os trabalhadores estão frente a uma situação extrema, em que, de um lado, os novos requisitos contratuais restringem as oportunidades ocupacionais pela intensa seletividade das políticas e requisitos de pessoal, associada à redução dos “trabalhadores assalariados fixos”, como também à polarização dos extratos sociais, na medida em que os empregos gerados, o são “em estratos muito altos [...] e outros, paralelos, muito precários”

(VILLASANTE, 2002, p. 73). Pochmann (2001) acrescenta que, mesmo com a ocorrência de crescimento do número de empregos nos níveis mais baixos da economia terciária, que requerem baixo grau de habilidade e conhecimento, gera-se um grande contingente de mão-de-obra excedente, “passível de ser utilizada de maneira pontual e descontinuamente” (p. 66).

A reconversão produtiva, que passou a ser global, apresenta algumas características essenciais no âmbito social, como o crescimento da participação da mão-de-obra feminina, “a proliferação do trabalho instável e precário” (CRUZ, 2001, p. 116). Soma-se a isso que o encolhimento do emprego vem atingindo diferentemente os grupos sociais, cuja segmentação se dá tanto “por características aquisitivas, como maior escolaridade e maior experiência, como também por características adscritas, como condição de gênero, geracional e étnico-racial” (GUIMARÃES, 2001, p.87).

Embora esse quadro do mercado de trabalho tenha atingido todos os trabalhadores de uma forma geral, ele aponta tanto para uma redefinição da divisão social e intersetorial do trabalho, quanto para novos contornos da divisão sexual do trabalho, em que o ingresso da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho é intenso e correlato a algumas mudanças importantes, como ao “comportamento demográfico; a ganhos significativos de escolaridade feminina; e às transformações na esfera valorativa que atualizam e redefinem os papéis sociais de gênero” (GUIMARÃES, 2001, p. 88).

2.1 Reestruturação produtiva

No cenário mundial, intensas modificações socioeconômicas começaram a se delinear mais claramente a partir de meados dos anos setenta, viabilizadas pela “notável generalização das inovações nos campos da informática, da telemática, dos novos materiais e da biotecnologia”, que alavancaram a “transformação do padrão de organização da produção e do trabalho nas mais diversas atividades econômicas” (POCHMANN, 2001, p. 58). Ou seja, o aprofundamento nas descobertas técnicas e científicas voltou a marcar o desempenho do capitalismo, levando-o a potencializar novas e sofisticadas formas de acumulação, em

decorrência da redefinição das estratégias do capital, tanto no que se refere às relações de trabalho quanto no que diz respeito à localização das unidades produtivas (HOLZMANN, 2002).

Cabe acrescentar que o contexto econômico de ampliação e aprofundamento nas relações econômicas internacionais, sob a égide do capital financeiro, desencadeou uma intervenção incisiva no direcionamento das políticas econômicas dos países subdesenvolvidos (ROSA, 2004), que se tornaram espaços econômicos de possibilidades alternativas, além de provisórios e temporários, à valorização do capital financeiro, que tem, por característica, a volatilidade e a mobilidade (BECKER, 2001, p. 35). Por conseguinte, estabeleceu-se o aumento da concorrência internacional e a passagem para um novo modelo de desenvolvimento, adotado pelos agentes econômicos, com a conseqüente reestruturação econômica das nações e produtiva das empresas, levando ambas a um novo padrão de competitividade (BECKER, 2001). Assim sendo, a globalização que se revela na abertura das economias e sociedades nacionais ao Exterior, propiciou que o capital penetrasse em praticamente todos os momentos da reprodução social (LESSA, 2002). Ou seja, “o capitalismo marcou a inversão dos meios econômicos em fins, apoiado na produção pela produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação” (BECKER, 2001b, p. 62).

Para Castells (2000), as empresas em rede e o novo paradigma informacional em funcionamento, e em condições de evoluir, mudaram o processo de trabalho, pela introdução de novos modos de divisão técnica e social de trabalho. Também as relações sociais de produção, que se constituíram a partir do industrialismo, são profundamente afetadas pela flexibilidade dos processos e mercado de trabalho, induzidos pela empresa em rede, que adota “um novo modelo de trabalho flexível e um novo tipo de trabalhador: o trabalhador de jornada flexível” (p. 285). Segundo o autor, “não há uma relação estrutural sistemática entre a difusão das tecnologias de informação e a evolução dos níveis de emprego na economia como um todo” De acordo com ele, os “tipos de emprego mudam em quantidade, em qualidade e na natureza do trabalho executado”. Portanto, os novos modos adotados no sistema produtivo estão a requerer “uma nova força de trabalho e os indivíduos e grupos

incapazes de adquirir conhecimentos informacionais poderiam ser excluídos ou rebaixados” (p. 282).

As atuais transformações no âmbito da produção e dos processos de trabalho vêm ocorrendo concomitantemente com a reorganização da divisão e organização do “trabalho capitalista pela introdução de maquinaria, à base de técnicas microeletrônicas e de novos métodos de trabalho” (ROSA, 2004, p. 45). Embora a reestruturação produtiva consista na passagem de um padrão de produção e gestão de trabalho para outro, em que se evidenciam “a prevalência da racionalidade e temporalidade capitalista” (ROSA, 2004, XXVII), seus efeitos são muito mais abrangentes, tanto na transformação do trabalho quanto na da sociedade.

No trabalho, a emergência dos novos modelos produtivos traz, como consequência, um amplo processo de precarização e de flexibilização, como decorrência da “dupla transformação do trabalho, tanto com relação ao conteúdo da atividade como quanto às formas de emprego” (HIRATA, 1997, p. 7). Esse processo de dupla transformação é aparentemente contraditório, uma vez que ocorre em sentidos opostos. Pois, para a realização dos novos modelos de gestão do trabalho, observa-se, por um lado, a “exigência de estabilização, de implicação do sujeito no processo de trabalho, através de atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade e comunicação” (ZARIFIAN, 1996, *apud* HIRATA, 1997, p. 7), além de dependerem mais do capital cultural e social dos indivíduos (PAIVA, 2001). De outro, constata-se “um processo de instabilização, de precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego prolongado, das formas de emprego precário, da flexibilidade no uso da mão-de-obra” (HIRATA, 1997, p. 7-8). Segundo o argumento de Leite e Rizeck (1998), “as estratégias virtuosas e precarizadoras ao invés de exclusivas”, propendem a aparecer simultaneamente “nos diferentes pontos da cadeia e do complexo”, permitindo afirmar que “não só o processo produz ao mesmo tempo o trabalho enriquecido e o precário, mas que ambos se alimentam e complementam, enquanto faces de um mesmo processo” (p. 1).

Como se observa, as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão incidiram no fortalecimento do capital em detrimento do trabalho, como também no “declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores,

individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho, incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada” (CASTELLS, 2000, p. 21-22), na maioria das vezes, em condições precárias. Embora a face mais espetacular dessa chamada revolução se expresse no mundo do trabalho, essas mudanças são evidentes em diferentes aspectos da vida social, em que a introdução das novas tecnologias engendra novos modelos de gerenciamento de recursos materiais e humanos. Na área produtiva, as mudanças foram além “da robotização, automação microeletrônica, adoção de novas formas gerenciais, realocização espacial e também reestruturação produtiva”.

No Brasil, a realocização espacial, na busca de maior competitividade e de redução de preços, levou algumas empresas a buscar regiões em que a mão-de-obra represente o menor percentual “possível na estrutura de custos das empresas”. Em contraste, observou-se um movimento de “reconcentração do emprego nas atividades intensivas de capital”, vinculadas aos mais importantes centros de consumo do país. Como exemplos, situam-se as empresas “de telecomunicação, informática, automobilística, do setor financeiro, entre outras”, cujo avanço voltou a se concentrar nas regiões mais desenvolvidas do país, com implicações de uma nova concentração regional (POCHMANN, 2001, p. 80), e, portanto, aumentando as desigualdades regionais.

Retornando ao processo de readaptação das empresas ao novo padrão de gestão do trabalho, cabe ressaltar as mudanças profundas que aconteceram no mercado de trabalho, de tal sorte que para Mattoso (1996), nos meados da década de noventa,

é impossível ignorar-se o extraordinário efeito de desestruturação que se abateu nas últimas décadas sobre o mundo de trabalho. A contínua redução do emprego industrial e o crescimento recentemente menor dos serviços (sendo que destes apenas ampliaram efetivamente sua participação os serviços de produção e os serviços sociais), em paralelo ao crescimento de novas, atípicas, contingenciais ou precárias formas de emprego, remunerações e relações de trabalho, têm ampliado o desemprego e as inseguranças no trabalho. (p. 34).

Com relação aos impactos sobre o trabalho, Lessa (2002), em sua análise entre trabalho e trabalho abstrato, aponta duas tendências que se evidenciam

intensamente na reestruturação produtiva. A primeira é “o impulso à eliminação, ou à forte diminuição de empregos voltados para o controle dos trabalhadores na atividade produtiva direta”. A outra tendência “é a diminuição da distância entre as atividades de planejamento e o próprio processo produtivo”. Ao contrário do período fordista, em que as atividades de “controle” e de “planejamento” estavam distanciadas das atividades da linha de montagem, nos atuais modelos de gestão, aparentemente estão em rota inversa, na medida em que há uma aproximação cada vez maior da produção (p. 29).

Essa adaptação às novas formas de gestão do trabalho da indústria brasileira tem como pano de fundo, um esforço de aquisição de competitividade e vem ocorrendo pela busca de maneiras mais avançadas de modernização, através da incorporação de tecnologias e organização de um novo padrão de gestão da produção e do trabalho. Trata-se, portanto, de adotar métodos de trabalho generalizados em todas as indústrias, não só no Brasil, e que vão ao sentido de uma ‘renovação’ do modelo fordista (ALVES, 2000). Contudo, isso não significa que o setor industrial adote, inexoravelmente, um único modelo de reestruturação. Não obstante a preponderância dos novos conceitos de produção, os caminhos percorridos pelas empresas na busca da competitividade são de diferentes naturezas, como apontam vários estudos para a existência de percursos diversos, o que conduz à possibilidade da convivência de estratégias diferenciadas (LEITE e RIZECK, 1998). Segundo Alves (2000), o desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva, da nova ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, dá-se pela passagem do toyotismo restrito para o toyotismo sistêmico¹⁰, com impactos que constituíram uma nova objetividade e subjetividade no trabalho.

¹⁰ Alves (2002) em seu artigo *Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990-2000)* atribui as transformações ocorridas na reestruturação produtiva ao toyotismo. Para o autor, diferente do toyotismo restrito, que, no Brasil, iniciou nos meados da década de oitenta, a partir de uma nova base material da produção capitalista, o toyotismo sistêmico foi mais abrangente. Alves (2002) caracteriza o toyotismo sistêmico, por um lado, pela introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento de novas formas de organização da produção capitalista, com seus nexos contingentes, tais como *justin-time*, *kan-ban*, *kaizen*, terceirização, trabalho em equipe, programas de qualidade total, sistema de remuneração flexível, etc.

Embora o processo de reestruturação da economia mundial tenha iniciado na década de 1970 e intensificado na década de oitenta, no Brasil, esse processo iniciou, “ainda que de forma parcial e restritiva, somente no final da década de 80”. Entretanto, na década seguinte, ganhou “ímpeto, assumindo um caráter mais abrangente ou sistêmico, voltando-se [...] para a melhoria da qualidade de produtos e de processos de produção”, ultrapassando as questões de redução de custos (RUDUIT, 2002, p. 337). Ademais a reestruturação produtiva foi uma redefinição das estratégias do capital no que se refere “às relações de trabalho e localização das unidades produtivas, [...] novos padrões de gestão da força de trabalho”, configurando “uma nova problemática do trabalho” (HOLZMANN, 2002, p. 300).

Não obstante as mudanças desencadeadas pela reestruturação produtiva e caracterizadas, segundo Harvey (2001), pelo alto nível de desemprego, pela rapidez na obsolescência e reconstrução de habilidades, pela redução de ganhos nos salários reais, pela progressiva utilização do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado em detrimento do trabalho regular, tenham atingido todos os trabalhadores, foi a mão-de-obra feminina a mais afetada por esses fenômenos. O mesmo autor, ao analisar as condições de inserção das mulheres, aponta que as novas condições do mercado de trabalho acentuam a vulnerabilidade desse segmento, além de possibilitarem a exploração da mão-de-obra feminina, tanto em ocupações de tempo parcial quanto na substituição do trabalho masculino, melhor remunerado, pelo trabalho feminino mal pago.

Também Invernizzi (2002), a partir de uma ampla revisão de pesquisas realizadas no período de 1980 a 2000, enfocando seis setores industriais brasileiros, buscou avaliar os impactos decorrentes da reestruturação produtiva incidentes sobre a força de trabalho. A autora argumenta que é visível, nos resultados das pesquisas analisadas, “o desenvolvimento de uma nova forma de controle do operariado, mais adequada às atuais condições de produção e concorrência” que se evidencia nas transformações quanto ao: “a) perfil técnico, revelando uma nova maneira de utilização da força de trabalho; b) [...] perfil comportamental, exigindo-se dos trabalhadores novas atitudes e formas de relacionamento com as gerências e com os demais trabalhadores”, além de um “c) perfil político, resultado de uma reconfiguração das relações entre capital e trabalho” (p. 2).

Argumenta, ainda, Invernizzi (2002), que as características atuais do mercado de trabalho, marcadas pelo alto desemprego, pelas muitas formas de subemprego, pela precarização e pela redistribuição geográfica dos empregos, convertem-se em fatores disciplinadores, que reforçam o desenvolvimento desses novos modos de controle. Desse modo, o mercado de trabalho passa a agir como coadjuvante no funcionamento das inovações organizacionais e de gestão, tanto pelo autocontrole como pelo controle interpessoal.

Em resumo, a reestruturação da economia, no nível nacional, provocou a redução de postos de trabalho fabris, “a perda da qualidade dos empregos, o aumento da informalidade” e a flexibilização das relações de trabalho (BRUSCHINI, 2000, p. 55). Ou seja, como refere Keil (2001), o capitalismo, ao longo de sua história, vem evoluindo e construindo o que se observa atualmente: “a corrosiva degradação do mercado de trabalho com multiplicação dos empregos instáveis e um forte crescimento do desemprego de longa duração”, como também “o enfraquecimento dos laços sociais que se mostra no declínio das solidariedades e no aumento das violências” (p. 77). Essa situação se constitui, na conjuntura atual, pela crescente eliminação dos postos de trabalho e pela subcontratação, o que torna acirrada a competição pela manutenção do emprego; pela adversidade do mercado de trabalho, onde, hoje, menos de 45% da população economicamente ativa tem um emprego assalariado regular, com contrato tanto no setor privado quanto no público, o que há dez anos passava da metade dessa população (LISBOA, 2004). Por essas questões, a negociação se encontra debilitada pelas novas práticas do trabalho em equipe, cuja tendência é fomentar “aspectos de controle entre os trabalhadores e as contradições internas”, ao invés de “práticas de solidariedade que fortalecessem os vínculos entre eles” (INVERNIZZI, 2002, p. 217). Isso significa, segundo Keil (2001), que, nas sociedades atuais, a reestruturação do sistema produtivo está apoiada na instabilidade do trabalho, com o que se perde um dos alicerces da integração social.

Decorre daí que, mesmo sendo o trabalho profissional um espaço privilegiado de socialização, pois estar empregado significou (e ainda significa) para o homem ocidental estar socialmente inserido, contraditoriamente, a nova organização social e econômica tem como base “o trabalho individualizado e mercados personalizados”, o que “segmenta o trabalho e fragmenta as sociedades” (CASTELLS, 2000 p. 285-

286). Em conseqüência, a sociedade contemporânea tem um forte viés de dessocialização. É nesse sentido a afirmativa de Souza Santos (2000), para quem

a transição atual não é apenas (ou não tanto) uma transição entre modos de produção estreitamente definidos, mas entre formas de sociabilidade no sentido mais lato, incluindo as dimensões econômicas, social, política e cultural. O entrelaçar do projeto sociocultural da modernidade como o desenvolvimento capitalista no século XIX conferiu ao capitalismo uma densidade social e cultural que ultrapassou largamente as relações econômicas de produção. (p. 168).

É nessa direção a contribuição de Ianni (2000), quando afirma que diversas evidências apontam as drásticas e generalizadas modificações das formas de sociabilidade conhecidas, na medida em que “está em curso a expansão das formas de sociabilidade determinadas pelo mercado, o consumismo, a organização sistêmica das estruturas mundiais” (p. 54). Essas mudanças criam uma situação problemática, em particular, para os setores sociais subalternos, pois esses “precisam reestruturar-se em novos moldes, desenvolver uma nova consciência das suas condições e perspectivas, recriar meios e modos de atuar politicamente; sem saber se ainda lhes restam possibilidades de construir hegemonias alternativas” (p. 55).

De qualquer forma, cabe reconhecer que estamos diante de mudanças aceleradas, das quais emergem novas formas de sociabilidade. Segundo Ianni (2000), frente ao “desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo global”, uma das “conseqüências mais imediatas, evidentes e generalizadas é o *crecente enfraquecimento ou mesmo evidente dissolução do tecido social*” (grifo do autor), pois, “formas de sociabilidade que pareciam estabelecidas entram em crise, perdem vigência, tornam-se anacrônicas ou mesmo dissolvem-se” (p. 53). Oliveira (2000), ao referir os efeitos das transformações que vêm ocorrendo no país, aponta que uma “sociedade tradicional, cuja reprodução se dava com a regularidade dos ciclos do tempo”, que tem “o favor como moeda de troca e o patriarcalismo como forma de organização social, não consegue processar as novas relações”. Portanto, na esfera “da sociabilidade, os efeitos não poderiam ser menos que desagregadores” (p. 62).

Em síntese, o uso da força de trabalho, que, na indústria moderna tinha certa previsibilidade na forma e na condição de emprego dos trabalhadores, o que

constituía também formas determinadas de ação coletiva (MELLO SILVA, 2006), se debilitou. Alves (2002), por exemplo, considera que a nova configuração do mundo do trabalho no Brasil, sob a égide do toyotismo, constitui-se “como ideologia orgânica universal da produção capitalista moderna dos anos 90”. Pois, a “busca do consentimento ativo da subjetividade do ‘trabalho vivo, passou a constituir-se, em última instância, através da síndrome do medo cujo substrato objetivo é dado pela constituição do precário mundo do trabalho”. Diante dessa precariedade, “a consciência contingente de operários e empregados tende a caracterizar-se pelo consentimento e acomodação diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital” (p. 13) Ademais,

a “socialização” do toyotismo tende a ser, sob a mundialização do capital, totalmente dessocializadora, debilitando a perspectiva (e a subjetividade) de classe (implicando, desse modo, uma ‘corrosão do caráter’, conforme expressão utilizada por Sennet (1998) em seu estudo seminal sobre o capitalismo flexível) (*apud* ALVES, 2002, p.13).

Mello Silva (2006), ao focar a “experiência dos trabalhadores afetados pelas modernidades gerenciais aplicadas por empresas atingidas pelo processo de reestruturação industrial”, afirma que essas mudanças acabam por ter “implicações importantes para a sociabilidade do grupo operário” (p. 3).

Enquanto a identificação de classe associada ao que poderíamos designar como “a velha questão social” está carregada de um conteúdo coletivo e com potencial de universalização, o novo desenho organizacional do trabalho enfatiza a participação diferenciada da força de trabalho e solicita cada vez mais o engajamento individualizado desse contingente. Se as literaturas sociológicas e historiográficas recentes sobre classes sociais e o mundo do trabalho, em suas análises e narrativas, têm acentuado as clivagens geracionais, de gênero e raça, não deixa de ser também verdadeiro que o próprio processo de trabalho, em seu formato atual flexível, conspira para a fragmentação e o seccionamento do coletivo operário, sendo, dessa forma, igualmente uma fonte potente de clivagem e segmentação. Mais do que simplesmente fragmentar e dividir, a consequência última da aplicação de novos modelos produtivos testados pelas empresas é também a de excluir, isto é, afastar as linhas de força tendentes à conformação de uma identidade coletiva de grupo e incitar, ao contrário, aquelas tendentes a difundir em cada participante um comportamento instrumental e emulativo de tipo possessivo-aquisitivo. (MELLO SILVA, 2006, p. 3).

Decorre desse processo que o novo trabalhador coletivo, constituído ao longo das cadeias, é segmentado, tanto em suas condições objetivas quanto subjetivas, na medida em que formas, identidade, organização, ação e negociação,

tradicionalmente existentes, não conseguem conter esse novo trabalhador (ABRAMO, 1998, p. 60). Segundo Invernizzi (2002), não obstante a presença de potencialidades humanizadoras para os trabalhadores, em alguns aspectos das novas formas de organização e de gestão do trabalho, pesquisas recentes apontam que, na atual conjuntura, o mercado de trabalho é adverso aos trabalhadores, e muitas das potencialidades positivas propendem a transformar-se em comportamentos desagregadores dos laços coletivos de solidariedade entre os trabalhadores, frente a um caráter individualista que torna tênues fatores de identidade coletiva. Acrescenta, ainda, a autora que as mudanças organizacionais ultrapassaram a racionalização do trabalho, envolvendo “os próprios trabalhadores na busca de idéias e sugestões que muitas vezes contribuem para eliminação de postos de trabalho” (p. 214).

As novas realidades do trabalho redefinem o mundo social, as relações de força e de poder e os campos das práticas sociais. Isso significa que o novo padrão de acumulação capitalista e as transformações que vêm ocorrendo no trabalho, com base na produção flexível, provocam mudanças estruturais na sociedade, as quais se refletem sobre todas as dimensões societárias. Contraditoriamente, as novas formas de gestão, vêm exigindo a mobilização de competências, não apenas técnicas, mas sociais e culturais que, em geral, não se encontram na cultura profissional tradicional de uma maioria de assalariados (KUMAR, 1997).

Desse modo, para além das transformações econômicas e tecnológicas que vêm acontecendo nas últimas décadas, também são drásticas as mudanças sociais promovidas pela reestruturação produtiva. A dissolução dos tradicionais modelos que estruturavam o modo capitalista de produção leva a considerar que as mudanças são mais amplas. Com efeito, ao se engendram alterações estruturais, abalam-se os quadros de referência que ofereciam aos indivíduos estabilidade em sua ancoragem social (CRUZ, 2002). Ou seja, as transformações na vida do trabalho de um vasto número de indivíduos dão origem a outras modificações na esfera da vida familiar, do lazer, da cultura e da política, podendo vir a atingir todas as esferas da vida social.

Por último, cabe ressaltar que os anos noventa foram marcados pela transnacionalização dos espaços econômicos, pela realocação das empresas em espaços que ofereçam diferenciais, mesmo que pequenos em termos de custo de mão-de-obra, recursos e infra-estrutura. Porém, as características mais marcantes dessa década foram as mudanças no padrão de inserção no mercado de trabalho, a drástica e persistente redução dos postos de trabalho e o aumento do desemprego, que afetam de modo diferente, a homens e mulheres. Ou seja, na medida em que se intensificaram as inovações produtivas e organizacionais, evidenciou-se a progressiva deterioração das relações de trabalho, com seus efeitos sobre as relações sociais.

Pelo importante papel que desempenham esses fatores sobre os aspectos econômicos e socioculturais de uma região ou município, passaremos a focar, no próximo capítulo, o município de Santa Cruz do Sul e seu desenvolvimento.

3 SANTA CRUZ DO SUL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ao longo do processo histórico de formação do município de Santa Cruz do Sul, diversos fatores contribuíram para que viesse a ser considerado município pólo na região do Vale do Rio Pardo, entre os quais o crescimento econômico e a industrialização. Esse crescimento se constituiu de diversas fases, desde a artesanaria até subsunção ao capital internacional, configurando a afirmativa de Becker (2001b), de que o capital vai criando suas condições de acumulação. Como decorrência do processo de industrialização, sofreu as profundas transformações dos fatores determinantes da competitividade, tanto dos processos de globalização quanto da reestruturação produtiva e da inovação tecnológica que incidiram sobre os setores produtivos, em especial, o industrial, que propiciou não só a internacionalização das indústrias, como também mudanças sociais.

Santa Cruz do Sul é um dos 25 municípios que integram o Vale do Rio Pardo¹¹. Essa região, objeto de estudo de vários pesquisadores, apresenta, à luz desses diferentes olhares, diversidades geográficas (COLLISHONN, 2001) e de grupos étnicos em sua formação social e cultural (CUNHA, 1991; VOGT, 2001; CORREA, 2001).

¹¹ Juntamente com Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoão, Lagoa Bonita do Sul, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz, segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE/RVP).

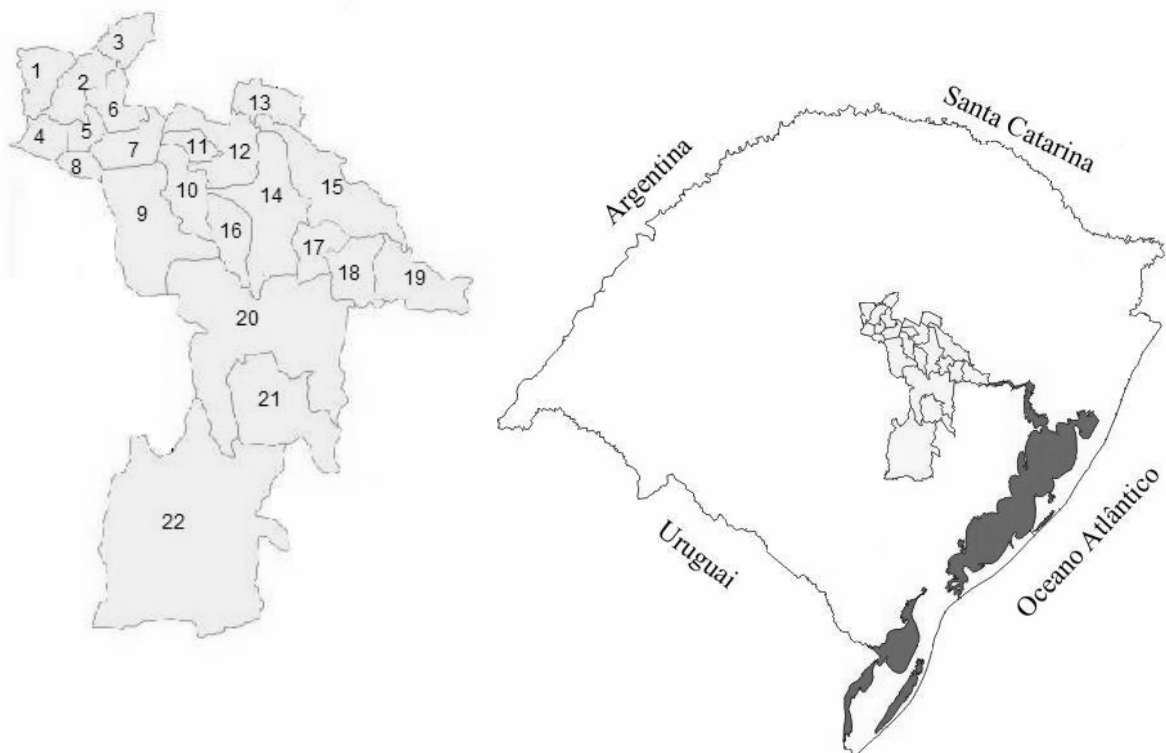


Ilustração 3 – Mapa do RS e Municípios do COREDE do Vale do Rio Pardo¹²
 Fonte: Adaptado e atualizado de SOUZA et al. (2002)

Distintas também são as características presentes no processo histórico do povoamento do Vale do Rio Pardo, cujos reflexos, segundo Klarmann (1999), se estenderam a toda a ocupação das áreas da região. O processo de ocupação pode ser assim descrito:

de um lado, o estabelecimento do núcleo militar e administrativo de Rio Pardo, ainda no século XVIII, visando à garantia do território e à interiorização do povoamento pelos portugueses; de outro, a colonização alemã, a partir de 1824, espalhando-se para o Vale do Rio Pardo a partir da criação da Colônia de Santa Cruz, em 1849. (KLARMANN, 1999, p. 129).

Esse mesmo autor destaca que, a partir das atuais características socioculturais, políticas e econômicas, existem na região três sub-regiões. Essas três sub-regiões se classificam em *norte*, em que predominam as pequenas propriedades com sérios problemas de agregação de valor à produção de minifúndio como alternativas econômicas; *centro*, constituído do pólo industrial-comercial de

¹² O COREDE do Vale do Rio Pardo é composto pelos seguintes municípios: 1) Estrela Velha; 2) Arroio do Tigre; 3) Tunas; 4) Ibarama; 5) Sobradinho; 6) Segredo; 7) Passa Sete; 8) Lagoa Bonita do Sul; 9) Candelária; 10) Vale do Sol; 11) Herveiras; 12) Sinimbu; 13) Boqueirão do Leão; 14) Santa Cruz do Sul; 15) Venâncio Aires; 16) Vera Cruz; 17) Passo do Sobrado; 18) Vale Verde; 19) General Câmara; 20) Rio Pardo; 21) Pântano Grande e 22) Encruzilhada do Sul. Fonte: LABORATÓRIO GEOPROCESSAMENTO/UNISC

Santa Cruz do Sul e mais as cidades de Venâncio Aires e Vera Cruz; e *sul*, em que predominam as atividades agropastoris, onde se situam as grandes e médias propriedades e, em decorrência, a baixa densidade demográfica nas áreas rurais.

Essa diversidade assinala os diferentes caminhos do desenvolvimento da região ao longo do processo de formação, resultando que alguns poucos municípios se industrializaram, enquanto outros se mantêm estritamente agrícolas. No entanto, Etges (2001) ressalta que não obstante “a diferenciação interna, [...] há uma característica que imprime identidade à região e a particulariza frente às demais regiões do Estado que é a produção de tabaco” (p. 355). Com efeito, a região “concentra o maior pólo industrial da América Latina no setor de industrialização do fumo” (KESSLER, 1998, p. 23), no qual o município de Santa Cruz do Sul representa o centro desse pólo.

Santa Cruz do Sul, localizada na região Central do Rio Grande do Sul, ocupa uma área de 795,53 quilômetros quadrados e compõe-se dos distritos de Boa Vista, Monte Alverne, Rio Pardo, Alto Paredão, São Marinho e Saraiva, além da área anexada de Cerro Alegre, que anteriormente pertencia a Rio Pardo. Quanto à população, o município contava, em 2000, com 112.705 habitantes, dos quais 87,13% estavam na área urbana (IBGE, 2000). Sua economia é baseada na fumicultura, tendo, em sua estrutura, 3.208 estabelecimentos comerciais, 2.538 empresas prestadoras de serviço, 3.644 trabalhadores autônomos e 516 indústrias (KESSLER, 1998). É um município industrializado, que detinha, em 1996, 38,86% das indústrias da região, formando com “seu entorno próximo [...] uma espécie de core industrial, que polariza parte dos fluxos regionais” (KLARMANN, 2001, p. 278). Este é o cenário em que se desenvolve a pesquisa *SOCIABILIDADE OPERÁRIA: AS INFLUÊNCIAS DO TRABALHO INDUSTRIAL NA PERSPECTIVA DE GÊNERO*, que buscou avaliar como as trabalhadoras efetivas alocadas em linhas de produção das indústrias de Santa Cruz do Sul percebem e descrevem a sua sociabilidade para além dos processos reprodutivos do trabalho fabril e doméstico.

A condução desta pesquisa tem mostrado a necessidade de contextualizar, historicamente, os cenários que configuram o desenvolvimento econômico dos setores produtivos, particularmente o industrial, já que certas condições foram

construídas ao longo dos anos e estão consolidadas nas relações de trabalho. Essa necessidade se amplia frente às novas perspectivas de análise introduzidas a partir do conceito de capital social. Através dessa perspectiva, vários autores têm analisado a formação histórica de determinadas regiões como fundamento explicativo do desenvolvimento diferenciado de algumas delas. Ou seja, um dos componentes centrais para o estudo de determinada coletividade está em buscar as causas históricas de sua formação. Principalmente, ao considerar que, atualmente, as discussões giram em torno da existência de inúmeros processos de desenvolvimento, que deveriam ter como eixo as necessidades e interesses locais, ou seja, que “cada localidade, comunidade, municipalidade [...] poderá e deverá optar por um processo de desenvolvimento que respeite os seus valores e recursos específicos” (BECKER, 2001c, p. 49).

Não se pretende negar a importância do crescimento econômico. Contudo, mesmo que a elevação do PIB *per capita* apareça como um objetivo importante e desejável, ele não significa melhoria na qualidade de vida, em termos de saúde, educação e de maior liberdade de opção. Ele é uma condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento. É nesse sentido a afirmativa de Kliksberg (2000), de que deveria se levar em conta que ele é um meio a serviço de fins maiores. Ou seja, junto ao desenvolvimento econômico, torna-se necessário alavancar o desenvolvimento social. Desse modo, objetivando focar e contextualizar características referentes ao município, abordaremos aspectos de sua formação sociocultural e econômica, os quais tem íntima relação com a história de outros municípios, na medida em que a região vivenciou um processo de emancipações.

3.1 Origem e evolução

O município de Santa Cruz do Sul teve sua origem no início do século XIX a partir da política do governo imperial brasileiro de atrair imigrantes europeus para a região Sul. Para Silveira (1997), a imigração alemã para o Brasil reflete as profundas mudanças do capitalismo, tanto interno como externo. No âmbito interno, o esgotamento da economia escravagista e a necessidade de povoar e de criar outras

fontes econômicas para a região levaram o governo a incentivar a imigração de europeus, principalmente alemães e italianos. No âmbito externo, as transformações estruturais que vinham ocorrendo em países da Europa, cujas características eram mudanças, tanto na base de produção quanto nas relações de trabalho, geraram excedentes populacionais, que encontraram, na emigração, uma alternativa de melhores condições de vida.

De outro lado, os imigrantes alemães que chegaram à região, em 1849, como colonizadores, foram incentivados por interesses do governo alemão, que via, nesse processo, uma forma de expansão de sua economia, como também do governo brasileiro, no sentido de povoar e produzir alimentos (CUNHA, 1994). Já Godinho et al. (1980), acrescentam que a imigração européia possibilitava a solução dos problemas de carência de força de trabalho, da desigualdade na distribuição populacional como de sua baixa densidade. Para Vogt (1994), as colônias de imigrantes tinham como objetivo econômico, atender às necessidades internas do mercado de produtos agrícolas, e não a exportação. Embora sob ótica diferente, esses autores relatam as dimensões da evolução econômica do município e o aprofundamento das relações capitalistas ao longo de sua formação, pelo que nos limitaremos a breves referências do processo.

Segundo Godinho et al. (1980), a evolução econômica de Santa Cruz do Sul admite uma periodização em função de algumas peculiaridades, tais como: a economia de subsistência, de 1849 a 1859; a produção simples de mercadorias e a estruturação dos setores econômicos através da expansão da agricultura e exportação dos excedentes, de 1860 a 1881; a integração e a divisão inter-regional do trabalho, de 1882 a 1917; a expansão do capitalismo na economia da região, de 1918 a 1965; e o ingresso e consolidação do capital internacional, de 1966 a 1975. Já Vogt (1994), ao remontar os vínculos estabelecidos entre os produtores de matéria-prima e o mercado, propõe uma periodização diferente. Em sua análise, o primeiro período se situa entre a fundação da colônia até 1916, em que a subordinação do produtor está em relação ao comerciante. O segundo período ocorre de 1917 a 1993, quando a subordinação do produtor se transfere gradualmente para a agroindústria. Embora a periodização proposta por Vogt se fundamente em uma questão muito importante, que foi a subordinação dos

fumicultores ao capital, adotaremos a periodização proposta por Godinho et al. (1980), por entendermos que o período de 1849 a 1959 foi muito diferente dos demais, pelas demandas e pelo predomínio de relações horizontais.

Foram muitas as dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães na colônia recém-constituída: a região inóspita coberta de florestas; a insuficiência de recursos uma vez que “as promessas públicas de que os imigrantes seriam contemplados não só com terras, mas com insumos básicos e créditos poucas vezes (se alguma) foram cumpridas na íntegra” (PAIVA, 2004, p. 49); o isolamento social em função da língua e da cultura e a inexistência de uma estrutura econômica anterior. Essas dificuldades requereram dos imigrantes o desenvolvimento de unidades familiares de subsistência, que produziam, desde tecidos rústicos, farinha, açúcar mascavo, até fumo preparado. Por outro lado, pelas condições encontradas na colônia, os imigrantes foram levados a desenvolver relações de cooperação, de solidariedade, de confiança e um profundo sentimento associativo.

Gradativamente a colônia, elevada a freguesia em 1859, vai-se especializando na produção de fumo, expandindo a agricultura e, conseqüentemente, produzindo excedentes para a exportação, destacando-se a cultura do fumo, como referem Godinho et al. (1980) e Krause (1991). Portanto, é crescente o poder conformador da fumicultura sobre a agricultura local. Outro aspecto, ressaltado por Krause (1991), é o crescimento da população, que, em 1860, estava em torno de 2.500 habitantes e, em 1881, em 18.000. A partir da oferta de mão-de-obra, do aumento da produção agrícola e do excedente monetário, foram criadas possibilidades de acumulação e do surgimento de outras atividades não agrícolas.

Roche (1969), que também ressalta a expansão da agricultura a partir de 1861, define o fumo como o produto de maior valor comercial, representando, na safra de 1861, 34% do total da produção agrícola no município. A diversificação da produção e uma forte acumulação levaram ao crescimento do artesanato e ao desenvolvimento de casas comerciais. Estas últimas exerciam, além das funções de intermediar o processo de compra e venda dos produtos coloniais, a função de “banco”, na medida em que recebiam depósitos e emprestavam dinheiro. Ou, como refere Paiva (2004, p. 49), “os vendedores assumiram papel de ‘banqueiros’, [...] a

despeito deles mesmos operarem com baixíssima liquidez”. Ou seja, “são as condições dadas na Colônia nos seus primeiros anos que determinam a configuração da unidade de produção e consumo - a família do colono imigrante – como unidade familiar de subsistência” (CUNHA, 1991, p. 132). Esta forma social de produção, enfocada por Ramos e Marino (2004), é definida como economia natural de subsistência desenvolvida pela imigração colonizadora dos europeus no Rio Grande do Sul. Segundo os autores,

essa colonização ‘transplanta’ um sistema de relações de produção semelhante ao dos pioneiros nos Estados Unidos e dos colonizadores do Canadá e da Austrália, pela natureza familiar dos assentados, liberdade formal de ação econômica, e integração do trabalho e dos meios de produção nas mãos dos cultivadores. (2004, p. 92).

Outra forma de produção é o minifúndio familiar de subsistência, a qual “emerge da anterior, na medida em que as condições históricas e a própria evolução das colônias permitiram sistematizar, em alguma medida, a produção e comercializar parte do que não era consumido na propriedade”. Permanece a mão-de-obra familiar nos moldes tradicionais. “O eventual excedente é comercializado com intuito de obter renda monetária para suprir necessidades de cunho familiar”. Os excedentes eram comercializados por comerciantes “vindos da Europa com capital inicial próprio” e que se apropriaram dos excedentes produzidos na agricultura colonial (RAMOS e MARINO, 2004, p. 93).

Como decorrência da evolução econômica, em 1872, já existia, em Santa Cruz do Sul, sessenta estabelecimentos industriais; isso dezoito anos após a colonização. Portanto, a entrada dos imigrantes alemães impulsionou a agricultura, mudando a fisionomia econômica com o desenvolvimento da pequena indústria (SOTO e VALENTIM, 2002). Desse modo, a independência da Vila de São João de Santa Cruz, em 1877, representou para Rio Pardo, por quem era governada, “perdas consideráveis de ricos territórios e de vigorosa economia desse núcleo de colonização alemã” (SOTO e VALENTIM, 2002, p. 33).

Em resumo, observa-se, a partir de 1860, uma divisão territorial do trabalho, em que as atividades industriais e comerciais se centraram, majoritariamente, no núcleo urbano. Outro aspecto observado é o crescimento da economia de Santa Cruz do

Sul acompanhado da expansão populacional. Para Cunha (1991), embora persista a produção de subsistência nesse período, intensifica-se a produção para o mercado. De acordo com o autor, o crescimento econômico verificado na colônia teve como fulcro, os efeitos da Lei Provincial n.º 304, de 1854, que estabelecia um prazo de três anos para o pagamento de 1/10 do valor dos lotes, além do ressarcimento das despesas pagas pelo governo com transporte, hospedagem inicial e subsídios. Frente à necessidade da quitação das terras para a obtenção da propriedade, estimulou-se a produção do excedente agrícola para a exportação.

Fatores contingenciais, como as condições adversas da colônia, a necessidade de renda para a quitação das terras e dos subsídios recebidos, levaram ao desenvolvimento da coesão familiar e comunitária. No plano comunitário, a prevalência da cooperação e da confiança, confluem para as características referidas por Putnam (2000) e refletidas no grau de associativismo e acatamento às normas de comportamento cívico, tais como pagamento de impostos e os cuidados com que são tratados os “bens comuns”.

A partir da incorporação ao mercado capitalista, efetiva-se também a integração ao mercado inter-regional do trabalho, como evidenciam as exportações de produtos agrícolas para Rio e São Paulo e as importações oriundas desses Estados e do Exterior, com a criação das condições para o ingresso do capital. No entanto, a complexificação da economia e o crescimento populacional requeriam planejamento urbano e investimentos em infra-estrutura. Com a construção da estrada de ferro, inaugurada em 1905, houve um novo impulso à exportação de produtos agrícolas. Ou, como refere Roche (1969, p. 63), “o exemplo mais característico da influência da estrada de ferro sobre o crescimento da exportação agrícola é o de Santa Cruz”, que “quase dobrou instantaneamente e mudou de composição, estimulando a produção através de novas perspectivas”. Contribuiu também para o desenvolvimento do município a criação da Caixa Cooperativa de Santa Cruz do Sul, que, em 1938, deu origem ao Banco Agrícola Mercantil, sendo também desse período a instalação dos serviços de energia elétrica e da rede hidráulica, inauguradas, respectivamente, em 1906 e em 1908.

Por fim, economicamente, o período de 1882 a 1917 distingue-se por iniciativas comerciais e industriais e pela permanência da acumulação na comercialização e exportação de produtos, marcando o início da articulação das relações capitalistas que posteriormente se sedimentaram. Dadas as condições para dominação capitalista, engendraram-se transformações nas relações de produção, com início no setor fumageiro e posterior extensão, com menor intensidade, aos demais setores, que alteraram as relações de produção no setor agrícola.

Segundo Krause (1991), o período de 1918 a 1965 tem, por característica, a expansão do capitalismo na economia local, com rearticulação e concentração de algumas empresas diante de uma realidade de maior competitividade. A tônica desse período foi a consolidação da indústria, principalmente a fumageira, um setor importante na produção industrial de Santa Cruz do Sul. Foram instaladas novas unidades de produção industrial, tanto para o beneficiamento de fumo como para a fabricação de cigarros, e, em menor escala, as voltadas a outros ramos. Nesse período, a indústria de fumo já se define como o setor mais importante na economia local. No entanto, a instalação da Souza Cruz, em 1917, sinalizou o primeiro avanço do capital monopolista sobre a indústria de fumo local.

Por último, acrescentamos dois eventos. O primeiro refere-se ao processo de internacionalização do setor fumageiro como resultado da crise econômica que assolou as indústrias fumageiras locais. Já o segundo diz respeito às fusões e incorporações ocorridas, nesse mesmo setor, na década de noventa. O processo de transnacionalização, ocorrido na década de setenta, introduziu mudanças no processo produtivo na área agrícola, como também gerou um aumento da demanda de mão-de-obra urbana. Diferentemente do período anterior, em que as relações de produção no setor agrícola não foram atingidas, nessa fase, segundo Silveira (1999), “as multinacionais, além de promoverem um relativo aumento do valor pago ao produtor, passaram também a impor o emprego de novas tecnologias aos colonos, de forma a aumentar a produtividade e a qualidade do produto” (p. 77). Dessa forma, na década de setenta, ocorre um incremento na produção fumageira, através do “aumento da área plantada e da produtividade nas propriedades rurais, bem como a modernização e ampliação do processo de beneficiamento de fumo nas usinas”, em decorrência das transformações introduzidas pelas multinacionais (p. 79).

Por conseguinte, aprofunda-se a dependência do fumicultor em relação às indústrias através dos “projetos integrados”. Essa foi a forma que o “capital nacional e internacional encontrou por ‘monopsonizar’ o excedente potencial produzido por esta pequena propriedade”. Com o nome de minifúndio integrado, essa forma de produção tem como característica, o “vínculo contratual entre produtor (minifúndio familiar) e a indústria ou cooperativa contratadora. Decorre desses contratos “o fornecimento de insumos, assistência técnica e garantia de uma certa quota de produção pelas entidades contratadoras e uma certa quota de produção pelo agricultor contratado” (RAMOS e MARINO, 2004, p. 95).

No segundo momento, as fusões e incorporações ocorridas no início da década de noventa incidiram, diretamente, na oferta de empregos, havendo uma progressiva e acentuada redução, que será pontuada no próximo tópico. Essa redução teve, como origem, entre outros fatores, a reestruturação produtiva das empresas, decorrente da reestruturação econômica das nações e da inovação tecnológica. Para Müller (2001), “o atual processo de integração – expresso pela globalização – desencadeou um movimento geral de competição, de confronto”, que não se restringiu à economia, estendendo-se “às formas de sociabilidade, à política e à cultura” (p. 122).

3.2 Aspectos socioculturais

Ao longo do processo histórico de formação da economia do município de Santa Cruz do Sul, ocorreram profundas transformações, como vimos no tópico anterior, que incidiram sobre o desenvolvimento social, apontando um descompasso entre a esfera econômica e a social (CARRARO et al., 2002). Na perspectiva de identificar as mudanças sociais ocorridas no município, decorrentes do crescimento econômico, e estabelecer relações entre essas variáveis, passaremos a considerar algumas questões baseadas em informações que, embora esparsas e descontínuas, são mencionadas por alguns autores, entre os quais Cunha (1991), Vogt (2001) e Silveira (1997, 1999, 2000) e que contribuem, de forma significativa, para preencher essa lacuna.

Preliminarmente, é necessário tecer alguns comentários sobre a unidade social de trabalho que se constituiu na colônia. Para tanto, recorreremos a Cunha (1991), que, em seu livro *Os Colonos Alemães e a Fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*, ressalta o papel “da família como unidade social de trabalho articulada por força das exigências diretas da produção econômica, constituindo-se”, simultaneamente, unidade de consumo como “elemento de reprodução física e social” de seus membros e unidade de produção como “elemento de produção econômica” (p. 129). Para Shanin (1983), a constituição familiar dos imigrantes de Santa Cruz configura o caráter de “unidade doméstica campesina,” definida por ele, como de “produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua” (*apud* CUNHA, 1991, p. 131). Como *unidade de produção e consumo*, “é a família que detém e organiza o essencial da vida econômica”, produzindo “os bens necessários à sua subsistência e outros” para as trocas; como *unidade de posse*, caracteriza-se a propriedade, na visão da família, como familiar e não pessoal de seu chefe, sendo esse “mais quem dirige a propriedade do que proprietário”; como *unidade de socialização*, é na família “e por meio dela que os indivíduos tornam-se membros de uma sociedade”, introjetando “comportamentos, papéis sexuais, obrigações e direitos que vêm anexos a eles”, como “*unidade de sociabilidade*, é através da família que se define o prestígio e a posição do indivíduo na comunidade local”. Logo, prestígio e posição individuais “são determinados pelo prestígio da família a que pertence o indivíduo e pela posição que ele ocupa dentro dela”; por fim, “como *unidade de apoio moral e ajuda econômica* mútua”, a família se define pela característica de estreita coesão: “o indivíduo não conta por direito próprio, ele não é senão uma parte do conjunto familiar e seria ilógico supor que sua existência como indivíduo possa se dar fora da unidade familiar” (p. 131-132).

Portanto, a partir das condições encontradas na colônia, define-se a família do imigrante como unidade de produção familiar. Essa forma de organização também é observada na formação social dos imigrantes dos EUA. Embora a pesquisa de Sanders e Nee (1996) seja recente, ela evidencia que o auto-emprego foi, por muito tempo, uma estratégia importante dos imigrantes para vantagens econômicas e sociais. Esses autores apontam que o espaço familiar criou condições que tornaram factível uma estratégia-chave de sobrevivência entre os imigrantes: o auto-emprego.

Para os pesquisadores, que focam o papel da instituição familiar, como situam em seu artigo *Immigrant Self-Employment: The Family as Social Capital and the Value of Human Capital*¹³, os custos de produção, transação e informação são minimizados pela unidade familiar, além de facilitar trocas sociais, cooperação e acesso a bens coletivos.

Frente à vulnerabilidade da situação inicial, as pessoas se valeram da gestão de seu capital relacional, tanto na estrutura familiar, como também na vizinhança e na comunidade, que asseguram uma proteção mais próxima, levando, segundo Cunha (1991), à estreita coesão familiar. Ou, dito de outra forma, frente às dificuldades e os riscos, as pessoas buscaram a proteção existente nas instituições familiar e comunitária. Por essa via, foram formas agregadoras a família e a comunidade, pois, na medida em que a instituição familiar representou a forma de integração, também foi através dela que ocorreu o fortalecimento da identidade cultural, que propiciou a sobrevivência dos imigrantes. Observa-se que foram as condições concretas em que se deram as relações sociais de trabalho que estabeleceram os fundamentos socioculturais e econômicos da colônia. Nessas relações, estão presentes a cooperação e a confiança entre as pessoas e entre as pessoas e as suas instituições, características que se fazem presentes nas atuais discussões sobre capital social (D'ARAUJO, 2003, p. 58).

Como já referido, as dificuldades encontradas pelos imigrantes eram de toda a ordem, desenvolvendo, entre eles, um profundo sentimento associativo. Frente às demandas e necessidades presentes em seu cotidiano, passaram a organizar-se de diferentes modos. Radünz (2001, p. 157) ressalta a evidente hierarquização da vida econômica, educacional, religiosa e associativa nas colônias. Desse modo,

desassistidos em termos de escola e religião, buscaram na organização das comunidades suprir essa lacuna. Carregando uma tradição associativa, os colonos também dispuseram esforços para criarem as sociedades culturais nas suas mais diversas formas. Esse quadrimônio – cooperativas, comunidade, escola e sociedade identificam o colono alemão no RS. (RADÜNZ, 2001, p. 147).

¹³ Auto-emprego Imigrante: a família como capital social e o valor do capital humano.

Para os imigrantes, a educação dos filhos era de suma importância e, na medida em que o governo imperial descuidava da instrução escolar das colônias, o processo educativo nas mesmas ficou, em grande parte, sob a responsabilidade dos próprios imigrantes. Essas escolas propiciaram a elevação dos níveis educacionais no Rio Grande do Sul em geral e nas colônias em particular. Kipper (1979) refere que, em 1890, Santa Cruz do Sul foi o segundo município do Estado em alfabetização, com 54% de seus habitantes alfabetizados, (*apud* WINK, 2000). As escolas cresceram rapidamente e tiveram grande aproximação com as comunidades.

Embora as primeiras evidências de manifestações culturais tenham ocorrido nas escolas, as atividades sociorreligiosas foram outra forma social importante. Entre as diferentes formas de socialização, evidenciam-se algumas características comuns, como “a vontade de congregar, associar e trocar experiências”. Decorre daí que as comunidades, em termos sociais, tinham, por característica, um profundo sentimento congregativo (p. 156). Para Radünz (2001), “o espírito de sociabilidade faz parte do acervo de tradições trazidas pelos imigrantes” (p. 157).

Passadas as primeiras décadas, o crescimento econômico era evidente e intensa a vida cultural do município. Gradativamente, vão-se modificando alguns aspectos, inclusive os espaços urbanos. Crescem os resultados financeiros, mas também, nas mesmas proporções, as demandas sociais, que assumem formas e características específicas. Ou seja, na medida do crescimento econômico evidenciam-se dificuldades sociais, em parte, como decorrência do processo migratório que se intensificou na década de setenta, pois “a internacionalização do setor fumageiro e as mudanças introduzidas no processo produtivo do setor transformaram substancialmente as condições de acumulação de capital” (SILVEIRA, 1999, p. 27), influenciando, pela oferta de empregos, o fluxo migratório. Esses migrantes eram originários dos municípios vizinhos, como também da zona rural de Santa Cruz do Sul, estes últimos, pequenos agricultores, que vinham com suas famílias para a cidade. Como se observa, de 1940 a 2000, houve uma inversão dos percentuais das populações urbana e rural, de tal forma que, em 2000, 87,13% da população era urbana, fenômeno que não se restringiu a Santa Cruz do Sul (Ilustração 4).

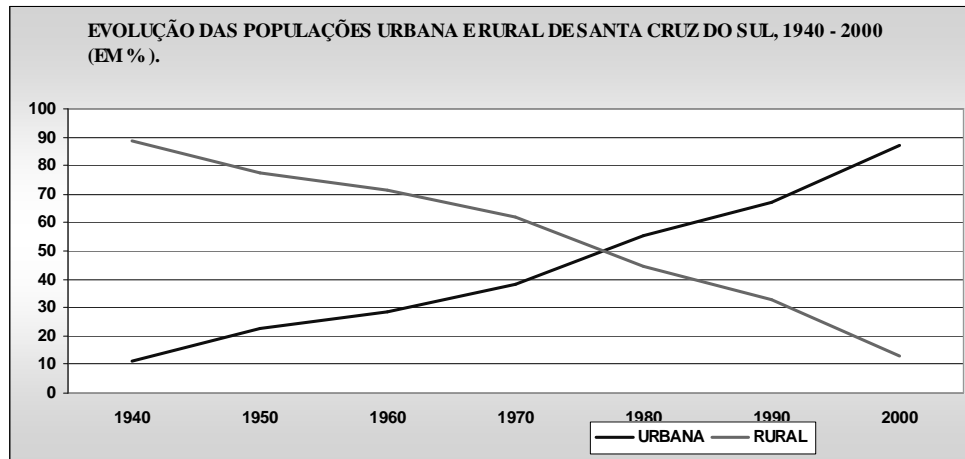


Ilustração 04 – Gráfico da evolução das populações urbana e rural de Santa Cruz do Sul
Fonte: 1940-1970 (SILVEIRA, 1999); 1980-1990 (WINK, 2000); (IBGE, 2000).

Embora Silveira (1999) ressalte que as migrações se mantiveram intensas nos anos oitenta e nos primeiros anos da década de noventa, é a partir dos anos setenta que se evidencia uma reestruturação da ocupação da mão-de-obra na economia local. Até então, 86% da força de trabalho ocupada estava alocada nas atividades primárias, quando então passaram a predominar as atividades secundárias e terciárias, gerando intensa migração para o núcleo urbano. Atraídos por melhores condições de vida e pela oferta de postos de trabalho, os migrantes buscam o emprego, em especial o emprego temporário. Para Vogt (1994, p. 176), os operários referidos na Tabela 01, página 75, produto da estatística industrial de 1916, são, provavelmente, trabalhadores empregados temporariamente, ou seja, aqueles ocupados nos meses de safra. Esse tipo de trabalho deixa um grande contingente de trabalhadores desempregados no período da entressafra, o que vem se constituindo um problema social para o município, desde a década de quarenta. No período anterior, essa mão-de-obra, na falta de emprego fabril, era absorvida pelo meio rural, alterando-se, posteriormente, com o advento das leis trabalhistas (VOGT, 1994). Como se observa, o emprego temporário vem acompanhando a evolução da indústria fumageira. O número de postos de trabalho, com este tipo de vínculo no setor, teve uma trajetória ascendente, mantendo-se em torno de 2000 vagas até o final dos anos sessenta (VOGT, 1994), passando, em 1979, para 7.584, em 1985, para 9.002, em 1986, para 9.725 (SILVEIRA, 1999), atingindo, em 1990, 9.941 postos de trabalho, quando passou a decrescer.

Tabela 1- Número de operários alocados nos estabelecimentos fumageiros de S.C.S (1916)

Estabelecimentos de fumo preparado	Número/ operários
Adolfo Iserhard	15
A. E. Hennig & Cia.	135
José Etges F. & Cia.	40
Alfredo Schütz	150
Irmãos Schütz	120
Augusto Bauermann	06
Teorodo F. Schiling	12
J. N. Kliemann	120

Fonte: adaptado de Vogt, 1994, p. 69

Crescem, dessa forma, os problemas do município. Por um lado, ocorre o afluxo dos migrantes em busca de oportunidades ocupacionais e, por outro lado, o decréscimo do número de postos de trabalho disponíveis. Como refere Silveira (2000), os trabalhadores safristas podem ser classificados em dois grandes grupos, segundo a origem: trabalhadores das vilas periféricas e trabalhadores das áreas rurais, tendo ambos, como perfil, a baixa escolaridade, já que a maioria tem o primeiro grau incompleto. Para a cidade, como conclui Silveira (2000), além de representar um aprofundamento da segregação espacial, esse processo tem, em razão disso, significado um progressivo aumento dos problemas sociais – incremento dos níveis de criminalidade, de mendicância, da informalidade, das invasões de áreas verdes, etc. Já, para os trabalhadores safristas, moradores das vilas populares “da periferia urbana, esse processo tem representado o aumento das demandas básicas de infra-estrutura, o acréscimo das dificuldades para garantir a sua reprodução” (p. 37).

São dois momentos distintos e marcantes que ocorreram nas últimas três décadas do último século, com sérios reflexos sociais para o município. No primeiro, há o intenso movimento de migração e a conseqüente urbanização, em que os migrantes se transferiram para o município em busca de um novo território de inserção, modificando os modos de vida, o meio e a forma de desenvolvimento da sociedade. No segundo, a nova organização do trabalho, acompanhando um capitalismo em transformação, produz um grande contingente de excluídos. Decorre daí que o trabalho, que significa estar socialmente inserido e que, nas sociedades industriais, é o eixo da estruturação da sociabilidade, passa a evidenciar uma extrema precariedade, tanto em relação a sua organização quanto no diz respeito à estruturação social.

Soma-se a isso o processo de migração, que fragiliza as redes de relações primárias (relações de vizinhança), que são substituídas por relações secundárias, que, por sua vez, acabam por debilitar as tradições. Por essa via, a expansão social provoca o enfraquecimento da coesão social, que não vem sendo tratada como objetivo estratégico, principalmente, nas zonas carentes da cidade. Nessa perspectiva, “a cidade constitui-se no *locus* da atomização” (KEIL, 2001, p. 95). Entretanto, como afirma Gil (2002), as cidades não podem resignar-se “a ser continentes passivos das problemáticas sociais, culturais e ambientais derivadas da globalização e da perda de capacidade reguladora dos poderes públicos estatais e supraestatais” (p. 80). Elas devem ser o espaço com vigência econômica, buscando tanto a coesão social quanto uma identidade cultural ou ser capaz de construí-la.

Entendemos, assim como Castel (1998), que, quando há participação do trabalhador, esta se dá na subordinação, ou seja, no consumo (mas no de massa), na instrução (mas na primária), no lazer (mas no popular), na habitação (mas na popular). A isso julgamos interessante acrescentar a ocupação do território (mas no espaço menos valorizado). Nesse sentido, conforme Carraro et al. (2002, p. 149) “a renda elevada do município de Santa Cruz do Sul se contrapõe aos índices sociais que, muitas vezes, se equiparam aos de municípios agrícolas”, demonstrando que “a renda per capita de Santa Cruz do Sul é muito concentrada, o que se traduz em fracos indicadores sociais e em outros desequilíbrios sociais do Município”.

3.3 Processo de industrialização e reestruturação produtiva

Ao focar-se o desenvolvimento econômico, evidencia-se a importância do processo de industrialização para a economia do município. Nessa perspectiva, cabe contextualizar esse processo em Santa Cruz do Sul e também o papel dos diferentes setores na composição do parque industrial. Para tanto, recorreremos à origem desse processo, do qual ressaltaremos as transformações que incidiram, em particular, sobre a migração, suas causas e os reflexos locais.

Embora, como reconhece Silveira (1997), existam três diferentes linhas de interpretação sobre a origem do capital das primeiras indústrias, o processo de desenvolvimento industrial de Santa Cruz do Sul “se explica tanto pela substituição

dos produtos estrangeiros importados como defende Singer, quanto pelo capital acumulado pelos comerciantes e pelo desenvolvimento do artesanato urbano”, como argumenta Roche (1969), (*apud* SILVEIRA, 1997, p. 62).

O crescente processo de industrialização iniciou na colônia ainda nas últimas décadas do século XIX. Krause (1991), apoiada em publicação do jornal *Kolonie*, datado de 21/05/1892, refere a existência de quatorze indústrias (três fundições, uma fábrica de formas para sapatos, três engenhos de serrarias, uma fábrica de tachos de cobre e latão, três fábricas de telhas e tijolos, uma fábrica de cal e duas fábricas de fumo). Embora a evidência do surgimento gradual e diversificado dos estabelecimentos fabris e artesanais tenha sido precedente à segunda década do século XX, enfatizaremos o processo de industrialização a partir desse período, já que, é nesse período que a economia local passou a experimentar os reflexos das relações especificamente capitalistas, que, inicialmente, ocorreram na indústria, em particular, na fumageira.

É importante ressaltar que o setor industrial já vinha se destacando na economia de Santa Cruz do Sul, conforme mostra a estatística industrial de 1916 (Tabela 2). Krause (1991) registra, ainda, a existência da fábrica de cerveja, bebidas sem álcool e gelo Iserhard e Holtz, com quarenta operários; a fundição de ferro Schreiner, com 25 operários; a fábrica Binz, também do ramo de fundição, com cem operários e a fábrica de refinamento de banha Tatsch & Cia., com vinte operários. Ademais, é nesse período que a importância da indústria fumageira começa a ser ressaltada.

Tabela 2- Estabelecimentos de fumo preparado existentes em S.C.S (1916)

Proprietários	Capital (réis)	Valor produção (réis)	Número/ operários
Adolfo Iserhard	40:000\$000	60:000\$000	15
A. E. Hennig & Cia.	120:000\$000	150:000\$000	135
José Etges F. & Cia.	50:000\$000	70:000\$000	40
Alfredo Schütz	150:000\$000	200:000\$000	150
Irmãos Schütz	120:000\$000	150:000\$000	120
Augusto Bauermann	10:000\$000	15:000\$000	06
Teorodo F. Schiling	40:000\$000	60:000\$000	12
J. N. Kliemann	110:000\$000	150:000\$000	120

Fonte: Vogt, 1994, p. 69

No entanto, um marco no crescimento do setor fumageiro foi a instalação, em 1917, da Souza Cruz¹⁴, então denominada *The Brazilian Tobacco Corporation*. A instalação dessa empresa incidiu, de forma direta, sobre a estruturação do setor com a introdução de novas tecnologias no plantio, como também de novos tipos de fumo. Outro aspecto importante na consolidação das indústrias fumageiras foi a criação da Companhia de Fumos Santa Cruz, que resultou da junção de seis empresas do ramo fumageiro local para o enfrentamento da nova fase que se iniciava. Essas empresas foram: Irmãos Schutz, Lindolfo Grawunder, Schilling e Cia. J. N. Klieman, José Etges Filhos & Cia. e Adolfo Iserhard. Seguiram-se, ainda, as instalações de novas unidades, tanto de beneficiamento de fumo como de fabricação de cigarros, entre as quais Tabacos Tatch (1932), Companhia de Cigarros Sinimbu (1948). Também é desse período a criação da fábrica de bolacha de Halvíncek e Müller (1920), da fábrica de caramelos e chocolates Sulina (1923) e da fábrica de artefatos de borracha Mercur (1924).

Como se observa, a fumicultura persistia, conforme já vinha ocorrendo desde 1860. O principal produto comercializado pelo município experimentou, após a Primeira Guerra Mundial, um período de grande crescimento e expansão. Porém, o estímulo proporcionado pelo rendimento da cultura levou a uma superprodução no final da década de quarenta, que, somada à redução das exportações provocada por conjunturas do mercado internacional, desencadeou uma profunda crise do setor fumageiro em Santa Cruz do Sul, a qual se estendeu por vinte anos (VOGT, 1994). Este mesmo autor apresenta um quadro ressaltando as empresas fumageiras em atividade em 1956, segundo a origem do capital (Ilustração 5).

¹⁴ Inicialmente denominada *The Brazilian Tobacco Corporation*, passou, em 1920, a ser denominada Companhia Brasileira de Fumo em Folha e, em 1955, Souza Cruz, (Vogt, 1997 *apud* Wink, 2000, p. 123).

Fábricas de cigarro	Origem do capital
Cia. de Cigarros Sinimbu	Local
Cia. de Fumos Santa Cruz	Local
Beneficiamento e exportação	Origem do capital
Cia. de Cigarros Souza Cruz	Anglo-americana
Exportadora Henning S/A	Local
Fábrica de Cigarros Sudan	Paulista
Ind. de Tabacos Santa Cruz Ltda. ¹⁵	Local
Kliemann & Cia. Ltda.	Local
Tabacos Tatsch S/A	Local
Loewenhaupt & Cia. Ltda. ¹⁶	Local
Boettcher e Wartchow	Local
Carl Leoni Torres e Cia. Ltda. ¹⁷	Porto-alegrense

Ilustração 5- Quadro das indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul segundo a origem do capital – 1956

Fonte: FONTOURA, J. Waldemar *Guia Geral do município de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: s/ed.1956, (apud VOGT, 1994 p.105).

Não obstante as dificuldades enfrentadas em 1965, o Cadastro Industrial desse ano apresenta 515 estabelecimentos industriais existentes em Santa Cruz do Sul, dos quais 435 (84,5%) ocupavam de uma a quatro pessoas, sessenta (13,4%) de cinco a 49 pessoas, respectivamente, sendo que apenas seis estabelecimentos ocupavam de 55-90 pessoas, e cinco, de cem a 249. Dos cinco estabelecimentos com maior ocupação de pessoas, um é a indústria da borracha e quatro do fumo (KRAUSE, 1991).

A partir de 1965, iniciou-se o processo de desnacionalização das indústrias de fumo, em decorrência da crise da indústria fumageira local, com origem nas políticas governamentais antiinflacionárias adotadas em 1962 e aprofundadas em 1964, como também da política econômica que favoreceu a entrada do capital internacional. A redução do crédito ao setor privado e o arrocho salarial reduziram o consumo e a atividade produtiva dos setores comercial e industrial. Esses fatores favoreceram a concentração do capital industrial e a entrada das empresas estrangeiras (Ilustração 6). Permaneceram fora desse processo de internacionalização das indústrias de fumo, no primeiro momento, a Fábrica de Cigarros Sudan, de capital nacional, que, no entanto, foi incorporada em 1991 pela *Dibrell Brothers Inc.*, e a Souza Cruz, de capital anglo-americano.

¹⁵ Quanto a esta empresa, Silveira (1999) refere que não encontrou informações relativas ao período posterior a 1956.

¹⁶ Segundo o mesmo autor, Loewenhaupt & Cia. Ltda. transferiu-se para Venâncio Aires, onde foi incorporada pela *Dibrell Brothers Inc.* (SILVEIRA, 1999).

¹⁷ Silveira (1999) também afirma não ter encontrado informações quanto ao futuro da empresa Carl Leoni Torres e Cia. Ltda.

Empresas instaladas até 1965 (por origem do capital)	Alterações na propriedade das empresas entre 1966 e 1974 (por origem do capital)	Propriedades das empresas – 1975/77 (por origem do capital)
Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional) Cia. de Fumos Santa Cruz – 1918 (nacional) Cia. De Cigarros Souza Cruz – 1917 (anglo-americana) Cia. de Cigarros Sinimbu – 1948 (nacional) Exportadora Henning S/A – 1890 (nacional) Tabacos Tatsch S/A – 1932 (nacional) Kliemann & Cia. Ltda. – 1915 (nacional) Boettcher e Wartchow – 1932 (nacional)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional) Grupo Remitsmann – 1970 (Alemã) Cia. de Cigarros Souza Cruz – 1917 (anglo-americana) Grupo Brinkmann – 1970/72 (alemã) Tabacos Tatsch S/A – (nacional) Kliemann & Cia. Ltda. – (nacional) Boettcher e Wartchow – (nacional) Armanda S/A – ind. e Com. – 1968 – (alemã) Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda. – 1970 (americana) Cia. Meridinal de Tabacos – 1974 – (francesa)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional) Phillip Morris Inc. – 1975 – (americana). Cia. de Cigarros Souza Cruz – 1917 (anglo-americana) RJ Reynolds Tab. do Brasil – 1975 – (americana) Tabacos Brasileiros – 1976 – (americana) Kliemann & Cia. (nacional) Boettcher e Wartchow – (nacional) Armanda S/A – ind. e Com. – 1968 – (alemã) Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda. – 1970 (americana) Cia. Meridinal de Tabacos – 1974 – (francesa)

Ilustração 6 – Quadro demonstrativo da desnacionalização da indústria do fumo Santa Cruz do Sul.
Fonte: SILVEIRA (1999).

Frente aos novos cenários competitivos, como forma de dotar as organizações de maior eficiência e eficácia, predominaram (e predominam) as fusões e associações empresariais. Após a transnacionalização do setor fumageiro, que se deu a partir de meados dos anos sessenta e começo dos anos setenta, ocorreu uma fase de incorporações e fusões¹⁸ no início da década de noventa promovendo transformações tecnológicas e econômicas, que incidiram sobre a oferta de empregos. Está presente, nesse processo, de um lado, a transnacionalização dos espaços econômicos nacionais e, de outro lado, a regionalização, ou melhor, a territorialização dos espaços sociais. Ou seja, potencializam-se a produção e a reprodução do capital financeiro, interpondo dificuldades crescentes à reprodução da vida, ou melhor, à reprodução da força de trabalho, como ressalta Becker (2001a), evidenciadas pelas drásticas mudanças sociais.

Cabe ressaltar que a década de noventa teve, como característica, uma intensa mudança no trabalho fabril, tanto no nível internacional como no nacional e no local. Vários setores industriais sofreram importantes transformações em seus

¹⁸ Em 1991, a Fábrica de Cigarros Sudan S/A foi incorporada pela Dibrell Brothers Inc.; a RJ Reynolds Tabacos do Brasil passou a fábrica de cigarros para a Phillip Morris e seu Departamento de Fumo para a Dobra Tabacos, que após foi adquirida pela Souza Cruz; a Tabacos Brasileiros Ltda. foi controlada pelo Grupo Universal Leaf, Kliemann & Cia e Armada S/A – Ind. foram encampadas também pelo Grupo Universal Leaf. Já, em 1994, a Tabra – Exp. de Tabacos do Brasil Ltda., com a fusão da Monk Austin Inc. e Dibrell Brothers, constituiu a Dimon Incorporated, enquanto a Tabacos Boettcher e Wartchow entrou em falência em 1995 (SILVEIRA, 1999, p. 76).

processos produtivos, que resultaram numa alta produtividade do capital, em alguma ampliação da competitividade internacional e nacional de certos produtos e em sensível aumento da produtividade, redundando, também, na diminuição do nível de emprego industrial. Essas mudanças, cuja propensão foi o encolhimento quantitativo do emprego fabril, reestruturaram as formas de uso e gerenciamento do trabalho industrial. Paralelamente às transformações na organização do trabalho e do tecido industrial, as empresas intensificaram o foco em determinadas atividades, externalizando outras através da terceirização. Tal atenuante não nega, no entanto, a tendência recente (e persistente) de ampliar a distância entre o processo de crescimento da produtividade e a geração de emprego (GUIMARÃES, 2001).

Embora todos os setores industriais tenham sofrido as modificações da reestruturação produtiva na década de noventa, nas empresas locais observam-se diferentes trajetórias entre os setores industriais no que se refere à oferta de emprego. Como já foi referido na introdução deste trabalho, no período de 1990 a 2000, houve um decréscimo de 22,8% do emprego industrial de Santa Cruz do Sul. Ao observar os Setores Diversos (SD) e o Setor de Borracha, Fumo e Couro (SBFC), verifica-se que, em ambos ocorreu a redução de oferta de postos de trabalho, porém, no SBFC, ela foi mais acentuada. Desse modo, a participação do SBFC, a qual, em 1990, era de 68% dos postos de trabalho, em 2000, passou para 58%. Outro aspecto importante está na observação da trajetória da oferta de emprego no período, nos dois setores. Enquanto, no SD, houve, logo no início da década de noventa, uma queda do número de emprego, seguida por recuperação dos níveis anteriores, no SBFC, a redução de emprego se deu mais tarde, e a recuperação foi menor, não voltando mais aos níveis de 1990 (Ilustração 7).

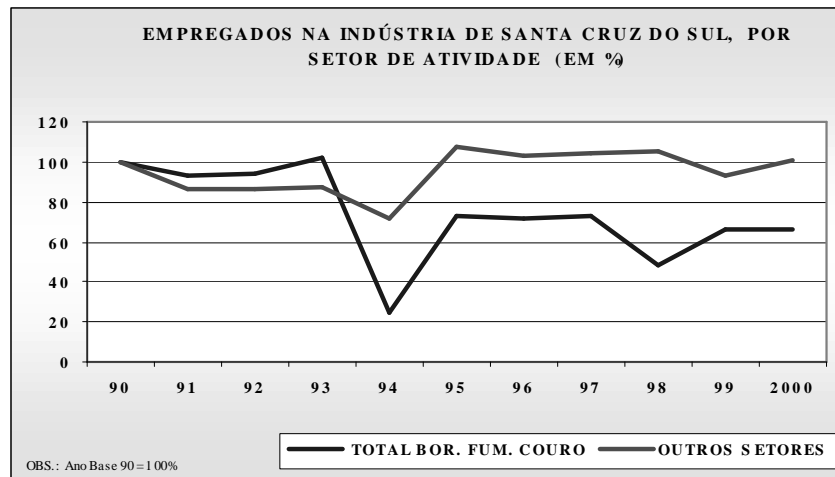


Ilustração 7 – Gráfico da oferta de empregos do setor industrial
Fonte: RAIS processado pelo CEPE

No setor fumageiro, a mão-de-obra é constituída por trabalhadores efetivos e temporários, incidindo o decréscimo dos postos de trabalho no setor sobre a mão-de-obra temporária, que representava 78,87% dos postos de trabalho ofertados em 1990, que, em 2000, foram reduzidos para 56%. Observam-se, na Ilustração 8, duas tendências em relação à oferta de empregos. A primeira refere-se aos cargos efetivos com tendência ao crescimento. Ao contrário, os empregos temporários tiveram uma sensível redução, com tendência de redução ainda maior desse tipo de vínculo empregatício. Cabe ressaltar, ainda, que o aumento dos empregos efetivos nem de longe corresponde ao número de postos de trabalho temporários extintos. Isso significa que a perspectiva de redução das oportunidades ocupacionais irá atingir, de forma aguda, os postos de trabalho que, historicamente, são ocupados por trabalhadores com menor qualificação e pouca escolaridade. Essa forma de gestão de mão-de-obra, que vem ocorrendo há décadas no setor fumageiro, tem causado o aumento do número de desempregados no mercado local, criando constrangimentos, tanto para os empregados como para os desempregados.

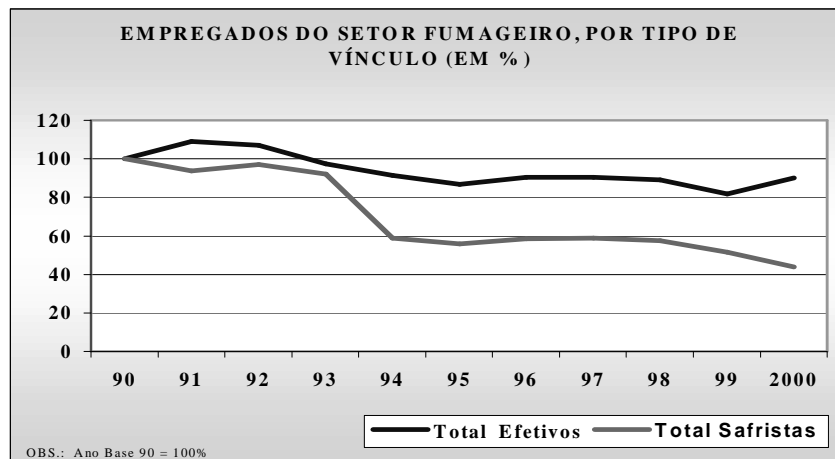


Ilustração 8 – Gráfico da oferta de empregos do setor fumageiro, por tipo de vínculo

Fonte: STIFA, processados pela pesquisadora

Embora postos de trabalho disponibilizados no setor industrial tenham sido ofertados em maior número pelo setor fumageiro, esses são, em sua maioria, empregos temporários e, como tais, precários, não requerendo maior qualificação. Estas características têm evidenciado o aumento da mão-de-obra disponível no mercado local. Assim, o cotidiano dos trabalhadores é marcado por oportunidades desiguais, que os obrigam a competir, ao contrário das empresas, que, através da cooperação e da constituição de alianças corporativas estratégicas, atuam em rede. As desigualdades do mundo do trabalho configuram diferentes assimetrias, apontando os novos paradigmas produtivos para a segmentação horizontal e vertical dos trabalhadores, aumentando a exclusão e reduzindo a coesão social.

Ademais, quando se compara o crescimento econômico com as questões do encolhimento do emprego, estamos diante de uma realidade em que, de um lado, o aumento da produtividade potencializa novas e mais sofisticadas formas de acumulação e, de outro, em que ocorre a instabilização na precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego prolongado e flexibilizado. Em outras palavras, o resultado desse descompasso tem sido “o desemprego em massa, aberto e oculto, e os empregos marginais e sub-remunerados numa economia informal cada vez mais extensa; e condições de trabalho e de vida cada vez mais precárias” (ARRUDA, 2001, p. 64).

Para Carraro et al. (2002), os elevados níveis de renda do município, cujo “PIB *per capita* em 1991 foi de 81,6% mais elevado do que o PIB *per capita* do Rio Grande Sul” (p. 148), tem como base a indústria fumageira. Para os autores, essa indústria se constituiu um pólo de desenvolvimento do município, cuja instalação “ocorreu pelo capital humano encontrado, mão-de-obra, terras e clima adequados, como também pela infra-estrutura” (p. 148), confirmando a afirmativa de Harvey (2001, p. 265) de que, para o capitalismo, é crescente a importância de “pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas e etc”.

Outro aspecto ressaltado pelos autores é o papel do setor fumageiro na “participação do valor adicionado fiscal da indústria de transformação no valor adicionado fiscal total” do município que “é a mais elevada” (p. 124). Segundo os mesmos autores, quanto “ao valor adicionado pela indústria de beneficiamento, o mesmo subiu de 21,6%, em 95, para 30% em 97” (p. 125), explicitando-se esse desempenho pela participação do setor fumageiro em expansão, que foi e é um dos principais fatores do desenvolvimento econômico do município.

4 DESIGUALDADES DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SOCIABILIDADE

No atual quadro de fragilização dos trabalhadores, agravado pela reorganização das forças produtivas e por seu papel na recomposição do ciclo de reprodução do capital, ocorreram profundas transformações, tanto na esfera da produção como na das relações sociais, além de situar os trabalhadores diante de um ambiente adverso, que favorece toda a sorte de desigualdades, particularmente, de gênero. Ao observar o incremento no ingresso da mão-de-obra feminina que houve nas últimas décadas, sem, no entanto, mudar, ou mudar muito pouco, a subordinação feminina no trabalho, percebe-se um aprofundamento nas diversidades de ingresso, de oportunidades de inserção, principalmente, nos postos de trabalho menos precários ou de maior qualidade e com maiores salários.

Essa é uma das expressões concretas da globalização da economia que promoveu mudanças no processo produtivo, com a intensificação do trabalho, aguçou as assimetrias de gênero, intensificou o temor da dispensa, promoveu a redução do número de trabalhadores e aumentou a produtividade. Essa nova realidade, fundada na crescente especialização das atividades produtivas, nas demandas de qualificação do trabalhador, na flexibilidade do trabalho, levou à mudança do perfil do trabalhador e vem conduzindo a novos desafios na relação da pessoa com seu contexto social, trazendo, em consequência, novas formas de relações sociais, preservando, no entanto, algumas desvantagens sociais.

Na perspectiva de focar a sociabilidade das mulheres trabalhadoras alocadas em linha de produção, cabe ressaltar a existência de muitas variáveis implicadas na questão, com impacto sobre a vida de homens e mulheres e sobre as relações de gênero, das quais, para atender ao propósito do presente trabalho, abordaremos gênero e a divisão sexual do trabalho que estão imbricadas nas relações sociais.

4.1 Gênero e suas desigualdades

Muitos estudos têm focado as questões de gênero e os constrangimentos vivenciados pelas mulheres, tanto no que se refere à vida privada quanto ao que diz respeito à vida pública, envolvendo as relações de poder, presentes tanto na família como nos ambientes de trabalho. Nesse sentido, as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho contribuem na explicação, pelo menos em parte, das relações desiguais entre homens e mulheres, que eram, segundo Bourdieu (1999), reproduzidas por três instituições principais: a família, a Igreja e a escola. Esses dois conceitos, gênero e divisão sexual do trabalho, conforme sublinha Neves (2000), continuam fundamentais na análise das representações do masculino e do feminino e nas assimetrias de poder. Pois, segundo Galeazzi (2003), não obstante os inúmeros “direitos adquiridos e a expressiva presença feminina nas atividades econômicas, não se constatam alterações importantes no padrão de desigualdade que define a relação entre os sexos ao encerrar a década” (p. 62).

Cabe ressaltar que as mulheres conquistaram um número expressivo de avanços em pouco tempo. Ou seja, em curto espaço de tempo, passaram do

inicio del derecho al voto hasta la exigencia de una cuota mínima de mujeres candidatas a cargos electivos. Del casamiento impuesto por la autoridad paterna a la libertad de escoger a su propia pareja. Del compromiso indisoluble y vitalício a la sociedad consentida mientras sea juzgada valida por ambas partes. Del confinamiento al mundo privado doméstico a la ocupación de diferentes espacios en el mercado de trabajo y la sociedad. Del ama de casa a la ejecutiva. De la servidumbre al hombre y a los hijos a la propuesta de división de las tareas del hogar y de la familia; y así por delante. (TEIXEIRA, 2002, p. 115).

No entanto, é importante que se considere que essas conquistas, embora efetivas, representam novas possibilidades e potencialidades cujo processo de assimilação é diferenciado e se dará conforme a classe social de pertencimento, segundo o grau de instrução conquistado e, por último, com as possibilidades concretas de superação das enormes desigualdades sociais de ingresso, de instrução e, fundamentalmente, de oportunidades (TEIXEIRA, 2002). Para uma grande parte da mão-de-obra feminina, persistem os diferenciais de oportunidades, de inserção, de renda e de responsabilidades.

Apesar das inúmeras assimetrias de gênero existentes, as mulheres não vivenciam desigualdade de renda, de oportunidades de trabalho e de *status* de forma passiva. Segundo Garnsey e Rees (1996), de certo modo, elas são coagidas a conspirar para suas próprias desvantagens, mesmo sem intenção, pois a persistência das desigualdades só pode ser compreendida como resultado de percepções e escolhas das mulheres, frente aos limitados recursos e opções da ampla estrutura social, bem como das potenciais sanções que situam suas ações. Isso não é responsabilizar as vítimas por suas próprias desvantagens, na medida em que as restrições materiais e a reconhecida escassez de opções podem colocar as mulheres em situações em que qualquer iniciativa (ação) feminina confirma suas desvantagens. Acrescentam, ainda, os autores que cognições moldadas em um discurso patriarcal podem obscurecer a natureza da conspiração (APTER e GARNSEY, 1994 *apud* Garnsey e Rees, 1996), que busca prevenir a remoção das desvantagens, algumas vezes evidentes.

Por conseguinte, a concepção de gênero, fundamentada nas definições sociais dos papéis masculinos e femininos, é útil na análise da persistência das desvantagens e desigualdades femininas, construídas e naturalizadas culturalmente e, que no sistema social vigente, programadas para se reproduzirem (OBERHAUSER et al ([200-])). Nessa perspectiva, as relações de gênero constituem-se categorias analíticas quando se pretende analisar relações sociais. Epistemologicamente, a categoria gênero funciona, por um lado, como categoria descritiva da realidade social, na medida em que focaliza as diferentes formas de discriminação e opressão, tanto simbólica como material, outorgando às mulheres uma nova visibilidade, de outro, como categoria analítica, como um novo modelo de interpretação dos fenômenos sociais (CARLOTO, 2001).

O conceito de gênero, que foi desenvolvido nos últimos vinte cinco anos, representa uma conquista dos estudos sobre as mulheres. É uma categoria em constante renovação, que diz respeito ao entendimento da relação masculino-feminino em um sistema social. Além disso, “el género es elemento estructurador de todas las sociedades humanas, tanto em su dimensión relacional entre el hombre y la mujer, cuanto como base de las identidades femenina y masculina” (GARCIA, 2003, p. 7). Ou seja, gênero, diferentemente de sexo, “está ligado à sua construção

social como sujeito masculino e feminino [...] que se produzem em relação e na relação” (LOURO, 1996, p. 9-10), não se resumindo à aprendizagem de papéis femininos e masculinos. A partir dessa perspectiva, gênero pressupõe enfatizar o processo de formação dos sujeitos sexuados e, como tal, é uma construção social, cultural e, em consequência, histórica, além de relacional. Para Louro (1996), é um conceito plural, na medida em que, tanto em diferentes sociedades, como dentro de uma mesma sociedade, encontramos diferentes concepções de homem e mulher.

No que concerne às concepções de masculino e feminino, pelas quais todos os seres humanos são classificados, constituem, em cada cultura, “um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significação que relacionam sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (LAURETIS, 1994, p. 211). Não obstante a diversificação de significados entre as diferentes culturas, “qualquer sistema de sexo-gênero está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade” (p. 211). A partir dessa visão, “a construção cultural de sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas sexo-gênero através das diferentes culturas [...], são entendidas como sistematicamente ligadas à organização das desigualdades sociais” (p. 212). Estas estão relacionadas “com o poder e sua distribuição injusta e incorreta”, sendo assim uma questão de hierarquia que se concretiza pela histórica sujeição das mulheres e por sua exclusão da esfera pública. A marginalização, nessa esfera, exclui as mulheres do processo de construção coletiva, na medida em que conduz ao isolamento do comum, do comunitário, à privação da presença nas instituições e do próprio espaço público (GARCIA, 2003). Essas questões conspiram para a debilidade da participação social das mulheres, na medida em que os obstáculos são sociais e remetem à divisão sexual do trabalho.

Na perspectiva de entender a situação de desigualdade entre os sexos e como essa situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais, bem como na perspectiva de responder a essas questões, as teóricas do feminismo contemporâneo desenvolveram a categoria *gênero*, através da qual, postulavam o sexo social como resultado de uma construção social contínua, que constitui e organiza, em cada sociedade humana, as relações sociais entre homens e mulheres (CARLOTO, 2001; LOPES, 1996). Para Kergoat (1996), relações sociais de sexo

conduzem a uma visão sexuada das bases da organização societária, materialmente ancorada à divisão sexual do trabalho, requerendo um esforço em pensar, de modo particular, e não fragmentado, o conjunto do social, na medida em que o sistema de relações de gênero está em todos os espaços e em todas as esferas do social. Nessa perspectiva, tal abordagem deve estar integrada à análise global da sociedade, contribuindo “na articulação com os outros elementos da dinâmica social” (p. 20-21).

Para Scott (1995), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e um primeiro modo de significar relações de poder” (p. 86). Esta definição de gênero tem como núcleo duas proposições, a primeira relacionada às relações sociais, e a segunda, às relações de poder. Partindo desse entendimento, gênero é uma categoria relacional que se constrói através da dinâmica das relações sociais, conseqüentemente, em face de sua característica relacional, o estudo de gênero remete ao entendimento de que, ao informar sobre as mulheres, também o faz sobre os homens. No que se refere à segunda proposição, referente ao poder, a autora acrescenta que “gênero não é o único campo (de articulação do poder), mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (p. 88).

Segundo Meyer (1996), Scott, na construção de sua argumentação indica uma, proposta teórica-metodológica para o estudo de gênero, a partir do desdobramento de suas duas proposições. Com relação à perspectiva metodológica, contida na primeira proposição, objetiva “clarificar e concretizar como se deve pensar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais”, fundada na inter-relação de quatro elementos: “os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos nas doutrinas [...], na organização social e suas instituições, e na construção de identidades subjetivas” (p. 44). Já a segunda proposição de Scott, que enfoca as relações de poder e que é entendida por Meyer (1996) como a perspectiva teórica, poderia ser desdobrada nas quatro palavras-chave articuladas na formulação: “gênero, primeiro modo, significado e poder” (p. 45).

No que concerne às relações de poder da proposição de Scott, Meyer (1996) analisa e desenvolve algumas formulações. Em seu entendimento, historicamente, os discursos são produzidos e transformados “em função de reagrupamento e redistribuição do poder”, e as subjetividades, quando desenvolvidas nesse contexto, são precárias e contraditórias em razão da sua contínua reconstrução nas esferas sociais e culturais (p. 48). Decorre daí que “gênero é mais do que o ‘lugar’ onde as subjetividades sexuadas são produzidas”. E, como discurso, “ele produz e é produzido, organiza e é organizado” e, em sua transversalidade, “modula e regula o próprio contexto social”, estando “implicado na constituição e operação de símbolos doutrinários de instituições e organizações sociais e políticas”, assim como “nos processos de construção de identidades subjetivas” (p. 49). Para Meyer (1996), essa perspectiva teórica permite, aparentemente, a ampliação do entendimento “da dinâmica do funcionamento dos processos pelos quais a hierarquia de gênero [...] é construída e continuamente reconstruída, reforçada e legitimada” (p. 49).

A dinâmica desses processos decorre da distribuição de responsabilidades que é estabelecida pela sociedade, enquanto a existência de gêneros é a manifestação (demonstração) da distribuição desigual dessas responsabilidades na produção social da existência. Em grande parte das sociedades, as atividades profissionais de homens e mulheres ocorrem em áreas diferentes, na medida em que algumas tarefas são consideradas trabalho masculino, e outras, feminino. Ou seja, o trabalho relacionado à esfera produtiva ou local de trabalho destina-se aos homens, e a esfera reprodutiva ou doméstica, às mulheres. Essa divisão do trabalho decorre das atitudes dominantes, e não em função das habilidades físicas que distinguem trabalhos masculinos e femininos, mantendo-se as mulheres marginalizadas por profissões dominadas por homens (OBERHAUSER et al., [200-]). Para Garcia (2003), essa desigualdade sexual é uma constante em qualquer sociedade, estabelecendo-se, a partir daí, a condição social da mulher.

Essa condição, pautada pela concepção de que cabe à mulher a responsabilidade pelas tarefas domésticas e o cuidado com a família, situa sua posição social marcada por um quadro de desigualdades e traz, como conseqüências, para além das condições de vida e de realização das próprias mulheres trabalhadoras, “um segmento mais amplo de indivíduos, principalmente

crianças e jovens que dependem da família” (GALEAZI, 2002, p. 67). Não obstante, o aumento de responsabilidades assumidas pelas mulheres ao sobreporem as atividades econômicas às atividades domésticas, permanece a posição subalterna, secundária e desigual da mulher no mercado de trabalho. Isso se deve, como afirmam Garnsey e Rees (1996), ao fato de ser o trabalho feminino constituído pelo discurso baseado nos atributos de gênero, nas necessidades da família, em noções de habilidade e competência, percebidos através da divisão do trabalho e distribuição dos recursos na família e na força de trabalho.

Para Garcia (2003), é fundamental a revalorização do privado, através de políticas públicas que intervenham na extinção de tipos de agressões domésticas, para poder chegar à inter-relação com o público, ainda que esses sejam espaços diferentes e complementares. Nesse sentido, a redefinição da identidade pública das mulheres supõe a incorporação de muitos dos desafios da vida privada, como

todo lo que afecta a los lazos o vinculos que unem a la persona con la familia; la interdependencia; el sistema y ética del cuidado; el binomio reproducción-producción; así como replantear y superar la tradicional división sexual del trabajo. Esto requiere una atención respecto a como las mujeres se insertan em la comunidad y en el entorno de lo público. (GARCIA, 2003, p. 7).

Desse modo, conforme Fonseca (1996, p. 69), “nas relações de gênero, a divisão entre os sexos não apenas diferencia, mas subordina e desiguala as mulheres em relação aos homens”. Nesse contexto, Connel (1995) afirma que

falar de estrutura de relações de gênero significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa enfatizar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. (p. 189).

Essa assertiva ressalta as muitas dimensões da categoria de gênero, que, no entanto, têm como fundamento, as relações entre homens e mulheres, em consequência da distribuição de poder. Enfocar as desigualdades de gênero implica entender como se constituem essas relações, pois as desigualdades de gênero estão presentes nos mais diversos contextos sociais, em segmentos populacionais diferentes, como também nos diferentes países, como apontam as inúmeras pesquisas que abordam o tema. Dentre as pesquisas realizadas, destacamos três

que diferem quanto ao nível social focado, quanto aos países em que foram desenvolvidas, mas cujos resultados apontam à permanência e à persistência das assimetrias de gênero nas atividades laborais, existindo ainda uma clara evidência quanto à desigualdade que marca a participação da mulher no mercado de trabalho, independentemente do contexto socioeconômico de sua inserção.

A partir de um cenário que tem como pano de fundo a realocação mundial e a globalização da produção de baixo valor, que intensificou a produção em países cuja produção intensiva é lucrativa, resultando na criação de novas formas de trabalho e mobilidade, especialmente das mulheres, Blomqvist (2004) desenvolveu a pesquisa *Gender discourses at work: export industry and construction worker in Chennai, Tamil Nadu, Índia*¹⁹, no período entre 1999 e 2001. Nessa região, as estratégias do liberalismo econômico e a promoção da exportação nas décadas recentes criaram um amplo setor de exportação das indústrias do vestuário e do couro, atraindo muitas mulheres, cujo ingresso crescente no mercado de trabalho representou um impacto significativo no modelo econômico e social da região, como também nas relações de gênero.

A tese da autora trata dos discursos de gênero entre as classes trabalhadoras de mulheres e de homens e analisa como o gênero e suas hierarquias são discursivamente moldados, reproduzidos e reinterpretados entre dois grupos de trabalhadores de baixa renda: da exportação e da construção. Nos resultados, a autora aponta que, entre os trabalhadores da construção, emergiu um discurso estável, em contraste, entre os trabalhadores das indústrias de exportação, a autora detectou muita instabilidade. Esta instabilidade discursiva, segundo a pesquisadora, tem origem na constatação de que o “ganha-pão” regular desestabiliza as regras usuais de papéis de gênero e divisão do trabalho, enquanto a mobilidade desestabiliza as normas de restrição e modéstia. Além disso, as novas regras de “casos de amor” e casamentos por amor desestabilizam as de submissão e castidade. Porém, um aspecto ressaltado pela autora é a constatação de que, na mesma medida em que emergem novas possibilidades para a mobilidade e

¹⁹ Discurso de Gênero no Trabalho: trabalhadores das indústrias exportadoras e da construção em Chennai, Tamil Nadu, Índia.

independência das mulheres, elas também estão sujeitas a novas formas de exploração, dependência e estigmatização.

Também Oberhauser et al. ([200-]), no artigo *Gender Analsys and Economic Development in West Virginia*²⁰, fazem uso da análise de gênero para examinar tanto o papel da mulher no desenvolvimento econômico, quanto as barreiras que limitam sua participação. Para as autoras, oportunidades de emprego e acesso a trabalhos remunerados e de qualidade são fatores críticos para a obtenção da independência econômica, que, no entanto, não são iguais para homens e mulheres, conforme se evidencia nas diferenças entre assalariados femininos e masculinos e na participação da força de trabalho nos níveis estadual e nacional. Exemplificam as disparidades ao referirem que, nacionalmente, as mulheres recebem 60 centavos para cada dólar recebido por um homem, enquanto, em West Virginia, as mulheres recebem 45 centavos por cada dólar recebido pelos homens. No que se refere à participação, o nível nacional, em 1993, a taxa de trabalho feminino era de 57%, e a de trabalho masculino, 76%. Já, em West Virginia, estavam empregados 43% das mulheres e 65% dos homens. No que concerne às barreiras para o emprego das mulheres na região de West Virginia, as autoras apontam as cinco maiores: o legado histórico de segregação do trabalho, educação desigual, isolamento geográfico, violência doméstica e dependência. Estas questões se inter-relacionam de forma diversa, no impedimento de uma participação mais efetiva das mulheres na força de trabalho.

Embora muitas das barreiras impostas ao emprego das mulheres, citadas pelas autoras, sejam específicas da região, ressaltamos a questão da dependência. As autoras estimam que, ao longo da vida, as mulheres perdem onze anos de produtividade no trabalho assalariado, para o cuidado, especialmente, dos filhos, responsabilidades pelas quais não recebem nenhuma compensação. Referem, ainda, que as famílias de baixa renda são proporcionalmente mais afetadas pelos custos dos cuidados dos filhos, que consomem mais de um quarto de seus recursos familiares e apenas 6% dos recursos de famílias mais ricas.

²⁰ Análise de Gênero e Desenvolvimento Econômico na Virgínia Oeste.

A questão da desigualdade de gênero é abordada também por Garnsey e Rees (1996) no artigo *Discourse and Enactment: gender inequality in Text and Context*.²¹ O estudo examina o discurso que cerca uma grande iniciativa britânica que projeta melhorar a “qualidade e a quantidade” de participação das mulheres na força de trabalho e em papéis de gerência. Os autores estudam textos para explorar as maneiras pelas quais a persistência das desigualdades possa, sem intenção aparente, ser codificada na linguagem. Na análise, sugerem que esquemas cognitivos são formados pelo discurso dominante, aqui com “alvos estabelecidos” entre as organizações. Os comentários demonstraram que até o potencial crítico da campanha atraiu a aceitação de uma agenda comum de modo diversificado de outros temas que afetam as oportunidades das mulheres. A análise aponta, ainda, um esquema conceitual que se preocupa com as formas como ciclos de cognição, ação e resultados atuam coletivamente nas estruturas sociais, um processo relacionado como uma ação social. Exploraram, ainda, como o processo de ação das forças do discurso convencional suporta as estruturas prevalentes, enquanto novos discursos oferecem potenciais mudanças.

No que concerne à desigualdade de gêneros, cabe ressaltar os argumentos de Rodriguez (2004), que, embora reconheça o papel relevante que o comércio internacional pode desempenhar na ampliação e desenvolvimento econômico dos países, entende que “o livre trânsito de capitais tem procurado a maximização do lucro através da exploração” das condições oferecidas pelos países pobres, como “a disponibilidade de mão-de-obra barata e de recursos abundantes com escassa legislação” (p. 3). Dessa forma, o investimento de capital nos países periféricos é atraído pela disponibilidade de mão-de-obra feminina. “Essa preferência pelo trabalho feminino, mais barato, ocorre não só pelo valor da mão-de-obra nos países centrais, mas também como decorrência da segregação de gênero presente nos países não industrializados”. Ou seja, “em muitos países sectores produtivos o comércio vem gerando lucro a partir das desigualdades de gênero existentes nas sociedades”, contribuindo na consolidação e aprofundamento das desigualdades. Nessas circunstâncias, “a liberação comercial não tem sido neutra em relação a estes aspectos”, na medida em que impacta fortemente sobre as brechas salariais

²¹ Discurso e Ação: Desigualdade de Gênero em Texto e Contexto.

de gênero, sobre a dupla jornada de trabalho feminino e sobre as desigualdades cotidianas vivenciadas pelas mulheres (s.p.).

Como se observa, persistem a invisibilidade das mulheres e a ausência de políticas voltadas para superar as históricas discriminações. Isso levou o Programa de População das Nações Unidas (PNUD) a elaborar uma metodologia, denominada Índice de Desenvolvimento da Mulher (IDM), para medir o progresso obtido pelas mulheres. Esse índice é “fundamental para a classificação dos países no cômputo do Desenvolvimento Humano”. Segundo o informe da Agência da ONU, a comparação entre as categorias do IDM com os níveis de renda dos diferentes países confirmou “que a eliminação da desigualdade entre os sexos não depende do fato de um país ter uma alta renda”. Ou seja, “a igualdade entre os sexos pode ser promovida sejam quais forem os níveis de renda de um país. O que é necessário é um firme compromisso político e não uma riqueza econômica” (BARSTED, 2004, p. 2).

No Brasil, apesar dos consideráveis avanços legislativos ocorridos, continuam vigorando, em grande medida, padrões, valores e atitudes discriminatórias. Não obstante constarem do texto de Barsted (2004) diversas referências às situações de desvantagem feminina, ressaltamos o fato das mulheres receberem, em média, apenas 63% do salário dos homens. No que concerne à defasagem salarial feminina, Lage (2005), apoiada em levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a defasagem existente nos salários é ainda maior na indústria, onde o salário percebido pelas mulheres é, em média, 30% menor do que o dos homens, independentemente do nível de instrução. Outra questão apontada pela autora trata do salário feminino pago na indústria, setor considerado como o de melhor remuneração, com o valor médio de R\$ 458,90, enquanto o salário médio da mulher brasileira é de R\$ 493,20, o que leva a questionar como se dá a inserção feminina no trabalho industrial.

4.2 Trabalho industrial e a inserção feminina

Nas últimas décadas, o trabalho industrial vem sofrendo mudanças profundas pelo extraordinário efeito de desconstrução que se abateu sobre o mundo do

trabalho, influenciando, diretamente, a oferta de emprego, cuja redução vem sendo contínua. No Brasil, o operariado industrial foi reduzido a 12,7% da massa empregada (ASSIS, 2002). A redução da oferta de emprego, a inserção precária e a redução de direitos foram efeitos específicos e adversos sobre o mundo do trabalho, que atingiu todos os trabalhadores, mas são mais marcantes sobre as mulheres. Para além dessas adversidades, a participação da mulher no mercado de trabalho é condicionada “pela persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico e de suas responsabilidades domésticas e socializadoras”, ultrapassando, desse modo, as questões de demanda de mercado e de qualificação (BRUSCHINI, 2000, p. 16-17).

Essa característica das mulheres em relação ao trabalho, de responsáveis tanto pela esfera doméstica ou privada quanto pela atividade profissional ou pública, significa um encargo para elas. Decorre dessa condição de gênero a posição secundária e discriminatória ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho, o que “as leva a ocupar os postos de trabalho precarizados, com redução de carga horária e *part time*” (BRUSCHINI, 2000, p. 34).

Não obstante a existência de diversos estudos que apontam que as mulheres estão sendo alocadas em ocupações que demandam maior escolaridade e qualificação vemos que essa situação, no entanto, se restringe a um pequeno número delas, permanecendo a maioria das trabalhadoras alocadas em postos de trabalho de pouco prestígio e baixos níveis de qualificação (BRUSCHINI, 2000).

Bruschini (2000) aponta avanços sociais em relação à mão-de-obra feminina, ressaltando também diversas situações em que permanece a discriminação de sexo no trabalho. Entre os avanços, a autora destaca o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, mudanças demográficas pela redução do número de filhos e o aumento das credenciais no enfrentamento do mercado de trabalho pela expansão da escolaridade, em contraste às situações de desigualdades salariais. Mesmo assim, a autora entende que as mulheres vêm se firmando como agentes sociais, econômicos e políticos de maior relevância (p. 55).

Ao focalizar o trabalho feminino na atualidade, é necessário considerar que esse aumentou expressivamente na última década, em um cenário marcado pela reestruturação produtiva, decorrente da globalização competitiva e paralelo ao avanço tecnológico que ocasionou sérios problemas na oferta de empregos, na redução de postos de trabalho nos setores formais e na flexibilização das relações de trabalho. Para Martin (1997), nos principais modelos de sistemas produtivos contemporâneos, está presente a flexibilização do trabalho, cujo conceito abrange quatro esferas: “o emprego, o conteúdo do trabalho, a jornada de trabalho e a remuneração” (p. 11).

Flexibilidade no emprego refere-se à quebra na rigidez das condições de contratação e de demissão de trabalhadores (“flexibilidade externa”) e de transferência e promoção dentro da empresa (“flexibilidade interna”). [...] *Flexibilidade no conteúdo do trabalho* significa maior amplitude e variação na natureza do trabalho [...]. a *flexibilidade de remuneração* [...] é a remuneração baseada no mérito ou no incentivo, em que os salários (e por vezes os benefícios) tornam-se total ou parcialmente contingentes de acordo com certos objetivos e/ou indicadores de *performance*. Finalmente, a *flexibilidade na jornada de trabalho* refere-se a uma crescente variação na duração e periodicidade da jornada “regular” (isto é, excetuando horas extras) dos empregados. Os exemplos são as chamadas “jornadas flexíveis” (em suas várias modalidades) e os turnos de revezamento. (MARTIN, 1997, p. 11-12)

Como se observa, a flexibilização vem articulando um complexo sistema de produção e com conseqüências diferenciadas em vários aspectos, mas, principalmente, para os trabalhadores. Para Lautier (1999, p. 9), as duas formas de flexibilidade no emprego (interna e externa) “se combinam sobre o impulso da internacionalização”. A busca da primeira requer um núcleo estabilizado e fixado na firma – sendo, entretanto, “móvel em seu interior – apto à formação continuada e à polivalência”. Já a busca da segunda é “legitimada pela ‘focalização’ na atividade principal [...] e a necessidade de adaptação rápida às flutuações da demanda”. Para o mesmo autor, “isso faz com que uma clivagem da mão-de-obra entre ‘estáveis polivalentes’ e ‘precários flexíveis’²² venha substituir a antiga clivagem de referência entre qualificados e não qualificados”. Portanto, na perspectiva da flexibilização das

²² Neves (2000) caracteriza essas duas situações da seguinte maneira: oferta de emprego estável, baseado no trabalho em equipe, no compartilhamento dos tempos, na constante troca de informações e na participação dos trabalhadores na gestão da produção, com melhor remuneração, sendo a maioria da mão-de-obra masculina; e o trabalho precarizado, nas cadeias produtivas, com exigência de baixa qualificação, em que predominam as tarefas repetitivas e monótonas, sendo a mão-de-obra constituída, em sua maioria, por mulheres.

relações de trabalho, a inserção ocupacional da mão-de-obra se dá de forma diferenciada. De um lado, a produtividade da empresa, ao assentar-se no trabalho em equipe, no compartilhamento dos tempos, na constante troca de informações e na participação dos trabalhadores na gestão da produção, oferece o emprego mais estável, uma melhor remuneração, sendo a maioria da mão-de-obra masculina. Já, nas cadeias produtivas, com alta incidência de precarização, com exigência de baixa qualificação, em que predominam as tarefas repetitivas e monótonas, a mão-de-obra é constituída, em sua maioria, por mulheres (NEVES, 2000).

Na medida em que se está pontuando as diferentes dimensões da flexibilização do trabalho, cabe referir a advertência de Garnsey e Rees (1996) sobre as contradições presentes no uso do termo “flexibilidade”. Para os autores, frente ao custo que representa tanto para homens como para mulheres os atuais arranjos do trabalho num cenário de alto desemprego, torna-se necessária uma visão mais ampla. Para tanto, sugerem a utilização da análise do discurso, que proporciona uma ferramenta para expor as pré-concepções e interesses que subjazem às fachadas aparentemente neutras, podendo contribuir na integração de tentativas necessárias na localização de fontes de desvantagens internas e externas das organizações empregatícias.

Essa mão-de-obra desvalorizada de uma nova geração de trabalhadores, formada principalmente por mulheres, está situada nas indústrias têxteis, de vestuário, de calçados e de eletrônica. Nestas empresas, mesmo com a predominância do trabalho de mulheres, “os cargos de chefia e supervisão são destinados aos homens”, enquanto “elas são alocadas em posições inferiores, desempenhando tarefas consideradas menos qualificadas” (HOLZMAN, 2002, p. 83). Acrescenta a mesma autora que o padrão de distribuição da mão-de-obra masculina e da feminina, nas atividades sociais de produção de bens e serviços (p. 83), é recorrente, tanto nos países industrializados desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.

Associa-se a participação feminina no mercado de trabalho às mudanças demográficas, da estrutura familiar, mas, especificamente, da redefinição do papel da mulher. Segundo Alkmin (2002, p. 16), “aunque se reconozca [...] el fuerte

impacto sobre la estructura social ejercido por la redefinición del papel de la mujer en la dimensión conyugal, familiar, en el trabajo, en el acceso a la educación y en la participación política y social”, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá com nítidas desvantagens. Ou seja, não obstante os muitos direitos adquiridos e a maciça presença de mulheres na atividade econômica, constata-se a manutenção de desigualdades que marcam as relações sociais entre os sexos. Diferentes indicadores apontam que as mulheres se inserem no mercado de trabalho “mais expostas ao risco do desemprego – suas taxas são mais elevadas do que as dos homens – e permanecem, por mais tempo, na procura por trabalho” (GALEAZZI, 2003, p. 62). Ou seja, a mão-de-obra feminina tem, por característica, uma maior vulnerabilidade ao desemprego. Isso significa que, em circunstâncias em que ocorre a elevação da taxa de desemprego, as mulheres são mais duramente atingidas como “decorrência das questões discriminatórias” relacionadas à sua inserção social, “intensificando sua presença em fenômenos sociais emergentes, como a precarização do trabalho” (MARQUES, 2004, p. 149).

Por outro lado, “uma vez ocupadas, a desigualdade expressa-se, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior”. A elas “cabem ocupações de mais baixo *status*, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens” (GALEAZZI, 2003, p. 62). Mesmo estando a inserção feminina no mercado de trabalho respondendo, “quase exclusivamente, a questões econômicas, pode-se afirmar que, inclusive, à de sobrevivência familiar” (CORTAZZO, 2001, p.58), observa-se “a persistente desigualdade de rendimentos”, corroborando “o histórico tratamento diferenciado entre os gêneros” (MARQUES, 2004, p. 149). Como se observa, as desvantagens vivenciadas pelas mulheres no trabalho vêm de uma combinação de processos mutuamente reforçados.

É nesse contexto que a participação da mão-de-obra feminina vem se consolidando nas últimas duas décadas. Cabe, no entanto, ressaltar que a abertura dos postos de trabalho para as mulheres significou, e ainda significa, redução de custos para as empresas, na medida em que a feminilização tem como característica, a desqualificação. Para Posthuma (1998, p. 27),

estudos internacionais mostram que o trabalho feminino é caracterizado por vários tipos de exclusão, como: segregação horizontal; segregação vertical; trabalho em condições precárias (por exemplo, trabalhos *part-time* e no setor informal); menor remuneração por hora trabalhada (mesmo com o nível de escolaridade equivalente ao dos homens); acesso restrito a créditos e baixa mobilidade ocupacional.

Como afirma Neves (2000), “a relação entre a tecnologia e o trabalho feminino é definida muito mais pelo conteúdo ideológico, que discrimina as mulheres, do que pela competência técnica” (p. 179). Isso remete à assertiva de Fonseca (1996), que reconhece a sociedade como capitalista e patriarcal, constituindo-se tanto o “capitalismo como o patriarcado em estruturas fundantes, estruturadas e estruturantes”, produzindo, “no interior das organizações de trabalho, alianças que subordinam as mulheres trabalhadoras ao poder masculino”. Acrescenta, ainda, a autora que é importante

reconhecer não ser verdade que as mulheres não podem fazer o que os homens fazem. Elas, na verdade, o fazem desde que eles deixaram de fazê-lo. O que determina, portanto, o conteúdo do trabalho feminino não é o trabalho tomado a partir de suas exigências técnicas e de conhecimento, e, sim, a sua posição no *ranking* de (des) valorização ocupacional no mercado. Assim, é o próprio trabalho que passa a ser apreciado e avaliado de acordo com os valores sociais atribuídos ao ser homem e ao ser mulher, não sendo, assim, ela que o desvaloriza: a mulher tem acesso a ele e o executa por ter ele já se mostrado desvalorizado como mercadoria. (p. 71).

Decorre dessa conjuntura que o trabalho feminino tem, como característica, “baixos salários, desqualificação, baixos índices de promoção funcional, sistemas diferenciados de condução e controle disciplinar”, questões que se refletem “como efeitos de tambores silenciosos que, ecoando no coração das organizações de trabalho em geral, cotidianamente reproduzem a ancestralidade da mentalidade social”, mentalidade que, “graças ao feminismo e ao que lhe diz respeito, encontra-se, hoje, mais visível, mais audível e, portanto, mais passível de tornar-se objeto de estudo, questionamento e luta” (FONSECA, 1996, p. 71-72).

Ademais, não obstante os avanços decorrentes das transformações demográficas, culturais e sociais, persiste a concepção de que cabe às mulheres o cuidado com a casa e a prole, pela manutenção da família fundada no modelo patriarcal. Essa persistência levou Hirata (2002) a propor que “o tempo das

mudanças na *divisão sexual do trabalho* não é o mesmo tempo das mudanças nas *relações sociais de sexo/gênero*,” sendo que as relações “perduram e são mais refratárias às mudanças que acabam ocorrendo em função dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos autônomos das mulheres” (p. 24). Logo, ao focar a inserção da mão-de-obra feminina no setor industrial, cabe considerar a indissociabilidade das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho, bem como as correlações com os movimentos feministas.

4.3 Divisão sexual do trabalho

No cenário atual, o próprio capitalismo vem sofrendo um processo profundo de reestruturação, cujas características são as seguintes: uma “maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes” (CASTELLS, 2000, p. 21-22); integração de grandes contingentes de mulheres na produção social; uma metamorfose contínua e profunda da divisão sexual do trabalho, em decorrência da intensificação da complexidade e diversidade da divisão social do trabalho, sem, no entanto, desarraigar a concepção de que ela é consequência de fatores naturais (HOLZMANN, 2002). Em decorrência, definem-se, no mercado de trabalho não só a inserção e o direcionamento dos homens e mulheres nas ocupações profissionais, “como também sustentam a discriminação das mulheres” (e outros segmentos sociais), reduzindo as oportunidades de acesso a determinadas atividades ou setores (p. 83).

Hirata (2002), em seu texto *Divisão Sexual do Trabalho: estado das artes* evoca, de modo sintético, diversos pontos da problemática da divisão sexual do trabalho. Inicialmente, argumenta que são indissociáveis as relações sociais sexuadas e a divisão sexual de trabalho: a primeira “é uma noção que tem a totalidade das práticas como campo de aplicação”; já a segunda “é apenas um aspecto das relações sociais sexuadas”, permitindo romper com a abordagem em termos de papéis e funções (p. 275).

Na mesma linha, vão os argumentos de Kergoat (1996), para quem os conceitos de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são inseparáveis, na medida em que é a partir da análise da divisão sexual do trabalho que se

evidencia uma relação social específica entre os grupos de sexo. Desse modo, as discussões sobre a divisão sexual do trabalho vão além da relação diferenciada dos sexos nas atividades sociais. Constitui-se, assim, uma articulação entre “a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, estando a divisão sexual do trabalho no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (p. 20).

Portanto, o conceito de relações sociais de sexo conduz a uma ótica sexuada dos fundamentos e da organização social, estando esses “ancorados materialmente à divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 1996, p. 19). Para a autora,

relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema. A reflexão em termos de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual de trabalho. Ela é preexistente, pois foi uma aquisição do feminismo, por meio da emergência de categorias de sexo como categorias sociais, de mostrar que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material. (1996, p. 19).

Por essa via, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho estão também associadas à exploração através do trabalho assalariado, à opressão do masculino sobre o feminino, dimensões nas quais o poder é exercido sobre as mulheres. Ademais, é a partir dessa abordagem teórica que Kergoart (1992), conceitualiza “a divisão sexual do trabalho como uma disputa das relações sociais de sexo, dando assim um estatuto privilegiado ao antagonismo, ao conflito, à idéia de movimento social sexuada” (*apud* HIRATA, 2002, p. 277).

Construída como prática social, a divisão sexual do trabalho adquire características conjunturais e históricas, em alguns momentos mantendo formas tradicionais de ordenação das tarefas masculinas e femininas, em outros, construindo modalidades da divisão sexual das tarefas. Decorre daí a constatação de que a divisão sexual do trabalho é aparentemente marcada pela permanência das relações hierárquicas, parecendo “submetida a uma força que leva mais ao deslocamento das fronteiras do masculino e do feminino do que à supressão da própria divisão sexual” (HIRATA, 2002, p. 285). Como refere Le Doaré (1994), condições de trabalho dos homens e das mulheres se alteram conforme o “contexto

histórico, cultural, econômico, mas não se transformam, seguem obstinadamente a mesma linha de divisão dos espaços masculinos e femininos” (*apud* HIRATA, 2002, p. 285).

Logo a segregação ocupacional persiste na atividade feminina, na medida em que a inserção das mulheres se dá em setores de baixo *status*, com menor remuneração em relação aos homens, mesmo ao exercerem a mesma carga horária e com os mesmos níveis de escolaridade. Essa segregação, muitas vezes sutil e subjetiva, reforça a discriminação social existente a partir da noção que representam as habilidades e as tarefas masculinas e femininas. Diante desse quadro, cabe questionar em que circunstâncias a nova organização do trabalho pode oferecer oportunidades de ampliação do espaço feminino de atuação no mundo do trabalho e avançar para a igualdade de oportunidades com os homens.

A possibilidade de redução das desigualdades é ainda distante, quando consideramos a exposição de Posthuma (1998) quanto à abrangência do conceito de exclusão social. Para a autora, as transformações no mundo do trabalho, que surgiram com o processo de reestruturação, por suas características, intensificam o processo pelo qual essa exclusão surge e é reproduzida. Com efeito, a noção de exclusão social permite analisar, além do desemprego aberto, outras formas de ingresso das mulheres no mercado de trabalho, que são discriminatórias, precárias e, de certa forma, excludentes quando comparadas às oportunidades ocupacionais masculinas. Para a autora, fulcrada em Gore e Rodgers, existem quatro formas de exclusão social relacionadas ao mercado de trabalho: “o desemprego aberto, formas precárias de inserção no mercado de trabalho, formas de trabalho não remunerado e exclusão de oportunidades para desenvolver novas habilidades” (p. 25).

No entanto, a divisão sexual do trabalho, embora pertinente, não esgota a problemática das relações sociais, na medida em que são representações de “construções históricas, culturais, interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino”, que, para além das diferenças, trazem como consequência as assimetrias e as hierarquias expressas nas relações de poder dispersivas que se constituem em redes nas diferentes esferas sociais (NEVES, 2000, p. 174). Acrescente-se a isso

que a divisão sexual do trabalho traz conseqüências que ultrapassam o trabalho do grupo das mulheres, na medida em que atuam sobre as modalidades de participação social (HIRATA, 2000). Logo, segundo Souza Lobo (1991), “a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero” (*apud* NEVES, 2000, p. 174).

Para que se compreenda a divisão social do trabalho com suas hierarquias e classificações, torna-se necessário considerar a importância da divisão sexual do mesmo. Sob esse enfoque, como afirma Carlotto (2001, p. 3), “a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho”. Lobo (1991) acrescenta que “a divisão sexual do trabalho não é tão somente uma conseqüência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho” (*apud* CARLOTTO, 2001, p. 3). É a partir da divisão sexual do trabalho, enquanto fundamento do sistema sexo-gênero, que se promove a concretização e a legitimação da “ideologia, representações e imagens de gênero”, que, por sua vez, “fazem os mesmos movimentos em relação às práticas cotidianas que segregam as mulheres nas esferas reprodutiva e produtiva!” (CARLOTTO, 2002, s.p.).

Cabe destacar, como afirmam Brito e Oliveira (1997, p. 252),

que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução.

Cumprido considerar que, a divisão sexual do trabalho, enquanto “relação antagônica, assimétrica, onde há hierarquia de poder e onde a dimensão opressão, dominação é central, [...] tem muitas conseqüências sobre as modalidades de participação social e no trabalho do grupo de mulheres” (HIRATA, 2000, p. 29).

Outro aspecto a considerar é que não se pode desconhecer a divisão sexual do trabalho quando se analisam as transformações ocorridas no processo de

reestruturação produtiva. As novas dimensões do conteúdo do trabalho indicam, para além das tarefas altamente qualificadas e flexíveis, a permanência de tarefas taylorizadas, geralmente, executadas pelas mulheres. Portanto, para que se compreenda a “relação entre conhecimento tecnológico, qualificação e a nova flexibilidade na organização do trabalho”, é imprescindível incorporar às análises a divisão sexual do trabalho, para a apropriação da real dimensão dos efeitos sociais para homens e mulheres (NEVES, 2000, p. 181). Foram observadas, em pesquisas e análises que incorporaram a divisão sexual do trabalho, que, na reestruturação produtiva, persistem a discriminação e a exclusão das mulheres nesse novo modelo de organização, “trazendo várias conseqüências de sofrimentos não apenas físicos como também psíquicos para as trabalhadoras” (p. 182).

Hirata (2002) ressalta que, entre as contribuições das pesquisas comparativas internacionais nesse âmbito, reside a confirmação de que os movimentos complexos da mão-de-obra feminina não estão ligados unilateralmente nem exclusivamente à conjuntura do mercado de trabalho, nem apenas às mudanças do processo e da organização do trabalho, e tampouco unicamente à subjetividade das trabalhadoras. Mas dependem da “constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais [...] e decorrem de uma complexa combinação de características pessoais” e negociações no âmbito doméstico (BRUSCHINI, 2000, p. 17). Destaca, ainda, Hirata (2002) que suas pesquisas internacionais (realizadas no Brasil, Japão, França) demonstraram a existência de uma correspondência entre a hierarquia na família, na profissão e na sociedade, produzindo configurações extremamente diferentes nos *status* sociais e nas relações de poder.

Embora atualmente se evidencie, segundo Hirata (2002), a emergência de um novo paradigma de divisão sexual do trabalho profissional, há muito que avançar e replanejar para a superação da tradicional divisão sexual do trabalho (GARCIA, 2003), pois, na medida em que se pode entender “por trabalho não só o profissional, mas também o doméstico, o advento de um novo paradigma da divisão sexual do trabalho” requer também a divisão sexual do trabalho reprodutivo, dimensão em que “as mudanças são extremamente lentas” (HIRATA, 2002, p. 24).

Essa questão é evidenciada por Aguirre (2003) em seu artigo *Trabajo no remunerado y uso del tiempo. Fundamentos conceptuales y avances empíricos*²³, que tem, como uma das proposições, mostrar o potencial da quantificação do trabalho não remunerado e o uso do tempo nas análises das desigualdades de gênero em diferentes dimensões. Para tanto, propõe a análise a partir do conceito de “carga de trabalho global”, que abrange o trabalho remunerado e o não remunerado, emergindo de sua quantificação informações que podem auxiliar na elaboração e na implementação de ações que tenham como objetivo, a promoção de justiça entre os gêneros e a redução das desigualdades sociais.

A autora distingue quatro modalidades de trabalho não remunerado: o trabalho de subsistência, o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados familiares e o trabalho voluntário, cujas possibilidades de quantificação são muito desiguais. Dos trabalhos não remunerados, enfocaremos o trabalho doméstico, ressaltando que sua amplitude pode variar segundo a realidade em que se insere, de acordo com fatores culturais e com a situação socioeconômica de quem o realiza. Fazem parte do trabalho doméstico, conforme a autora, as típicas tarefas de fazer compras de bens e a aquisição de serviços para o lar, cozinhar, limpar a casa, lavar, passar a roupa, cuidar dos animais e plantas e também as tarefas de administração, organização e distribuição dos afazeres. Além dessas, estão também contempladas as atividades fora do lar, como pagar contas, realizar trâmites e os deslocamentos necessários para realizá-los.

O estudo de Aguirre (2003) foi realizado em 1.200 domicílios de diferentes condições socioeconômicas, com diversos tipos de organizações familiares, em fases distintas do ciclo vital, na área metropolitana de Montevidéu. Os resultados apontam que a distribuição do trabalho não remunerado é desigual, com nítidas desvantagens das mulheres. Com efeito, do total das horas semanais trabalhadas, as mulheres dedicam 67% do tempo ao trabalho não remunerado e 33% ao trabalho remunerado, enquanto os homens despendem 69% do tempo ao trabalho remunerado e 31% ao trabalho não remunerado. Dessa forma, está a quantidade de trabalho não remunerado relacionada com o tipo de configuração doméstica, com a

²³ Trabajo no remunerado e o uso do tempo. Fundamentos conceituais e avanços empíricos.

fase do ciclo vital, com o número de dependentes e com a situação socioeconômica de quem o realiza. Aponta, ainda, a autora que o partilhamento do tempo destinado ao trabalho não remunerado é desigual, com uma maior carga sobre as mulheres nos diferentes estratos socioeconômicos, sendo, no entanto, as mais pobres e as mais jovens com filhos as mais penalizadas com os trabalhos não remunerados.

Essa situação vem ocorrendo por duas questões fundamentais. A primeira, segundo Arango (1998), tem origem na crise que obrigou as mulheres casadas e com filhos a se lançarem no mercado de trabalho. A segunda diz respeito ao fato de, mesmo diante dessa necessidade, não se haver modificado a estrutura de poder interna das unidades domésticas. Para o autor, tanto o ingresso masculino quanto o feminino no mercado de trabalho decorrem de uma estratégia familiar subordinada às condições do desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, a vida cotidiana das mulheres e os modos de sua inserção na esfera produtiva dependem, incontestavelmente, de estratégias familiares, acionadas e fortalecidas pela lógica econômica. Há, nos diversos estudos sobre as operárias latino-americanas, um consenso, encontrado por Arango (1998), segundo o qual as trajetórias de vida e de trabalho dessas mulheres são determinadas por estratégias de sobrevivência de seu núcleo familiar. Deriva desse processo articulado no interior das famílias a definição do ingresso desigual de homens e mulheres no mercado laboral.

Portanto, a aquisição feminina do estatuto de trabalhadora assalariada se deu com desvantagens advindas de sua condição de subalternidade na unidade doméstica, como também de arranjos familiares que definem as desigualdades de ingresso, indicativos de que a cultura tradicional não se perdeu inteiramente. Decorre daí que as mulheres se defrontam com a constante necessidade de articulação dos papéis produtivos e reprodutivos, além das incessantes adaptações das características pessoais aos pactos domésticos (LISBOA, 2004). De acordo com Arango (1998), diversas pesquisas apontam que, diante da ausência de alternativas, as mulheres se acomodam e se adaptam “ao mal menor”.

A situação das mulheres contemporâneas, segundo Lagarde (1996), é de privação e carências que constituem um verdadeiro déficit no que se refere ao desenvolvimento humano. Estas carências, quando observadas a partir das

necessidades vitais, apontaram que, para o atendimento dessas, é necessário um reordenamento profundo das relações com os homens e a transformação das normas, como também a redefinição da economia e a distribuição dos recursos sociais, econômicos e culturais. Significa, também, uma transformação profunda das normas de participação social. Pois é a mulher a que

- mas trabaja: comparativamente las mujeres contemporâneas trabajan mucho mas que los hombres contemporâneos;
- recibe menos retribuição pessoal por su trabajo;
- enfrenta mas impedimento y limitações para acceder a la riqueza sócial;
- tiene mas carências, enfrenta mas privaciones y satisface em menor medidas sus necesidades vitais;
- tiene menos oportunidades de desarrollo y de intervenir em el sentido del desarrollo. (p. 170) .

Desse modo, a posição das trabalhadoras na fronteira desses dois espaços sociais, produtivo e reprodutivo, requer a compatibilização de lógicas distintas, produzindo ambigüidades, constrangimentos e tensões de várias ordens. Transitar nesses dois mundos, ou seja, ultrapassar o espaço reservado ao feminino e se inserir em uma dinâmica laboral masculino, a é um empreendimento difícil frente aos papéis, nem sempre compatíveis, a desempenhar nesses dois espaços pautados por contradições de duas culturas.

Outro aspecto relacionado à divisão sexual do trabalho, ressaltado por Dhoquois (2003) e presente na França, é o confinamento da “maioria das mulheres em empregos de meio período – nos quais são encontrados ‘o ideal’ do tempo parcial para conciliar as tarefas domésticas com as profissionais” (p. 53). Para essa autora, na França, 18% dos assalariados, dos quais dois terços são mulheres, trabalham meio período. Essa forma de trabalho, “que muitas vezes exige uma margem de tempo supostamente livre entre dois períodos [...] impõe restrições em termos de tempo, vida privada e saúde” (53-54).

Dhoquois (2003), no texto *O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e IXX) Proteção da produtora ou da reprodutora?*, ao mesmo tempo em que reconhece a evolução das práticas e do direito, ressalta certa continuidade nas representações da mulher no trabalho e destaca a “persistência da idéia de uma natureza feminina que faz da mulher a alma da família, como se o pai não existisse a

não ser como fornecedor de esperma”. Para a autora, “esse termo de conciliação, utilizado unicamente para as mulheres, embora em nenhum momento figure no direito, é subjacente à divisão sexual do trabalho” (p. 54).

Sousa Santos (2001) é mais incisivo, afirmando que o patriarcado familiar “é [...] a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família”, ainda que sempre influenciado e articulado com outros fatores. Em seu entendimento, esse caráter matricial tem sua manifestação expressa, na medida em que a divisão sexual do trabalho no espaço-tempo doméstico propende a uma homogeneidade relativamente estável em formações sociais diferentes. Transpondo as fronteiras do espaço-tempo doméstico, a ideologia patriarcal tende a influenciar “a subordinação da mulher no mercado de trabalho, sendo [...] apropriada pelo capital no espaço-tempo da produção”. Acrescenta, ainda, que o problema básico do espaço-tempo doméstico diante da crescente globalização da economia consiste em que “a entrada no mercado permite às mulheres transcender a dominação patriarcal do espaço-tempo doméstico”, em contrapartida, a dominação patriarcal ultrapassa esse espaço, transladando-se para o espaço-tempo da produção, em cuja esfera se reproduz e até mesmo se amplia a discriminação sexual contra as mulheres (p. 305).

4.4 Sociabilidade: relações sociais de gênero e desigualdades

Historicamente excluídas do processo de construção coletiva e de presença pública, as mulheres se defrontam com a escassa penetração de idéias modernizadoras na organização das relações de gênero, que são pautadas pela aceção acrítica de valores e normas fixadas socialmente, a partir da ótica masculina. Ou seja, sob a influência das práticas culturais que sustentam a predominância dos valores masculinos, que regem e hierarquizam a esfera pública, estabelecem-se as relações sociais de sexo como princípio organizador, tanto das práticas sociais quanto das demais relações sociais. Kergorat (1996) ressalta que as relações sociais de gênero (ou de sexo) e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis, na medida em que é a partir da última que se torna visível a existência de uma relação social específica por grupo de sexo, na organização da sociedade. Com efeito, um dos obstáculos para a maior participação social feminina

está na dificuldade de conciliar os papéis públicos e privados e as responsabilidades daí advindas.

Quando se pretende compreender as causas e as dificuldades de ampliar as formas de participação das mulheres, há que se considerar que os obstáculos são sociais e, em grande medida, decorrentes das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. Para Neves (2000), a problemática das relações sociais não se esgota na divisão sexual do trabalho, embora pertinente, pois elas representam “construções históricas culturais interdependentes e complementares”. E, enquanto tais, “não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes nas diferentes esferas da sociedade” (p.174). Para tornar mais igualitária a participação das mulheres nas esferas econômica, política, cultural e social, há que redefinir a identidade das mulheres na vida pública, construída a partir de algumas crenças estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações sociais entre os sexos, de forma hierárquica e desigual. Como observa Blomqvist (2004), é preciso dar ênfase à necessidade de evidenciar a relevância e a possibilidade da desconstrução e desnaturalização das construções sociais que atribuem às relações desiguais de poder a aparência de naturais e inevitáveis. De fato, como afirma Hirata (2002, p. 25), “a hierarquia social do masculino e do feminino, que estabelece a inferioridade e a subordinação do segundo ao primeiro, está longe de se esgotar no âmbito do mercado de trabalho”.

Para Castel (1998), o trabalho “é um suporte privilegiado de inserção na estrutura social”, além de haver, ainda, “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e na participação das redes de sociabilidade” (p. 24). Nesse sentido, conforme Keil (2001), “estar empregado significou para o homem ocidental, e ainda significa, estar socialmente inserido” (p.78), tornando-se o trabalho profissional um “lugar privilegiado de socialização, de encontro”, em especial “de acesso ao coletivo para as mulheres, sobretudo nas lutas e nos movimentos sociais” (HIRATA, 1997, p. 22). Entretanto, diferentemente das sociedades industriais, em que o trabalho foi central na estruturação da sociabilidade, nas sociedades pós-industriais, observa-se “uma extrema precariedade em relação à organização do trabalho e da estruturação da sociabilidade” (KEIL, 2001, p. 101).

Contudo, a sociabilidade é muito significativa na atualidade, quando as oportunidades de inserção estão associadas, não só ao capital cultural, que compreende comportamento, valores, gostos e educação, mas, principalmente, ao capital social, que está relacionado com a quantidade de recursos derivados das conexões de pertencimento a um determinado grupo (CORTAZZO, 2001). Também Paiva (2001) destaca o maior peso atribuído à socialização no atual mercado de trabalho, na medida em que as virtudes individuais “são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, [...] num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos” (p. 57).

Segundo essas assertivas, são as redes de sociabilidade, que se constituem a partir de atividades sociais e de lazer, que podem, além de beneficiar a coletividade, constituir-se diferencial para a inserção no mercado. Desse modo, para Villasante (2002), “cada pessoa pertence a diferentes redes que conformam suas opiniões” (p. 83). Isso significa que “estamos imersos em redes de tipos diversos (familiares, de trabalho, vicinais, culturais, etc.)”, sendo que “em cada uma delas se espera um determinado tipo de comportamento e de linguagem, que denotam e conotam qual é o nosso papel no jogo de poderes cotidianos” (p. 81). Portanto, é importante estabelecer “como estão organizadas e se reproduzem as relações”, ou melhor, quais os vínculos estabelecidos ao longo das experiências (p. 87).

Para Scherer-Warren (1997), as redes sociais podem ser observadas a partir de dois vínculos principais estabelecidos entre os atores: os diretos e as articulações políticas. As redes de articulação política, que se efetivam entre atores e organizações, ocorrem “em espaços definidos pela conflitualidade da ação coletiva”, transcendendo “os espaços de emergência da ação”, construindo-se esses “elos em torno de identidades de caráter ideológico ou de identificações político-culturais” (p. 4). Essas redes associativas, segundo a autora, são construídas “sobre o pano de fundo das múltiplas redes sociais primárias e redes submersas” que constituem o vínculo direto. Logo, a proposição da autora ressalta a importância dos vínculos diretos, que são aqueles estabelecidos pelas pessoas “em seus cotidianos, ao nível das comunidades”, tratando-se “de redes sociais personalizadas que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua”, pressupondo relações de confiança, que

incluem “a vizinhança, a família, o parentesco, o local de trabalho, a vida profissional, etc.” (LOIOLA e MOURA, 1996 *apud* SCHERER-WARREN, 1997, s.p.). Essas redes são chamadas pela autora de redes submersas constituídas na cotidianidade.

Como se observa, as redes submersas estão apoiadas nas relações de confiança e cooperação e são importantes para a passagem a vínculos mais complexos, como os de articulação política. Por outro lado, os vínculos diretos podem desenvolver, nos indivíduos, a habilidade de gerar valor a partir de redes de relações sociais nas quais se inserem, remetendo aos preceitos do conceito de capital social. As redes de relações são importantes, na medida em que “nos fazem aproveitar melhor as complexidades e as suas diversidades ou que impedem o desenvolvimento de todas as potencialidades” (VILLASANTE, 2002, p. 145).

Segundo Seligmann-Silva (1994), “os modos de pensar, sentir e agir que se constituem no interior das experiências do cotidiano profissional, são transportados para a vida familiar e comunitária”. No entendimento da autora, “as estruturações do tempo de trabalho imprimem suas marcas nos períodos destinados ao repouso, ao convívio, ao lazer e todas as formas de participação social significativas” (p. 7-8), acabando por fragilizar as redes de sociabilidade.

Ao buscar entender a trajetória de vida individual e social das mulheres trabalhadoras e o modo como direcionam seus projetos de vida, é necessário considerar que é pela mediação entre as ideologias e as representações sociais²⁴ que elas agem e interagem no cotidiano. Isso ocorre “numa relação dialética entre a construção de suas identidades como indivíduos (inseridos em instituições como a família e a escola) e representando uma outra especificidade que se refere ao

²⁴ O conceito de representação social que tem emergido em trabalhos recentes de diferentes áreas, tem raízes na sociologia, sem restringir-se a essa área em particular. Isso se deve ao crescimento do interesse na explicitação dos fenômenos de domínio simbólico, enfocando os conceitos de consciência, de imaginário, de representação e de memória social. Tem sua origem no trabalho desenvolvido por Durkheim, através do conceito de representações coletivas, com sua posterior teorização elaborada por Moscovici, através do conceito de representações sociais, que passou a servir de ferramenta para diferentes áreas (ARRUDA, 2002). A distinção entre os termos coletivo, utilizado por Durkheim, e o social, usado por Moscovici (2003), é sintetizada pelo último como as representações coletivas, constituídas de um instrumento explanatório que se refere a uma “classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), que para nós são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados”. Acrescenta, ainda, que “são fenômenos específicos relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (p. 49).

gênero” (SILVESTRE, 2001, p. 5). Desse modo, sua inserção individual e simultaneamente social e todas as questões daí decorrentes têm, como pano de fundo, as relações de gênero e a dimensão simbólica da condição feminina.

Partindo da premissa da existência de diversas formas de conhecimento e comunicação, que são móveis e orientadas por objetos diferentes, sendo duas delas a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo de acordo com seu propósito, para Arruda (2002),

o universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e na sua hierarquia interna. Ambas, portanto, apesar de terem propósitos diferentes, são eficazes e indispensáveis para a vida humana. As representações sociais constroem-se mais freqüentemente na esfera consensual, embora as duas esferas não sejam totalmente estanques. (p. 130),

Para Jodelet (2001, p. 22), “o conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático [...] contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. A integração da cognição, da linguagem e da comunicação influencia as representações (requerendo sua articulação a componentes afetivos, mentais e sociais) e a realidade material, social e ideal (das idéias), sobre a qual elas vão incidir (JODELET, 2001). Embora as representações sociais não constituam o foco central do presente trabalho, pela ênfase que alguns autores dessa área (JOVCHELOVITCH, 2003; JODELET, 2001; MINAYO, 2003) atribuem à linguagem e à comunicação, a importância da análise do discurso, que, segundo Fairclough (2001), é constituída por três vastos campos, os quais denominou representações, relações e identidades, é reforçada.

Jovchelovitch (2003), em seu texto *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*, procura dar conta das mediações existentes entre o sujeito e a vida no mundo. Seu argumento central é de que “a esfera pública enquanto lugar de alteridade fornece às representações sociais o terreno sobre o qual elas podem ser cultivadas e se estabelecer”. Mas “a alteridade é também a condição necessária para o desenvolvimento do Eu” (p. 65). Sua proposição é de que as representações sociais, como estruturas simbólicas,

têm sua origem tanto na capacidade criativa dos sujeitos sociais como nas fronteiras impostas pela vida social²⁵.

No entanto, há que considerar, conforme refere Minayo (2003), que “o comportamento social e o individual obedecem a modelos culturais interiorizados, ainda que de forma conflitante” (p. 105). A percepção de certa defasagem entre o objeto e sua representação é significativa, pois indica que estamos frente à marca grupal/cultural impressa no processo de construção da representação. O que se manifesta como uma distorção transforma a organização ou o sentido do objeto para adequá-lo aos desejos e necessidades de quem representa (Arruda, 2002, p. 139).

Jodelet (2001) defende que toda representação é a representação de um indivíduo ou de alguma coisa, na medida em que se refere a um objeto e é provida de conteúdo, além de ser formulada por um sujeito social, envolvido em uma situação específica de seu espaço e tempo. Na proposição da autora, devem ser considerados três fatores: a cultura em suas dimensões, a comunicação e a linguagem (intragrupos, intergrupos e de massa), como também a inserção socioeconômica, institucional, educacional e ideológica.

Para Minayo (2003), a análise das representações sociais, manifestadas através das “palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam”, é facultada e deve ocorrer a partir da “compreensão das estruturas e comportamentos sociais”. Contudo, “sua mediação privilegiada é a linguagem”, enquanto “forma de conhecimento e de interação social” (p. 108). Desse modo,

fruto da vivência das contradições que permeiam o dia-a-dia dos grupos sociais e sua expressão, marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos. Mas, além disso, as Representações Sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Portanto,

²⁵ Isso porque as representações sociais, como conhecimento espontâneo decorrente das experiências, do senso comum e da comunicação, são construídas a partir da relação indivíduo-sociedade, refletindo, de um lado, “como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir de sua inscrição social”, de outro, “como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos”. Ou seja, remete à interação entre sujeito e sociedade que atuam em parceria na construção da realidade, que se efetiva através da comunicação (ARRUDA, 2002, p. 128).

devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações reais da vida. Neste sentido, a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas. (p. 108-9).

Para a mesma autora, as representações sociais não são essencialmente conscientes. Não obstante surjam como categorias teóricas elaboradas por alguns filósofos nas filosofias correntes, elas se mesclam com as idéias das elites e das grandes massas como expressão das contradições vivenciadas na esfera das relações sociais de produção. Decorre daí a presença “dos elementos tanto de dominação como de resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo” No entanto, por serem simultaneamente ilusórias, contraditórias e verdadeiras, elas podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social, na medida em que “retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade” (MINAYO, 2003, p. 109-110). Contudo, seria ilusório tomá-las como verdades científicas e, até mesmo, como uma redução da realidade à concepção do homem, uma vez que elas não conformam a realidade. Ao configurar uma produção simbólica que tem a finalidade de compreender e balizar o mundo, elas têm na ação e na comunicação o seu meio e os seus fins (ARRUDA, 2002).

Em termos de síntese, como se observa na assertiva dos diversos autores referidos no presente capítulo, gênero é constituinte da sociedade, tanto das relações entre homens e mulheres, como das identidades femininas e masculinas, em todos os espaços e em todas as esferas sociais. Gênero implica a classificação dos seres humanos segundo o sexo, constituindo-se um sistema simbólico que, em cada cultura, associa sexo a contextos culturais e a partir do qual se constroem as representações, bem com as identidades pessoal e social. Ou seja, gênero, como substrato das relações sociais, o é também da divisão sexual do trabalho, que, como fundamento do sistema sexo-gênero, promove a concreção e a legitimação das representações, ideologias e imagens de gênero, produzidas e reproduzidas através do discurso. Na medida em que o discurso é constitutivo de todas as dimensões da estrutura social, por sua característica, atua moldando e restringindo, tanto normas e convenções quanto relações, identidades e instituições, tornando-se uma prática que não só constitui e constrói o mundo em significado. Decorre daí a relevância da análise do discurso, que abordaremos no próximo capítulo.

5 UNIVERSO DA PESQUISA E OS CAMINHOS EMPÍRICOS

A partir da elaboração da dissertação de mestrado, procuramos, com diferentes práticas investigativas, focar a condição da mulher trabalhadora em linhas de produção, frente à inconformidade com as condições de trabalho dessas mulheres, que tentam compatibilizar as responsabilidades profissionais, domésticas e familiares. Para atender às demandas do cotidiano, o papel social das mulheres vem se transformando através de mudanças demográficas e de escolaridade, sem, no entanto, modificar a sua condição de subalternidade na esfera privada e a de ser a maior responsável pelas tarefas domésticas, que são pautadas pela repetitividade e pelo hábito, condição acentuada em determinadas faixas socioeconômicas, próprias das mulheres objeto deste estudo, em que essas questões aparecem com muita ênfase. Já, no âmbito profissional, grande parte da mão-de-obra industrial feminina é alocada em postos de trabalho, com predominância de tarefas fragmentadas e estandardizadas, ou em trabalhos que, além dessas características, são temporários, como é o caso do cenário local, foco deste estudo.

Como se observou, permanecem as oportunidades desiguais, configurando assimetrias de gênero, apontando os novos paradigmas produtivos para as segmentações horizontal e vertical de gênero, com novas formas de divisão de sexo no trabalho. Não obstante a existência de outros estudos que destacam a importância da participação feminina para o desenvolvimento, el Fondo de Población de las Naciones Unidas (FNUAP), em seu informe de 2001, ressalta que o papel feminino a ser desempenhado “el las próximas décadas en los diferentes países es fundamental para la garantía de la sostenibilidad no solo del punto de vista económico sino también del cultural y político” (ALKMIN, 2002, p. 16).

Através dessa introdução, buscamos justificar a adoção da perspectiva de gênero para analisar a relação entre trabalho industrial e participação social, uma vez que, para Scott (1995, p. 86), gênero define-se, fundamentalmente, sobre a relação entre duas proposições: “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações

sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder”. Para Bruschini (1992), a perspectiva de gênero propicia uma visão mais completa da realidade social. Desse modo, o presente estudo tem, como expectativa, constituir-se um processo intenso e continuado de aproximação dos espaços sociais de inserção das mulheres trabalhadoras em seus múltiplos papéis do cotidiano. Foram sujeitos da pesquisa quarenta mulheres, dez em cada empresa, que contavam com mais de dez anos de serviço.

Com essa intenção, buscamos enfocar as trilhas do cotidiano em que transitam (ou não) as mulheres sujeitos desta pesquisa. Para tanto, na medida em que o foco do presente estudo foi a percepção de um processo social, optou-se por uma pesquisa qualitativa, por favorecer o contato direto do pesquisador com os sujeitos selecionados, por envolver a obtenção de dados descritivos, por enfatizar mais o processo que o produto, pela importância em retratar a perspectiva dos participantes e a sua subjetividade. Pelas características da investigação e de sua trajetória predominantemente qualitativa, utilizamos, nos procedimentos metodológicos, o *estudo de caso*, que tem como objetivo, analisar com profundidade um grupo social específico. Yin (2001) define o estudo de caso como sendo uma pesquisa empírica “que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real de vida, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não são claramente definidos” (p. 32). Quanto às técnicas de coleta de dados, optou-se pela entrevista em diferentes formas, ou seja, entrevista semi-estruturada, entrevista focal (YIN, 2001) também chamada de focalizada (GIL, 1999) e o grupo focal. Este estudo se deu em quatro indústrias de Santa Cruz do Sul com mais de trezentos funcionários, nas quais atuam mulheres efetivas, alocadas em linhas de produção.

Por reconhecermos a grande importância da fala dos atores sociais, recorreremos à análise de discurso, metodologia proposta por Phillips e Hardy (2002), quando se busca investigar os processos de construção social. Na perspectiva do planejamento da pesquisa e tendo presentes as observações desses autores, de que nem todas as pesquisas se situam, necessariamente, em uma categoria em particular, optamos por uma maior aproximação da análise crítica do discurso, por se concentrar na análise do discurso como forma de estruturação do

espaço social de ação dos atores e por sua característica de tomar “partido a favor dos grupos oprimidos” (FAIRCLOUGH e WODAK, 2000, p. 368).

5.1 Análise do discurso, diferentes abordagens

Entre as inúmeras contribuições da análise do discurso, estão suas características teóricas e metodológicas, relevantes quando se pretende visibilizar os problemas sociais de poder e de desigualdades, quando se revela um importante instrumento de análise. Mesmo assim, em cada atividade de análise, põe-se em questão a natureza de certos conceitos, redefinindo suas fronteiras. Desse modo, vai-se construindo o seu objeto teórico e estabelecendo seus procedimentos analíticos na interface com outras áreas vizinhas (FERREIRA, 2004). É nesse sentido que Potter (1996), a partir de suas pesquisas, admite que a análise de discurso, mais do que um método, é uma perspectiva da totalidade da vida social. Como decorrência, não pode simplesmente se igualar a outros tradicionais modelos de pesquisa. Para o autor, os analistas do discurso estão interessados em olhar a extensão das respostas e como essas estão organizadas nas situações da vida cotidiana, não estando, portanto, preocupados em sustentar hipóteses pré-especificadas. Ademais, a análise do discurso deu início a uma área de investigação que se torna, progressivamente, mais minuciosa na construção de seu processo analítico *apud* Stevenson (2004).

Não obstante a complexidade do quadro teórico e metodológico, a análise do discurso vem-se singularizando como forma de conhecimento sobre a linguagem. No entanto, analisar o discurso implica analisar as relações entre as suas duas dimensões, que são o texto e o contexto. Sob essa ótica, a análise do texto, enquanto integrada a determinada prática, pode fazer parte dessa e estruturar processos sociais mais complexos. Por essa via, enfatiza a interação e a dimensão contextual da comunicação. Além disso, a linguagem é considerada não como um meio neutro, mas como parte ativa e constitutiva dos processos cognitivos e das práticas sociais. Portanto, para além de constituir uma fonte de dados sobre aspectos da vida, a fala constitui uma série de referências, cuidando, também, de tarefas não-referenciais, como as de controlar relações interpessoais nas interações e na construção de identidades (ALVES, 2001; MOISÉS, 2001 *apud* COELHO, 2004).

Em vista da relevância teórica da análise de discurso, ao reconhecer a grande importância da fala dos atores sociais, essa análise, como metodologia proposta por Phillips e Hardy (2002), é importante quando se pretende resgatar o modo de construção e organização social. Para esses autores, a realidade social é produzida e tornada real através do discurso, de forma que as interações sociais não podem ser entendidas sem observar o discurso que lhes dá significado. Essa metodologia explora a relação entre o discurso e a realidade. Outra característica da análise do discurso, ressaltada pelos mesmos autores, é tentar explorar como a sociedade produz idéias e objetos que povoam o mundo e como são mantidos e reconhecidos ao longo do tempo.

Phillips e Hardy (2002) referem, em seu livro *Discourse analysis: investigating processes of social construction*²⁶, várias pesquisas empíricas fundamentadas na análise do discurso, com foco em diferentes temas (controle social, estudos do trabalho, práticas de negócios, discursos da diferença, produção de identidade e o meio ambiente), dos quais destacamos o discurso da diferença, em que estão incluídos os estudos feministas, que utilizaram a análise do discurso para estudar a construção da identidade de gênero ocupacional e social (Gransey & Rees, 1996; Maile, 1995), organizacional (Fletcher, 1998) e individual (Gill, 1993 e 1993b; Stokoe, 1998), *apud* PHILLIPS e HARDY, (2002). Essas referências indicam o potencial do método que, ultrapassando a perspectiva teórica adotada na investigação, considera, como questão substantiva, o foco da pesquisa.

Também Gill (2003) aponta, em seu artigo *Análise de Discurso*, o potencial desse método na análise da linguagem e das relações sociais. Ressalta a autora que “as origens da análise de discurso a partir das críticas à ciência social tradicional significam que ela possui uma base epistemológica bastante diversa de algumas outras metodologias” (p. 245).

Para Phillips e Hardy (2002), são muitas as abordagens de análise do discurso, representando um desafio em particular aos iniciantes nesse campo. Também Gill (2003) refere que existem pelo menos 57 variantes dessa metodologia. Para dar

²⁶ Análise do Discurso: investigando processos de construção social.

conta de tal diversidade, a autora recorre ao que denominou tradições teóricas amplas, discutindo três delas. Na primeira, reúne “uma variedade de posições conhecidas como lingüística crítica, semiótica social ou crítica, estudos de linguagem” (FOWLER ET AL., 1979; KRESS e HODGE, 1979; HODGE e KRESS, 1988; FAIRCLOUGH, 1989), *apud* Gill (2003, p. 246), possuindo essa tradição de análise de discurso “uma estreita associação com a disciplina da lingüística, mas seu compromisso mais claro é com a semiótica e com a análise estruturalista” (p. 246).

A segunda tradição, mais ampla, sofreu influência da “teoria do ato da fala, etnometodologia e análise da conversação” (MYERS, 2003; GARFINKEL, 1967; SACKS et al., 1974; COULTHARD e MONTGOMERY, 1981; HERITAGE, 1984; ATKINSON e HERITAGE, 1984), *apud* Gill, (2003, p. 246). Essa ótica sublinha “a orientação funcional, ou a orientação da ação, que o discurso possui”, observando aquilo que as narrativas objetivam conseguir, e investiga, minuciosamente, “a organização da interação social” (p. 246). Já o terceiro grupo de trabalhos, identificado, algumas vezes, como análise do discurso, associa-se ao pós-estruturalismo, que “rompeu com as visões realistas da linguagem e rejeita a noção de sujeito unificado coerente”. Opondo-se “à maioria da análise de discurso, este trabalho está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas em olhar historicamente os discursos” (p. 246-247).

Entretanto, uma importante contribuição na explicitação das perspectivas teóricas da análise discursiva foi elaborada por Phillips & Hardy (2002), que recorreram a diversos estudos empíricos existentes e conduzidos segundo essa metodologia. Embora a revisão dos estudos empíricos da análise de discurso não tenha sido extensiva, os autores entendem que tal metodologia pode ser categorizada em duas dimensões teóricas chave. A primeira enfatiza a importância do texto e sua relação com o contexto da pesquisa. A segunda dimensão está relacionada aos graus com que as dinâmicas de poder formam o foco da pesquisa, constituindo os estudos mais críticos, em contraste aos estudos construtivistas, que focam, com maior proximidade, os processos de construção da realidade social.

Como forma de tornar inteligível a relação e a continuidade existente entre texto e contexto na primeira dimensão e entre estudos críticos e construtivistas na segunda, Phillips & Hardy (2002) criaram uma representação gráfica (Ilustração 9) composta por dois eixos, sendo um vertical, em cuja extremidade superior situam o contexto e, na inferior, o texto. Esse eixo intersecta-se com um eixo horizontal, em cuja extremidade esquerda está a abordagem construtivista e, na direita, a crítica. Com isso, demonstram as imbricações dessas dimensões, bem como suas possibilidades de utilização em diferentes níveis, dependendo da perspectiva teórica utilizada.

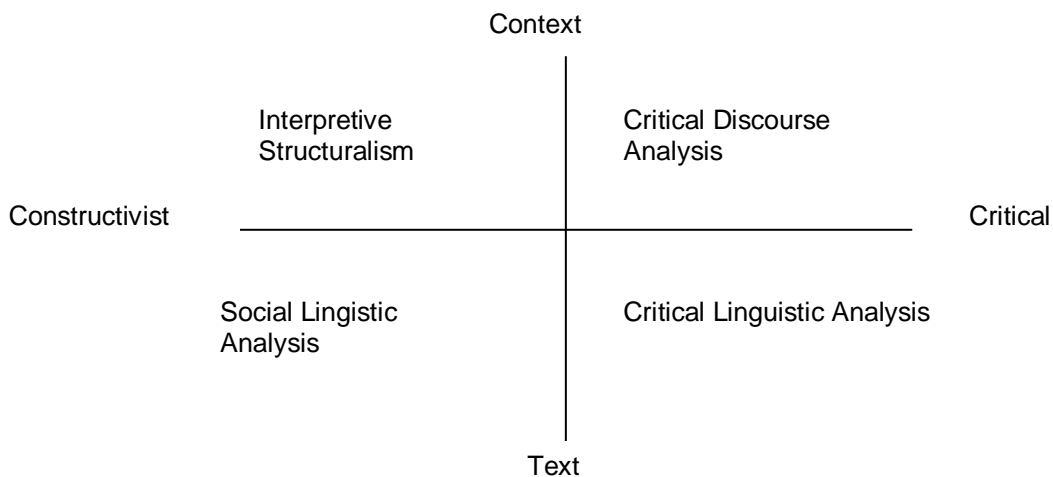


Ilustração 9 – Diagrama Different Approaches to Discourse Analysis²⁷
 Fonte: Phillips & Hardy, 2002, p. 20.

A análise de discurso requer tanto a leitura de textos quanto a de seus respectivos contextos, uma vez que compreender o discurso e seus efeitos requer, também, entender os contextos em que se originam. Ou seja, como situam Fairclough e Wodak (2000), não é possível produzir um discurso sem contexto, assim como não é possível sua compreensão sem considerar o contexto. Com efeito, os discursos estão sempre vinculados a outros discursos produzidos anteriormente, tanto quanto aos produzidos sincrônica e posteriormente (p. 394).

Ao considerar a relação texto e contexto, Phillips & Hardy (2002) ressaltam que o estudo do texto inserido em um contexto é sempre relevante. Já, em relação ao contexto, cabe referir a contribuição dos trabalhos de Schegloff (1992) e Wetherell (2001), *apud* Phillips & Hardy (2002), que estabeleceram uma distinção entre

²⁷ Diferentes abordagens da análise do discurso.

contexto distal e contexto proximal. Segundo essa distinção, o contexto distal é constituído por classe social, composição étnica dos participantes, instituições e lugares em que os discursos ocorrem e os fatos ecológicos, regionais e culturais. Já o contexto proximal abarca características das interações imediatas, incluindo o tipo de ocasião ou a forma de interação dos participantes de um evento, a seqüência das falas em que evento em particular ocorre e a posição das pessoas que falam (como locutores, instrutores ou interlocutores). Mencionam os autores, ainda, que os estudos empíricos propendem para um enfoque do contexto proximal, que é sempre incorporado, de uma ou outra forma, com mais proximidade, enquanto o contexto distal é mais ou menos incluído, dependendo da orientação teórica ou prática da pesquisa.

Como já foi referido, a segunda dimensão é composta por duas abordagens: a crítica e a construtivista. Os estudos podem ser críticos, quando o foco da pesquisa se volta mais especificamente à dinâmica do poder, do conhecimento e da ideologia que circundam o processo discursivo. Ou, então, a abordagem pode ser construtivista, quando o foco se aproxima da forma como a realidade social foi construída. Em resumo, um bom estudo crítico é sensível ao poder, enquanto um estudo construtivista focaliza o processo de construção social que subjaz ao fenômeno de interesse.

Por fim, pela combinação dessas duas dimensões, podem ser identificadas as quatro maiores perspectivas adotadas nos estudos empíricos: análise lingüística social, estruturalismo interpretativo, análise crítica do discurso e análise crítica lingüística. Caracteriza-se a análise lingüística social como construtivista e tem, como base, o texto, focando textos individuais e descrevendo-os na margem do contexto social em que ocorrem ou explorando as dinâmicas de poder em que estão inseridos. Já o estruturalismo interpretativo concentra-se na análise do controle social e no discurso que o sustenta. Do mesmo modo que a análise lingüística social, o estruturalismo interpretativo é prioritariamente construtivista – preocupado com a forma como os contextos amplos e discursivos constituem as possibilidades que geram crescimento, sem a preocupação direta com o poder.

A análise crítica do discurso converge para o papel das atividades discursivas na constituição e sustentação das desigualdades nas relações de poder. Essa perspectiva se concentra no modo como a atividade discursiva estrutura o espaço social em que agem os atores, através da constituição de conceitos, objetos e das posições dos sujeitos. A análise crítica do discurso focaliza o contexto e sua forma de privilegiar alguns atores em detrimento de outros, evidenciando, também, como amplas mudanças no discurso resultam em diferentes constelações de vantagem e desvantagem.

Como a análise lingüística social, a análise lingüística crítica também se concentra em textos individuais, mas com forte interesse nas dinâmicas de poder que cercam o texto. Nessa perspectiva, partes individuais do texto são analisadas para entender como as estruturas de dominação de um contexto local ou proximal têm implicações com o texto. Phillips & Hardy (2002) entendem a lingüística crítica útil para analisar a forma como atividades discursivas específicas e textos colaboram na produção das relações de poder no nível local.

Para os autores, modos e técnicas de controle social são focos particularmente importantes na abordagem crítica, sendo a análise crítica do discurso proposta como uma forma de analisar as práticas e as técnicas de produção e de reprodução de poder nas organizações. Portanto, na perspectiva do planejamento da pesquisa e tendo presentes as observações de Phillips & Hardy (2002), de que nem todas as pesquisas se situam, necessariamente, em uma categoria em particular, optamos por uma maior aproximação da análise crítica do discurso, por se concentrar na análise do discurso como forma de estruturação do espaço social de ação dos atores e por sua característica de tomar partido a favor dos grupos oprimidos (FAIRCLOUGH e WODAK, 2000).

5.1.1 Análise crítica do discurso – conceitos e desenvolvimento

Dada a relevância da influência social do discurso por sua capacidade de evidenciar questões importantes relacionadas ao poder, a análise do discurso se transformou em um empreendimento complexo, amplo e multidisciplinar, do qual participam diferentes disciplinas. Para Van Dijk (2000), ela atingiu sua maioridade,

não sem antes percorrer um longo caminho desde os primeiros estudos lingüísticos, das primeiras observações das tomadas de turno nas conversações, dos estudos etnográficos e das primeiras especificidades na compreensão dos textos. Sua natureza transdisciplinar garante sua contínua renovação e permanente inspiração nas fronteiras dos domínios dos conhecimentos existentes. Entretanto, talvez a maior importância da análise do discurso esteja em proporcionar ferramentas teóricas e metodológicas necessárias para um enfoque crítico fundamentado no estudo dos problemas sociais, de poder e desigualdades.

Para Fairclough e Wodak (2000), a análise do discurso tem, por característica, estudar exemplos concretos, e freqüentemente extensos, de interação social, sendo, no entanto, o enfoque crítico que a caracteriza e lhe dá uma visão própria, distinta das relações existentes entre: a) a linguagem e a sociedade; b) a própria análise e as práticas realizadas. Afirmam que as práticas discursivas podem ter efeitos ideológicos de peso, podendo, portanto, contribuir na produção e reprodução do poder e das desigualdades sociais, quer entre as classes sociais, quer entre as mulheres e os homens, ou entre minorias, através dos modos de representação dos objetos e da forma como situam as pessoas.

Face à diversificação da área de estudo da análise do discurso, que admite uma variedade de abordagens, Fairclough (2001) selecionou e investigou abordagens que, de alguma forma, continham aspectos mais próximos dos seus objetivos de “realizar uma combinação efetiva e útil de análise textual e outros modos de análise social”. O autor conclui que “as abordagens investigadas podem ser divididas em dois grupos, segundo a natureza de sua orientação social para o discurso”: críticas ou não-críticas. Embora essa divisão não seja absoluta, as abordagens críticas são diferentes das não-críticas, na medida em que mostram “como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia”, como também “os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença”, questões que não são “normalmente aparentes para os participantes do discurso” (p.31-32).

Como se observa, as abordagens críticas têm uma linha de análise particular, além de ser o conceito de crítica inerente à análise crítica do discurso, o que requer

uma atenção especial ao termo. Em relação ao termo crítico, Wodak (2004) entende que, na atualidade, “está sendo usado, de modo convencional, num sentido mais amplo, denotando, como argumenta Krings (1973), a combinação prática do ‘engajamento social e político’ com ‘uma construção de sociedade sociologicamente embasada’” e, simultaneamente, reconhecendo, como aponta Fairclough (1985), que, “em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão”. Nesse caso, “a atividade crítica consiste, essencialmente”, em visibilizar “a natureza interligada das coisas” (*apud* WODAK, 2004, p. 2). Para a mesma autora, “uma abordagem realmente crítica do discurso exigiria, portanto, uma teorização e descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto”, como também “das estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos-históricos, criam significados em suas interações com os textos” Fairclough e Kress (1993), (*apud* WODAK, 2004, p. 2). Em decorrência, três conceitos são indispensáveis para o ACD: o conceito de poder, o conceito de história e o conceito de ideologia.

Na medida em que “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93), a análise do discurso requer que se considerem esses três conceitos (poder, história e ideologia) como subjacentes à prática discursiva. É nesse sentido a afirmativa de Gill (2003), já referida anteriormente, de que a análise do discurso tem uma base epistemológica muito diversa de algumas outras metodologias, sendo suas características centrais:

- 1 A postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão, e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica.
- 2 O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas.
- 3 A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, de que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas, não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais.
- 4 O compromisso de explorar as maneiras como os conhecimentos – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados a ações/práticas (BURR, 1995 *apud* GILL, 2003, p. 245).

Portanto analisar o discurso tem como pressuposto, a noção de crítica, que significa, fundamentalmente, distanciar-se dos dados e situá-los no social, assumir e explicitar uma posição política e focar a auto-reflexão. Implica, principalmente, considerar que “as práticas sociais têm várias orientações - econômica, política, cultural, ideológica” – e que o discurso está “implicado em todas elas”. Embora se pretenda ressaltar o discurso como prática ideológica, por sua característica de constituir, naturalizar, manter e transformar “os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”, para Fairclough (2001), a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, uma vez que a “prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (p. 94).

No que se refere ao conceito de ideologia, Wodak (2004) recorre a Thompson, que afirma ser esse conceito usado há cerca de dois séculos, ao longo dos quais, “o termo tem recebido diferentes funções e significados”. Segundo esse autor, “ideologia refere-se às normas e processos sociais dentro dos quais, e através dos quais, formas simbólicas circulam no mundo social” (p.8). Já, para Fairclough (2001), são três as asserções sobre ideologia. Em primeiro lugar, “a asserção de que ela tem existência material nas práticas” institucionais. Em segundo lugar, a de “que a ideologia ‘interpela’ os sujeitos, o que conduz à concepção de que um dos mais significativos ‘efeitos ideológicos’ [...] é a constituição dos sujeitos”. Por último, a asserção de “que os ‘aparelhos ideológicos de Estado’ (instituições, tais como a educação ou a mídia) são ambos locais macroadelimitadores.” (p. 116-117).

Embora Fairclough (2001) aponte “a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideológicas nelas constituídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação”, entende que as ideologias são significantes/construções da realidade “(o mundo físico, as relações sociais e as identidades sociais) que são constituídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”. Fairclough (2001) ressalta que “as ideologias, quando se tornam naturalizadas, atingem o *status* de senso comum”, propriedade que, no entanto, não deve ser muito

ênfâtizada por sua possibilidade de transformação (p. 117), pois “as ideologias surgem nas sociedades por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural [...] e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia” (p. 121).

Outra contribuição sobre o conceito de ideologia é o artigo de Gouveia ([1996?]), *Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico*. No texto, o autor aborda uma acepção que entende de teor meramente descritivo. Apresenta o conceito de ideologia como sendo concernente “a sistemas de pensamento, de valores e crenças, que denotam um ponto de vista particular sobre o real, uma construção social da realidade, independente de aspirarem ou não à preservação ou à mudança da ordem social”. Compreende-se, nessa acepção, ideologia “como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais”. Ao trabalhar com uma concepção crítica da ideologia, associada “a processos de manutenção (mas também de contestação) de relações de poder assimétricas, a sistemas de dominação”, revela uma preocupação com a maneira como os sujeitos fazem parte dos “processos de transformação, destruição ou reforço das suas relações com os outros e com o real social”. Em sua significação, ideologia é “uma verdade particular com implicações na ordem e no real sociais e na consciência que deles têm os sujeitos” (s.p.).

Para Gouveia ([1996?]), não se pode contestar que a utilização do conceito de ideologia demanda vários cuidados. Entretanto, a partir da síntese que faz do trabalho de Eagleton em sua listagem das possíveis definições desse conceito, Gouvêa mantém “como princípio definidor o facto de o termo fazer referência não só a sistemas de crença, mas também a questões de poder Eagleton (1991), *apud* Gouveia ([1996?]), e de dominação” (GOUVEIA, [1996?], s.p.).

Ao usar o termo *discurso*, Fairclough (2001) propõe “considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como uma atividade puramente individual ou reflexa de variáveis situacionais” (p. 90). Isso leva a inúmeras conseqüências. Primeiro, “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Segundo, “implica uma relação dialética entre

o discurso e a estrutura social, existindo geralmente mais a relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira” (p. 91).

Por conseguinte, o termo *discurso*, utilizado tanto por Fairclough (2001) como por outros analistas críticos do discurso, é decorrente da ótica de que a linguagem é uma forma de prática social e, como tal, é determinada pelas estruturas sociais, enquanto, simultaneamente, tem efeitos sobre a sociedade na reprodução dessas estruturas, caracterizando uma relação dialética. Em outros termos, “o evento discursivo torna evidentes práticas discursivas e não-discursivas causadas estruturalmente”, e simultaneamente “os sujeitos estão continuamente ressignificando suas práticas discursivas e colocando as estruturas em risco”. Também é dialética a relação entre a prática social e a estrutura social, resultando que a segunda é tanto uma condição quanto um efeito da primeira, na medida em que “a estrutura social é uma condição para a existência do discurso, mas é também um efeito de tal existência”. Decorre daí que “a estrutura social molda e constrange o discurso num amplo sentido” e em todas as esferas: “pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares”, ou, ainda, “por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva”. Acrescente-se, ainda, que o discurso é socialmente constitutivo, como defende Foucault, na formação discursiva dos objetos, sujeitos e conceitos, como também “de todas as dimensões de estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (p. 91). Desse modo, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (p.91).

Em relação à dimensão do discurso constitutiva do social, Fairclough (2001), apoiado em Foucault, aponta três efeitos construtivos do discurso. Em primeiro lugar, ele contribui na construção do que é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’, para o sujeito social e os tipos de EU. Contribui, também, na construção das relações sociais. E, por último, contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Assim, “esses três efeitos correspondem,

respectivamente, a três funções da linguagem e às dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso”: a função *identitária*, associada à maneira como se estabelecem nos discursos as identidades sociais; a função *relacional*, referente à forma de representação e negociação das relações sociais entre os participantes, e a função *ideacional*, que diz respeito à maneira como os textos dão significado ao mundo e seus processos, entidades e relações (p. 92).

O discurso é, ainda, apresentado por Fairclough (2001) como uma noção tridimensional. O autor defende a idéia de que a análise do discurso se refere, necessariamente, à análise de três dimensões diferentes que concorrem para a concepção dinâmica do discurso. Essas três dimensões, relacionadas umas às outras, são a análise de textos orais ou escritos, a análise das práticas discursivas e, por último, a análise dos eventos discursivos como instâncias da prática social.

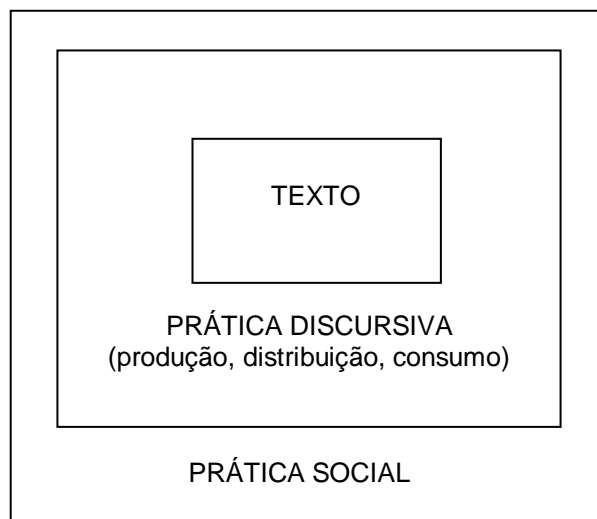


Ilustração 10 – Modelo da concepção tridimensional do discurso.
Fonte: Fairclough (2001, p.101).

No modelo proposto por Fairclough, a prática discursiva e a prática social são noções complementares e interdependentes, sendo a primeira uma forma particular da segunda. A análise do discurso a partir da prática discursiva enfoca “os processos de produção, distribuição e consumo de textos, enquanto processos sociais, que remetem” a cenários particulares (econômicos, políticos e institucionais) em que os discursos são produzidos (GOUVÊIA, [1996?], p. 51). Além disso, a prática discursiva é constituída por dois processos reciprocamente dependentes, que podem ser denominados de microanálise (com teor descritivo) e de macroanálise (de

teor interpretativo). A microanálise, por referência aos textos, apresenta explicações sobre como os processos de produção e interpretação são operados a partir dos recursos de grupo. Já a macroanálise, por referência às estruturas sociais, indaga a natureza dos recursos de grupo, como estruturas sociais interiorizadas, normas e convenções sociais, ordens de discurso e convenções para a produção, distribuição e interpretação de textos, e da relação que com eles os sujeitos estabelecem nos processos de produção e interpretação (p. 53).

Para Fairclough e Wodak (2000), a análise do discurso tem, por característica, estudar situações concretas, e seguidamente extensas, de interação social, na medida em que todo discurso é visto como prática social. Ou seja, a linguagem passa a ser enfocada como uma prática em si mesma, e não como mero epifenômeno. Ao ressaltar essa questão, sublinha-se o fato de que o discurso não ocorre em um vácuo social, na medida em que os atores sociais se orientam, continuamente, pelo contexto interpretativo em que se encontram e constroem seu discurso para se ajustarem a esse contexto (GILL, 2003, p. 248). Isso significa considerar, segundo Gaskell (2003), “o pressuposto de que o mundo social [...] é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas”, porém em condições não estabelecidas por elas. Assume o autor “que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo de vivências” (p. 65). Em outras palavras, essas proposições apontam o discurso como uma forma de ação, como uma prática que modifica o mundo e transforma outros indivíduos no mundo.

Ao reconhecer a importância da contribuição do discurso para a reprodução das estruturas sociais, reconhece-se, também, a Análise Crítica do Discurso (ACD) como uma área de investigação que tem objeto, teorias e métodos específicos. Foi em 1990 que o termo ACD passou a ser utilizado de modo mais consistente, referindo-se a essa abordagem particular de análise. Para Kress (1990), a ACD emergia “como uma teoria distinta sobre a linguagem, uma forma radicalmente diferente de lingüística”. O mesmo autor “enumera os critérios que caracterizam os trabalhos que seguem o paradigma da análise crítica do discurso, enfocando como esses critérios distinguem tais trabalhos de outras análises” discursivas engajadas politicamente (*apud* WODAK, 2004, p. 4).

No entanto, é Fairclough (1989) que estabelece as teorias sociais que dão sustentação à ACD, analisando uma variedade de exemplos textuais para ilustrar o campo, seus objetivos e métodos de análise. Em diferentes trabalhos, o mesmo autor, seja individualmente (1992, 1995), em duas obras ou em uma terceira, em co-autoria com Chouliaraki (1999), focalizou tanto o “quadro analítico para investigar a linguagem em relação ao poder e a forma como a ideologia se desenvolveu”, quanto a utilidade da ACD na revelação da “natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas” (*apud* WODAK, 2004, p. 5).

A análise crítica do discurso vem sendo alvo de grande interesse como campo de investigação em decorrência do seu objetivo de “analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem”. Dito de outra forma, “a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada e assim por diante, através do uso de linguagem (ou o discurso)”. Grande parte dos analistas críticos do discurso endossaria a afirmação de Habermas (1977), de que “a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizadas. Na medida em que as legitimações das relações de poder [...] não são articuladas, [...] a linguagem é também ideológica” (*apud* WODAK, 2004, p. 2).

Por seu particular interesse na relação entre a linguagem e o poder, é que a ACD tem sido utilizada na atualidade. Além disso, ela “interpreta o discurso como uma forma de *prática social*” e, como tal, “sugere uma relação dialética entre um sucesso discursivo particular e as situações, instituições e estruturas sociais que o marcam” (FAIRCLOUGH e WODAK, 2000, p. 362). Isso significa que, na mesma medida em que molda o sucesso discursivo e dá-lhe forma, através das instituições, situações e estruturas sociais, também lhe dá forma. Ou seja, “o social molda o discurso, que por sua vez constitui o social”. Além de constituir, também, “as situações, os objetos do conhecimento, a identidade social das pessoas e as relações destes e dos grupos entre si”, significando que contribui na sustentação e reprodução do *status quo* social, também toma parte no sentido de sua transformação.

Por fim, Fairclough (1992) distingue três vastos campos da vida social, que podem constituir-se no discurso e que denominou de representações, relações e identidades, ou seja, “representações do mundo, relações sociais e interpessoais e identidades sociais e pessoais”. Desse modo, para o autor, uma hipótese de trabalho é que qualquer texto, escrito ou falado, em qualquer de suas partes, é, ao mesmo tempo, representação, relações e identidades (*apud* FAIRCLOUGH e WODAK, 2000, p. 390). Constituindo-se a ACD uma forma de intervir na prática social e nas relações sociais, “fazer análise de discurso implica questionar nossos próprios pressupostos e as maneiras como nós habitualmente damos sentido às coisas [...]”, pois “fazer uma análise de discurso transforma fundamentalmente as maneiras como nós experienciamos a linguagem e as relações sociais” (GILL, 2003, p. 253).

Contudo, os textos não são consumidos de forma passiva, mas processados de “modos pragmáticos normais, inferindo significados” não explicitados. Ou seja, os textos oferecem pistas na busca de inferências relevantes, que dependem “das assunções, do conhecimento, das crenças, opiniões, ideologias sociais ou políticas” que são trazidas para a interpretação. Assim sendo, o texto, por si só, tem pouco ou nenhum significado, mas fornece pistas para a construção de conceitos e referenciais na atribuição de sentido ao discurso. “Nesse processo é determinante a representação que os interlocutores têm do contexto” em que ocorre a interação, especialmente “a representação que fazem de si próprios, dos papéis, propósitos ou finalidades recíprocas, do tipo de relações sociais em jogo, do quadro espacial e temporal em que se desenrola a interação (sic) verbal, da série de textos e discursos” de inserção do texto. Para além dessas questões, que são dinâmicas, recorre-se aos elementos das crenças, opiniões e atitudes presentes antes do início da comunicação (COELHO, 2004, p. 11). A partir dessas assertivas, a análise do discurso será tratada, tanto pelo seu aspecto teórico quanto pelo metodológico.

5.2 Aspectos metodológicos

Na aquisição de dados, buscaram-se caracterizar as formas de gestão da saúde ocupacional pelas empresas, incluídas, aí, além das medidas preventivas, as opções do lazer, de atividades culturais e educacionais, entendendo-se a saúde

ocupacional em um aspecto mais amplo: os dados referentes a atendimentos médicos, ambulatoriais e de acidentes de trabalho das trabalhadoras registrados nas empresas, através da entrevista com os gestores de RH (ANEXO A); identificação do modo como as mulheres organizam a estrutura do tempo profissional e doméstico, das atividades de lazer (recreativas e culturais) em que participam, das associações políticas, comunitárias, educativas, de lazer e cultura freqüentadas, das relações de poder existentes na esfera profissional e doméstica, por meio da entrevista individual com as trabalhadoras (ANEXO B); os constrangimentos sociais presentes no cotidiano, as suas expectativas profissionais, o modo como percebem as condições de trabalho e, finalmente, as conseqüências mais presentes no cotidiano, através da realização de grupos focais (ANEXO C).

No processo de sistematização dos dados coletados e gravados nas entrevistas individual e dos grupos focais, a partir da concordância dos sujeitos, está a transcrição das mesmas, processo que foi pautado pelo registro literal da fala com todas as suas características. Para a transcrição, adotamos um quadro constituído de três colunas: uma para as questões orientadoras, outra para o registro da fala das entrevistadas e a última para o registro das categorias evidenciadas nas falas (Ilustração 13, ANEXO D). A construção do *corpus* se deu a partir de leituras, relações, recortes, releituras e, novamente, de relacionar, buscando, a partir de um processo que não foi linear, os pontos de enlace, de oposição, de atravessamento e as falhas. Em resumo, como referem Bauer e Aarts (2002), o *corpus* é um sistema decorrente de várias etapas, que constam de selecionar, analisar e selecionar novamente. Na seqüência, após a identificação das categorias, foi elaborado outro quadro (Ilustrações 11 e 12) com diversas colunas, correspondendo cada uma delas a uma categoria, para onde foram transferidas as falas e agrupadas por categorias, resultando na organização das categorias identificadas por empresa e por técnica (entrevistas individuais e grupos focais) (Ilustração 14, ANEXO E).

Na construção do quadro categorial, consideramos a perspectiva das abordagens críticas que mostram ser o discurso moldado por relações de poder e de ideologias, decorrendo daí os efeitos construtivos que ele exerce sobre as *representações*, as *relações sociais e individuais* e as *identidades sociais e pessoais*, que, segundo Fairclough (2001), subjazem em todo discurso. As

categorias inicialmente selecionadas foram: a) *Sociabilidade*, abrangendo a participação social e as relações sociais e pessoais (Ilustração 11). A sociabilidade foi observada a partir das diferentes formas associativas e de lazer, voluntárias ou não, que vão desde associações comunitárias de bairro, clubes de esportes, grupos de lazer, grupos de arte, partidos políticos, sindicatos, cooperativas, até cineclubes, clubes de música e corais, formas que são relevantes por sua característica de fortalecimento de laços horizontais entre membros da comunidade. Já as relações sociais e individuais foram analisadas a partir de como estão organizadas e como elas se reproduzem, observando como os atores sociais se situam: se em redes sociais primárias e seus vínculos diretos estabelecidos no cotidiano, ou se ultrapassam essas redes na direção da articulação política e assim se constituem; b) *Representações sociais*: observadas através das ideologias expressas nas crenças/valores, opiniões, atitudes (VAN DIJK, 2002), e dos elementos decorrentes, como conflitos, constrangimentos, acomodação (MINAYO, 2003), e estratégias que subjazem no discurso e que norteiam a vida cotidiana das trabalhadoras (Ilustração 11); c) *Relações de poder*: observadas a partir das disputas na reprodução do domínio e da submissão que permeiam as práticas discursivas, assim como as questões de liberdade e autonomia como formas de resistência às relações de poder (Ilustração 12); d) *Identidades sociais e pessoais*: observadas através do sentido que os sujeitos atribuem às suas experiências, em que têm a possibilidade de ressaltar aspectos positivos e negativos de identidade, que é, prioritariamente, uma realidade subjetiva e reflexiva experienciada pelo indivíduo (PAUGAM, 2003). A identidade social é observada a partir de informações sociais ou coletivas (Ilustração 12), enquanto a identidade pessoal é observada a partir dos sentimentos subjetivos, envolvendo as situações próprias que cada indivíduo vivencia ao longo das diversas experiências sociais (PAUGAM, 2003). No transcorrer da análise, evidenciou-se a necessidade de acrescentar, no quadro categorial, composto pelas Ilustrações 12 e 13 (em versão integral, na Ilustração 15, ANEXO E), no que se refere à identidade, a subcategoria de identidade de gênero e dos desejos, por questões expressas na fala das trabalhadoras.

Sociabilidade				Representações sociais e seus elementos decorrentes							
Redes sociais e individuais				Crença/ Valores	Opiniões	Atitudes	Normas	Conflitos	Constran- gimentos	Estra- tégia	Acom- dação
Associati- vismo	Lazer	Redes políticas	Redes primárias								

Ilustração 11– Quadro categorial (parcial): sociabilidade, representações sociais e seus elementos decorrentes
 Fonte: Dados da pesquisa

Relações de poder				Identidades sociais e pessoais					
Disputas		Formas de resistência		Identidades sociais		Identidades pessoais		Identidade de gênero	Desejo
Reprod. Domínio	Reprod. submissão	Liberdades	Autonomia	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos		

Ilustração 12 – Quadro categorial (parcial): relações de poder e identidades sociais e pessoais
 Fonte: Dados da pesquisa

Antecedendo a análise, enfocaremos aspectos da intervenção empírica, seus caminhos e descaminhos, e as necessárias pontes que permitiram as entrevistas, que se caracterizaram como um encontro social, na medida em que se constituem uma estratégia de contato direto com o entrevistado, permitindo ao entrevistador uma maior proximidade com o sujeito. Embora se pretenda privilegiar os encontros (entrevistas) e reencontros (grupos focais) com as trabalhadoras, inicialmente, iremos abordar o percurso e o contexto em que as trabalhadoras foram selecionadas. A pesquisa de campo constitui-se de três fases, duas delas realizadas nas empresas: as entrevistas semi-estruturadas, com os gerentes de RH e a entrevista focalizada, com as trabalhadoras. A terceira fase, realizada na Universidade de Santa Cruz do Sul, consistiu das entrevistas com os grupos focais.

5.3 Universo da pesquisa e o trabalho de campo

Inicialmente, cabe ressaltar que as quatro empresas que constituem o cenário do presente estudo, foram selecionadas entre as sete que constituíram o universo de pesquisa anterior, que investigou o estilo de vida das funcionárias alocadas em linha de produção²⁸. Essas empresas inserem-se em um cenário em que, a partir da década de noventa, ocorreram profundas modificações, marcadamente no setor industrial, tanto no nível internacional quanto no nacional. Essas transformações, diferentes e não simultâneas nos vários ramos industriais, também ocorreram nas indústrias locais, como evidenciam as diferentes trajetórias observadas na oferta de emprego dos setores SBFC e DS. Também em Santa Cruz do Sul, o emprego fabril sofreu acentuada redução durante a década de noventa, atingindo todos os trabalhadores e, de forma mais intensa, as mulheres. Entre os fatores causadores da redução de oferta de emprego no setor fumageiro, que detém a maior oferta de postos de trabalho, estão as fusões e incorporações ocorridas no início dessa década, as quais estão relacionadas ao perfil de transformações dos grandes conglomerados, que foram os dinamizadores das mudanças registradas. Isso não significa que a redução de emprego e o processo de fusões e incorporações tenham cessado. A partir de 2001, além do encolhimento do emprego no setor fumageiro²⁹, outros setores industriais, sem condições de enfrentar a acirrada competitividade, decretaram falência³⁰, como é o caso de uma indústria de alimentos, ou ainda readaptaram os seus processos produtivos, como é o caso de uma indústria de confecções³¹. Em ambas predominava a mão-de-obra feminina. Essa readaptação se efetivou através de cadeias de subcontratação, objetivando a redução de custos através da terceirização da produção. Esses fatos contribuíram para a restrição de

²⁸ KREBS, Ruy J.; POHL, Hildegard H. O perfil de persistência das atividades motoras das trabalhadoras alocadas em linhas de produção (2000).

²⁹ A safra de fumo terminou com cerca de 3 mil contratações a menos em comparação ao ano passado. O número foi divulgado nesta terça-feira pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Fumo e Alimentação (STIFA), Sérgio Pacheco. Segundo ele, o número de safreiros contratados no período foi de 11.100 trabalhadores, enquanto no ano passado ficou em pouco mais de 14 mil. Gazeta do Sul, Ano 62 - Nº 492 - quinta-feira, 24 de agosto de 2006.

³⁰ Segunda-feira, 16 de agosto de 2004. Esse dia está bem vivo na memória de pelo menos 600 santa-cruzenses que perderam o emprego depois que a fábrica da Füller S.A. teve a falência decretada pela Justiça de Santa Cruz do Sul. Gazeta do Sul, Ano 62 - Nº 440 - sábado e domingo, 24 e 25 de junho de 2006.

³¹ Houve uma terceirização da produção e, como consequência, a dispensa de 160 funcionários, gerando o boato de que a empresa iria se transferir para outro Estado. Gazeta do Sul, Ano 60 – Nº 154 – sábado e domingo, 24 e 25 de julho de 2004.

oportunidades ocupacionais, com a conseqüente precarização do trabalho, marcadamente feminino.

Cabe destacar, aqui, a posição das quatro empresas, que, no universo no qual as trabalhadoras foram selecionadas, concordaram em participar da presente pesquisa, identificando e informando as funcionárias com mais de dez anos de serviço, além de consentirem que as entrevistas com as trabalhadoras selecionadas fossem realizadas em espaço próprio da empresa.

A coleta de dados junto às empresas foi orientada segundo eixo condutor do objetivo específico do estudo: analisar as formas de gestão da saúde ocupacional e os programas de promoção e prevenção do bem-estar promovidos pelas empresas, constituindo-se esta a *primeira fase* da pesquisa, que se efetivou através da entrevista *semi-estruturada* junto aos gerentes dos setores de Recursos Humanos das quatro empresas, realizada na própria empresa pela pesquisadora. As incursões a campo para o levantamento dos dados empíricos foram precedidas por contatos com os gerentes de RH das empresas, para esclarecer e informar sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, conforme cronograma (Ilustração 15, ANEXO F), à exceção da *empresa um*, em que o contato inicial foi com o diretor industrial. Posteriormente, foram realizadas novas visitas às empresas com o objetivo de agendamento das entrevistas com os gerentes do RH, os quais passaremos a identificar como gestores de RH. Observou-se na estrutura de cargos e salários das empresas um diferencial de gênero, na medida em que, os cargos dos responsáveis pelo setor de RH recebem denominações diferentes: gerente de RH (tratando-se de funcionários), supervisor de pessoas e supervisor de talentos humanos (tratando-se de funcionárias). Já para as reuniões com as trabalhadoras – cujas características eram os já referidos dez anos ou mais de serviço na empresa – para a seleção dos sujeitos e para as entrevistas. Os dados e informações referentes aos registros de absenteísmo, atendimentos médicos e psicológicos, registros de acidentes do trabalho, foram fornecidos pelos setores de recursos humanos (RH) das empresas.

Enfocaremos, a seguir, algumas características das quatro empresas que constituem o contexto em que estão inseridas as trabalhadoras, sujeitos da pesquisa. Elas têm, em comum, o fato de estarem sediadas em Santa Cruz do Sul,

desde o início de suas atividades, de serem de origem familiar santa-cruzense e de não estarem vinculadas ao setor fumageiro, que exerce a hegemonia financeira no município. Essas empresas atuam em diferentes ramos, tais como brinquedos, confecções, artigos de borracha e metalúrgica, e passarão a ser identificadas como *empresa um, dois, três e quatro*.

A *empresa um*, caracterizada como indústria de jogos e brinquedos, iniciou suas atividades em 1961, como sucessora de uma empresa fundada em 1947, que produzia artefatos de madeira, ou seja, estojos, escolares e chapas de madeira litografadas. Constituiu-se, inicialmente, a empresa como Cia. Ltda, sendo, posteriormente, alterada a sua razão social para S. A., com o ingresso de novo sócio. A partir da aquisição de equipamentos para a transformação de plástico, em 1968, iniciou-se a primeira fase de modernização produtiva. Esses produtos, em poucos anos, tornaram-se o carro-chefe da empresa, levando-a a diversificar e ampliar sua linha de produtos. Hoje, além de fabricar brinquedos, setor em que se encontra em oitavo lugar no *ranking* nacional das empresas fabricantes de brinquedos, vem há mais de cinco anos produzindo componentes especiais para a indústria automobilística e para a agroindústria, estando equipada, para tanto, com máquinas de grande porte e de alta tecnologia. Seus produtos são comercializados em todo o país, correspondendo a 98% de seu mercado e exportando os outros dois por cento para os países do MERCOSUL.

Localizada no Distrito Industrial desde os anos 80 – anteriormente, estava situada no centro de Santa Cruz do Sul – conta, hoje, na BR 471, com uma área de 50.000 metros quadrados, sendo, desses, 15.000 metros quadrados construídos. Ao longo dos anos oitenta e noventa, a empresa concentrou seus investimentos no setor de plásticos, operando em quatro sistemas diferentes de produção: injeção, sopro, rotacional e artefatos de madeira. Sua linha de produtos é composta, aproximadamente, por trezentos itens.

Nos dados solicitados e fornecidos pela empresa, observa-se que, nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, a mão-de-obra efetiva constava, respectivamente, de 388, 422, 387 e 444 trabalhadores (Ilustração 16, ANEXO G). Não obstante a ausência de informação sobre o número de trabalhadores temporários e femininos, Geller

(2003) refere que, nos anos de 2000 e 2001, o número de mulheres era, respectivamente, de 132 e 174 trabalhadoras. A mesma autora informa que o quadro funcional era composto, em média, por 380 trabalhadores efetivos, sendo que, no período de julho a dezembro, são contratados, aproximadamente, 150 trabalhadores temporários. Com relação ao absenteísmo, os percentuais ao longo dos quatro anos situaram-se entre 1,27% (2004) e 1,59% (2002). Embora conste, entre os vários benefícios concedidos, a assistência médica e ambulatorial na empresa, o número de atendimentos prestados não foi informado. Diferente dos dados de absenteísmo, que eram sobre o geral dos trabalhadores, as informações sobre acidentes de trabalho fornecidas especificam o número de mulheres acidentadas. Constata-se que, nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, acidentaram-se, nessa empresa, respectivamente, quinze, quatro, oito e onze mulheres (Ilustração 16, ANEXO G). Cabe ressaltar que, diferentemente das outras três empresas, essa não tem refeitório para seus funcionários.

A *empresa dois* desenvolve atividades no ramo têxtil, de confecções de vestuário e outros artefatos de tecido. Com grandes investimentos em tecnologia, em mecanismos de economia de tecidos e nas tendências da moda, é uma das mais modernas indústrias de confecção do país. Tem participação no mercado nacional e no internacional. A atividade da empresa tem, como característica, a qualidade de seus produtos, o que a levou a iniciar um programa de qualidade já em 1997, quando o ramo de confecções ainda não despertara para essa nova necessidade de mercado. O resultado desses investimentos foi a certificação da International Organization for Standardization³² (ISO) 9001, em 2000 e 2001, com o prêmio bronze e prata, respectivamente. Além do quê, a qualidade de seus produtos foi reconhecida, tanto pela Associação Brasileira de Indústrias Têxteis (ABIT), que a classificou, por dois anos seguidos, entre as cinco melhores indústrias de confecção do país, quanto pelos lojistas, que lhe conferiram o prêmio Mestre Lojistas do CDL (na linha moda jovem).

A empresa passou por diversas alterações de sua razão social, como também da sua linha de produtos. Como afirma Waechter (2004), ao comentar a crise do

³² Organização Internacional para Padronização.

setor de confecção no final da década de 80, ela “se reestruturou antes desses eventos” (plano cruzado, desvalorização da moeda e entrada dos asiáticos) “e conseguiu dar a volta por cima³³, porque focou melhor seus produtos. Percebeu que o mercado estava mudando e apostou na linha *Sport Wear*. Além de se capitalizar com o ingresso do novo sócio”, (*apud* Gazeta Especial, 2004).

Iniciou suas atividades em 1967, em prédio de propriedade do pai de um dos seus fundadores, transferindo-se, posteriormente, para outro endereço no centro e, finalmente, para o atual prédio, situado na BR-471. Seus produtos são comercializados em todos os estados brasileiros, assim como em países da América Latina, EUA, Itália e Japão, exportando 4% de sua produção.

Em relação ao seu quadro funcional, a empresa contava nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, com, respectivamente, 480, 386, 376 e 318 funcionários efetivos, dos quais 322, 270, 258 e 236 eram do sexo feminino, ou seja, em torno de setenta por cento. Contava, ainda, nos anos em questão, com trabalhadores temporários, respectivamente, 27, 52, 44 e 30. No que se refere ao absenteísmo, os percentuais se situavam entre 1,559% em 2004 e 2,334% em 2002, referindo-se esses dados ao geral dos funcionários. Do mesmo modo que a empresa anterior, essa não informou o número de atendimentos médicos nela realizados. Já, em relação aos registros de acidentes de trabalho, a empresa informou que, nos anos em questão (2001, 2002, 2003, e 2004), ocorreram, respectivamente, dezesseis, sete, oito e onze acidentes, sendo que quinze, quatro, oito e onze desses foram de mulheres (Ilustração 17, ANEXO G).

No entanto, essa empresa vem sofrendo um processo de readaptação, ou, como refere o gestor de RH em entrevista realizada em 13/01/05,

esta empresa está passando por uma fase de readaptação. A reestruturação que vem ocorrendo é bastante recente, em torno de seis meses e se deve a questões de mercado, cuja demanda é muito concentrada em seis meses, bem sazonais, março, abril e maio e depois em setembro, outubro e novembro. Mantinha-se uma estrutura anual que no período de grande demanda não tinha como atender esta demanda. Já ocorria então a terceirização de algumas tarefas, mas, pela sazonalidade,

³³ Esta afirmativa deve ser relativizada em razão da nova crise que se instalou no setor de confecções e que requereu a readaptação da empresa.

não tínhamos fidelização com as parcerias. Hoje se intensificou a terceirização com Santa Catarina, além das parcerias estabelecidas com as cooperativas de Sobradinho e Sinimbu.

A redução do quadro funcional, que, nos anos anteriores a 2004, era superior a trezentos funcionários, foi de tal ordem que, no período da realização das entrevistas com as mulheres alocadas em linha de produção da empresa (junho/2005), esta contava com, aproximadamente, vinte mulheres no processo produtivo. Por se tratar de uma empresa cujo quadro funcional era composto por setenta por cento de mulheres, isso significou uma grande redução nas oportunidades de empregos efetivos para a mão-de-obra feminina.

A *empresa três* tem, como ramo de atividade, a produção de artefatos de borracha. É a mais antiga das quatro empresas, tendo sido fundada em 1924. Contava, em 2005, com duas unidades fabris, uma delas continua no endereço para o qual se transferiu oito anos após a sua fundação, enquanto a outra está localizada no Distrito Industrial. A empresa se divide em três grandes Unidades de negócios: *Stationery*, *Body Care* e a Unidade de Pisos e Laminados. A unidade *Stationery*, de material escolar e de escritório, corresponde a cinqüenta por cento do faturamento da empresa e por setenta por cento das exportações. As outras duas unidades, *Body Care*, acessórios para medicina desportiva e cuidado corporal, que atende somente ao mercado interno, e a Unidade de Pisos e Laminados representam, cada uma delas, 25% da receita da empresa. Como se observa, além de atender ao mercado interno, a empresa vem atuando, também, no mercado externo, o que vem ocorrendo há mais de cinqüenta anos. Com presença consolidada no Mercosul, atua, ainda, na Europa, nos EUA e no mercado árabe. A empresa está desenvolvendo um forte programa de aumento das exportações, com objetivo de ampliar os atuais quatro por cento de exportações para trinta por cento nos próximos anos.

Nos dados fornecidos pela empresa, quanto ao seu quadro funcional, pode se observar que a mesma contava, nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, com, respectivamente, 504, 524, 520 e 489 funcionários efetivos (Ilustração 18, ANEXO G). Não constou, nos dados informados pela empresa, o número de trabalhadores temporários e femininos, porém, em entrevista, o gestor de RH assinalava que o

quadro de funcionários efetivos era, em média, de quatrocentos funcionários, dos quais cinquenta por cento ou mais eram do sexo masculino, e os temporários, em torno de 170, dos quais oitenta por cento eram mulheres. Com relação ao absenteísmo, os percentuais, ao longo dos quatro anos, situaram-se entre 1,965% (2003) e 2,227% (2002). Os atendimentos médicos ambulatoriais, para os anos em questão, foram de 1761, 1587, 1463 e 1550, e os acidentes de trabalho ocorridos no período foram 22, 35, 18 e 31, dos quais 3, 7, 5 e 4 foram de trabalhadoras.

A empresa *quatro*, fundada em 1962, instalada em imóvel alugado, transferiu-se, posteriormente, para um prédio no centro da cidade, em 1971. Iniciou suas atividades com a fabricação de semeadeiras, centrífugas para a extração de mel e outros produtos para as atividades agrícolas. Mas foi na década de oitenta que a empresa consolidou sua atuação no mercado nacional, com a linha de produtos para *camping* e piscinas de PVC. Hoje, é a maior fabricante de piscinas de PVC, de churrasqueiras, de espetos e de grelhas, além de produzir outros utensílios domésticos. Com cinco linhas distintas de produtos de lazer e de utilidades domésticas, a empresa contava com 250 itens de produtos em sua produção e comercialização. Seus produtos são comercializados tanto no mercado interno (85%) quanto no mercado externo (15%), exportando para os EUA, Inglaterra, Argentina, Chile, Venezuela e Uruguai. A partir de um processo de realocação, expansão e modernização iniciado em 1997, a empresa inaugurou, em 2000, uma nova unidade fabril de 34.000 metros quadrados de área construída no Distrito Industrial, atual sede da empresa.

No que se refere ao seu quadro funcional, a empresa contava, em 2001, 2002, 2003 e 2004, com, respectivamente, 418, 374, 456 e 485 funcionários efetivos. Além disso, contava, também, com funcionários temporários, que, no período em questão (2001, 2002, 2003 e 2004), correspondiam, respectivamente, a 305, 272, 311 e 327 trabalhadores. Almeida (2001) ressalta que, dos trabalhadores temporários, trinta por cento são do sexo feminino. Segundo o gestor de RH, a empresa possui, em média, quatrocentos funcionários, número que, no período de outubro a fevereiro, pode atingir a média de mil funcionários. Com relação ao absenteísmo, o número de horas não trabalhadas, ao longo dos quatro anos, situou-se entre 197.019,10h (2003) e 104.081,8h (2001). Quanto ao número de atendimentos médicos, estes foram de

1.871, 1.590, 1.906 e 1.891, referentes, respectivamente, aos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004. Outro aspecto informado são os atendimentos psicológicos, que, em 2004, foram 91. A empresa não informou o número de acidentes de trabalho ocorridos no período (Ilustração 19, ANEXO G).

5.3.1 Formas de gestão da saúde ocupacional e programas de promoção do bem-estar dos trabalhadores

Ao longo do processo de industrialização, sob a égide do taylorismo³⁴ e do fordismo³⁵, construiu-se um trabalhador voltado à execução de tarefas parceladas e repetitivas, que não atende aos atuais modelos de produção. Mesmo que a visão e representação do homem, tanto no taylorismo como em outros modelos desenvolvidos nos últimos trinta anos do século passado até o presente, e que “se desdobram [...] na visão e representação do trabalhador, operário e operária”, como não fazendo uso “de suas faculdades humanas de pensar, de conhecer, de experiência”, perdurem até hoje (ROSA, 2004, p. XXIII), criou-se a necessidade de uma nova força de trabalho, mais qualificada, em que serão beneficiados os indivíduos com mais alta escolarização formal. De fato, as mudanças socioeconômicas estão a exigir capacidade de aprender e de mudar paradigmas, o que tem levado as empresas a assumir um comportamento versátil e com grande capacidade de adaptação às profundas mudanças de um mercado competitivo.

Nesse novo modo de produção, segundo Carvalho (1993), deixa de ser funcional o “operário limitado, de gestos mecanizados e pouco discernimento, típico do modelo taylorista/fordista de organização de produção”, uma vez que os recentes “objetivos gerenciais dentro da nova etapa, aberta com a recente aceleração do progresso técnico”, propendem a exigir maior “raciocínio, abstração e capacidade de decisão” (p. 50). A partir dessa ótica, tanto a escolarização formal quanto “o investimento em treinamento para a operação de novos equipamentos ou desenvolvimento de funções dentro das novas funções técnicas japonesas” (p. 53)

³⁴ Sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, que tem por base a fragmentação e a especialização das tarefas, o controle de tempos e movimentos, a remuneração por desempenho e separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução (CATTANI, 2002).

³⁵ Termo utilizado por Gramsci para caracterizar o sistema de produção e de gestão empregado por Henry Ford, fundamentado em atividades fragmentadas e simples, em linhas de produção (LARANJEIRA, 2002).

constituem-se ativos que devem ser preservados. Para tanto, tornam-se fundamentais os investimentos em projetos e programas que visem ao desenvolvimento e ao bem-estar dos trabalhadores.

Diante dessa perspectiva e considerando o que requerem os programas de Qualidade Total, as empresas vêm incentivando a formação educacional e buscando a qualificação da mão-de-obra. Nesse sentido, cabe identificar quais são as ações desenvolvidas pelas empresas objetivando o desenvolvimento dos trabalhadores, como, também, os projetos e programas existentes, nas empresas, na gestão da saúde ocupacional e de prevenção e promoção do bem-estar dos funcionários. Para tal, buscamos investigar quais os projetos e programas que visam à saúde, tanto na assistência aos funcionários quanto na de seus familiares, à educação, à cultura, ao desenvolvimento pessoal, ao bem-estar e à satisfação, o que abordaremos a seguir.

Ao longo das entrevistas com os gestores de RH, evidenciaram-se algumas semelhanças, principalmente, em relação à assistência à saúde oferecida pelas empresas. No que se refere à gestão da saúde ocupacional, observa-se que diversos benefícios encontram-se institucionalizados, como é o caso dos planos de saúde, assistência médica na empresa, atendimentos odontológicos e auxílio-farmácia. Isso significa que as quatro empresas contemplam a maioria desses benefícios (Ilustração 20, ANEXO H), sendo os planos de saúde e o auxílio-farmácia, extensivos à família do funcionário. Verificou-se, ainda, em duas empresas, a existência de oferta de assistência psicológica.

Observam-se, também, algumas ações de promoção e prevenção à saúde, que se efetivam ao longo do ano, através de palestras com médicos e outros profissionais, o que também ocorre na semana da Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT). Embora se observem, entre as empresas, pequenas diferenças no atendimento aos funcionários, os resultados apontam uma semelhança nas formas de gestão da saúde. Na verdade, a concessão de muitos desses benefícios pelas empresas está relacionada à exigência legal, tanto trabalhista quanto previdenciária, como a acordos coletivos com os sindicatos. De qualquer modo, as empresas vão incorporando algumas ações para se tornarem mais competitivas quanto à contratação e à manutenção da mão-de-obra,

principalmente, a mais qualificada. Com efeito, na verdade, na atual conjuntura de encolhimento do emprego, associado à “falência das políticas sociais de natureza universalizantes”, transferem ao vínculo empregatício significados que ultrapassam, em muito, as questões salariais. Neste sentido, a fronteira entre emprego e desemprego representa “acessos diferenciados a refeição, convênios médicos, berçário ou auxílio-berçário, formas de sociabilidade e salários” (RIZECK e LEITE, 1998, p. 71).

Outro aspecto muito semelhante entre as empresas são os programas de incentivo à educação, que estimulam cursos supletivos (Ensinos Fundamental e Médio), cursos de graduação, de pós-graduação e de idiomas. Observou-se, nas entrevistas, que as empresas têm enfatizado a necessidade de seus funcionários concluírem o Ensino Fundamental (primeiro grau), buscando, para tanto, estimulá-los através de diferentes mecanismos, como, por exemplo, as avaliações de desempenho. Segundo o gestor de RH da *empresa um*, “Porque a empresa precisa, pois como eles vão analisar processo? Como é que vão ter idéias? Como vão garantir o cumprimento do padrão ISO?”. Essa preocupação aponta a defasagem na formação educacional da mão-de-obra local, mesmo sendo o município o oitavo Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Com relação à questão educacional, cabe, ainda, ressaltar a fala do gestor de RH da *empresa dois*, que refere que a empresa mantém convênio para o atendimento da educação básica até a quarta série. Entretanto,

esses convênios inicialmente foram firmados com uma instituição educacional de Cruz Alta, só depois foi que a Prefeitura Municipal local se interessou pelo projeto. Isso foi em 2000, com a recuperação do terceiro andar do prédio antigo da APESC e com a criação de um fundo em que houve a participação das fumageiras.

Essa fala dimensiona a desatenção do poder público municipal para com a qualificação da mão-de-obra do setor industrial, de um município cuja receita, historicamente, é fundada nesse setor.

Embora todas as empresas tenham incentivos para cursos de graduação e de pós-graduação, com diferentes percentuais de subsídios, a *empresa três* enfatiza os

idiomas. Outro aspecto a destacar são as bibliotecas internas mantidas pelas *empresas dois e três*, que atendem tanto a funcionários como a seus dependentes. A *empresa três* oferece, ainda, no ambiente da biblioteca, seis microcomputadores com acesso a *Internet* aos seus funcionários estudantes.

Quanto aos projetos ou programas culturais, a partir das falas dos gestores dos RHs, esses podem ser divididos em dois tipos de programas: os culturais, voltados a uma maior participação e integração dos funcionários, e os que buscam sedimentar uma nova cultura empresarial. Dentro dessa perspectiva, observa-se que, na *empresa dois*, eram promovidos corais, teatro e outras atividades temáticas de preservação de tradições. Participavam desses projetos em torno de cinquenta por cento dos funcionários. Além dessas atividades, a empresa mantinha o programa de ginástica laboral, da qual participavam em torno de quatrocentos funcionários. Porém, nessa empresa, a partir de sua recente reorganização, todos os projetos e programas foram suspensos, permanecendo somente os convênios.

Nas *empresas três e quatro*, também são oferecidas atividades culturais recreativas e de integração. Na *empresa três*, atividades de *cover*³⁶, teatro e outras tiveram início e continuam sendo desenvolvidas pelos próprios funcionários para homenagear os colegas aniversariantes. Pela grande participação que vem ocorrendo, essas atividades, que eram trimestrais e bimestrais, deverão passar a mensais. Também, nas datas festivas (Páscoa, etc.), a empresa organiza atividades recreativas em que o nível de participação e o de engajamento são muito grandes, como ressaltou o gestor de Rh. Já, na *empresa quatro*, as atividades recreativas de integração constam de jogos, bingos, videoquê e também de cursos de artesanato, principalmente, nos horários de intervalo, que, no período de intensificação de contratação de mão-de-obra, são de duas horas. Nessa empresa, todas as atividades culturais fazem parte do projeto *Viva Legal*, implantado em 2000, por sugestão da direção da empresa.

³⁶ Versão *cover*, ou simplesmente *cover*, é uma regravação de uma canção previamente gravada, além de caracterizar uma forma de tributo a cantor ou banda, ou seja, uma imitação da *performance* de seus ídolos (Wikipédia).

No que se refere à *empresa um*, que também mantém atividades recreativas e de integração, os projetos são mais voltados à sedimentação de uma cultura de participação e engajamento dos funcionários. Sob a abrangência do projeto Sistema de Gestão Integrada, estão vários programas e projetos. O principal deles é o da ISO 9001, com prazo final de implantação para o ano de 2007, em que participam diversos facilitadores nos vários setores que estão organizando os documentos e as formatações, seguindo os padrões recomendados pelas consultorias. Outro programa é o SOL (segurança, organização e limpeza), no qual os setores são avaliados por auditores de outros setores, quanto aos requisitos que constituem o programa. Existem ainda, os programas *Café com a Diretoria*, recentemente implantado, e o *Trabalho Legal*, que deveria ser implantado a seguir, consistindo o primeiro de uma reunião de nove funcionários, eleitos pelos colegas dos diversos setores, com a diretoria da empresa, enquanto o segundo é um projeto que envolve premiações baseadas nos resultados obtidos pelos funcionários quanto a três indicadores: assiduidade, produtividade e sugestões de melhoramentos implantadas. Nos dizeres do gestor da *empresa um*,

todos os projetos são para ambos os sexos, estando as mulheres participando dos projetos das não-conformidades requeridas pela ISO (área administrativa), PPR, SOL, Café com a Diretoria e na ginástica laboral, que conta com várias monitoras, até pelo jeito.

No que se refere aos programas ou projetos voltados, especificamente, para as mulheres, o que é comum nas quatro empresas são os programas para gestantes, que são os únicos dirigidos, exclusivamente, para essa população. O programa consiste em palestras mensais proferidas por médicos obstetras e por outros profissionais. Segundo o gestor de RH da *empresa quatro*, havia um atendimento psicológico, que iniciou em 2001 ou 2002, dirigido, principalmente, para as mulheres, em virtude do alto número de trabalhadoras com depressão, projeto que, no ano de 2005, estava sendo reestruturado. Outro projeto que o gestor de RH da *empresa três* gostaria de ter visto implantado, ainda em 2005, e o que não aconteceu, é o de orientação alimentar, que, mesmo não sendo dirigido especificamente para as mulheres, no entendimento do gestor, serão elas as maiores interessadas no assunto.

Enfim, quanto aos projetos desenvolvidos pelas empresas, verificou-se que esses são mais voltados a aspectos comportamentais, buscando condições de aquisição do engajamento pessoal dos trabalhadores com os objetivos empresariais exigidos pelas novas propostas organizacionais. Passou-se a enfatizar a cooperação através do trabalho em equipe e uma maior participação dos trabalhadores, como propõem os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Essa é uma construção social mais complexa, na medida em que passa a considerar “aspectos pessoais e disposições subjetivas”, atribuindo um peso maior à socialização (PAIVA, 2001, p. 60). As falas dos gestores do RH fazem referência a essa necessidade do envolvimento dos trabalhadores com os objetivos da empresa, além de buscar a construção de novos comportamentos e a aquisição de novos estoques de conhecimento, adequados aos propósitos da Qualidade Total a que as empresas buscam atender.

Para Fairclough (2001), as transformações do setor industrial, denominadas por alguns autores de pós-fordismo, vêm modificando a função dos trabalhadores, que, de indivíduos que executam rotinas repetitivas em um processo de produção invariável, passam a atuar “como grupos em relação flexível com um processo acelerado de mudança”. O autor acrescenta ainda que “as relações tradicionais empregado-firma são consideradas pelas administrações como disfuncionais nesse contexto; portanto, elas têm tentado transformar a cultura do local de trabalho”. Isso se evidencia no estabelecimento de instituições que situam os trabalhadores em relações mais participativas com a gerência, como ocorre nos ‘círculos de qualidade’. Essas mudanças ‘culturais’ objetivam instituir novos valores culturais, tais como operários empreendedores e automotivados. Tais transformações na organização e na cultura constituem-se mudanças nas práticas discursivas. Decorre daí que “as identidades sociais das pessoas como trabalhadores passam a ser definidas em termos que tradicionalmente não têm sido considerados como ocupacionais, mas pertencentes à esfera da vida privada”. Essa é uma das situações que Fairclough (2001) utiliza para exemplificar o que denomina de “tecnologização do discurso” (p. 25-26), que é a utilização do discurso como uma tecnologia em função de propósitos estratégicos, ou melhor, um modo de tecnologias de governo. Nessa ambientação, tornam-se cruciais tanto a participação dos trabalhadores como, também, a defasagem educacional da maioria deles.

A julgar pelo esforço das empresas na qualificação da mão-de-obra, como as ações de incentivo, que ainda incluem o supletivo de primeiro grau, há uma grande defasagem entre a qualificação da mão-de-obra e as exigências das novas formas de gestão, em decorrência de um mercado extremamente competitivo, em que as pessoas com discernimento passaram a ser o maior diferencial de uma empresa. A despreocupação com a qualificação das pessoas, que, por longos anos, se constituiu característica dos governos e dos empresários, sob a égide do taylorismo e do fordismo, construiu essa grande defasagem encontrada atualmente. Embora hoje se observem esforços das empresas na busca de alternativas para estimular a educação formal, elas se defrontam com as barreiras impostas pela baixa autoestima dos trabalhadores, como refere o gestor de RH da *empresa quatro*, pelo desinteresse por mudanças e, talvez, pela percepção de que, não obstante o esforço de cada trabalhador ou trabalhadora, isso não irá mudar suas perspectivas de vida.

Na verdade, os novos modelos de gestão da produção, norteados pela Qualidade Total que requer a certificação da ISO, na medida em que propõem, segundo a fala do gestor de RH da *empresa um*, discutir as “não conformidades”, organizar os documentos, “as formatações” e seguir os “padrões recomendados”, confirmam a assertiva de Rosa (2004), para quem a visão e representação do homem, desde o taylorismo, passando por outros modelos desenvolvidos até o presente, está baseada na noção de que o trabalhador – e a trabalhadora – não faz “uso da língua, do pensamento, do conhecimento na relação consigo e com outrem no meio, na situação em que vive e trabalha” (p. XXIII). Portanto, nos meios de produção, persistem as tarefas padronizadas e formatadas como forma de garantir a qualidade do produto, tentando reduzir ao máximo as não-conformidades, ou seja, mantendo ao máximo o atendimento do rígido padrão de qualidade proposto.

Outro aspecto evidenciado nas falas dos gestores de RH é a importância atribuída ao engajamento e à participação dos trabalhadores, que vêm sendo incentivados, tanto por atividades recreativas e de integração, como por projetos e programas que estimulam sugestões e criam canais de comunicação direta entre os trabalhadores de produção e a diretoria da empresa. Essas ações inserem-se na “vasta gama de programas de participação dos trabalhadores (humanização do trabalho, enriquecimento de tarefas, gerência participativa, grupos autônomos)”

propostos pelos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), cujo objetivo é comprometer os trabalhadores com o processo produtivo, estimulando formas de organização de trabalho e de tomada de decisão (LARANJEIRA, 2002, p. 55). Ou seja, através do conhecimento e da experiência dos trabalhadores, busca-se reduzir a porosidade no trabalho³⁷, sendo que, subjacente a essas ações, está a lógica de valorização do capital. Antunes (2000), ao se referir aos CCQ, entende que esses seriam um novo modo de “apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital”, já que “a falácia da *qualidade total* passa a ter papel de relevo no processo produtivo”, na medida em que se constitui um novo modo de “apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital”. Com a proliferação dos CCQ através de grupos de trabalhadores incentivados pelo capital a discutir as tarefas e o desempenho, objetivou-se melhorar a produtividade da empresa, enquanto que “o operário deve pensar e fazer *pelo e para* o capital, o que aprofunda [...] a subordinação do trabalho ao capital” (p. 42).

Trata-se, portanto, de um novo perfil da força de trabalho industrial, ou seja, um trabalhador mais participativo, mais escolarizado e mais qualificado, como requer a reestruturação produtiva que vem ocorrendo a partir da década de noventa. Isso não significa a extinção das tarefas repetitivas e padronizadas, característica dos meios de produção. Essas formas de produção persistem no processo produtivo, e os postos de trabalho com essa característica são destinados, em sua maioria, às mulheres, como é o caso das trabalhadoras, objeto deste estudo, as quais passaremos a apresentar.

5.3.2 Apresentação dos sujeitos da pesquisa

Nesse contexto, foram selecionadas as quarenta trabalhadoras, sujeitos da pesquisa, que passaremos a apresentar. Segundo Rosa (2004), a apresentação dos trabalhadores, sujeitos da pesquisa, “não é comum no campo de estudos sobre o trabalho”. O usual é apresentar a empresa como se ela fosse o “sujeito”, e não os

³⁷ Porosidade no processo de trabalho constitui-se a fração de tempo, ao longo da jornada, não utilizado em gestos produtivos, podendo constituir-se de interrupções para atendimento das necessidades biológicas do trabalhador, para conversa com colegas, ou mesmo deslocamentos no interior da fábrica (ANTUNES, 2002).

anônimos trabalhadores, “que nela vivem e trabalham, com suas histórias e suas singularidades” (p. 78). Por entendermos importante a apresentação dos sujeitos, como forma de situá-las em seu ambiente laboral, a ordem da apresentação se dará segundo a empresa em que trabalham (ou trabalhavam), sendo, respectivamente, as *empresas um, dois, três e quatro*. Destacamos que os dados apresentados correspondem ao ano de 2005, ano da realização da pesquisa.

Na *empresa um*, foram selecionadas dez trabalhadoras, das quais quatro não participaram do grupo focal. Das operárias entrevistadas, a um tinha 33 anos, era casada, tinha um filho. Possuía o segundo grau incompleto³⁸. Trabalhava na empresa havia quinze anos, no setor de embalagem. A entrevista foi realizada no dia 19/05/05 e teve a duração de quarenta minutos. Já a entrevistada dois, cuja idade era 53 anos, era solteira e tinha um filho. Trabalhava na empresa havia 33 anos, estando alocada no setor de embalagem, em que ocupava o cargo de supervisora. Tinha o primeiro grau incompleto, residia em sua casa, além do filho solteiro, a mãe por cujos cuidados era a única responsável. A entrevista foi realizada no dia 19/05/05 e teve a duração de quarenta minutos, sendo que essa entrevistada não participou do grupo focal, realizado posteriormente. Quanto à entrevistada três, tinha cinquenta anos, era casada, tinha quatro filhos, sendo que uma das filhas trabalhava na mesma empresa. Tinha o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia onze anos, estando alocada no setor de impressão e era aposentada. A entrevista foi realizada dia 19/05/05 e teve a duração de cinquenta minutos. A entrevistada quatro, por sua vez, tinha 54 anos, era solteira, não tinha filhos. Trabalhava na empresa havia dezenove anos e estava alocada no setor de impressão. Tinha o primeiro grau incompleto. A entrevista foi realizada dia 19/05/05 e teve a duração de quarenta minutos, tendo findado nosso contato com ela, pois a entrevistada não participou do grupo focal. Entre suas dificuldades, referiu os cuidados com os pais já idosos, com quem morava. Já a entrevistada cinco tinha 29 anos, era casada, tinha um filho. Trabalhava na empresa havia onze anos, estando alocada no setor de impressão e tinha o segundo grau completo. A entrevista foi realizada dia 23/05/05 e teve a duração de quarenta e cinco minutos.

³⁸ Utilizaram-se termos antigos de Primeiro e Segundo Graus para facilitar o entendimento dos sujeitos do estudo, uma vez que estes não têm informações atualizadas sobre o assunto, o que demandaria maior tempo de explicação. Assim, os termos usados correspondem, respectivamente a nomenclatura usada atualmente: Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Posteriormente, a entrevistada não participou do grupo focal. A entrevistada seis tinha 45 anos, era casada, possuía dois filhos. Tinha o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia dez anos e estava alocada no setor de madeira leve. A entrevista foi realizada no dia 24/05/05 e teve a duração de cinquenta minutos. A entrevistada sete, por sua vez, tinha 33 anos, era casada, possuía dois filhos. Tinha o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia onze anos e estava alocada no setor de pintura. A entrevista foi realizada dia 24/05/05 e teve a duração de quarenta e cinco minutos. Já entrevistada oito tinha 34 anos, era casada, tinha dois filhos. Possuía o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia dezessete anos e estava alocada no setor de montagem 2. A entrevista foi realizada dia 24/05/05 e teve a duração de quarenta minutos. A entrevistada nove, por sua vez, tinha 36 anos, era casada, não tinha filhos. Tinha o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia vinte anos e estava alocada no setor de montagem 2. A entrevista foi realizada dia 24/05/05 e teve a duração de quarenta minutos, sendo que a entrevistada não participou do grupo focal. Por fim, a entrevistada dez tinha 33 anos, era casada, tinha um filho. Possuía o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia doze anos e estava alocada no setor de montagem 2. A entrevista foi realizada dia 24/05/05 e teve a duração de quarenta e cinco minutos.

No que se refere à *empresa dois*, das dez entrevistadas apenas duas não participaram do grupo focal. A entrevistada onze, que tinha 47 anos, era casada e tinha dois filhos. Possuía o segundo grau incompleto. Trabalhava *na empresa dois* havia onze anos e estava alocada no setor de costura. A entrevista foi realizada no intervalo do trabalho no dia 23/05/05 e teve a duração de cinquenta minutos. Já a entrevistada doze tinha 31 anos, era casada, tinha um filho. Possuía o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia doze anos e estava alocada no setor de costura. A entrevista foi realizada no dia 25/05/05 e teve a duração de sessenta minutos. Quanto à entrevistada treze, tinha 29 anos, era solteira, não possuía filhos. Tinha o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia onze anos, no setor de recebimento. A entrevista foi realizada no dia 27/05/05 e teve a duração de sessenta minutos. A entrevistada quatorze, por sua vez, tinha 42 anos, era casada, possuía um filho. Tinha o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia vinte e três anos no setor de recebimento. A entrevista realizou-se dia 30/05/05 e teve a duração de cinquenta minutos, sendo que, posteriormente, a entrevistada não

participou do grupo focal. Já a entrevistada quinze tinha 31 anos, era casada, tinha um filho. Possuía o segundo grau incompleto. Trabalhava na empresa havia treze anos, no setor de acabamento. A entrevista foi realizada no dia 01/06/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. A entrevistada dezesseis, por sua vez, tinha 45 anos, era casada, tinha quatro filhas. Possuía o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia quinze anos, no setor de costura. Era sindicalista atuante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário do Vale do Rio Pardo (SINTRAVESTUÁRIO), em que desempenhou as funções de tesoureira, representante da Federação do Vestuário na Confederação dos Sapateiros do Rio Grande do Sul e secretária geral. A entrevista foi realizada dia 02/06/05 e teve a duração de setenta minutos. A entrevistada dezessete tinha 42 anos, era casada, não tinha filhos. Possuía o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia onze anos e estava alocada no setor de costura. A entrevista foi realizada dia 03/06/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. Já a entrevistada dezoito tinha 44 anos, era casada, tinha dois filhos. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia dezoito anos e ocupava o cargo de supervisora. A entrevista foi realizada no dia 07/06/05 e teve a duração de setenta e cinco minutos. Posteriormente, a entrevistada não participou do grupo focal. A entrevistada dezenove, por sua vez, tinha 46 anos, era casada, tinha duas filhas. Possuía o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia dez anos e estava alocada no setor de costura. A entrevista foi realizada no dia 08/06/05 e teve a duração de sessenta minutos. Por último, a entrevistada vinte tinha 38 anos, era casada, tinha um filho. Possuía o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia dezoito anos e estava alocada no setor de corte 3. A entrevista foi realizada dia 09/06/05 e teve a duração de cinqüenta minutos.

Quanto à empresa *três*, apenas uma das entrevistadas não compareceu ao grupo focal. No grupo de trabalhadoras entrevistadas, estava a entrevistada vinte e um, que tinha 47 anos, era casada, tinha dois filhos e o segundo grau completo. Trabalhava na *empresa três* havia dezesseis anos, estando, em 2005, alocada no setor escolar, no Distrito Industrial. A entrevista foi realizada em 03/05/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. Já a entrevistada vinte e dois tinha 45 anos, era casada, tinha um filho. Possuía o segundo grau incompleto. Trabalhava na empresa havia quinze anos e estava alocada no setor escolar, no Distrito Industrial. A

entrevista foi realizada no dia 04/05/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. Posteriormente, a entrevistada não participou do grupo focal. A entrevistada vinte e três, por sua vez, tinha 43 anos, era casada, tinha dois filhos. Possuía o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia dezesseis anos e estava alocada no setor de corte e solda no Distrito Industrial. A entrevista foi realizada no dia 05/05/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. Posteriormente, a entrevistada participou do grupo focal. A entrevistada vinte e quatro tinha 48 anos, era viúva e tinha um filho. Possuía o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia quatorze anos e estava alocada na linha de produção, no Distrito Industrial. A entrevista foi realizada no dia 06/05/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. Já a entrevistada vinte e cinco tinha 39 anos, era separada e tinha um filho. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia vinte anos e estava alocada no setor escolar, no Distrito Industrial. A entrevista foi realizada no dia 18/05/05 e teve a duração de sessenta minutos. Já entrevistada vinte e seis tinha 37 anos, era casada e tinha um filho. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia quinze anos e estava alocada no setor *Body Care*, na unidade do Centro. A entrevista foi realizada no dia 15/06/05 e teve a duração de cinqüenta e cinco minutos. A entrevistada vinte e sete tinha 37 anos, era casada, tinha dois filhos e o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia dezoito anos e estava alocada no setor *Body Care*, na unidade do Centro. A entrevista realizou-se dia 16/06/05 e teve a duração de cinqüenta minutos. Já a entrevistada vinte e oito tinha 33 anos, era solteira, tinha um filho. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia quatorze anos e estava alocada no setor de *Body Care*, na unidade do Centro. A entrevista foi realizada dia 17/06/05 e teve a duração de setenta e cinco minutos. Quanto à entrevistada vinte e nove, tinha 42 anos, era solteira, tinha dois filhos. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia dezenove anos e estava alocada no setor de laminados, na unidade do Centro. A entrevista foi realizada dia 15/06/05 e teve a duração de sessenta minutos. Por fim, a entrevistada trinta tinha 36 anos, era casada, tinha uma filha e o segundo grau completo. Trabalhava na *empresa três* havia quinze anos e estava alocada no setor *Body Care*, na unidade do Centro. A entrevista realizou-se dia 17/06/05 e teve a duração de sessenta minutos.

Em relação à empresa *quatro*, das dez trabalhadoras selecionadas, três não participaram do grupo focal. Entre as entrevistadas, estava a entrevistada trinta e um, que tinha 40 anos, era casada e não tinha filhos. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia dez anos e estava alocada no setor de tábuas. A entrevista foi realizada no dia 16/06/05 e teve a duração de cinquenta minutos. Já a entrevistada trinta e dois tinha 36 anos, era casada, tinha dois filhos. Possuía o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia quinze anos e estava alocada no setor de cadeiras. A entrevista foi realizada no dia 20/06/05 e teve a duração de sessenta minutos, sendo que a entrevistada não participou do grupo focal. Quanto à entrevistada trinta e três, tinha 38 anos, era casada, tinha dois filhos e o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia dezoito anos e estava alocada no setor de piscinas. A entrevista foi realizada no dia 21/06/05 e teve uma duração de cinquenta minutos. A entrevistada trinta e quatro tinha 39 anos, era casada, tinha um filho e o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia onze anos e estava alocada no setor de cadeiras. A entrevista foi realizada no dia 23/06/05 e teve uma duração de quarenta e cinco minutos. Já a entrevistada trinta e cinco tinha 48 anos, era casada, tinha um filho e o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia vinte anos e estava alocada no setor de piscinas. A entrevista foi realizada no dia 24/06/05 e teve uma duração de cinquenta minutos. Posteriormente, a entrevistada não participou do grupo focal. Já a entrevistada trinta e seis tinha 52 anos, era solteira, não tinha filhos e possuía o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia quinze anos e estava alocada no setor de cadeiras. A entrevista foi realizada no dia 27/06/05 e teve a duração de quarenta e cinco minutos. Esta entrevistada não participou do grupo focal. A entrevistada trinta e sete tinha 30 anos, era solteira, não tinha filhos e tinha o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia onze anos e estava alocada no setor de painéis. A entrevista foi realizada no dia 27/06/05 e teve a duração de sessenta minutos. Já a entrevistada trinta e oito tinha 46 anos, era casada, tinha um filho e o segundo grau completo. Trabalhava na empresa havia dez anos e estava alocada no setor de painéis. A entrevista foi realizada no dia 30/06/05 e teve a duração de cinquenta minutos. A entrevistada trinta e nove tinha 52 anos, era casada, tinha quatro filhos e o primeiro grau incompleto. Trabalhava na empresa havia vinte e um anos e estava alocada no setor de painéis. A entrevista foi realizada no dia 11/07/05 e teve a duração de cinquenta minutos. Por último, a entrevistada quarenta tinha 33 anos,

era casada, tinha um filho e o primeiro grau completo. Trabalhava na empresa havia treze anos e estava alocada no setor de cadeiras. A entrevista foi realizada no dia 12/07/05 e teve a duração de sessenta minutos.

Percebe-se, então, que, das trabalhadoras apresentadas, sujeitos do presente estudo, todas participaram das entrevistas, e a maioria, do grupo focal. Cabe ressaltar que, entre as trabalhadoras, duas, de empresas diferentes, ocupavam o cargo de supervisoras e ambas não compareceram à reunião dos grupos focais. Outro aspecto a ressaltar, com relação à participação das trabalhadoras nos grupos focais, era o reduzido número de participantes da empresa onde o grau de escolaridade das trabalhadoras era menor, em contraste com o maior número de participantes da empresa em que as trabalhadoras possuíam um maior grau de escolaridade. Este fator pode ser um indicativo de que o maior grau de escolaridade predispõe a maior participação. A análise das falas, tanto da entrevista, cujo objetivo foi analisar as formas mais comuns de participação social das trabalhadoras da indústria, quanto dos grupos focais, cujo objetivo foi avaliar, dialogicamente, a percepção, pelas operárias, dos efeitos sociais do trabalho segundo as condições definidas e suas conseqüências mais sentidas, será apresentada no capítulo seguinte.

6 COTIDIANO DA MULHER TRABALHADORA E SUAS ATUAIS PERSPECTIVAS

Diante do propósito da pesquisa de analisar a sociabilidade das trabalhadoras e o modo como elas percebem os efeitos sociais do trabalho, recorreu-se à análise crítica do discurso por sua característica de pretender mostrar como as práticas discursivas estão entretecidas com as estruturas sociais de poder e dominação. A partir dessa perspectiva, nossa análise converge para o papel das atividades discursivas na constituição e sustentação das desigualdades nas relações de poder, focalizando como a atividade discursiva estrutura o espaço social de ação dos atores. Frente à proposição de análise dos fenômenos ou problemas sociais, torna-se relevante a análise do discurso, que é, segundo Potter (1996), uma perspectiva de investigação das práticas sociais (*apud* STEVENSON, 2004), e que visibiliza as interconexões e as redes de causa e efeito, requerendo uma abordagem crítica na teorização e na descrição, tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto dos contextos sociais em que indivíduos ou grupos criam significados em suas interações com os textos.

Na medida em que a prática discursiva decorre de uma prática social e, como tal, pode ter orientações econômica, política, cultural e ideológica, é fundamental que se considere como subjacentes à prática discursiva os conceitos de poder, história e ideologia. Os discursos são produzidos e transformados de acordo com o remanejamento e a redistribuição do poder e, como tal, incidem sobre as subjetividades. Assim sendo, o discurso, por sua implicação nos processos de construção de identidades, “produz e é produzido, organiza e é organizado” e, em sua transversalidade, “modula e regula o próprio contexto social” (MEYER, 1996, p. 49). Portanto, são essas as questões enfocadas a seguir.

6.1 As entrevistas

As entrevistas com as trabalhadoras foram realizadas no período de maio a julho de 2005, nas empresas em que elas se encontravam alocadas. Para a seleção dos sujeitos, inicialmente, as empresas informaram as mulheres com mais de dez anos de serviço alocadas em linha de produção, com exceção da *empresa um*, em que as mulheres foram indicadas pela própria empresa, segundo as possibilidades de afastamento dos setores produtivos. A partir daí, foram realizadas reuniões com as trabalhadoras relacionadas, e selecionadas aquelas que concordaram em participar das duas fases da pesquisa. Em três empresas, as entrevistas foram realizadas no horário de intervalo e, numa, durante o horário de trabalho. A diversidade de turnos de algumas empresas permitiu entrevistar até duas funcionárias no mesmo dia. Cabe ressaltar que, à exceção da *empresa três*, que tinha 43 mulheres com mais de dez anos de serviço, as demais tinham entre quatorze e vinte trabalhadoras com essas características. Antecedendo as entrevistas, realizaram-se reuniões nas empresas, com as mulheres participantes do projeto. Nessas reuniões, apresentou-se a pesquisa, expondo a metodologia, objetivos e os compromissos com as questões éticas. Nas *empresas um e três*, foram realizadas duas reuniões. Na *empresa um* essas reuniões foram realizadas, nos dias 19/05/05 e outra no dia 24/05/05, mas cada uma delas com um grupo de mulheres, em razão da dificuldade do seu afastamento dos seus postos de trabalho, uma vez que, nessa empresa, as entrevistas foram realizadas durante o horário de trabalho. Já, na *empresa três*, em razão das duas unidades fabris, uma reunião foi realizada na unidade do Distrito Industrial, e outra, na unidade do Centro, nos dias 29/04/05 e 13/06/06, respectivamente.

Embora algumas entrevistas tenham alcançado uma duração de oitenta minutos, a maioria delas teve duração de quarenta a cinquenta minutos, isso devido à dificuldade de romper o silêncio das mulheres a quem dificilmente é dada voz.

6.1.1 O encontro e a fala das entrevistadas

A entrevista individual, denominada *entrevista focalizada*, buscou identificar os seguintes aspectos: como as mulheres organizam a estrutura do tempo profissional

e doméstico; quais as atividades de lazer (recreativas e culturais) em que participam; quais as associações políticas, comunitárias, educativas, culturais e de lazer freqüentadas; quais as relações de poder existentes nas esferas profissional e doméstica; quais os constrangimentos sociais presentes no cotidiano; quais as suas expectativas profissionais; como percebem as condições de trabalho e quais as conseqüências mais presentes no cotidiano. Constatou-se a entrevista, introdutoriamente, de questões sobre dados pessoais, de questões abertas e de questões fechadas. Apresentaremos, inicialmente, os dados pessoais, depois os resultados das questões fechadas e, finalmente, a fala das trabalhadoras.

Entre as entrevistadas, observaram-se algumas características que as diferenciam segundo as empresas em que se encontram alocadas. No que se refere à faixa etária, constatou-se que o grupo das trabalhadoras se concentrava nos intervalos etários entre 29 e 48 anos, com 35 mulheres (87,5%), sendo que as cinco (12,5%) operárias com idade acima dos 49 anos estavam alocadas nas *empresas um* e *quatro* (Tabela 4, ANEXO I). Já, em relação à escolaridade, constatou-se que quatorze mulheres (35%) tinham o primeiro grau incompleto, e treze (32,5%), o segundo grau completo, sendo que a *empresa um* tinha o maior número (6) de trabalhadoras com o primeiro grau incompleto e o menor número (1) de trabalhadoras com o segundo grau completo; inversamente, a *empresa três* tinha o menor número (1) de operárias com o primeiro grau incompleto e o maior número (6) de trabalhadoras com o segundo grau completo (Tabela 5, ANEXO I). Do grupo de trabalhadoras, 31 (77,5%) eram casadas, sete (17,5%) não tinham filhos e trinta (75%) tinham até dois filhos, sendo que três (7,5%) tinham quatro filhos (Tabelas 6 e 7, ANEXO I). Os dados referentes ao estado civil e ao número de filhos confirmam as mudanças demográficas e geracionais observadas no perfil da mão-de-obra feminina e apontadas por Bruschini (2000).

Não obstante as diferenças referidas no parágrafo anterior, podemos observar que, em geral, não há uma participação efetiva dessas mulheres em atividades não relacionadas ao trabalho. Ou seja, no que se refere à participação social, os resultados apontam que o engajamento dessas trabalhadoras em associações, organizações e entidades se resume em freqüentar a Igreja ou grupo religioso, ou seja, 21(52,5%) vão “mensalmente”, e quatorze (35,0%), “sempre que houver

reunião”. Quanto à participação na Associação de Pais e Mestres, vinculada à escola em que o(s) filho(s) estuda(m), duas mulheres (5%) disseram freqüentar as reuniões “mensalmente”, e quatro (10%), “eventualmente”, enquanto vinte (50%) entrevistadas afirmaram não participar dessas reuniões (Tabela 2).

Também nas Sociedades Recreativas e Clube Social, constatou-se ser a participação reduzida, na medida em que 27 (67,5%) das entrevistadas afirmaram “nunca” participar. Também é diminuta a participação das trabalhadoras em Sindicato, Partido Político, Entidade Profissional, cujas respostas a freqüência “nunca” apareceu em mais de oitenta por cento. Do mesmo modo, verificou-se serem as outras associações, organizações e entidades freqüentadas por menos de vinte por cento das mulheres (Tabela 3). Esses baixos níveis de associativismo opõem-se ao “espírito associativo” que caracterizou a história dos colonizadores, que se organizavam em cooperativas e em sociedades de várias ordens.

Tabela 3 – Freqüência e percentual da participação dos sujeitos em associações, organizações e entidades.

Tipos de associações, organizações e entidades	Nunca		Eventualmente (menos 1x mês)		Mensalmente (1x mês ou mais)		Semanalmente (Mais 1x semana)		Sempre que ocorre reunião	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Igreja ou grupo	3	7,5	9	22,5	21	52,5	5	12,5	2	5,0
Esportivas	32	80,0	5	12,5	1	2,5	1	2,5	1	2,5
Soc. Rec. ou Clube Social	27	67,5	7	17,5	3	7,5	0	0,0	3	7,5
Sindicato	32	80,0	6	15,0	0	0,0	1	2,5	1	2,5
Partido Político	35	87,5	4	10,0	1	2,5	0	0,0	0	0,0
Entidade Profissional	32	80,0	4	10,0	2	5,0	0	0,0	2	5,0
Cooperativa	40	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Clube de Serviços	38	95,0	2	5,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Associação de Bairro	29	72,5	8	20,0	1	2,5	0	0,0	2	5,0
Assoc. de Pais e Mestres	20	50,0	4	10,0	2	5,0	0	0,0	14	35,0
Clube de Mães	39	97,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,5
Organização Artística, Musical ou Educacional	34	85,0	4	10,0	1	2,5	1	2,5	0	0,0
Outras Associações	38	95,0	1	2,5	0	0,0	1	2,5	0	0,0

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de informações levantadas na pesquisa

Com relação às atividades de lazer, observa-se, na Tabela 4, que são restritas as oportunidades de atividades voltadas às formas de convivência sem cargas, agitações e desigualdades, estando dezesseis (40%) dessas centradas em reunir

amigos “eventualmente”, e doze (30%), mensalmente; realizar visitas (57,5%), sair com parentes (82,5%) e participar de festas do bairro (67,5%). As relações com parentes ocorrem nas freqüências “eventualmente” e “mensalmente”. Quanto às festas do bairro, dezenove mulheres (47,5%) disseram participar “sempre que houver”, e oito (20%), “eventualmente”. Por outro lado, observa-se que vinte operárias (50%) declararam não visitar, e 32 (80%), não sair com vizinhos. Diversas atividades aparecem com participação eventual e semanal, como são o visitar e o sair com colegas, que trinta entrevistadas (75%) e 21 (52,5%), respectivamente, afirmaram fazer nas freqüências referidas. Também se verifica ser elevado o número de mulheres que declararam não participar de atividades esportivas ou de outras atividades de lazer não citadas. Cabe salientar que as atividades com maior freqüência de participação se relacionam ao convívio com parentes, em contraste, fora desse convívio, as atividades têm uma menor incidência, à exceção das festas no bairro, em que a participação é mais acentuada.

Tabela 4 – Freqüência e percentual da participação dos sujeitos em atividades de lazer.

Atividades de Lazer	Nunca		Eventualmente (menos 1x mês)		Mensalmente (1x mês ou mais)		Semanalmente (Mais 1x semana)		Sempre que ocorre reunião	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reúne amigos	3	7,5	16	40,0	12	30,0	9	22,5	0	0,0
Visita parentes	0	0,0	12	30,0	11	27,5	16	40,0	1	2,5
Visita colegas (trabalho)	9	22,5	22	55,0	8	20,0	1	2,5	0	0,0
Visita vizinhos	20	50,0	14	35,0	3	7,5	3	7,5	0	0,0
Sai com parentes	2	5,0	26	65,0	7	17,5	4	10,0	1	2,5
Sai com colegas de trabalho	16	40,0	19	47,5	3	7,5	2	5,0	0	0,0
Sai com vizinhos	32	80,0	6	15,0	2	5,0	0	0,0	0	0,0
Vai a jogos ou ativ. esportivas	25	62,5	11	27,5	4	10,0	0	0,0	0	0,0
Participa de festas no bairro	13	32,5	8	20,0	0	0,0	0	0,0	19	47,5
Outras atividades de lazer	35	87,5	5	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de informações levantadas na pesquisa

Na medida em que os espaços de circulação das entrevistadas ocorrem em ambientes sociais pouco diversificados e, portanto, centrados em relações estabelecidas no ambiente de trabalho e familiar, cabe focar como elas percebem as relações com a chefia e os colegas, com marido ou companheiro e filhos. Sobre a percepção da relação com a chefia, 28 (70%) entrevistadas ou mais responderam “muitas vezes” ou “sempre” quanto à colaboração, amizade, coleguismo, confiança e espaços para dar opiniões e sugestões. No entanto, as questões sobre os espaços

para dar opiniões e/ou sugestões são as que contam com respostas negativas de duas trabalhadoras (5%), (Tabela 9, ANEXO J). Ainda em relação à chefia, quando questionadas sobre as atitudes da mesma, observamos que quatorze (35%) ou mais das mulheres afirmaram estarem satisfeitas. Mas é importante salientar que essa questão, além do maior número de respostas “indiferentes”, foi também aquela a que algumas mulheres se negaram a responder (Tabela 10, ANEXO J).

Entre as questões propostas, o maior índice de insatisfação, para o grupo de mulheres, parece ser a reação dos superiores no momento em que realizam uma tarefa de modo diferente, sendo essa classificada como “não satisfatória” por quinze (37,5%) das entrevistadas. Isso remete à questão das “não-conformidades”, referidas pelo gestor de RH da *empresa um*, ou seja, na esfera produtiva, a execução da tarefa deve seguir a padronização estabelecida.

Quanto às relações estabelecidas no ambiente de trabalho com os colegas, 24 (60%) das entrevistadas afirmou encontrar, em suas relações laborais, colaboração, amizade, coleguismo, confiança, além de espaço para dar opiniões e ter troca de favores, nas frequências “muitas vezes” e “sempre”. Embora as características citadas tenham obtido um número de respostas positivas, a confiança foi a que obteve o menor percentual (60%) das respostas positivas, seguida pela questão sobre ter espaço para dar opiniões (62,5%). Apenas uma entrevistada respondeu “nunca” quando questionada sobre essas duas questões (Tabela 11, ANEXO J).

No que se refere ao ambiente familiar, as questões focaram a percepção das mulheres quanto à relação e às atitudes do marido, bem como quanto à percepção das relações estabelecidas com os filhos. Estas questões não foram respondidas pelas quarenta entrevistadas, uma vez que algumas não conviviam, na época da entrevista, com marido ou companheiro, enquanto outras não tinham filhos, logo os percentuais foram estabelecidos a partir do número das entrevistadas que responderam às questões.

Constatou-se que a maioria das mulheres percebe as relações com o marido como positivas “muitas vezes” ou “sempre”. Ou seja, quanto à amizade, confiança, participação do casal nas decisões familiares, divisão das despesas domésticas e ter

espaço para opiniões, 31 (83,9%) entrevistadas responderam “muitas vezes” ou “sempre”. No que se refere à colaboração no cuidado dos filhos e respeito às opiniões, os números foram menores. Já, em relação à colaboração nas tarefas domésticas, 23 (67,6%) delas responderam “muitas vezes” ou “sempre” (Tabela 12, ANEXO J). Sobre as atitudes do marido em relação às demandas pessoais ou familiares, esta última envolvendo decisões, as respostas negativas e positivas se dividiram. Isso significa que as mulheres ainda encontram resistência quando precisam se ausentar por motivos de trabalho, ou quando discordam de alguma decisão ou opinião do marido, sendo essas questões que mais indicaram insatisfação (Tabela 13, ANEXO J). Como se observa, permanece nas relações conjugais a posição subalterna, secundária e desigual da mulher, com nítidas desvantagens de poder. Essas desvantagens, que caracterizam a posição das mulheres no ambiente doméstico, podem estar sendo reproduzidas, mesmo que inconscientemente, com a contribuição delas próprias, embora os homens procurem mantê-las e também prevenir a sua remoção.

A relação com os filhos percebida pelas mulheres, na maioria das respostas, apareceu como “muitas vezes” ou “sempre”, ou seja, nas questões amizade, confiança, respeito, discussão dos problemas familiares e espaço para opiniões, 23 mulheres (57,5%) e, em outras dessas questões, acima desse número responderam positivamente. Quanto à questão sobre como percebiam a colaboração nas tarefas domésticas, quinze (37,5%) mulheres responderam “muitas vezes” ou “sempre” (Tabela 14, ANEXO J). Como se observa, no ambiente familiar, além do marido, também os filhos são resistentes a prestar ajuda nas tarefas domésticas.

Portanto, pode-se afirmar ser a posição social dessas mulheres pautada pela concepção de que cabe a elas a responsabilidade pelas tarefas domésticas e o cuidado com a família, o que leva a um quadro de desigualdades que traz conseqüências para sua condição de vida e de realização pessoal. Para Souza Santos (2001), a discriminação que as mulheres vivenciam fora da família tem sua origem no patriarcado familiar, mesmo que, muitas vezes, influenciado e articulado com outros fatores. No entendimento do autor, isso se expressa na medida em que a divisão sexual do trabalho no espaço doméstico propende a uma homogeneidade um tanto estável em diferentes formações sociais. Além do quê, ao transpor as

fronteiras do ambiente doméstico, a ideologia patriarcal tende a influenciar a subordinação da mulher no mercado de trabalho, que, apropriada pelo capital, se reproduz e amplia a discriminação sexual contra as mulheres no espaço da produção. Ou seja, essa distribuição desigual e injusta de poder, que caracteriza as relações de gênero, é, segundo Oberhauser et al. ([200-]), naturalizada e construída socialmente, bem como programada para se reproduzir, sendo transferida do ambiente familiar para o ambiente de trabalho.

Nesse sentido, embora estejamos frente um novo paradigma de divisão sexual do trabalho profissional, como afirma Hirata (2002), há muito a ser superado e replanejado para superar o modelo tradicional de divisão do trabalho (GARCIA, 2003), pois, na medida em que se entenda por trabalho tanto o profissional como o doméstico, o novo paradigma está a requerer, também, uma nova divisão sexual do trabalho doméstico, esfera em que as transformações são extremamente lentas (HIRATA, 2002).

Outro aspecto apontado pelos resultados (Tabela 13, ANEXO J) é a dificuldade da mulher em expressar suas opiniões e sugestões no ambiente familiar, ou, mesmo, de se fazer respeitar, como se observa nas respostas às questões da percepção das atitudes do marido que indicam a presença de submissão, acomodação e a conseqüente adaptação à falta de espaço social e pessoal no ambiente doméstico, principalmente, no que tange à igualdade de direitos, tanto por parte dos filhos quanto dos cônjuges. Ademais essa condição de subalternidade traz conseqüências para a mulher trabalhadora, ao transladar tal assimetria para o ambiente de trabalho.

6.1.2 O cotidiano das mulheres trabalhadoras

Diante da densificação do trabalho, que caracteriza as histórias individuais, familiares e sociais das trabalhadoras, quer por suas vivências marcadas pela dualidade e invisibilidade que representam os papéis de mãe/trabalhadora, esposa/trabalhadora, trabalho doméstico/trabalho profissional, quer por seu cotidiano de muitas responsabilidades, buscou-se, nesta pesquisa, o testemunho das trabalhadoras quanto às mudanças sociais, aos espaços de sociabilidade e às

dificuldades experienciadas com as mudanças resultantes da reconfiguração do trabalho. Assim, em diferentes espaços profissionais, buscamos avaliar, dialogicamente, a percepção pelas operárias dos efeitos sociais do trabalho segundo as condições definidas e suas conseqüências mais sentidas. Com efeito, os diferentes modos de viver afetam não só a condição de vida e de realização, mas, fundamentalmente, podem reduzir ou ampliar os espaços de sociabilidade. Certeau et al. (2003) apresentam uma definição de cotidiano que evoca a realidade dos trabalhadores em geral e, em particular, das mulheres sujeitos da pesquisa. Para os autores,

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (p. 31).

Num cotidiano de trabalho intenso, a opressão é uma realidade presente, que apreende a pessoa em meio às suas múltiplas responsabilidades, não lhe permitindo, pela necessidade de sobrevivência, nem mesmo a retirada. É nesse sentido a afirmativa de Gaskell (2003), de que o mundo social é pressupostamente construído pelas pessoas em seu cotidiano, porém em condições não estabelecidas por elas. Presas às redes que conformam seu cotidiano de múltiplas atribuições, no âmbito profissional e doméstico, as mulheres permanecem obscurecidas e subordinadas. Ou seja, há necessidade de visibilizar as distintas realidades e possibilidades vividas por elas em termos de oportunidades; significa, também, focalizar e distinguir as práticas existentes, revelar os constrangimentos vivenciados pelas mulheres e, fundamentalmente, a forma como se percebem em seu meio social.

Inicialmente, cabe ressaltar que referir o trabalho feminino ultrapassa as questões de presença ou ausência no mercado de trabalho, uma vez que o próprio conceito de trabalho deve ser analisado quanto às suas condições, ao ambiente, ao salário, às ocupações, à qualificação e ao horário (CORTAZZO, 2001), aspectos nos quais persistem as desvantagens femininas. Isso significa que a discriminação e a segregação antecedem o ingresso feminino no mercado de trabalho. Não obstante

as desigualdades enfrentadas pela mão-de-obra feminina que envolve essas questões, as trabalhadoras se referem ao trabalho profissional como sendo necessário financeiramente para a sobrevivência e para melhorar as condições de vida, dimensões em que expressam a preocupação com a manutenção dos filhos e da família. Ou, como afirma a entrevistada 16, “o trabalho representa no seu princípio básico a subsistência. Se não trabalho, não consigo me manter e nem manter meus filhos”. Embora essa fala ressalte a importância financeira do trabalho no cotidiano da trabalhadora, muitas entrevistadas atribuem à sua participação no orçamento doméstico um caráter de complementaridade, ao referir que os salários ajudam nas despesas da casa e da família, mesmo quando são elas as principais provedoras do sustento da unidade familiar. Isso se evidencia na fala da entrevistada 19:

Lá (referindo-se a casa) eu faço quase toda parte [...] que teria que ser do homem fazer, como eu vi que ele não fazia, eu fui pegando a frente e, no fim, eu vejo que tomei a frente de tudo. Só [...] na parte do dinheiro, que, no caso, ele tem o dinheiro dele e faz o que quer, e ajuda quando pode, mas, digamos assim, o resto é tudo comigo.

Representa, ainda, o trabalho, para as entrevistadas, independência financeira, um espaço de convivência, de amizade e de solidariedade. Como se observa, constitui-se o local de trabalho, em que passam boa parte do tempo, o espaço de contatos sociais mais amplos que os da vida privada, possibilitando, através dos relacionamentos interpessoais estabelecidos na atividade laboral, a satisfação de uma necessidade básica: o desejo de reconhecimento, sendo o trabalho, nessa perspectiva, não só uma fonte de renda, mas também de auto-estima e de dignidade (FUN, 2004). Além disso, o trabalho é, ainda, portador da identidade de trabalhadoras das entrevistadas, ou seja, inseridas na atividade produtiva e, em consequência, no grupo e por ele reconhecidas na medida em que referem amizade e solidariedade encontradas no ambiente laboral.

Mas é o aspecto de realização pessoal que evidencia o significado do trabalho profissional, pois, segundo a fala da entrevistada 4, “é uma maneira de crescer e amadurecer [...], dentro da empresa a gente aprende em todas as áreas, a conviver, a se comunicar melhor [...] coisas assim que a gente não conseguiu na escola”. Embora o depoimento da entrevistada aponte deficiências da escola que

ultrapassam as questões das diferenças de gênero, essa fala vai ao encontro das proposições de Bourdieu (1999), para quem diversas instituições são responsáveis pela reprodução das diferenças, tanto entre categorias sociais, como entre gêneros. Mesmo destacando a família, a Igreja e a escola como as três principais instâncias de reprodução das diferenças, para o autor, o papel da família é preponderante.

Outro depoimento, da entrevistada 23, evidencia o orgulho de estar inserida no trabalho produtivo, ao afirmar: “Faz 25 anos que eu trabalho sempre efetiva, então para mim é um orgulho poder sempre trabalhar”. Finalmente, o depoimento da entrevistada 7, que afirma que “o trabalho é a maneira [...] da gente demonstrar [...] que é capaz de sobreviver, [...] de mostrar sua capacidade”. Ou, ainda, da entrevistada 26, ao destacar: “Para mim, o trabalho é dignificante [...] me faz sentir uma pessoa reconhecida, que vive com as próprias forças”. Como se observa, perpassa nas falas das entrevistadas a noção de condição de subalternidade, construída culturalmente, que configura a aptidão das mulheres como restrita a determinadas tarefas. As expressões utilizadas apontam que essas trabalhadoras resistem ao preconceito da inabilidade das mulheres para trabalhos especializados, não se resignando com essa condição.

No conjunto das falas das entrevistadas, evidencia-se quão restritas são as suas vidas sociais, tanto no que se refere às casadas quanto no que diz respeito às solteiras. Em diversas falas, percebe-se que a falta de tempo pela dupla jornada de trabalho é responsabilizada pela reduzida participação social, como também o fato de não gostar de sair, ou de o marido não gostar de atividades sociais. Com relação à falta de tempo, a entrevistada 10 afirma: “Eu participo pouco [...] porque é de casa para o serviço e do serviço para casa, a gente está trabalhando e já está pensando o que vai fazer em casa quando chegar. Não é que a gente não tem tempo, é que a gente também fica cansada e se acomoda”. Essa condição de excesso de trabalho também está expressa na fala da entrevistada 1, que afirma: “Eu sou assim, caseira”, acrescentando “aqui” (referindo-se à empresa) “começa em agosto e vai até dezembro, é pauleira, até sábado e domingo a gente trabalha, daí chega em casa, tomara fazer o serviço e poder descansar. Daí não sobra aquele tempo para poder sair, passear, essas coisas só nas férias mesmo”. Diante desses depoimentos, cabe questionar a que se refere o termo *acomodação* utilizado pela

entrevistada e presente em várias outras falas. Estaria relacionado à aceitação das responsabilidades que são atribuídas às mulheres? Ou estaria relacionado à aceitação da posição de subalternidade? Ou, ainda, estaria relacionado à resignação diante da luta inglória por maior espaço de realização pessoal? Além disso, no que consiste a ajuda do marido e dos filhos nos afazeres domésticos referidos como sendo prestados “muitas vezes” e “sempre” por 23 entrevistadas nas questões estruturadas? Estariam as mulheres tão condicionadas a assumir as responsabilidades domésticas, que qualquer ajuda, por menor que seja, é uma contribuição significativa? Essa questão talvez possa ser esclarecida pela pesquisa de Aguirre (2003).

Aguirre (2003), no artigo *Trabajo no remunerado y uso del tiempo, fundamentos conceputales y avances empíricos*, propõe mostrar a potencialidade da quantificação do trabalho não remunerado e do uso do tempo na análise das desigualdades de gênero. A autora, a partir de pesquisa realizada em Montevideu, em que utilizou o conceito de carga global de trabalho, integrando trabalho remunerado e o trabalho não remunerado e a sua quantificação, aponta que o trabalho não remunerado consome mais tempo que o remunerado. Acrescenta, ainda, que o trabalho não remunerado tem uma distribuição desigual entre homens e mulheres. A partir da quantificação da carga de trabalho global em horas semanais trabalhadas, Aguirre constatou que o trabalho das mulheres consta de 33% de trabalho remunerado e de 67% de trabalho não remunerado, enquanto os homens realizam 69% de trabalho remunerado e 31% de trabalho não remunerado. Ressalta, ainda, que a maior desigualdade observada na quantificação do tempo de trabalho não remunerado, prestado pelas mulheres, se dá entre as mulheres mais pobres e as mais jovens com filhos, sobre as quais recai a maior carga. Isso significa que a vulnerabilidade econômica, que as leva a ingressar no mercado, acaba por onerar mais as trabalhadoras.

Outro aspecto apontado pelas entrevistadas como limitante de suas possibilidades de participação social é a questão financeira, que, embora necessária e legítima, é um fator limitador como declara a entrevistada 4: “Eu acho que, quando não se tem muito dinheiro, se tem pouca chance e o que tem [...] são coisas que não interessam muito”. Ou como, apropriadamente, coloca a entrevistada 19: “Eu

participo pouco [...] eu gosto, mas é que não há oportunidade [...], resumindo, é falta de ganhar um pouco melhor, para que sobre, digamos assim, não que ache que estou ganhando mal, mas [...] com esse salário que está em quase todas as firmas, se tu for pagar direitinho as contas, comprar alguma coisa, não sobra”. Essas falas evidenciam os efeitos da progressiva degradação dos salários, que acaba por dificultar a reprodução da vida sob o controle do capital.

Porém, não obstante a afirmação da entrevistada 31, de que sua participação social era maior quando solteira: “Agora que eu casei, já fico mais por casa, não sou mais de sair em festas, essas coisas, mudou porque meu marido não gosta muito de sair”, o que se observou é que a participação social das mulheres está relacionada com a disposição de participação do marido ou companheiro, sendo que elas não propõem atividades sociais, ou seja, é do marido a iniciativa de uma maior participação social. Nesse caso, nem a dupla jornada de trabalho, nem tampouco a questão financeira impedem ou dificultam as atividades sociais. São vários os depoimentos que apontam essa dependência da vontade do marido ou companheiro, tanto na não-participação, quanto na participação, como é o relato das cinco entrevistadas com uma vida social mais ativa. Como exemplo, recorreremos à fala da entrevistada 7: “Eu saio final de semana, eu nunca estou em casa [...] a gente” (refere-se ao casal) “tem que ter aquele espaço pra gente. Festas a gente não vai muito porque é tudo muito caro e a gente com criança já é mais difícil sair, dentro do possível tudo dá”.

Como se observa na fala da entrevistada está presente as dificuldades que poderiam limitar uma participação mais efetiva, como a presença de filhos pequenos e a condição financeira. Mesmo assim, busca espaço de ampliação de sua sociabilidade a partir de iniciativas do marido. Não se pretende negar as dificuldades do cotidiano das entrevistadas, pois, sem dúvida, as estratégias familiares subordinam a vida dessas mulheres, tanto em sua inserção no mercado de trabalho quanto em sua sociabilidade, que são acionadas e fortalecidas pela lógica da economia e pela ausência de políticas públicas de amparo às suas dificuldades (LISBOA, 2004).

Ademais, concordamos com a afirmativa de Seligmann-Silva (1994), de que as maneiras de pensar, sentir e agir constituídas no âmago das experiências do cotidiano profissional se transladam para a vida familiar e comunitária. No entendimento da autora, “as estruturações do tempo de trabalho imprimem suas marcas nos períodos destinados ao repouso, ao convívio, ao lazer e todas as formas de participação sociais significativas” (p. 7-8). No entanto, a mútua relação que se estabelece entre família e trabalho se dá na medida em que gênero e classe se revigoram mutuamente, num processo de difícil identificação dos componentes de ruptura, articulado na família, onde se estabelece a desigualdade de ingresso das mulheres no mercado de trabalho (ARANGO, 1998), embora não se pretenda aqui eximir a responsabilidade do mercado pelo aprofundamento das desigualdades de gênero.

Diante da aquisição feminina do estatuto de trabalhadora assalariada, o que conferiu uma identidade de dupla inserção no trabalho e na família, as mulheres se deparam com a incessante necessidade de articular papéis profissionais e familiares, como também de ajustes complexos entre as características pessoais e acordos domésticos (LISBOA, 2004). Essa condição levou-as a uma dupla jornada de trabalho que absorve o tempo que poderia ser dedicado às relações sociais, como se evidencia na fala das entrevistadas ao se referirem às suas atividades nos finais de semana e feriados, quando a maioria delas primeiro se dedica aos afazeres domésticos e, após, ocupa-se com os filhos ou visita parentes. Como exemplo, recorreremos à fala da entrevistada 35: “Final de semana [...] fico em casa, eu faço a lida da casa, eu adianto tudo, para, durante a semana, poder vim trabalhar, daí [...] faço pão [...] cozinho feijão para a semana inteira, deixo a roupa tudo em dia, sabe”. Ou como resume a entrevistada 6: “Final de semana, em primeiro lugar, sábado é o dia de fazer pão, fazer as coisas que a gente não faz durante a semana. E eu recebo visita, ou a gente pega o carro e vai lá para fora [...]” (referindo-se ao interior) “fazer visita em alguns parentes”.

Também nas férias se dedicam, em primeiro lugar, à casa e, após, geralmente visitam parentes, à exceção de algumas trabalhadoras, cujo período de férias é incompatível com as férias do marido ou dos filhos, em consequência, ficam todo o período em casa. A fala da entrevistada 10 expressa a característica das férias da

maioria das entrevistadas, quando afirma: “Nas férias, eu faço faxina”, (risos) [...] “tenho que ser franca, não adianta dizer uma coisa que eu não faço. Eu tiro para limpar a casa, limpar tudo, [...] desde forro, paredes [...]. Depois eu aproveito um pouco as férias, vou passear na casa dos parentes”. Ou, ainda, como diz a entrevistada 26: “Nas férias, eu gosto de procurar meus outros irmãos que estão em outra cidade. Aí eu vou com mais calma, não preciso pensar que no outro dia eu estou cansada para trabalhar”. Outras três entrevistadas aproveitam as férias para os exames anuais de saúde, como afirma a entrevistada 3: “Nas férias, eu faço assim: dou uma geral na minha casa e, depois, aí [...], eu faço um *check-up* [...], boto os exames tudo em dia, [...] e o resto a gente descansa”. A entrevistada 26 acrescenta: “[...] faço meus exames periódicos nas férias para não atrapalhar aqui” (referindo-se à empresa).

Esses depoimentos expressam a preocupação das trabalhadoras em evitar afastamentos do trabalho, além de evidenciarem as dificuldades das entrevistadas em articular os papéis profissionais e domésticos, pois acabam por utilizar o tempo livre para os afazeres da casa, confirmam e reforçam os resultados obtidos nas questões fechadas com relação às atividades de lazer, que estão centradas em visitar (97,5%) e sair (92,5%) com parentes. Portanto, as relações sociais das entrevistadas concentram-se nas redes que Scherer-Warrner ([1996?]) denomina redes sociais primárias ou redes submersas, constituídas a partir de vínculos diretos estabelecidos no cotidiano, que incluem a família, o parentesco, a vida profissional, apoiadas nas relações de confiança e cooperação. Embora essas relações sejam importantes para a passagem a vínculos mais complexos como os de articulação política, como se observa, as entrevistadas não conseguem ultrapassar as fronteiras das redes primárias, pela dificuldade em ampliar as redes de sociabilidade que se constituem a partir de atividades sociais e de lazer.

Quando questionadas sobre o que gostariam de fazer com mais frequência, as respostas apontavam, pela ordem, viajar mais, sair mais, ter mais tempo para os filhos e a família e, fazer atividades físicas, como afirma a entrevistada 10: “Viajar, mas assim ir para Gramado e Canela, assim, no inverno sabe, ficar hospedada num hotel sabe, [...] curtir, coisa que eu nunca fiz, isso é o maior desejo”. Ou, ainda, como refere a entrevistada 31: “...eu gosto de sair bastante. Acho que eu ia gostar de sair

mais em festas, bailes, essas coisas, acho falta que a gente” (referindo-se ao casal) “não vai”. Também a entrevistada 40 gostaria de sair mais, como afirma: “Eu gostaria de fazer com mais frequência, que nem a gente” (referindo-se ao casal) “vai para o centro tomar chimarrão, vai com o nenê na pracinha, mas isso a gente só vai quando não tem o que fazer, sabe”.

No que concerne ao que não gostariam de fazer mais, a maioria gosta de todas as tarefas de seu cotidiano. Quatro entrevistadas não gostam de cozinhar, sendo que algumas referiram não gostar da extensão do horário de trabalho. Entre as falas sobre a extensão do trabalho, a entrevistada 1, referindo-se ao período de intensificação do trabalho, afirma: “[...] começava as dez para as sete e ia até vinte para o meio-dia, aí começava a uma e vinte e sete até as nove da noite, mas até tu chegar em casa, já passa das dez horas. Daí eu ainda colaborava sábado e domingo, é cansativo”. Ainda sobre o horário de trabalho, a entrevistada 8 gostaria de “que diminuísse, assim uma carga horária de menos tempo de trabalho, sabe a gente teria mais tempo” (referindo-se ao trabalho profissional). Diante da extensão da jornada de trabalho, que reduz o tempo para as tarefas domésticas, emerge a dificuldade que representa a execução de algumas atribuições, como o cozinhar, como fala a entrevistada 10: “O dia-a-dia do fogão, para mim, é um estresse, sabe, e, no meu caso, tem que fazer de noite” (referindo-se ao almoço) “para noutro dia req... esquentar, então a gente come [...] comida requentada, e eu gostaria [...] de poder chegar em casa, sentar e almoçar e não estar correndo esquentando comida e cozinhar”. Como na empresa em que estava alocada a entrevistada não havia refeitório, ela tinha, segundo sua fala, “uma hora em casa, contando em casa” (refere-se à exclusão do tempo dos deslocamentos), “só que daí é corrido, é almoçar. Como a dona de casa não gosta de deixar a louça suja, aí quer lavar a louça ligeiro, é muito corrido, mas dá para fazer (risos)”. Essa afirmativa remete à representação das próprias mulheres sobre a inquestionável condição feminina de responsável pelas tarefas domésticas.

Constatou-se, portanto, que as falas das entrevistadas, quanto ao que gostariam que mudasse em suas vidas, convergiram para questões que interferem em seu cotidiano, como as dificuldades financeiras, mudança de emprego e a questão da necessidade de maior escolaridade. Transversais a essas falas,

evidenciam-se a inconformidade com as condições de vida e a insatisfação diante das múltiplas responsabilidades que acabam por seqüestrar suas possibilidades de maior convívio com a família, o que se manifesta na fala da entrevistada 4: “A melhor coisa que a gente poderia ter é a independência [...] que eu estou tentando”. Ou, ainda, como declara a entrevistada 8: “Ganhar na loteria (risos)” (pausa). “Ganhar na loteria (risos)” (pausa). “Quando a gente tem família, a gente pensa em ter mais tempo assim para a família, em casa [...] é difícil a gente conseguir mudar, por causa disso que a gente precisa do salário”. Cabe considerar a advertência de Rowbotham (1998) quanto à enorme diferença entre o que é dito e o que é experienciado, ou seja, para o risco de, ao analisar as falas, enfatizar o texto oral, descuidando o sentido da fala. Assim, quanto a essas duas falas, perpassa, na primeira, a percepção da entrevistada 4, de que o trabalho representa a sua luta diária pela sobrevivência imediata, na medida em que não o reconhece como fator de independência, sugerida por alguns autores a partir do trabalho assalariado. Já, na fala da segunda entrevistada, emerge sua resignação diante de uma situação em que seus esforços são inoperantes para a transposição das dificuldades, de forma que só o acaso poderia transformar essas condições.

Algumas entrevistadas aguardam, ansiosamente, a aposentadoria, transferindo suas expectativas de uma vida melhor para depois da jubilação. No entanto, algumas mulheres já são aposentadas e continuam trabalhando pela necessidade do salário, como é referido pela entrevistada 16, quando afirma: “O salário da gente é pouco, e eu, graças a Deus, já sou aposentada [...] e ainda trabalho para aumentar a renda, e meu marido está com o pagamento do INSS suspenso [...]. Então eu estou tendo que manter a carga”.

A pretensão de outro emprego está relacionada às dificuldades laborais, ou às insatisfações, ou, mesmo, ao fato de se perceberem ameaçadas pela situação que Invernizzi (2002) define como próxima das bordas, em trânsito para a exclusão, ou seja, a ameaça do desemprego. Essas situações se evidenciam nas suas falas, como refere a entrevistada 5: “Mudar de emprego [...] tem coisa, sei lá, que poderia ser mudada e não é, sabe, parece que tem alguma coisa que faz com que as pessoas não enxerguem a realidade, sabe, sempre enxergam do outro lado”. Ou, na fala da entrevistada 12: “Mudar [...] eu gosto de trabalhar aqui, mas, atualmente,

assim está um clima assim não muito bom [...], parece que a gente aqui está sobrando. Amanhã tu pode ir para a rua, tu está numa insegurança que não é muito bom assim conviver”.

Na ótica das entrevistadas, a busca por outra oportunidade profissional é vista como solução para as dificuldades enfrentadas por elas, entretanto é, geralmente, associada à necessidade de maior escolaridade. Como afirma a entrevistada 31: “[...] falta bastante de ter” (refere-se à escolaridade), “eu não tive muito tempo para fazer curso [...]. Ficar mais atualizada [...] estudar mais [...] eu já tive oportunidade aqui na firma, trabalhei no escritório, ajudei várias vezes [...] isso me faz falta” (maior escolaridade). Ou, como afirma a entrevistada 37 [...] sobre sua condição: “Só estudando no meu caso, acho [...] podia melhorar. Às vezes a gente vê como o estudo faz falta”. Ou, ainda, como expressa a entrevistada 38: “Se desse pra voltar atrás, que eu tivesse concluído meus estudos, bem na época que eu era mais nova, criança, meu pai não teve condições que a gente continuasse. Eu queria ter feito faculdade, ter sido alguém na vida (risos)”.

Não obstante as mudanças dos papéis das mulheres ocorridas no cotidiano, as falas das entrevistadas, ao se referirem aos últimos dez anos, denunciam que, em geral, a vida ficou mais difícil, tanto a vida pessoal quanto a profissional, e, em grande medida, essas dificuldades estão relacionadas ao aumento das responsabilidades e aos baixos salários. Mesmo assim, quatro entrevistadas entendem que suas vidas pessoais melhoraram, principalmente, as que adquiriram casa própria nesse período.

Quanto à vida pessoal, as dificuldades assinaladas estão relacionadas, principalmente, com a intensificação do trabalho e as dificuldades de sobrevivência. Nessa perspectiva, a entrevistada 8 entende que a vida está mais corrida: “[...] tu tem que se dedicar mais pro trabalho, pra casa e pros filhos”. Essa percepção de que há uma compressão do tempo também é expressa pela entrevistada 23, quando afirma: “Sei lá, dá impressão que o tempo está cada vez mais curto, a gente não consegue fazer, parece, tudo aquilo que a gente fazia, a gente comenta, entre os colegas”. Na vida cotidiana das mulheres, o trabalho doméstico representa uma carga contínua, como é sintetizado na fala da entrevistada 9: “A gente vê, em casa

ficou mais difícil, porque, se a gente vai fazer o serviço de casa, a gente passa o final de semana todo Se não diz não, chega, agora parou, então continua sempre fazendo coisas, aqui na firma a gente tem um horário”. Ou, ainda, como refere a entrevistada 10: “Olha, pra mim mudou [...] é mais corrido ainda, que eu tenho que dar atenção à casa, à empresa e ela” (referindo-se à filha)

também porque ela exige muito. Eu não tenho tempo só pra ela, porque eu tenho que lavar, passar, cozinhar, e também, quando é época de pique aqui na empresa, a gente precisa, precisa se dividir em três, marido, [...] casa, empresa e filha. [...] eu preciso fazer as coisas com mais pressa sabe, pra dar, (pausa), conta.

Assim, a intensificação do trabalho doméstico, para o qual não tem horário como sublinha a entrevistada 9, vem acompanhando a intensificação do trabalho profissional.

Embora alguns aspectos das novas formas de organização e gestão do trabalho acolham efeitos humanizantes, para Hirata (1998), os novos processos produtivos e as novas tecnologias vêm acompanhados por novas formas de intensificação do trabalho. Além disso, a autora relativiza a idéia de que esses novos modelos eliminam os trabalhos monótonos e repetitivos, o que, em parte, é verdadeiro. Entende, no entanto, que, nas formas recentes de organização e gestão, os trabalhos repetitivos e monótonos reaparecem de novas maneiras, além de coexistirem com as formas antigas. Acrescente-se a isso o aumento das responsabilidades, como afirma a entrevistada 9: “É, tem mais o aumento da responsabilidade, cada dia que passa a gente tem mais [...] responsabilidade no serviço, em casa e coisas assim eu acho”.

No que se refere à vida profissional, as entrevistadas entendem que houve um aumento das responsabilidades, como afirma a entrevistada 2: “A gente tem mais responsabilidade, [...] a gente é muito cobrada, aqui dentro da firma mesmo”. Na fala das entrevistadas, emerge, também, a percepção das mudanças ocorridas no processo produtivo, as quais são referidas por elas. Assim, para a entrevistada 4, a empresa “mudou, áreas melhorou, em áreas piorou. Na produção piorou, antes [...] não tinha tanta exigência, tanta produtividade, tudo era menos, era menor, agora cresceu, a gente também, tem mais,” (pausa), “mais responsabilidade.” Para a

entrevistada, a necessidade de a empresa reduzir os custos de produção diminuiu bastante o número de funcionários, de forma que, segundo ela,

esse ano, por exemplo, gerou muito, muito serão (hora extra), muito... trabalhando todos os feriados, em feriado, então isso aí piorou, e de certa forma serão (hora extra) não pode ser uma cobrança, mas, de certa forma, é uma cobrança, se a senhora faz tudo bem, se não faz quer saber por que não fez, por que não pode [...]. Então a gente [...] até vai caindo fora, mas tem hora que não dá, aí esse ano que excedeu muito. Os feriados todos eu trabalhei, finados, sete de setembro, doze de outubro, feriados todos importantes, todos eu trabalhei.

Embora a entrevistada tenha recorrido a estratégias de proteção do seu tempo fora da empresa, acabou por não resistir ao discurso dominante. Isso decorre da crescente flexibilidade requerida dos trabalhadores diante da necessidade de adaptação da empresa à concorrência em tempo real, implicando que se requeira dos assalariados a disposição de submeter-se, sem reticência, aos objetivos da empresa. Segundo Dhoquois (2003), “isso é ainda mais marcante no caso dos trabalhadores mais frágeis devido à baixa qualificação ou à situação familiar”, como, por exemplo, as mulheres (p. 54).

Diferentemente do período anterior, em que, como diz a entrevistada 8, “não tinha aquela cobrança de produção, tu fazia uma quantidade, estava bom, hoje não, tem que cada vez produzir mais, está sempre produzindo, produzindo em casa também, aí é aquela correria, sempre função dos filhos, também, colégio, reunião do colégio”. As entrevistadas reconheceram ter havido mudanças no processo produtivo, e que essas foram profundas, como refere a entrevistada 33: “Mudou, mudou, mudou bastante [...] o jeito de trabalhar, [...] algumas coisas estão mudando pra melhor, algumas coisas a gente está se adaptando, mas é, tem que mudar pra crescer”. Ou como afirma a entrevistada 34: “Aqui dentro está mudando, [...] eu estou tentando acompanhar, [...] até eu acho vou voltar a estudar, [...] porque [...] eu vou mudar de setor e [...] eu não quero entrar lá sem estar preparada, sabe”.

As mudanças decorrem, como afirma Paiva (2001), cada vez mais, pela transferência das habilidades físicas e mentais dos homens para as máquinas, por cuja via se dá à intensificação do trabalho, reduzindo o emprego e retirando o

trabalho do lugar central que ocupava. São essas mudanças que a entrevistada 37 refere ao afirmar que

dentro da empresa mudou bastante, desde o tempo que eu vim pra cá, dez anos atrás. Acho que [...] o maquinário mudou bastante, a tecnologia deles aqui, quando eu entrei não tinha esteira, não tinha máquina. O corte era tudo manual. [...] agora é tudo automático, tudo moderno. Eu acho que não foi bom. Porque quantos empregos que tiraram essas máquinas, onde precisava três pra cortar, agora tem um só que regula a máquina.

Como se observa, a fala da entrevistada revela a preocupação com a questão do emprego. Essa manifestação também está presente na fala das outras entrevistadas, como a 19: “É o que a gente vem falando, tu vê, as empresas estão indo tudo embora, que vai ser daqui uns dias? [...]. Nós vamos trabalhar que nem estão essas de” (pausa), “onde eles fazem cooperativa, (trabalham) por peça, aí depende duma peça que tu fizer, tu ganha o quê? Três, quatro reais por dia, daí tu vai sustentar uma família, como é que tu vai? Mercado, roupa, remédio, exame, tudo, não tem como”. Ou como questiona a entrevistada 12: “Tem muito mais preocupação, [...] que nem o emprego, tu fica preocupada, será que amanhã eu vou ter meu emprego ainda?”. Ou ainda: “Eu já penso onde que vai arrumar” (referindo-se a emprego) “depois? Porque está difícil, não é assim, eu sair daqui e amanhã já tem outro”. Esta preocupação também se estende aos filhos. Assim, conforme a mesma entrevistada, “os próprios filhos tu pensa, onde [...] será que eles vão conseguir” (emprego). “Já te preocupa com eles, como vai ser pra eles, então é [...] cada vez mais difícil”.

Outro aspecto que transparece na fala das entrevistadas é a importância da casa própria. Nos dizeres da entrevistada 16, nos últimos dez anos, ter se aposentado melhorou sua condição financeira, no entanto foi a aquisição da casa própria que significou um passo importante, na medida em que

tu sempre sabe que tu vai voltar pra casa (pausa) (emocionada), entendeu? Além de tu não ter a conta grande que tu vai pagando, pagando [...] e nunca tem nada. E como ela não é uma casa própria, ela é alugada, e a qualquer momento o proprietário pode te pedir o imóvel, aí tu está com uma trouxa na mão e... até... tu se organizar de novo, mudar de endereço, a coisa toda.

A casa própria representa identificação e pertencimento a uma comunidade a partir de um endereço fixo, além de uma melhoria nas condições de vida das

entrevistadas, como afirma a entrevistada 35: “A minha vida mudou, mudou assim..., porque antes eu morava em casa de aluguel. Hoje eu tenho minha casa própria, não preciso mais pagar aluguel”. Ou, ainda, como afirma a entrevistada 26: “Mudou bastante, conquistei uma casa própria, através do meu serviço, que a empresa ajudou, comprou o terreno”. Para a mesma entrevistada, isso “foi uma vitória. A vitória que eu conquistei alguma coisa na minha vida, com meu trabalho. Trabalhei, trabalhei, consegui pagar, fiz uma casa. Quem consegue, é uma vitória”.

Percebe-se, pois, que, de diferentes maneiras, as entrevistadas relatam os conflitos e os constrangimentos do dia-a-dia, quer financeiros, quer os da dupla jornada de trabalho, os quais as levam a aumentar suas responsabilidades, que é o custo por ultrapassar os limites do espaço privado em busca de participação no mercado de trabalho, sem que ocorra um maior partilhamento dos trabalhos domésticos. Entretanto, é preciso considerar que o ingresso da mulher na atividade produtiva está diretamente relacionado a questões de sobrevivência da família. Somam-se a isso as questões que decorrem da reestruturação produtiva, percebidas e vivenciadas pelas entrevistadas, cujos resultados são o aumento das tarefas e das responsabilidades, a necessidade de maior escolaridade, como também a ameaça constante do desemprego, que representa uma preocupação tanto pessoal quanto familiar. A questão do desemprego é mais crucial para as entrevistadas alocadas na *empresa dois*, que vivenciaram (e vivenciam) uma fase de readaptação da empresa, o que significou a dispensa de grande número de trabalhadoras. Não obstante essas questões, a entrevistada 11 entende como positivo o novo modo de produção adotado pela empresa para os remanescentes, na medida em que o processo de trabalho se modificou, ou seja,

primeiro era assim ó, era a célula, fazia uma operação só. Agora a gente faz a peça completa, sabe, é a primeira [...] peça que a gente faz. Antes eu fazia só uma partezinha o tempo todo. Agora sempre tudo é novidade [...] até é bom que as horas passam bem depressa, e a gente aprende muita coisa a mais. Só que antes a gente não tinha [...] chance de demonstrar o [...] que a gente sabia fazer, era uma operação e pronto, e agora a gente pode demonstrar que a gente sabe fazer mais coisas. Eu sei, é muito triste que as colegas perderam o emprego, mas a gente pode mostrar o que a gente sabe fazer.

Como se observa, a fala da entrevistada denuncia a continuidade do trabalho repetitivo e destituído de conteúdo destinado às mulheres. Ou, como afirmam Leite e

Rizeck (1998), as mulheres estão excluídas das maneiras de trabalho mais qualificadas e enriquecidas que surgiram em decorrência das inovações tecnológicas e organizacionais. Embora a *empresa dois* tenha mudado muito com a readaptação, a entrevistada 20 refere aspectos positivos em relação ao processo produtivo: “Aqui dentro... Mudou, mudou muito, porque tem menos emprego, [...] aqui” (referindo-se à empresa) “também diminuiu” (o emprego) “bastante, só que está mais *light* agora pra trabalhar aqui sabe, [...] antigamente era uma correria danada, [...] tinha que fazer tantas” (peças) “por hora, tantas” (peças) “tinham que sair por dia, e tinha que sair, se não saía, aí tinha cobrança. Hoje não, hoje está melhor de trabalhar, tem menos pessoas aqui, está mais tranqüilo, está muito mais tranqüilo.” No entanto a readaptação também teve aspectos negativos, na medida em que, como refere a entrevistada 19,

a gente perdeu tanta coisa, nós tínhamos o prêmio de participação no final do ano, a gente tinha remédio que eles pagavam a metade, óculos se trocasse as lentes, eles ajudavam nas lentes, tinha o prêmio de produção, que era maior até cem reais, tudo foi mudando. A gente pagava bem menos o almoço, se bem que o almoço não é tanto, mas pagava quatro reais, cinco reais o ônibus, hoje vinte reais, pra quem o salário está igual, tira vinte, muda bastante, porque, se não tivesse aumentado, a gente vê que tudo aumenta e o salário da gente fica igual. Termina angustiando.

Quando questionadas sobre suas perspectivas para a vida futura, as entrevistadas manifestaram expectativas quanto à aposentadoria, quanto a uma vida mais tranqüila e a preocupação com o futuro dos filhos. No entanto, essas questões têm, como pano de fundo, a carga de trabalho a que estão submetidas no dia-a-dia. Com efeito, além de algumas conviverem com a extensão da jornada de trabalho profissional, são também as principais, e talvez as únicas, responsáveis pelo bem-estar da família, atendendo tanto aos afazeres domésticos, ao cuidado com a família e à administração da casa. Assim, essas manifestações evidenciam as dificuldades que essas mulheres enfrentam em seu cotidiano, marcado pelos diferentes trabalhos. Nessas condições de vida, a aposentadoria representa dispor de parte do tempo, como afirma a entrevistada 8: “Olha, sonhar com aposentadoria, (risos). [...], pensando na aposentadoria ficar em casa, curtir, curtir a aposentadoria, os filhos grandes daí, porque assim a gente trabalha e, ah, o tempo todo e os filhos vão crescendo e a gente nem vai notando”. Ou, ainda, como fala a entrevistada 29: “No meu futuro [...]” (pausa) “[...] estou querendo me aposentar aqui (risos)”. (pausa) “Aí

eu vou curtir a vida, [...]. Eu quero viajar, quero ter uma chácara pra mim, uma coisa assim. [...] Falta, falta o tempo e ter as condições” (financeiras) “também, é mais o tempo. É que minha guria adora ir à pracinha, daí pra sair já tem que vim aqui no centro, nosso bairro lá não tem” (praça) “no Arroio Grande, só ali no Ana Nery, perto do Ana Nery. [...] Aí ela adora, Deus o livre, fim de semana, quando dá um tempo assim, eu saio com ela, fico horas...”.

Quando se referem às preocupações com os filhos, evidenciam resignação, em suas falas, com suas condições de vida, porém, para os filhos, almejam outros modos de viver, como afirma a entrevistada 5: “Voltar a estudar. Gostaria. Só que eu vejo que eu não vou poder continuar a estudar, sabe. As condições financeiras não vão dar isso, sério”. Já, para a filha, pretende que ela estude para “Ser qualquer coisa na vida, menos não ter uma profissão. [...] Porque a minha” (vida) “não é das boas (risos)”. “[...] eu não posso me queixar da minha vida também, mas acho assim que podia estar melhor”. Da mesma forma, a entrevistada 7 comenta: “Ah, eu meu sonho assim é ver minhas filhas formadas, que eu não tive esse, esse, [...] Que nem, assim eu, trabalho, trabalho, trabalho aqui na firma eu faço, que nem começa o tempo que tem serão” (hora extra),

eu trabalho [...] sábado e domingo quando [...] eles pedem pra gente vim, daí eu trabalho, mas eu não estou pensando em mim, eu estou pensando é nelas, [...] Que nem elas me cobram muito, a mãe só trabalha, mas eu penso assim, eu, eu tenho que estar fazendo isso pra mim melhorar um pouquinho a vida delas. Aí, pra mim não tem muita expectativa, sei lá (entrevistada 7).

Também a entrevistada 23 pretende um futuro tranqüilo e, como afirma, “uma velhice mais calma (risos)”. “Acho que é tudo que a gente se preocupa é com os filhos, com o futuro deles, agora, fazer com que, pelo menos dar o estudo pra eles, depois eles podem se virar”. Ou, ainda, como afirma a mesma entrevistada: “[...] assim eu quero que minha filha também pense nos estudos, porque, sem estudo, não tem futuro hoje em dia. E cada vez está pior.” Também a entrevistada 33 expressa esse desejo: “Eu imagino minhas filhas criadas, poder dar um estudo bom pra elas, poder estudar, pra pelo menos de repente, um serviço melhor”. No entanto a manifestação mais contundente em relação às atuais condições de trabalho na

área de produção é a da entrevistada 19, com relação à sua vida: pretende “ter uma vida bem mais descansada.” Em relação ao futuro dos filhos, pretende

encaminhar eles pro melhor assim, por isso [...] eles estão em colégio particular, mas o que a gente vê assim é que eles são dois guris, e que se os homens tiverem um bom trabalho, de repente as esposas deles teriam a vida mais tranqüila do que [...] eu, por exemplo. De repente os maridos ganharem super bem ou mais ou menos bem, as esposas deles podem ficar em casa de repente, preparando os filhos. [...] Hoje eu e meu marido trabalhamos em produção e produção, hoje é uma das coisas mais agitadas parece assim. É muito. Às vezes penso que, se meus filhos não tiverem que trabalhar nisso, seria melhor.

Finalmente, cabe ressaltar algumas questões que se evidenciaram nas entrevistas com as trabalhadoras. Embora elas estivessem alocadas em empresas diferentes, suas necessidades, constrangimentos e preocupações mostraram-se muito semelhantes. Outro aspecto que cabe ressaltar é que, nos momentos em que as entrevistadas se sentiam constrangidas diante de suas respostas, elas buscavam, no riso, uma forma de escamotear a realidade das suas condições de vida e de trabalho, apontando que elas percebiam as adversidades da dura realidade de suas condições, com poucas e lentas possibilidades de modificar.

As agruras dessa realidade se evidenciavam quando se referiam ao futuro dos filhos, para os quais afirmam buscar oferecer melhores condições, através de um nível de escolaridade maior. Isso reflete que se sentem inferiorizadas como trabalhadoras, tanto pela precariedade de suas formações educacionais, o que é referenciado em diferentes momentos das entrevistas, quanto por suas oportunidades de acesso ao emprego. Ou seja, na medida em que se percebem responsáveis por sua baixa qualificação, entendem como individual a responsabilidade social de maior qualificação formal, que é necessária, mas não suficiente para acessar oportunidades de inserção com melhor remuneração e para a sobrevivência nos ambientes produtivos, no momento em que aspectos pessoais, disposições subjetivas e a socialização são mais considerados para o ingresso no mercado (PAIVA, 2001). Mas é a condição de mulher como reprodutora do tecido social que é desvalorizada e banalizada, embora isso signifique cuidar do lar e da família, nutrindo, limpando, educando, consolando e apoiando, o que é precisamente o sustento necessário para as demais atividades do cotidiano.

6.2 O reencontro com as trabalhadoras

Para a avaliação dialógica da percepção pelas operárias dos efeitos sociais do trabalho, segundo as condições definidas e suas conseqüências mais sentidas, foi utilizada a discussão com os grupos focais (TRIVIÑOS 2001; BECK et al., 2002) valorizada tanto em si mesma quanto como técnica complementar. Essa discussão se fez em reuniões com pequenos grupos de informantes (seis a nove), com o objetivo de focalizar e aprofundar algumas questões. Utilizamos essa técnica para complementar informações obtidas, nas entrevistas focalizadas, sobre as peculiaridades do grupo no que concerne a crenças, atitudes e percepções (MINAYO, 1999). Fundamentais, nessa abordagem, é a exploração de um tópico e a captação das diferentes visões do grupo sobre o tema, bem como o seu comportamento frente ao tema (VICTORA et al., 2000).

As reuniões dos grupos focais foram em número de quatro, uma por grupo de entrevistadas de cada empresa, realizadas na Universidade de Santa Cruz do Sul, em local neutro, previamente alocado e dotado de equipamentos de gravação e de filmagem, nas datas de 11/06/05, 18/06/05, 02/07/05 e 29/07/05. Essas reuniões tiveram a duração de, aproximadamente, duas horas. A descrição do espaço físico e das etapas das reuniões consta do Anexo L. Não obstante contarmos com quarenta entrevistadas, dez por empresa, para compor os grupos focais, e ter sido disponibilizado transporte para o deslocamento das participantes, algumas entrevistadas não compareceram às reuniões, sem que, no entanto, fossem inviabilizadas as discussões por insuficiência de número. O guia de temas para a discussão nos grupos foi elaborado a partir das falas nas entrevistas (ANEXO C).

Durante o processo, foram detectadas algumas dificuldades relacionadas ao constrangimento e à dificuldade de fazê-las se expressarem, como decorrência de construções socioculturais que deixam as mulheres envolvidas pelo silêncio, situação que Perrot (2003, p. 13) define como “as sem-voz da História”. Assim, em alguns grupos, houve maior dificuldade em levá-las a expor suas opiniões durante as discussões, enquanto, em outros, o entusiasmo na exposição das idéias em alguns momentos gerou a sobreposição de falas. Nas discussões dos grupos focais, observou-se maior constrangimento das participantes na exposição das idéias do que

durante as entrevistas. Nessa perspectiva, enfocaremos, a seguir, alguns aspectos das falas coletivas das trabalhadoras, buscando dar-lhes voz quanto a suas histórias de múltiplos trabalhos.

Diferentes estudos têm focado as transformações ocorridas no contexto das novas tendências organizacionais do trabalho e do emprego, cujas conseqüências são diferenciadas para a mão-de-obra feminina e para a masculina. Embora os impactos da reestruturação produtiva sobre as condições de trabalho do sexo feminino sejam diferentes, estes não foram, ainda, suficientemente explorados. Isso se deve, em parte, aos estudos nas áreas econômicas, sociológicas e do direito, que, ao se referirem ao trabalho, consideram, fundamentalmente, o remunerado. No entanto, recentemente, também o trabalho não remunerado tem sido considerado, principalmente, quando se pretende analisar a atividade feminina, uma vez que a articulação entre a esfera laboral e a familiar é central nessa proposição. Segundo Aguirre (2003), esse campo tem produzido um avanço conceitual importante, para o qual confluem diferentes correntes teóricas, principalmente, quando se pretende a proposição de medidas conciliatórias entre trabalho e família, ou, mesmo, quando se pretende promover a equidade entre os gêneros e a redução das desigualdades sociais.

Como já foi referido anteriormente, é a partir da década de noventa que se observam, em relação ao trabalho feminino, diversas tendências que vêm evoluindo desde os anos setenta, tais como: o significativo e persistente ingresso das mulheres no mercado do trabalho, decorrente tanto da necessidade econômica quanto das oportunidades oferecidas pelo mercado; as modificações nos padrões culturais e no papel social da mulher, com seus efeitos sobre a identidade feminina, cada vez mais voltada ao trabalho produtivo. A crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho incidiu em mudanças sociais e também no perfil da mão-de-obra feminina, que são evidentes nas mulheres analisadas neste estudo, como o reduzido número de filhos, a idade das entrevistadas e o estado civil da maioria. Esse perfil é muito próximo dos resultados da pesquisa realizada em 1998 e referida por Bruschini e Lombardi (2002), em que a taxa de casadas e de mães era superior a 66% entre as mulheres de 30 a 39 anos. As mudanças no perfil etário e o considerável aumento de trabalhadoras casadas apontam que as responsabilidades familiares deixaram de ser

fator de impedimento ao ingresso feminino no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1998a). Ou, talvez, estariam sendo motivadas pela gradativa degradação dos salários e pela conseqüente e premente necessidade econômica do núcleo familiar.

Não obstante as transformações ocorridas permanecem algumas continuidades que interpõem obstáculos ao trabalho das mulheres, reduzindo sua dedicação profissional, atribuindo-lhes uma condição de trabalhadoras de segunda categoria, levando-as a ocupar uma posição inferior no mercado e em constante desvantagem. De fato, continuam sendo as maiores responsáveis pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados com os filhos e familiares, o que representa uma sobrecarga para as que também desenvolvem atividades econômicas. A permanência do trabalho doméstico como desvalorizado e desconsiderado, mesmo que imprescindível para a sobrevivência e o bem-estar de todas as pessoas (BRUSCHINI, 1998b), implica uma carga adicional para as trabalhadoras. O não-reconhecimento do trabalho doméstico é uma construção cultural, a partir da qual as entrevistadas se reconhecem não valorizadas pelo marido e pela família, “que valorizam mais a mulher que está trabalhando (profissionalmente) e que ajuda em casa”. No entanto, cabe acrescentar que as próprias mulheres desvalorizam, freqüentemente, o trabalho doméstico.

Assim, gênero e as hierarquias de gênero, moldadas, reproduzidas e reinterpretadas através do discurso, continuam sendo práticas de segregação das mulheres, decorrendo, daí, o interesse em observar a extensão das respostas das participantes e o modo como elas se articulam na organização do cotidiano. Nessa perspectiva, focalizamos a atividade discursiva e a forma como as trabalhadoras estruturam o espaço social de ação dos atores, convergindo a análise para o papel das atividades discursivas na constituição e sustentação das desigualdades nas relações de poder. Para tanto, buscamos evidenciar, através das falas das trabalhadoras, o quanto as construções sociais, que dão às relações desiguais a aparência de naturais e inevitáveis, afetam suas possibilidades de ação, suas condições sociais e econômicas.

A relevância da análise do discurso está na sua contribuição quando se pretende visibilizar os problemas sociais de poder e desigualdades, ou quando se busca redefinir suas fronteiras, ou, ainda, observar a organização da vida cotidiana de

um determinado grupo social. Utilizamos o discurso como fonte de dados sobre aspectos da vida das entrevistadas, na medida em que é uma forma de interação simbólica. Ademais, sendo a linguagem um meio não neutro, constitutivo dos processos cognitivos e das práticas sociais, recorre-se ao discurso para entender as falas coletivas através das quais as participantes expressaram o sentido e a sua experiência, além da possibilidade de transformar experiências subjetivas em intersubjetivas.

A partir da fala das participantes, emerge o trabalho produtivo como fundamental para o seu crescimento, perpassando a importância da condição de trabalhadoras, o que lhes dá um novo *status*, significando o reconhecimento de suas capacidades. Essa relação positiva é ressaltada por Arango (1998), ao entender que, para as trabalhadoras, o trabalho produtivo é fonte de sociabilidade, autonomia e reconhecimento social. Entendem as participantes que o convívio no trabalho amplia o modo de pensar, de agir e até de trabalhar, oferecendo novas perspectivas em relação à realidade, embora admitam que o trabalho profissional limita suas possibilidades de participação em outras esferas sociais, como afirmam: “Limita, só que é indispensável também, além de ser bom, a gente precisa sobreviver”. Outra questão interessante é que, não obstante a complexidade que representa administrar a sobrevivência da família com salários que elas reconhecem não atenderem às demandas familiares, é no trabalho remunerado, muitas vezes monótono e repetitivo, que se vêem como pessoas capacitadas e competentes. Trata-se aqui da concepção, socialmente construída, de que o trabalho remunerado, identificado com o sexo masculino, é valorizado.

A densificação do trabalho é uma realidade cada vez mais presente na vida cotidiana das mulheres, por serem distintas as condições e as possibilidades vividas pelas mulheres e pelos homens. Essa densificação é denunciada quando se referem ao aumento de suas responsabilidades nas atividades domésticas e nos cuidados com a família. Tais condições são agravadas pela presença de filhos pequenos, como refere uma participante: “Minha pior fase já passou, quando meus filhos eram pequenos”. Na discussão sobre o reduzido número de filhos, a fala de uma participante, que tem um filho, resume as experiências de maternidade e as formas como elas administram essas experiências, quando diz: “gosto de criança, só que a

gente não tem muito tempo para criar os filhos, assim, a gente trabalha o dia inteiro, aí sempre fica nas mãos dos outros, os outros criam, a gente não tem entrosamento com os filhos”. Ou, ainda, como concordam outras participantes: “É a partir do primeiro (filho) que a gente tira a conclusão, [...] quer trabalhar, mas [...] tem que levar para a creche, tem que combinar os horários, [...] acho que, baseada nisso, a gente vai pensando”. Essa situação tem, como agravante, a falta de creches, como denuncia outra participante: “quando eram bebês, choravam para ficar, a gente ia trabalhar [...] nunca tinha creche para eles”. Assim, entre as barreiras ao trabalho feminino, a maternidade é, sem dúvida, a maior quando os filhos são pequenos. Oberhauser et al. ([200-]) estimam que, ao longo da vida, as mulheres perdem onze anos de produtividade no trabalho assalariado, para o cuidado, especialmente, dos filhos, responsabilidades pelas quais não recebem nenhuma compensação, ao que acrescentaríamos que a maternidade não recebe nem mesmo proteção pública adequada, como indica a insuficiência de creches, que contribui para aumentar a carga de trabalho das trabalhadoras, cujos salários são insuficientes para cobrir os custos com formas de cuidado infantil remunerado.

Desse modo, mesmo ao estar a inserção feminina no trabalho produtivo respondendo, prioritariamente, a questões econômicas voltadas à sobrevivência da família, persiste o grande peso cultural do trabalho reprodutivo, pelo qual são as maiores ou únicas responsáveis, na medida em que avançaram muito pouco as modificações nas estruturas de poder da unidade familiar. Isso é demonstrado no discurso das participantes, que enfatizam as dificuldades de atender aos múltiplos trabalhos diários, tanto profissionais como domésticos, na medida em que pretendem, para o futuro, tranquilidade, que, na verdade, significa “ter mais tempo para a gente mesmo”. Ou, ainda, “organizar melhor o tempo, usar melhor, deixar de lado muitas tarefas”. Esses trabalhos que têm, por característica comum, serem imprescindíveis para a sobrevivência, além de conformados a um padrão predefinido, limitam as possibilidades de convívio, lazer e todas as maneiras de participação social significativas, de sorte que as trabalhadoras transferem suas expectativas de uma vida menos atribulada para depois da aposentadoria. Isso talvez seja a forma de conviver com essa seqüência de dias iguais que conforma suas vidas e que acaba por seqüestrar suas perspectivas de uma vida melhor.

São, também, recorrentes as manifestações das participantes, de todos os grupos, sobre as mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos, ressurgindo as dificuldades financeiras decorrentes do descompasso entre a gradativa redução dos salários e o aumento dos compromissos econômicos. Embora reconheçam a carga de trabalho que representam os afazeres domésticos e entendam que existem outros fatores que interferem em suas possibilidades de maior participação social, atribuem às condições financeiras a maior responsabilidade.

No que se refere às desvantagens femininas no ambiente doméstico, entendem as participantes que as condições vivenciadas por elas são muito melhores quando comparadas com as de suas mães, ou seja, as relações de gênero em suas famílias de origem eram de maior submissão das mulheres. Observam ainda que, nas novas gerações, a divisão do trabalho doméstico é mais equitativa. Apesar dessas constatações e por mais que observem as novas formas de divisão do trabalho doméstico das novas gerações, não consta de suas proposições uma maior participação do marido nessas tarefas, ao contrário, as proposições das participantes para reduzir suas responsabilidades por essas tarefas estão voltadas para a contratação de “faxineira”. Por outro lado, as manifestações das participantes denotam um ponto de vista particular sobre a realidade. Revelam que elas percebem, claramente, a assimetria das relações de poder no ambiente doméstico, que se evidencia em várias falas. Mas, quando exemplificam casos de submissão das mulheres, referem situações de pessoas próximas, apontando a importância do embate diário que empreendem por maiores oportunidades, referindo: “É que a mulher já não é tão dependente, então [...] a gente está indo à luta, [...] os homens percebem muito isso, então hoje dá para ver a diferença”. Perpassa, nessas falas, a representação dos papéis femininos e masculinos, arraigados nas mulheres.

Na atividade produtiva, suas maiores reclamações são dirigidas às diferenças salariais observadas entre homens e mulheres no trabalho, como referem: “A legislação prevê que, se nós trabalhamos todas na mesma função, nós temos que receber a mesma remuneração. Agora não está dentro da legislação que, se um homem trabalha como nós, [...] tenha que receber mais”. Embora a diferença salarial entre os sexos tenha diminuído, mais por conta da redução dos salários em geral, uma vez que, em 1992, os homens recebiam cinquenta por cento mais do que as

mulheres, e em 2002, essa diferença foi para trinta por cento (Zero Hora, 03/03/06), a mão-de-obra feminina vem se confrontando com a permanência de salários menores, corroborando, entre outros aspectos, a diferença histórica no tratamento entre os trabalhadores masculinos e femininos.

Outro aspecto ressaltado pelas trabalhadoras é a necessidade de participarem mais na sociedade, embora reconheçam suas dificuldades para que isso venha a se concretizar. No entanto, no entendimento das participantes do grupo dois, é necessário priorizar alguma coisa, ou, como se manifesta uma participante: “Tem que ter disposição para participar dessas assembléias, [...] vontade de ir ao local e falar, coisa que eu não (risos) [...] Participar essas coisas eu gosto, mas dar idéias não é comigo”. Ou, como concluem, “não precisa ter dinheiro, mas tu tens que ter vontade, tem que ter idéias”. Porém, ainda são escassas as evidências de progresso.

6.3 O cotidiano das mulheres trabalhadoras: construção dos sentidos

Mesmo diante dos importantes avanços que vêm ocorrendo no *status* da mulher, persistem as desvantagens femininas, o que requer focar o modo como as trabalhadoras percebem os papéis construídos socialmente e incorporados ao longo do tempo e que interferem em seus cotidianos. A continuidade dessas desvantagens dificulta a dedicação feminina ao trabalho produtivo, acabando por aprofundar as desigualdades de acesso aos recursos, como tempo, poder e renda. Pautada por contradições próprias da condição de gênero, se dá a construção, tanto das representações sociais quanto da identidade feminina. Contudo, é a partir da relação dialética entre as representações sociais e as ideologias que as trabalhadoras constroem suas identidades pessoais e sociais, decorrendo essa construção da relação entre a condição de indivíduo, inserido em instituições como a família e o mercado, e representantes do gênero feminino.

Portanto, é a partir das representações sociais, como modo de conhecimento elaborado e compartilhado pela sociedade, que objetiva, na prática, contribuir na construção de uma realidade compartilhada por um conjunto social (JODELET, 2001), que os indivíduos passam a orientar atitudes, aspirações e crenças. Na construção simbólica do feminino, enquanto ligado ao mundo doméstico e ao

cuidado dos filhos, delimita-se o espaço social da mulher, conferindo-lhe uma posição hierárquica inferior. Na perspectiva da representação dos papéis do masculino e do feminino, aos homens cabe o espaço produtivo, e às mulheres, o reprodutivo. Decorre daí que essa concepção de gênero socialmente construída antecede o ingresso da mulher no mercado de trabalho, operando na realidade do universo cotidiano das trabalhadoras. Em meio às inúmeras demandas pessoais e familiares elas são levadas a aceitar, tacitamente, essa condição, muitas vezes, sem perceberem ou, ainda, sem intenção aparente.

Na perspectiva do entendimento dessas questões, cabe considerar que, embora as representações sociais realizem uma transformação, tanto no sujeito quanto no objeto, num processo de mútua remodelação, o seu estudo remete a componentes afetivos, mentais e sociais, além de integrar, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que influenciam as representações e a realidade material e social sobre as quais incidem. Para Bauer & Gaskel (1999) *apud* GASKEL (2003), a tríade dialógica, ou seja, o conjunto de duas pessoas preocupadas com um objeto relacionado a um projeto e a uma dimensão do tempo, constitui o sistema social mínimo implicado na representação, sendo esse triângulo de mediação a unidade básica de comunicação na elaboração do sentido, que é sempre influenciado pelo outro, concreto ou imaginado.

O projeto que seria a construção da família pressupõe o envolvimento de dois indivíduos preocupados com o mesmo objeto e comprometidos com o mesmo objetivo. Isso não se efetiva na prática observada, uma vez que as responsabilidades cotidianas em relação à família, em sua maior parte, são assumidas pelas mulheres e são permanentemente marcadas pelos componentes afetivos, pois essas estão mais comprometidas com o bem-estar da família. Para Sen (2000), pela “importância que normalmente as mães dão ao bem-estar dos filhos e das oportunidades que [elas] têm [...] de influenciar as decisões familiares nessa direção”, as mulheres são as principais mediadoras das mudanças social e econômica (p. 227). Também Yunus (2000) ressalta que as mulheres estão mais voltadas à garantia do futuro dos filhos. Isso se deve, segundo Villasante (2002), ao fato de elas possuírem informações mais relevantes e mais próximas da vida cotidiana.

Tudo isso faz com que as mulheres sejam vistas, “tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudanças: promotoras dinâmicas das transformações sociais que podem alterar a vida” dos indivíduos em geral (SEN, 2000, p. 221). Ou seja, a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si, como uma grande influência para as mudanças sociais. Logo, ao oportunizar condições de vida mais favoráveis às mulheres, estará se promovendo o desenvolvimento das gerações futuras. Contraditoriamente, a restrição de oportunidades que caracteriza o cotidiano das trabalhadoras acaba por restringir condições de vida mais favoráveis.

Nessa perspectiva, a condição de trabalhadora, não obstante tratar-se de um meio para a independência econômica das mulheres, não se mostra suficiente para aumentar o escopo de sua participação e, tampouco, o alargamento das fronteiras impostas às suas vidas sociais. Com efeito, em suas falas, emerge a assunção de comportamento social e individual de obediência a modelos culturais interiorizados, muito embora na presença de conflitos (MINAYO, 2003). Embora seja no âmbito do espaço público, como lugar de alteridade, que se encontra o terreno sobre o qual representações possam ser cultivadas e estabelecidas, é também a alteridade a condição indispensável para o desenvolvimento. Entretanto, cabe referir o entendimento de Moscovici (2003), de que as representações sociais “podem responder a determinada necessidade; podem responder a um estado de desequilíbrio”; e podem, ainda, “favorecer a dominação impopular, [...] de uma parte da sociedade sobre a outra” (p. 54).

No entanto, as trabalhadoras não vivenciam essas desigualdades de forma passiva, pois, de diferentes maneiras, elas relatam os conflitos e os constrangimentos do dia-a-dia, quer os financeiros, quer os da dupla jornada de trabalho, quer os relacionados à falta de tempo para atender, adequadamente, aos filhos e às demandas do cotidiano, entre os quais tentam expandir o espaço pessoal e social. O aumento das responsabilidades assumidas e denunciadas pelas entrevistadas, em decorrência dos múltiplos trabalhos, denota a persistência das desigualdades e caracteriza suas posições sociais, afetando, ao mesmo tempo, diretamente, suas possibilidades de vida e de realização. Por outro lado, apontam, também, certa acomodação à condição de subalternidade que está fulcrada na

representação dos papéis femininos. Ou, talvez, a manutenção dessa condição esteja associada às restrições e sanções sociais e, diante da falta de alternativas, as trabalhadoras se adaptem e se acomodem “ao mal menor”.

Mesmo sendo a família o eixo da identidade social das mulheres trabalhadoras (ARANGO, 1998), ao longo de suas falas, o trabalho produtivo aparece como fonte de realização pessoal, de reconhecimento social de suas capacidades e de socialização, ou seja, há uma relação positiva que as liga ao trabalho fora do lar. O ingresso no mercado de trabalho coloca-as em outro patamar, pois passam a transitar no espaço valorizado do trabalho produtivo, reconhecido como de atribuição do homem em seu papel de provedor. O trânsito na esfera produtiva, de certa forma, alargou a influência social das mulheres, além de criar uma série de condições, como crescimento profissional e certa independência financeira, aspectos que, em suas falas, aparecem como positivos e que contribuem na redefinição de suas identidades sociais. De fato, é a partir do trabalho produtivo que adquirem a identidade social de trabalhadoras, conferindo-lhes tal condição acesso a outros ambientes mais valorizados, com o que também se sentem mais valorizadas, o que se expressa em vários momentos de suas falas. No âmbito do trabalho produtivo, as manifestações das trabalhadoras se concentram nos aspectos positivos de suas identidades sociais.

Por outro lado, nas suas falas, evidenciam uma auto-apresentação negativa quanto aos seus níveis educacionais, focalizando a educação formal como característica positiva para ingresso e ascensão no trabalho produtivo. De certa forma, elas reproduzem o discurso prevalente nos meios empresariais, decorrente das demandas da Qualidade Total, mesmo que essas qualificações já não signifiquem a permanência nesses ambientes.

Embora a reprodução social signifique o suporte e a sustentação necessários para a produção social, é uma atividade desvalorizada e banalizada, espaço próprio do sexo feminino como reprodutor do tecido social e, como trabalho doméstico ou reprodutivo, geralmente é subvalorizado e mal pago. São inúmeros os fatores que conspiram para isso, entre os quais as assimetrias de poder que se estabelecem no núcleo familiar e que se observam, principalmente, na ausência de partilhamento

das atribuições domésticas. Nesse aspecto, os discursos das trabalhadoras apresentavam semelhanças, confirmando a assertiva de Gaskell (2003), de que, não obstante apresentarem as experiências a aparência de individuais e únicas, em alguma medida, elas são representações resultantes de processos sociais, sendo, em parte, compartilhadas como representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico.

Um aspecto que expressa a carência de poder feminino no interior da família, evidencia-se pelo espaço restrito e assimétrico das manifestações discursivas. Nesse contexto social, reforçam-se as barreiras de avanço da mulher ao discurso público pelo processo sistemático de desvalorização das opiniões e decisões no interior da família, como foi evidenciado na fala das trabalhadoras. De fato, como refere Coelho (2004), a comunicação constitui um espaço privilegiado de controle das possibilidades de ação do outro. Esse processo pode ocorrer por ações diretas (dar ordens, conselhos, avisos) ou através da persuasão, manipulação e controle do acesso aos eventos discursivos. Ao agir sobre as possibilidades de ação do outro, por intermédio do controle do conhecimento que esse tem a sua disposição para formar opiniões, ou mesmo, atitudes, dá-se o fortalecimento da subordinação, da insegurança e da limitação da ação discursiva. Pela recorrência desse processo, observou-se a limitação discursiva das trabalhadoras nas reuniões dos grupos focais que, não obstante a presença de outros fatores, levaram à não-assertividade.

Contudo, as relações de poder não são exclusivas dos ambientes domésticos. Nos ambientes produtivos, essas relações também são vividas e pensadas como feminino e masculino, implicando, além das diferenças, assimetrias e hierarquias expressas nas relações de poder. Essas relações não foram denunciadas pelas trabalhadoras ao longo de suas falas, no entanto a conduta evasiva nas discussões dos grupos focais aponta os constrangimentos e os cuidados nas falas, gerados pela presença de colegas de trabalho, além do escamoteamento das informações sobre as políticas implementadas nos locais de trabalho, as quais discriminam e hierarquizam as mulheres em situação de desigualdades, resultando em dominação e subordinação relacionadas com o poder. De certa forma, embora se sintam valorizadas pelo ingresso na esfera produtiva, nesse espaço, também há uma certa limitação de acesso aos eventos discursivos.

É bem verdade que essas trabalhadoras, como mulheres, ascenderam a condições em que houve um deslocamento das fronteiras entre o masculino e feminino na divisão sexual do trabalho, que se expressa mais na esfera pública do que na doméstica. Isso se evidencia quando falam das relações existentes entre seus pais, que eram marcadas por acentuada dominação e que, portanto, são os parâmetros que elas utilizam na avaliação de suas relações familiares. Isso significa que as representações sociais, como conhecimentos espontâneos decorrentes das experiências, do senso comum e da comunicação, são construídas a partir da (inserção) inscrição social dos indivíduos, dos grupos e dos sujeitos sociais, como também do modo como a sociedade se revela e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Assim, ao analisar-se a condição mulher/operária, pode-se inferir que a construção da realidade das trabalhadoras se dá sobre estruturas precárias de oportunidades e de escolhas. Dessa forma, embora cientes de suas limitadas condições, as trabalhadoras visam a proporcionar melhores condições de vida aos filhos e mantêm a expectativa de dias mais tranquilos após a aposentadoria, significando que não vislumbram alternativas de ultrapassar a precariedade econômica e social em que vivem. Evidencia-se, pois, nesse processo, segundo Arruda (2002), que o sujeito amplia sua categorização, acomodando-se o objeto ao repertório do sujeito, repertório composto de suas experiências, do senso comum e da comunicação, que, por sua vez, também se modifica (p. 137).

No entanto, para Minayo (2003), as representações sociais manifestas através das “palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam”, possuem núcleos positivos de transformação e resistência na forma de conceber a realidade. No que se refere às possibilidades de transformações, as trabalhadoras, embora entendam que a luta diária é um fator que pode promover mudanças nas relações de gênero que favoreçam maior liberdade, transferem aos filhos a perspectiva de condições mais favoráveis. Desse modo, atribuem à independência econômica suas possibilidades de autonomia, estando a aquisição da casa própria como uma das conquistas mais significativas.

Uma característica comum aos estudos de gênero tem sido a pouca atenção dada à relação trabalho e sociabilidade feminina, pois, como afirma Arango (1998), a construção das trajetórias sociais e laborais das mulheres operárias não tem sido

uma temática muito explorada nos estudos latino-americanos sobre o trabalho da mulher. As investigações têm privilegiado a discussão, tanto das mudanças da situação das mulheres a partir de suas experiências laborais, quanto das modificações de sua identidade, ou, mesmo, em relação ao modo de transposição e de reprodução dos papéis tradicionais. Analisam, também, em que medida se mantém a sua subordinação ou se abrem perspectivas de emancipação (REYGADAS, 1998). Estas são questões que perpassam quando se observa o discurso das trabalhadoras, apontando que houve mudanças a partir da inclusão feminina no âmbito produtivo, pela ampliação de suas identidades sociais. Essas transformações vieram, no entanto, acompanhadas de mudanças muito tímidas no âmbito privado. De certa forma, suas falas evidenciam a permanência da submissão, tanto em relação aos encargos domésticos quanto ao predomínio da opinião e vontade do marido no que concerne às atividades de lazer ou sociais. Portanto, as trabalhadoras se reconhecem nos papéis tradicionais construídos socialmente, os quais são reproduzidos pela manutenção da submissão na esfera privada.

Trata-se, pois, como afirmam Rizeck e Leite (1998, p. 81), "de perceber que há uma simultaneidade e interação entre o lugar do feminino e do trabalho, tanto nas representações sobre as mulheres, como nas representações e construções simbólicas das mulheres". Do mesmo modo que os resultados da pesquisa realizada pelos mesmos autores, observou-se a clareza das trabalhadoras sobre suas remotas possibilidades de ascensão e seus limites no interior da produção, embora manifestassem inconformidade pelas desvantagens salariais que marcam suas inserções. Ou seja, elas reconhecem que o ingresso feminino no setor produtivo se restringe a atividades de menor *status* e com menor remuneração.

Dessa forma, são inúmeros os fatores que contribuem para a debilidade da participação das mulheres, inclusive as próprias mulheres, na medida em que é através da dimensão simbólica das representações sociais de gênero que elas agem no cotidiano. No caso das trabalhadoras, observamos que, além do baixo associativismo, suas redes de sociabilidade se constituem, essencialmente, por laços primários, estabelecidos com familiares e parentes, em sua grande maioria. No contexto fortemente marcado pela vulnerabilidade, decorrente da perda de *status* social e de precariedade econômica, resultante da degradação da condição salarial,

é que a família se torna uma estrutura relacional, cuja consistência depende da qualidade das relações entre seus membros, cabendo-lhe a gestão do capital relacional.

Nessa perspectiva, concordamos com Reygadas (1998), que tem enfatizado a eficácia transformadora da ação dos sujeitos e das mudanças nas relações de gênero. Não ignora, entretanto, que essa eficácia é constrangida por estruturas de dominação poderosas, que as resistências culturais às mudanças são enormes e que são diversos e poderosos os mecanismos conscientes e inconscientes que reproduzem as iniquidades entre os sexos. Tampouco ignora que os muitos aspectos dos novos sistemas de organização do trabalho têm efeitos ambíguos, contraditórios e negativos sobre as relações de gênero.

6.4 Reinterpretando o cotidiano das trabalhadoras e suas perspectivas

Em consequência das sucessivas crises do final do século e do aumento da produtividade, o mundo do trabalho tem evidenciado uma diversidade de situações laborais atípicas, além de elevado nível de desemprego. A nova estrutura ocupacional, além de requerer uma força de trabalho mais qualificada, combinou-se com antigas desigualdades, reforçando a distinção de oportunidades ocupacionais entre a mão-de-obra masculina e a feminina. Embora essas distinções tenham ocorrido em diversos mercados de trabalho, Becker e Pohl (2003), em estudo enfocando o período de 1990 a 2000, observaram que, quanto ao modo de ocupação da mão-de-obra industrial do município, destacam-se duas tendências: a redução da participação da mão-de-obra feminina, principalmente, no setor fumageiro, e o aumento da escolaridade dos trabalhadores, principalmente, do sexo masculino. A primeira propensão se evidencia na medida em que, ao longo de todo o período, o sexo masculino ocupou o maior número de postos de trabalho da indústria em geral. Em contraste, as mulheres ocuparam, predominantemente, os postos de trabalho temporários, como também foram as mais atingidas nas exclusões. Isso leva à proposição de que os traços adscritos funcionaram como critérios, tanto na ocupação dos postos de trabalho como nas exclusões.

Por outro lado, pode-se supor que os traços adquiridos também funcionaram como excludentes, na medida em que houve redução dos trabalhadores com a 4^a série do ensino fundamental, o que pode estar relacionado com a redução dos trabalhadores temporários do setor fumageiro. Entretanto, não se pode afirmar que os trabalhadores com maior escolaridade tenham sobrevivido nos ambientes produtivos, ao contrário da questão do gênero, que emerge, inequivocamente, como fator de exclusão e como condição de acesso aos postos de trabalho temporários do setor industrial. Além disso, observa-se um reduzido número de trabalhadoras que ocupam postos de trabalho efetivos, principalmente, no setor fumageiro (BECKER e POHL, 2003).

Essa é a configuração da ocupação da mão-de-obra fabril local, com propensão acentuada de encolhimento das oportunidades ocupacionais e a conseqüente precarização da vida dos trabalhadores. A tendência de redução dos postos de trabalho torna o emprego formal e não-temporário objeto de disputa, em que as trabalhadoras querem ingressar e se manter. Nessa perspectiva, o cotidiano das trabalhadoras é marcado por oportunidades desiguais, obrigando-as a competir, ao contrário das empresas, que, através da cooperação e da constituição de alianças corporativas estratégicas, atuam em rede. As desigualdades do mundo do trabalho configuram as assimetrias de gênero, apontando os novos modos da organização produtiva para a segmentação, tanto horizontal como vertical, de gênero, com novas formas de divisão de sexo no trabalho, aumentando a exclusão das mulheres.

Não obstante ter-se observado a criação de novas oportunidades de inserção para a mulher, pelo crescimento dos modernos setores da economia brasileira, no cenário local, no que tange ao setor industrial, verifica-se o contrário, ou seja, a redução das oportunidades ocupacionais femininas. Já as mudanças demográficas e geracionais, que vieram conjugadas ao crescimento da inserção feminina, estão presentes no perfil da mão-de-obra industrial do município. Como se observa, o perfil das mulheres inseridas no mercado de trabalho vem se modificando nas últimas décadas, sem, no entanto, mudar, ou mudando muito pouco, sua condição desigual, tanto na esfera pública quanto na privada. Por conseguinte, continuam existindo formas importantes de desigualdades, que são mantidas por meio de valores, crenças e normas socialmente construídas, que buscam, em última instância, a

extensão e a manutenção do lugar subordinado da mulher. Desse modo, há muito que avançar e planejar para superar a tradicional divisão sexual do trabalho, notadamente doméstico, cujas transformações são extremamente lentas. Principalmente considerando-se as pesquisas internacionais de Hirata (2002) (realizadas no Brasil, Japão, França), que demonstram a existência de uma correspondência entre a hierarquia na família, na profissão e na sociedade.

Isso se evidencia na forma de inserção das mulheres, como afirma Galeazzi (2003, p. 62): “às mulheres cabem ocupações de mais baixo *status*, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional”. Seguindo essa mesma tendência, também no município, a mão-de-obra feminina se concentra em trabalhos intensivos, que requerem baixa qualificação e com grande ênfase nos trabalhos temporários. Embora sejam os contratos temporários uma prática que vem ocorrendo, historicamente, de forma mais intensiva no setor fumageiro, no qual, em 2000, correspondeu a 56% de seus postos de trabalho, o setor não é o único com esse tipo de contrato, pois esses também são utilizados por algumas indústrias que constituem o cenário deste estudo. Logo, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho industrial se dá com nítidas desvantagens.

No entanto, cabe considerar que, entre as conseqüências da reestruturação produtiva e as transformações do trabalho decorrentes desse processo, está a persistente redução dos salários, que atingiu os trabalhadores em geral. Os efeitos dessa perda salarial têm obrigado as mulheres casadas e com filhos menores a ingressar no mercado para complementar a renda familiar, sem, no entanto, melhorar muito, como no caso analisado, as condições econômicas da unidade doméstica. Essas dificuldades são expressas pelas participantes, quando referem os problemas financeiros e os baixos salários, questões transversais que ressurgem em vários momentos da discussão, quer na educação dos filhos, quer no atendimento das despesas domésticas, ou, mesmo, nas necessidades de alimentação e vestuário e, fundamentalmente, nas atividades de lazer e de participação social.

Embora as expectativas das trabalhadoras estejam voltadas para a redução das desvantagens pessoais e profissionais, as representações contidas nos discursos reforçam as condições de dependência, as quais, por sua vez, aprofundam as

desigualdades, dando-lhes a conotação de inevitáveis e normais. Decorre daí que o discurso das trabalhadoras evidencia uma rede intrincada de significados, mediada por situações de ajuste (por elas designadas de adaptações) e de sucessivas reconstruções dos papéis de gênero (por elas denominadas acomodação), numa trama em que estão presentes as relações de poder, de submissão e de hierarquias. Para Arango (1998), apoiado nas observações de vários pesquisadores, a adaptação e a acomodação das mulheres operárias ocorrem pela ausência de outras opções ou, como refere, como um “mal menor” (p. 181). Cabe questionar o que significaria “o mal menor”. Diria respeito à idéia de que afastar-se da esfera produtiva e, assim, reduzir o orçamento doméstico e não atender às demandas da família seria um mal maior? Ou remeteria a idéia de abandonar o espaço público valorizado pelo *status* de trabalhadora, seria pior? Ou, ainda, significaria que perder os poucos momentos de convívio e solidariedade que reconhecem encontrar na esfera produtiva, seria algo muito desagradável para elas? Para tanto, as trabalhadoras buscam, no contínuo processo de reformulações permeado pelas representações do cotidiano, difundidas pelas instituições (como, por exemplo, a família), num processo de mútua influência, os espaços possíveis para permanecerem na esfera produtiva. Nessa perspectiva, tornam-se as trabalhadoras receptoras e, simultaneamente, reprodutoras de valores sociais e de representações culturais.

Nas falas das trabalhadoras, evidenciam-se as contradições e os conflitos que se estabelecem entre a conquista que representa o ingresso no trabalho produtivo como reconhecimento social de suas competências e uma representação feminina construída ao longo da história. Pode-se afirmar que elas estão no presente, quando buscam, no mercado, as condições e os recursos para a sobrevivência e, de certa forma, no passado, na medida em que internalizaram a noção tipicamente feminina, que, segundo Cortazzo (2001), é um peso cultural muito grande, que determina e configura a aptidão das mulheres como adequadas a determinadas tarefas. De um lado, constitui-se o trabalho profissional no espaço de socialização, onde, através dos relacionamentos interpessoais estabelecidos na atividade laboral, possibilita a satisfação de uma necessidade básica: o desejo de reconhecimento. Nessa perspectiva, o trabalho, além de prover a renda, é uma fonte de auto-estima e de dignidade. De outro, subordinadas às estratégias familiares e presas às redes que conformam o seu cotidiano de múltiplas atribuições, as mulheres permanecem

subordinadas e obscurecidas, em grande medida, por suas próprias ações, ao assumirem a condição feminina de responsáveis pelas demandas do cotidiano doméstico e familiar. Não se pretende, aqui, culpabilizar as vítimas, pois cabe ressaltar que muitas das ações femininas são decorrentes não só das limitadas opções e das dificuldades de acesso aos recursos, como também das sanções sociais que pontuam suas atividades.

Ao considerar as dimensões sociais importantes para o desenvolvimento e, mais recentemente, até mesmo como requisito para a inclusão no mercado de trabalho, percebe-se que a limitação das oportunidades reduz a capacidade de desenvolvimento das trabalhadoras. De fato, como afirma Therborn (2001), as oportunidades de vida ou as capacidades são resultantes da soma dos recursos e ambientes, sendo ambos concernentes à capacidade de realizações e feitos. No entanto, muito mais que os recursos, cuja distribuição pode ser individual, os ambientes proporcionam a presença ou a ausência de acesso e de possibilidades de escolha. Assim, ao reconhecer a importância dos ambientes, ou seja, do capital social somado aos recursos constituídos pelo capital físico e humano como potencializadores das oportunidades de vida, estamos diante da complexidade que representa o cotidiano das trabalhadoras. Subjugadas pelo trabalho diário, que lhes dificulta qualquer forma de participação mais significativa, estão, na verdade, isoladas socialmente.

Pode-se dizer que Os argumentos de Therborn (2001) remetem ao contexto em que transitam as trabalhadoras, na medida em que destacam a importância de os ambientes propiciarem a presença ou a ausência de contextos que possibilitam, ou não, o acesso a determinadas liberdades. Isso significa que, não obstante a presença de perspectivas importantes para a emancipação econômica dessas mulheres, como o acesso ao trabalho remunerado, que significa o acesso a contextos nos quais os recursos podem ser utilizados, elas permanecem empobrecidas em sua participação social. Diante dessa realidade, cabe questionar: por que persistem como exclusivas no cotidiano feminino as responsabilidades domésticas e familiares? Quais os aspectos que sustentam essa condição feminina de ter de trabalhar para ganhar a vida e, ao mesmo tempo, ter de assumir a realização dos afazeres domésticos? Essas questões podem estar relacionadas à

afirmativa de Van Dijk (2002), para quem a relação entre poder e as ideologias, além de organizar as relações sociais, pode funcionar para legitimar tanto o abuso de poder e a desigualdade quanto a resistência às mudanças e, como tal, mostra-se estreitamente articulada com as representações sociais.

Constrangidas em suas possibilidades de ampliar as redes de sociabilidade, que, para a grande maioria, está restrita à família e a parentes, limitam-se, também, as oportunidades e as reais possibilidades de desenvolvimento. Isso significa que não é suficiente ter acesso aos recursos, mas tê-lo, também, aos contextos nos quais os recursos podem ser utilizados. Nessa perspectiva, cabe não subestimar as dificuldades de acessar as estruturas nas quais as desigualdades se reproduzem e nas quais a distribuição das oportunidades não é eqüitativa. Para Guzman (2002), só poderão ampliar as margens de liberdade e criatividade pessoal, que estão desigualmente distribuídas, aqueles que, para o acesso, contam com recursos institucionais que atenuem os efeitos das diferenças de poder e das desvantagens no acesso aos recursos que existem entre homens e mulheres. Portanto, torna-se necessário reavaliar os atuais arranjos do trabalho, principalmente, sob condições de alto desemprego.

As desvantagens femininas decorrem de uma combinação de processos mutuamente reforçados, entre os quais, a dupla jornada de trabalho, a segregação do mercado, a falta de suporte dos poderes constituídos e as representações socialmente construídas. Discutir a dupla inserção é o ponto de partida para o questionamento sobre a reduzida participação social das mulheres. O trabalho na condição binária profissional/doméstico levou-as a uma dupla jornada de trabalho, a partir da qual se defrontam com a contínua necessidade de arranjos entre as características pessoais e acordos domésticos (LISBOA, 2004). No entanto, essas negociações são conflituosas no interior da família, como evidenciam os resultados das questões fechadas, que apontam que as mulheres ainda encontram resistência quando precisam se ausentar por motivos de trabalho, ou quando discordam de alguma decisão ou opinião do marido. Tal situação indica a presença da cultura do patriarcalismo, evidenciada e identificada em diferentes situações, já que se constituiu senso comum, levando à aceitação das desigualdades no ambiente doméstico, subalternidade que as acompanha em outras esferas sociais.

As representações do feminino, presentes nas falas das trabalhadoras, evidenciam construções discursivas, que, além de consolidarem as diferenças, revelam a hierarquia presente na dinâmica das relações sociais de sexo. Na verdade, as trabalhadoras organizam suas vidas mais voltadas ao papel a elas destinado pela sociedade (mães, donas de casa, responsáveis pelas demandas domésticas), ampliando, com isso, suas responsabilidades no espaço privado. Elas não questionam essa condição por receio de serem privadas do ingresso no mercado: esse é o maior cuidado dessas mulheres. Ou, dito de outra forma, elas se reconhecem como as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo, para garantir a continuidade de sua atuação profissional, por considerá-la mais qualificada, mais valorizada e mais reconhecida socialmente. É necessário considerar que a evolução do trabalho produtivo e a constituição do trabalho reprodutivo são processos que concorrem para a autonomia do indivíduo e para a reprodução social. Assim, reciprocamente influenciados, regem os modos de inserção de homens e mulheres em cada uma dessas esferas. Decorre daí que, ao assumirem os papéis construídos socialmente, esses acabam por definir a inserção feminina no trabalho profissional, como também as atribuições, tanto no trabalho doméstico quanto no cuidado com os filhos, tornando-se determinantes em suas vidas.

Quanto à segregação do mercado, as limitações de participação, de mobilidade ocupacional e de remuneração são circunstâncias que levaram Posthuma (1998) a afirmar que o ingresso feminino na atividade econômica é uma inserção excluída. Para a autora, embora o desemprego aberto seja a forma mais facilmente identificável de exclusão em relação ao mercado de trabalho, também são modos de exclusão a inserção precária e a ausência de oportunidades de desenvolvimento de novas habilidades (POSTHUMA, 1998, p. 25), comumente presentes no trabalho feminino. Esse quadro leva a considerar a tese defendida por Castels (1991), *apud* Keil (2001, p. 222), sobre as formas de coesão social. No modelo proposto pelo autor, as trabalhadoras estariam situadas na zona de vulnerabilidade que está diretamente associada à precariedade do trabalho e à fragilidade relacional.

No que concerne à falta de suporte dos poderes constituídos, observa-se a ausência de compromissos políticos que busquem reduzir e, até mesmo, eliminar as

desigualdades entre os sexos. Essa situação se configura na denúncia de Barsted (2004) quanto à omissão do Estado frente ao desrespeito dos direitos das mulheres. Além de o Estado mostrar-se omissos quanto aos direitos das mulheres, contraditoriamente, deixa recair um peso cada vez maior sobre os trabalhadores em geral e nas mulheres em particular, com o recuo de suas próprias funções e responsabilidades. Como exemplo se pode citar as questões das creches insuficientes, o que acaba por onerar a mulher trabalhadora. Com efeito, como afirma Barsted (2004), apoiada no relatório PNUD/ONU de 1995, “independente da renda de uns pais a igualdade entre os sexos pode ser promovida, bastando para isso um firme compromisso político” (p. 2). No entanto, como refere Rodriguez (2004), a preferência pela mão-de-obra feminina disponível é um fator de atração de investimentos de capitais nos países periféricos, que se dá não só em razão do menor custo da mão-de-obra feminina nesses países, mas também pela segregação de gênero presente nos países não industrializados. Isso significa que o cotidiano de desigualdade de gênero vivenciada pelas mulheres vem gerando lucro e, como tal, auxiliando a consolidar e ampliar tais processos (RODRIGUEZ, 2004). Desse modo, confronta as propostas de equidade de gênero dos organismos internacionais, que consideram as ações de redução das desigualdades fundamentais para o desenvolvimento social.

Por último, não há como desconhecer as restrições que muitas mulheres enfrentam em razão de suas atribuições reprodutivas. Embora as trabalhadoras tenham referido a participação de outros membros da família nas atribuições domésticas e familiares, os rearranjos no partilhamento das responsabilidades são, ainda, desproporcionais, na medida em que cabe a elas a maior parte das atividades e obrigações como denunciam. Entendem alguns autores (SEN, 2000; GUZMAN, 2002) que a participação econômica das mulheres amplia o poder feminino de negociação no casal, quanto à tomada de decisões, controle do orçamento e redistribuição das tarefas domésticas e, mesmo reconhecendo que há uma ampliação na fronteira das relações de gênero propiciadas pelo trabalho produtivo, observaram-se, na pesquisa, como já referido, alguns aspectos positivos, como o que ocorre na administração e controle do orçamento que é feito em parceria, enquanto, em outros, não houve alteração, como nas tomadas de decisão, em que há nítida hierarquia das opiniões masculinas.

Some-se a isso a naturalização do papel de mãe, que atribui às mulheres, quase que exclusivamente, o cuidado dos filhos, o que, na presença de filhos menores, representa uma carga considerável. De fato, existe uma associação naturalizada, que está interiorizada entre trabalhadores e trabalhadoras, entre o papel das mulheres e suas responsabilidades no cuidado dos filhos e que é aceita pelas mulheres. Conseqüentemente, a dificuldade de conciliar os papéis de mãe e trabalhadora leva-as a renunciar à maternidade como forma de manter-se no mercado de trabalho. Essa alternativa parece mais uma expressão da dificuldade de encontrar uma opção mais justa de partilhamento das tarefas reprodutivas, que seja mais justa para as mulheres. Embora Arango (1998) entenda o contexto familiar como um espaço em que se produz algum tipo de negociação entre seus membros, persiste a idéia de que as trajetórias de trabalho e de vida das trabalhadoras estão fortemente determinadas pelas estratégias de sobrevivência de suas famílias, condição na qual o papel e as possibilidades das mulheres aparecem como necessariamente subordinados.

Decorre daí, portanto, as manifestações das participantes quanto à dificuldade de conciliar as vivências da maternidade e do trabalho, na medida em que, a partir do primeiro filho, optam por renunciar à maternidade como forma de reduzir suas responsabilidades. Ou seja, elas buscam, a partir da constituição de famílias menores, reduzirem suas tarefas cotidianas. As dificuldades encontradas pelas trabalhadoras têm diferentes origens: ausência de creches e de condições adequadas para o cuidado dos filhos, pouca disponibilidade de tempo na atenção aos filhos, dificuldades financeiras decorrentes de salários que não condizem com o orçamento, ou, mesmo, no atendimento de suas demandas familiares. Para Soares (1998), renunciar à maternidade como forma de permanecer no mercado de trabalho assemelha-se mais a uma forma de expressar a dificuldade de opções no partilhamento das tarefas reprodutivas que sobrecarreguem as mulheres.

Analisar as desigualdades de gênero através da “quantificação” do uso do tempo foi a proposição de Aguirre (2003), que, em pesquisa realizada, constatou que a distribuição do tempo dedicado ao trabalho não remunerado é inversamente proporcional entre homens e mulheres, como já referido neste trabalho. Ao

considerar o tempo dedicado ao trabalho remunerado e não remunerado como 100%, as mulheres dedicam 67% do tempo ao trabalho não remunerado, enquanto os homens, 31%. Isso significa que, se um homem e uma mulher tiverem um mesmo regime de trabalho remunerado (por exemplo, de quarenta horas), a mulher trabalhará 81 horas em trabalho não remunerado, enquanto o homem, dezoito horas. Na verdade, essa desproporção funda-se nos papéis tradicionais assumidos por homens e mulheres, que relegam a mulher à esfera reprodutiva, ainda prevalecente, e tem várias conseqüências, entre as quais, o acesso diferenciado entre homens e mulheres aos recursos como tempo, poder e renda.

Não há como desconhecer que a participação econômica das mulheres exerce uma grande influência nas mudanças sociais, na medida em que as oportunidades profissionais são relevantes no desenvolvimento das capacidades humanas e sociais das mulheres e, por conseqüência, dos indivíduos em geral. Acrescente-se que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e o conseqüente trânsito por espaços com diferentes lógicas favorecem percepções de si como pessoas que conduzem suas vidas com responsabilidade e coerência. Nessa perspectiva, a crescente e persistente incorporação das mulheres no trabalho produtivo amplia as condições de acesso a novos recursos e cotas de poder, permitindo a construção de novos marcos interpretativos da realidade. Essas transformações são de suma importância na cotidianidade, pela possibilidade de promover a fragilização de velhas convenções institucionais, de contribuir na ampliação das fronteiras da liberdade e, simultaneamente, de reduzir os graus de submissão das mulheres. No entanto, a ampliação, seja da liberdade, seja da autonomia, está distribuída de forma desigual, tanto intergrupos quanto intragrupos de sexo. Isso significa que a maioria das mulheres continua restrita em suas possibilidades de desenvolvimento enquanto submetida à ideologia patriarcal.

Como se observa, as trabalhadoras estão presas a uma seqüência de tarefas, responsabilidades e obrigações que conformam o seu cotidiano, limitando suas vidas aos múltiplos trabalhos. Essa questão é tão crucial, que as mulheres recorreram ao único recurso disponível, que é a redução do número de filhos. A falta de espaço pessoal e social, que as trabalhadoras atribuem à carência de tempo, é denunciada por elas, ao referirem quão restritas são as suas vidas sociais. Tal

situação corrobora os resultados obtidos nas questões fechadas, que apontam o baixo associativismo das trabalhadoras, os reduzidos espaços sociais em que circulam, além do centramento de suas relações sociais na família, nos parentes e nos colegas de trabalho. Diante dessas questões, cabe questionar em que medida o ingresso feminino no mercado de trabalho representou, de fato, uma mudança no sentido de sua independência, ou, mesmo, de situações mais igualitárias. Ou, como apontam os resultados da pesquisa de Blomqvist (2004), na medida em que emergem novas possibilidades para a mobilidade e independência das mulheres, elas também estão sujeitas a novas formas de exploração, dependência e estigmatização.

Cabe destacar que, em grande medida, parte das discriminações e violências que acometem as mulheres é encorajada pela indiferença social diante dessas atitudes, somadas, muitas vezes, à omissão do Estado quanto aos direitos femininos, mesmo que se observem alguns avanços implementados por ação do governo. Nessa perspectiva, a exemplo de algumas organizações não-governamentais e de movimentos das mulheres, que, em suas ações propositivas, visibilizaram, estatisticamente, essas questões, cabe "romper com a indiferença e a cumplicidade social que propiciam a naturalização das desigualdades e a permanência de práticas e os valores discriminatórios" (BARSTED, 2004, p. 4). Principalmente porque, como afirma Rowbotham (1998), *apud* Sorj e Goldenberg (1998), gênero é um conceito em constante processo de redefinição e "moldado pelos indivíduos em situações históricas particulares em que se encontram" (s.p.). Assim, na medida em que gênero é produto histórico e sujeito às mudanças históricas, é necessário que essas mudanças se tornem conscientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da condução deste estudo, algumas ponderações, embasadas em dados empíricos e amparadas teoricamente, permitiram construir argumentos de suporte à proposição de que a passagem das mulheres, sujeitos desta pesquisa, da lógica da reprodução social para a lógica da reprodução do capital ampliou suas relações sociais na esfera produtiva, sem, no entanto, ampliar a sua sociabilidade. Entre os fatores que contribuem para essa condição estão as questões de gênero e as assimetrias de poder que aprofundam as desigualdades, bem como as construções simbólicas e as representações sociais das próprias trabalhadoras, acrescidas das transformações do processo produtivo com a conseqüente restrição de oportunidades ocupacionais.

As mudanças advindas dos processos de transformação tecnológicos e econômicos ocorridos no nível mundial, bem como o aumento da concorrência internacional, somadas ao crescimento e desenvolvimento da tecnologia concorrencial, têm desmontado vários setores industriais. Em decorrência desse processo, esse setor tem evidenciado uma progressiva redução do emprego, além de mudanças na forma de uso e gerenciamento do trabalho industrial, as quais, junto ao novo papel do Estado, têm fragilizado a força de trabalho em geral. Além da instabilidade das condições de trabalho e da precarização desse, a desresponsabilização do Estado para com a renda dos trabalhadores vem modificando a estrutura social e impactando a distribuição de renda e do emprego.

Também no município observou-se que o período de 1990 a 2000 foi marcado por intensa redução da oferta de empregos fabris, decorrente das incorporações e fusões das indústrias multinacionais e de importantes transformações nos processos produtivos dos vários setores industriais, tais como a terceirização e as cadeias de subcontratação, redundando em alta produtividade do capital, ampliação da competitividade internacional, sensível aumento da produtividade e a diminuição dos empregos industriais. Essa realidade vem incidindo sobre os trabalhadores em geral,

afetando homens e mulheres, mas com diferenças possíveis de serem detectadas no que se refere à situação econômica e social, apontando que as transformações da esfera produtiva combinaram-se com antigas desigualdades de diferenciação das oportunidades entre os sexos.

Inseridas nesse cenário, as quatro empresas em que estavam alocadas as trabalhadoras selecionadas para o estudo mantêm, para o atendimento dos trabalhadores, convênios para a gestão da saúde, programas de incentivo à educação formal e outros voltados a aspectos comportamentais. Os benefícios são muito semelhantes entre as quatro empresas, sendo muitos deles os regidos por lei ou acordados com os sindicatos. No que concerne à saúde do trabalhador, são oferecidos os planos de saúde, atendimento ambulatorial na empresa, atendimento odontológico e auxílio-farmácia.

Na medida em que essas empresas estão diante da necessidade de qualificar a mão-de-obra para atender às exigências dos novos modos de organização da produção, que tornam fundamentais os investimentos em programas e projetos de desenvolvimento dos trabalhadores, como requerem as certificações da ISO, elas vêm investindo na formação educacional e na busca de qualificação da mão-de-obra. Para tanto, desenvolvem programas de incentivo à educação, estimulando cursos supletivos (Ensinos Fundamental e Médio), de graduação, de pós-graduação e de idiomas, enfatizando a necessidade dos operários concluírem o Ensino Fundamental, utilizando, para tanto, diferentes mecanismos, como, por exemplo, as avaliações de desempenho.

Trata-se, pois, da busca de um novo perfil da força de trabalho industrial, ou seja, um trabalhador mais escolarizado e mais qualificado, que atue em grupos, em uma relação flexível como requer essa acelerada ordem de transformações. Com esse intuito, as empresas têm implementado novas propostas de gerenciamento da mão de obra, que enfatizam a cooperação através do trabalho em equipe e uma maior participação dos trabalhadores, o que torna disfuncionais os operários executores de rotinas repetitivas em um processo de produção invariável, onde persistem trabalhos menos qualificados e repetitivos. Para atender a essas demandas, as empresas estão tentando transformar a cultura dos locais de trabalho

através de projetos e programas que podem ser divididos em programas culturais, voltados a uma maior participação e integração dos funcionários, e os que buscam sedimentar e difundir a nova cultura empresarial. Foi o que se observou nas empresas enfocadas, que buscam o engajamento dos trabalhadores com os objetivos da empresa. Na fala dos gestores de RH, ficaram evidentes as estratégias utilizadas na construção de novos comportamentos e de aquisição de novos conhecimentos adequados aos propósitos da Qualidade Total.

Essa, no entanto, consiste de uma construção social mais complexa, na medida em que, atualmente, é atribuído um peso maior à socialização, ou seja, passam a ser considerados aspectos pessoais e disposições subjetivas como diferenciais de ingresso no mercado de trabalho. Inserem-se essas ações na vasta gama de programas de participação dos trabalhadores e visam a comprometê-los com o processo produtivo, estimulando formas de organização de trabalho e de tomada de decisão. Isso implica mudanças nas identidades sociais dos trabalhadores, que passam a ser definidas em termos do que tradicionalmente era desconsiderado nos ambientes produtivos, mas pertencentes à esfera da vida privada. Contraditoriamente, o que deveria favorecer as mulheres acaba por segregá-las ainda mais, na medida em que elas são as mais atingidas pelo desemprego e excluídas das oportunidades de desenvolvimento de novas habilidades.

Mesmo representando a mão-de-obra feminina um contingente importante para a economia do município, a sua inserção no mercado de trabalho continua se constituindo através de um discurso baseado nas atribuições de gênero, nas necessidades da família, em noções de habilidade e competência, que se efetiva na divisão sexual do trabalho, nos recursos da família e na própria força de trabalho. Decorre daí anos de discriminação e de submetimento feminino a estratégias diferenciadas de ingresso e de oportunidades, pela idéia de que são os homens os provedores e de que cabe à mulher o papel primário de reprodutora da vida. Nessa perspectiva, o trabalho feminino, geralmente, é de menor *status*, além de constar de trabalhos temporários, com reduzidas oportunidades de cursos e treinamentos, mesmo com níveis de escolaridade iguais. Desse modo, não se evidenciaram, nas empresas, programas que atendam às demandas femininas, à exceção dos projetos

destinados às gestantes, que, embora importantes, representam uma continuidade e um reforço na valorização do papel reprodutivo das mulheres.

Entre as várias tendências das relações de trabalho sob a égide da reestruturação produtiva, numa ótica menos otimista, está o aprofundamento da segmentação do mercado. Essa tendência vem se confirmando no município, na medida em que o ingresso do maior contingente feminino se dá em postos de trabalho temporário, em ocupações que requerem menor qualificação, com menores salários. Esta diferença salarial entre homens e mulheres é denunciada pelas trabalhadoras. Outro aspecto que segue as tendências nacionais é o perfil da mão-de-obra feminina, que, no grupo das trabalhadoras analisadas, tem características muito semelhantes às encontradas em outras pesquisas, no que se refere ao estado civil, à idade e ao número de filhos, confirmando as mudanças demográficas e geracionais apontadas em outros estudos.

Muitas foram as transformações ocorridas, na história recente, quanto ao papel da mulher, tanto em decorrência dos processos sociais que modificaram relações e sentidos profundamente arraigados na sociedade, quanto por seu ingresso no mercado de trabalho. No entanto, apesar da construção de novos marcos interpretativos da realidade feminina das últimas décadas e de terem as mulheres circulado por novos espaços, com lógicas diferentes, como é o caso dos espaços produtivos, permanecem as assimetrias em relação às oportunidades de empregos mais qualificados e de acesso a trabalhos mais bem remunerados, fatores críticos para a obtenção da independência econômica. Isso se evidencia, na medida em que a inserção das mulheres no mercado se dá numa conjuntura em que estão presentes tanto as representações sobre as mulheres como as representações e construções simbólicas das próprias mulheres.

Como se observou, as mudanças importantes acontecidas nas últimas décadas não foram suficientes para promover a debilidade de velhas convenções institucionais e, tampouco, se traduziram no alargamento das fronteiras de liberdade e em menores graus de submissão das operárias. Isso significa que há que se avançar mais, pois uma maior autonomia das mulheres é um fator importante para o desenvolvimento social, de modo que, nas últimas décadas, diversos autores e

instituições internacionais vêm ressaltando a importância da redução das desvantagens femininas.

Ao visibilizar-se a realidade vivenciada pelas trabalhadoras e suas reais oportunidades de acesso a recursos e oportunidades, observaram-se as restrições que limitam as fronteiras de seu cotidiano. Ou melhor, a vida social dessas mulheres se limita às atividades relacionadas ao trabalho, enquanto as relações sociais, fora do trabalho, se constituem por redes sociais primárias, uma vez que centradas no convívio com familiares e parentes. Embora relações constituídas por redes sociais primárias sejam importantes para a passagem a vínculos mais complexos, como os de articulação política, as entrevistadas não conseguem transpor as fronteiras dessas redes em virtude das barreiras interpostas por seus compromissos, responsabilidades, que ocupam integralmente o seu cotidiano.

Essa dificuldade na visão das trabalhadoras tem origem na falta de tempo, devido às inúmeras demandas de um cotidiano marcado pelo trabalho, que, tanto profissional como doméstico, requer a execução contínua de tarefas. No entanto, são diversos os fatores que constroem a participação feminina nos vários domínios, a começar pelas construções simbólicas das próprias mulheres. Nessas condições, embora ocupem a função de agentes de socialização, não conseguem ultrapassar as barreiras interpostas à expansão de sua sociabilidade. Contribuem para isso alguns aspectos dos processos de trabalho em que se envolvem e que trazem conseqüências de várias ordens em sua vida, além da fábrica - em sua vida familiar, afetiva, societária, etc. Também as relações de poder estabelecidas no interior da família são fortemente marcadas por assimetrias em detrimento das mulheres, que, presas às redes que conformam o seu cotidiano de múltiplas atribuições e diante de limitadas oportunidades, acabam por acomodar-se a uma situação subordinada em que permanecem obscurecidas.

O processo de trabalho contribui de modo relevante, pois as formas específicas em que se dá organização e divisão do trabalho tendem a direcionar os movimentos dos trabalhadores, terminando por automatizá-los, o que, de certa forma, anula os sistemas orgânicos físicos e mentais, ocasionando prejuízos individuais e sociais aos sujeitos que dele participam. Isso significa que a ambientação nas rotinas de

produção, que restringem a participação das trabalhadoras à execução de tarefas monótonas e repetitivas, acaba por especializar o gesto motor, com prejuízos no desenvolvimento das capacidades humanas. Essas capacidades, relevantes para o bem-estar e para a liberdade das pessoas, estão centradas na habilidade das pessoas em levar o tipo de vida que consideram valiosa, podendo incrementar suas oportunidades, tanto pela elevação da escolaridade, referido pelas entrevistadas como uma de suas limitações para a mobilidade ocupacional, quanto pela ampliação das possibilidades de desenvolvimento de novas habilidades, como também de constituir redes de sociabilidade a partir de atividades sociais.

Por outro lado, tendo, como pressuposto, que há uma estreita relação entre a qualidade de vida no trabalho e a qualidade de vida em geral, a falta de autonomia das trabalhadoras diante de um processo de produção em que as tarefas são padronizadas e formatadas, como requer o atual sistema produtivo, pode resultar na promoção, não só de um afastamento do trabalho como também da sociedade. Isso se evidencia na debilidade das suas redes de relações sociais, por consequência, na participação social das trabalhadoras, como também no seu baixo nível associativo. Ao considerar que uma rica cadeia de redes sociais é tanto o produto como a causa do desenvolvimento, são várias as implicações que decorrem dessa condição. Inicialmente, suas oportunidades reais são restritas, pois é através das redes de relações que se pode propiciar um melhor desenvolvimento de potencialidades. Assim, dada a importância, tanto das redes de relações sociais como dos ambientes em que pessoa está inserida na ampliação da sociabilidade, o afastamento social das trabalhadoras é prejudicial ao seu desenvolvimento. O prejuízo pela ausência de relações sociais mais amplas é, constantemente, referido pelas operárias, quando ressaltam as limitadas opções pessoais e a falta de habilidade em organizar o seu cotidiano e de ampliar e valorizar aspectos de convivência.

A questão do desenvolvimento social é central, no momento em que as qualificações educacionais tornaram-se relevantes e exigidas pelas estruturas ocupacionais. Diante do papel inquestionável da educação e da ação educadora da mulher como agente de socialização, que é anterior à educação formal, sua condição de vulnerabilidade social afeta, diretamente, as oportunidades das gerações futuras. Decorre daí que, enquanto as mulheres, principais mediadoras das transformações

sociais e econômicas, forem relegadas ao papel de coadjuvantes e permanecerem condicionadas culturalmente, reduzem-se sua influência e sua contribuição para as mudanças sociais.

De certa forma, o discurso das trabalhadoras evidencia vínculos com discursos anteriores que reforçam as desigualdades de gênero, estruturando o espaço social e privilegiando certos atores sociais em detrimento de outros. Ademais, as suas falas sinalizam a reprodução das desigualdades, pois, ao se reconhecerem no papel social do feminino, mesmo inconscientemente, legitimam o espaço social que ocupam, valorizando o papel masculino. Isso está presente quando entendem alguns trabalhos como masculinos e outros como femininos, ou, mesmo, quando afirmam que suas condições financeiras não lhes permitem contratar uma “faxineira”, ou seja, outra mulher para os trabalhos domésticos. Desse modo, distorcidas, as redes de causa e efeito participam do aumento das desvantagens femininas e mais: acabam por legitimá-las. Acrescente-se a isso o fato de as próprias identidades sociais serem reconstruídas a partir das formas simbólicas do contexto social em que se inserem, constituindo-se as trabalhadoras em receptoras e, simultaneamente, reprodutoras de valores sociais e de representações culturais.

Como consequência, o aumento das responsabilidades assumidas e denunciadas pelas entrevistadas denota a manutenção de um cenário de desigualdades que caracteriza suas posições sociais, afetando, diretamente, suas condições de vida e de realização. Nessa perspectiva, passa o trabalho remunerado, de fonte de liberação, a fator de intensificação das agruras do cotidiano feminino, contribuindo, em maior ou menor medida, para afastá-las das diferentes esferas sociais. Essas dificuldades, na percepção das trabalhadoras, foram acentuadas nos últimos dez anos, entendendo estarem associadas ao aumento das responsabilidades e aos baixos salários. Ou seja, para elas, as dificuldades estão relacionadas, principalmente, à intensificação dos trabalhos e às dificuldades de sobrevivência. A inconformidade com as condições de vida e a insatisfação diante das múltiplas responsabilidades é transversal às falas das trabalhadoras e segundo elas, acabam por seqüestrar suas possibilidades de maior convívio social e com a família.

As expectativas das trabalhadoras são voltadas para redução das desvantagens pessoais e profissionais, no entanto as representações contidas nos discursos evidenciam e reforçam as condições de subalternidade, que, permeadas pela dependência, acabam por aprofundar suas desvantagens. Divididas em seus sentimentos, entre a conquista que representa o ingresso no trabalho produtivo pelo reconhecimento social de suas competências e uma representação feminina construída, ao longo da história, de responsável pela reprodução social, estão em constante confrontação com os seus diversos papéis. Decorrem daí conflitos e contradições vivenciados pelas trabalhadoras, mediados por situações de ajuste ou por reconstruções que ocorrem devido às sucessivas adaptações e acomodações requeridas pelos papéis de gênero. Esse processo contínuo de adaptações e reformulações é permeado pelas representações do cotidiano, difundidas pelas instituições (como a família), num processo de mútua influência.

Como se observa, não obstante as transformações ocorridas permanecem algumas continuidades que interpõem obstáculos ao trabalho das mulheres, reduzindo sua dedicação profissional, levando-as a ocupar uma posição de inferioridade no mercado e em constante desvantagem. A consciência da posição de subalternidade é evidenciada nas falas das entrevistadas: em diversos momentos de seus discursos, elas demonstram a aceitação do papel social que lhes foi atribuído no espaço doméstico, em grande medida, pela relevância que atribuem à inserção na esfera produtiva. Os discursos, entretanto, apontam, também, a resistência das trabalhadoras ao preconceito da inabilidade feminina para trabalhos profissionais mais qualificados, não se resignando com essa condição.

Decorre dessa condição e da densificação do trabalho presente no cotidiano das operárias, que, em grande medida, constituem o perfil das mulheres trabalhadoras, que fatores contingenciais definem a participação e a qualidade dessa participação nos demais espaços sociais. Contudo, ainda que as desvantagens sejam evidentes, o ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho engendrou alterações substantivas nas relações sociais e nos contextos culturais, de tal sorte que as trabalhadoras reconhecem a esfera produtiva como de ampliação de seu espaço social. Diante desse quadro de fortes constrangimentos para a força de trabalho, especificamente, industrial-feminina, os discursos produzidos reforçam as práticas existentes,

transformando-se de acordo com o remanejamento e a redistribuição de poder que incidem sobre as subjetividades que, construídas nesse contexto, são precárias e contraditórias.

Apesar das trabalhadoras não experienciarem desigualdades de renda, oportunidades de trabalho e *status* de forma passiva, o seu desejo de entrar e se manter no mercado de trabalho, pela importância que atribuem ao trabalho produtivo, pelo seu valor social, pelo que representa financeiramente para a manutenção da família e, principalmente, por favorecer que elas se percebam como pessoas mais valorizadas e mais reconhecidas, acaba por reduzir o poder de negociação feminino na esfera doméstica. Sem estratégias para mudar as condições existentes, diante das reduzidas possibilidades de negociação, em grande parte, pelas construções simbólicas do feminino, pelo que se situam às margens do poder, acomodam-se nessa subalternidade.

Acrescente-se a isso o fato do próprio mercado se beneficiar, tanto dessa falta de perspectiva quanto das construções simbólicas provenientes das diferenças entre homens e mulheres. Dito de outra forma, as desigualdades de gênero existentes na sociedade têm origem na desqualificação do saber feminino e no valor social e simbólico do trabalho, quando se trata da questão operária – mulheres trabalhadoras potencializam a lucratividade das empresas e, como tal, o mercado zela de diversas formas por seu valor utilitário. Contribuem, ainda, para a naturalização das discriminações históricas a ausência de políticas públicas, a indiferença e a complacência da própria sociedade.

Apesar da importância do trabalho feminino no que diz respeito sua contribuição para a sobrevivência da família e do reconhecimento dessa importância para as trabalhadoras, os traços mais característicos de sua inserção no mercado são a subalternidade profissional e a complementaridade na renda familiar, que entendem como ajuda. Nessa perspectiva, o ingresso na atividade produtiva ampliou os espaços sociais das trabalhadoras. Contudo, inseridas em um contexto social que as socializou para exercer e cumprir papéis, de certa forma, renunciados, regulados e mais voltados à reprodução dos modos de vida tradicionais, as trabalhadoras se deparam com os obstáculos que não conseguem ultrapassar na busca de novos

modos de existência. Em decorrência disso, elas não conseguem romper com a condição de submissão e de subalternidade que caracterizam suas condições de vida. O custo dessa condição é não permitir que essas mulheres desempenhem o seu papel de agente de transformações sociais, tão importante quando se busca o desenvolvimento. Esse papel e sua condição de socializadoras, além da importância que as mulheres, normalmente, atribuem ao bem-estar dos filhos, poderiam transformá-las em protagonistas das mudanças sociais.

Embora oportunidades de emprego e acesso a trabalhos bem-remunerados e de qualidade sejam fatores críticos para alcançar a autonomia econômica, a desigualdade com que são distribuídos, entre homens e mulheres, os recursos, como tempo, poder e renda, aprofunda ainda mais as assimetrias. As atuais mutações do trabalho, como o estreitamento do mercado formal, a degradação das condições de trabalho e a redução progressiva dos salários constituem o cenário de inserção das trabalhadoras. Nesse contexto, o trabalho e seus efeitos estruturantes na vida social definem a participação social das trabalhadoras, que, em meio a essa realidade, ficam sem chances de uma vida mais plena, em que tenham oportunidades de atribuir certa precedência a formas de participação social significativas, de tal sorte que não vislumbram perspectivas para o futuro. Ou seja, elas se confessam incapazes de ampliar seus espaços e suas redes sociais.

Em síntese, a globalização e a reestruturação produtiva têm efeitos específicos sobre o mundo do trabalho, entre os quais os mais danosos são o desemprego, a inserção precária no trabalho e a redução de direito. Por outro lado, como se observa, alguns desses efeitos são mais marcantes sobre as mulheres, que formam um contingente numeroso da força de trabalho, ou seja, sobre as mulheres reconhecidas como talhadas para a realização de determinadas tarefas no trabalho industrial, por seus atributos tidos como especificamente femininos, tais como paciência, concentração, velocidade e precisão motora, os fatores contingenciais operam com mais força. A combinação de transformações no campo produtivo (possibilidades de reprodução do modo capitalista, ampliação do processo de acumulação) e uma condição de gênero subalterna (visão patriarcal de mundo e da história) potencializam os efeitos de condições adversas.

Em meio à busca das condições concretas de reprodução da vida, as mulheres ingressam no mercado de trabalho, movidas pela necessidade de aumentar a renda familiar pela progressiva e constante redução dos salários. Mas não se pode esquecer que a produção da vida depende da estrutura e das formas de organização social, que, nos atuais modos de utilização e gestão do trabalho, são adversas aos trabalhadores, em especial, ao sexo feminino. Nessas circunstâncias, as operárias organizam suas vidas mais voltadas ao papel a elas destinado pela sociedade (mães, donas de casa, responsáveis pelas demandas domésticas), isto é, como as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Constrangidas às condições de simples reprodução da vida, integradas na esfera produtiva com seus mecanismos de controle, vivenciam situações desagregadoras, enquanto que, na esfera privada, o cotidiano é demarcado por redes sociais primárias.

Fragilizadas em suas redes de sociabilidade, que não são imunes aos determinismos, desdobram-se no cumprimento do papel feminino de reprodução social, sendo, assim, constrangidas a conspirar para suas próprias desvantagens, pelas restrições materiais, escassez de opções e restrição de acesso ao discurso público. A persistência das desigualdades pode ser entendida como resultante das limitadas opções e recursos decorrentes das estruturas sociais, além das potenciais sanções que situam suas ações. Contribuem, para tanto, as cognições construídas por um discurso patriarcal que, apropriado pelo mercado, busca obscurecer a natureza desses arranjos, ou melhor, são as representações sociais construídas pelo discurso, com base nos obstáculos estruturais, que previnem a remoção das desvantagens femininas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís.; ABREU, Alice R. de P. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

AGNES, Clarice; HELFER, Inácio. *Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 8. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

AGUIRRE, Rosario. *Trabajo no remunerado y uso del tiempo: fundamentos conceptuales y avances empíricos*. La encuesta Montevideo 2003. CEPAL: Santiago de Chile, 2004. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/fcs/soc/Publicaciones/Libros/Archivos/LAS%20BRUJAS%2004/AGUIRRE.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2006

ALKMIN, Antônio C. Procedimentos metodológicos para la elaboración del sistema de indicadores. In: COSTA, Delaine M.; NEVES, Maria G. R. das. (Orgs.). *La condición femenina en los países del Mercosur: sistema integrado de indicadores de género em las áreas de trabajo y educación*. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.

ALMEIDA, Luciana M. B. de. *Análise do clima organizacional da empresa Metalúrgica Mor S/A*. Estágio Supervisionado. Curso de Administração. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2001.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990-2000). In: *Revista de Sociologia e Política* - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n.19. 2002.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.) *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. Perdizes: Boitempo Editorial, 2002.

ARANGO, Luz Gabriela. Família, trabajo y identidad de gênero: analogias y contrastes entre dos categorías sócio-profesionales em América Latina. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de P. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

ARRUDA, Marco. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: ARRUDA, Marco; BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. In: *Cadernos de Pesquisa* - Fundação Carlos Chagas. n. 117. p. 127-147. Nov. 2002.

ASSIS, José C. de. *Trabalho como direito*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1995. p. 65-106

BANDEIRA, Pedro S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento Regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. *Desenvolvimento Local/Regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.

BARSTED, Leila L. Gênero e desigualdades. *Cepia*, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/doc/generoedesigualdades.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2005.

BAUER, Martin W. & AARTS, B. A. Construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: Bauer, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-63.

BECK, Carmem L. C.; GONZALES, Rosa M. B.; LEOPARDI, Maria T. Técnicas e procedimentos de pesquisa qualitativa. In: LEOPARDI, Maria T. *Metodologia da pesquisa na saúde*. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 223-244.

BECKER, Dinizar F.; POHL, Hildegard H. *Ciladas da semelhança: gênero e trabalho industrial*. Santa Cruz do Sul: Inédito, 2003.

BECKER, Dinizar F. Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional. In: *Revista Redes* - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, n. 1, p. 9-55, jul. 1996.

_____. *Rede de estudos, planejamento e gestão local-regional do desenvolvimento*. Lajeado: UNIVATES, 2000.

_____. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. In: *Revista Redes* - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 6, n. 3, p. 7-46, set./dez. 2001a.

_____. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: _____ (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001b.

_____. *Competitividade: o (des) caminho da globalização econômico-financeira*. Santa Cruz do Sul: Inédito, 2001c (Versão Preliminar).

BERNARD, Paul. *La cohésion sociale: critique dialectique d'un quasi-concept*. Ottawa: Réseaux canadiens de recherche en politiques publiques, 1999. Disponível em: <<http://ww2.arts.ubc.ca/cresp/sccd.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

BLOMQVIST, Gunilla. *Gender discourses at work: export industry workers and construction workers in Chennai, Tamil Nadu, Índia*. Ph.D Thesis, Department of Peace and Development Research. Suécia: Göteborg University, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRITO, J. ; OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (Orgs.) *A Danação do trabalho*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997.

BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria R.. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. In: *Mulher e Trabalho* - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE. v. 2. 2002.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1992.

_____. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade. In: ABRAMO, Laís.; ABREU, Alice R. de P.. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998a.

_____. Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? *Latin american studies association – Eco* 19. Chicago. September 24 – 26, 1998

_____. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria I. B. da (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMARGO, Jose M. (org). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARLOTO, Cássia M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v. 3, n. 2, jan./jun., 2001. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 12 de mar. 2004.

_____. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun., 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/c-v4n2.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2004.

CARRARO, André et al. Indicadores de desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo. In: SOUZA, Nali de J. (Coord.). *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Projeto de primeiro mundo com conhecimento de trabalho do terceiro? In: *Estudos Avançados*. São Paulo. n. 7 (17). p. 34-76. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n17/v7n17a03.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão Social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2000.

CATTANI, Antonio D. Taylorismo. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CERTAU, Michel de.; GIARD, Luce.; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CESAR, B. T.; BANDEIRA, P. S., BITTENCOURT, H. R. *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social*. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/site_2001/Forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio>. Acesso em: 15 jun. 2004.

COELHO, M. Zara S. P. Texto da Comunicação sobre Análise de Conteúdo e Análise Crítica do Discurso. In: *V Congresso Português de Sociologia*, 12 a 15 maio 2004, Minho: Lisboa, Portugal. Disponível em: <www.cs.uminho.pt/sociologia/ag/v_cps.htm> Acesso em: 14 set. 2005.

COLLISCHONN, Erika. O espaço natural na região do Vale do Rio Pardo: algumas considerações. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.) *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

CONNELL, Robert W. Como teorizar o patriarcado. In: *Revista Educação e Realidade - Faculdade de Educação UFRGS*. Porto Alegre: Central de Produções/FACED/UFRGS. 16(2): p. 85-93, jul./dez. 1990.

_____. Políticas da Masculinidade. In: *Revista Educação e Realidade- Faculdade de Educação UFRGS*. Porto Alegre: Central de Produções/FACED/UFRGS. 20(2): p. 185-206, jul./dez. 1995.

CORREA, Sílvio M. de S. A poligenia étnica na formação social do espaço fronteiriço de Rio Pardo: 1750-1850. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

CORTAZZO, Inês. O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta? In: *Mulher Trabalho* - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE, v. 1, 2001.

COSTA, Dilaine M.; NEVES, Maria da Graça R. das (Orgs.). *La condición femenina en los países del Mercosur: sistema integrado de indicadores de género em las áreas de trabajo y educación*. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.

COSTA, Nilson do R. *Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social*. São Paulo: Hucitec, 1998.

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.

CRUZ, Maria H. S. Novas tecnologias e impacto sobre a mulher. In: *Revista Universidade e Sociedade* – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília: Redijo Gráfica e Editora Ltda. Ano XI, n. 27, p. 115- 126, jun. 2002.

CUNHA, Jorge L. da, *Os Colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

_____. *Rio Grande do Sul und die deutsche kolonisation : ein beitrage zur geschichte der deutsch-brasilianischen auswanderung und der deutschen siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Tese de doutorado apresentada na Universität de Hamburgo. Alemanha, 1994.

DAMÁSIO, Antônio R. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

D'ARAUJO, Maria C. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DHOQUOIS, Régine. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX) Proteção da produtora ou da reprodutora? In: MATOS, Maria I. S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

ETGES, Virgínia. E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FACCHINI, Luiz A. Por que a doença? A inferência causal e os marcos teóricos da análise. In: ROCHA, Raquel M. R.; BRUSCHINI, José T. P.I (Orgs.). *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1993. Parte I, Cap. 3, p. 33-55.

FAIRCLOUGH, Norman.; WODACK, Ruth. Análisis crítico del discurso. In: Van DIJK, Teun A. *El discurso como interacion social*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000, v. 2, Cap.10, p. 367-404.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Maria C. L. *As interfaces da análise de discurso no quadro das ciências humanas*. (2004). Disponível em: <<http://spider.ufrgs.br/discurso/article.php3>> Id article 33. Acesso em: 15 ago. 2005.

FONSECA, Tânia M. G. De mulher a enfermeira: conjugando trabalho e gênero. In: LOPES, Marta J. M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R. (Orgs). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. Trabalho e subjetividade. In: *Revista de Ciências Humanas* - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: CFH, n. 28, 2000b. p. 35-49.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. In: *Revista de Sociologia e Política* - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, n. 15, p. 83-96. Nov. 2000.

FUN, Luis Chang Chang. *Capital social y empresa*. 2004. Disponível em: <<http://www.caf.com/attach/0/default/capitalsocial-6.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2006.

GALEAZZI, Irene M. S. Precarização do trabalho. In: CATTANI, Antonio D. (Org.) *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: *Mulher e Trabalho* - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE, v. 3, 2003.

GARBARINO, James. *Children and families in the social environment*. 2. ed. New York: Aldine de Gruyter, 1992.

GARCIA, Menchu A. *Gênero y ciudadanía: análises de desafios para el Estado y el desarrollo local*. VII Congreso Internacional del CLAD sobre Reforma del Estado y de la Administración Pública. Panamá. 28 a 31/10/2003.

GARNSEY, Elizabeth.; REES, Bronwen. Discourse and Enactment: gender inequality in text and context. In: *Human Relations*. 49, 1041-1064, 1996.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem, som*. Petrópolis: Vozes, 2003.

INDÚSTRIA. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 24 ago. 2006. Ano 62 – n. 492.

PATRIMÔNIO. *Gazeta do Sul*. Santa Cruz do Sul, 24 e 25 jun. 2006. Ano 62 – n. 440.

GELLER, Rosângela. *Balanço social versus estrutura contábil e gerencial da Xalingo S/A Indústria e Comércio*. Monografia de Pós-graduação. Especialização em Controladoria. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2003.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Redes cooperativas regionais e governança. In: *Revista Redes - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 7, n. 3, p. 9-55, set./dez. 2002.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem, som*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GODINHO, Ruth et al. *Estudos de população 6*: Santa Cruz do Sul. São Paulo: CEBRAP, 1980.

GOUVEIA, Carlos A. M. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*. [1996?]. Disponível em: <<http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2004.

_____. *O modelo faircloughiano*. [1996?]. Disponível em: <<http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2004.

GRANDJEAN, Etienne. *Manual de ergonomia: adaptando o trabalho do homem*. Tradução de João Pedro Stein. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GUIMARÃES, Nadya A. Laboriosas, mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. In: *Revista Estudos Feministas - Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: CFH, 2001.

GUZMÁN, Virginia. Las relaciones de género em un mundo global. In: *Série Mujer y Desarrollo*. n. 38. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail U Sobral e Maria S. Gonçalves. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Alasta, n. 6, v. 3, 1997, p. 5-27.

_____. Globalização, trabalho e gênero. In: JERUSALINSKY, Alfredo; MERLO, A Álvaro C.; GIONGO, Ana L. e outros (Orgs.). *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2000.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Tradução de Wanda Caldeira Brandt. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOLZMANN, Lorena. Sociologia do trabalho. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi> Acesso em: 12 dez. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 out. 2002.

INVERNIZZI, Noela. Trabalhadores engajados para fábricas reestruturadas: o papel disciplinador do mercado de trabalho e as novas características do controle fabril. In: *Revista Acta Scientiarum* – Universidade Estadual de Maringá. Maringá: EDUEM, v. 24, n. 1. p. 211-222, 2002.

JACOBI, Pedro R. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KEIL, Ivete M. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. In: BAQUERO, Marcelo. *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CMDM), 2001.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J. M; MEYER, Dagmar E; WALDOW, Vera R. (Orgs). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KESSLER, Ingo P. *Constituição, desenvolvimento e extinção de micro e pequenas empresas em Santa Cruz do Sul*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, 1998.

KLARMANN, Herbert. *Região e identidade regional: um estudo da especialização e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, 1999.

_____. A industrialização e o comércio regional no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. *Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo*. Buenos Aires: [s.n.], 2000.

KOLYNIAC FILHO, Carol. Movimento humano consciente: objeto de estudo para a educação física. In: *Revista Discorpo* – Departamento de Educação Física e Esporte – PUC. São Paulo, n. 5, p. 1-104, 1995.

KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

KREBS, Ruy J.; POHL, Hildegard H. *O perfil de persistência das atividades motoras das trabalhadoras alocadas em linhas de produção*. Relatório de Pesquisa. Santa Cruz do Sul: Inédito, 2000.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAGARDE, Marcela. *Gênero y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas y horas, 1996.

LAGE, Janaina. Defasagem salarial feminina é maior na indústria, diz IBGE. *Folha Online*, Rio de Janeiro, 08 mar. 2005.

LARANJEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAUTIER, Bruno. Por uma sociologia da heterogeneidade do trabalho. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Gênero, Tecnología e Trabalho*. São Paulo: ALAST. ano 5, n. 9., 1999.

LEITE, Maria A. P. *Destruição ou desconstrução: questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEITE, Marcia de P.; RIZEK, Cibele S. *Flexibilidade e precarização do trabalho: a experiência brasileira*. Apresentação de texto e Expositora da Mesa-Redonda, XX International Congress of the Latin American Studies Association, Guadalayara. Centro de Estudos de Educação e Sociedade, 1998.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. Perdizes: Boitempo, 2002.

LISBOA, Teresa K. Um olhar por baixo do tapete: mulheres terceirizadas. In: *Mulher e Trabalho* - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE, v. 4, 2004.

LOPES, João Teixeira. Sociabilidade e consumo cultural: contributos para uma sociologia da fruição cultural. In: Congresso Português de Sociologia Económica. *Anais*. Lisboa: [s.n]. 4 – 6 março, 1998.

LOPES, Marta J. M. Divisão do trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: LOPES, Marta J. M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R. (Orgs). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOURO, Guacira L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta J. M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R. (Orgs). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MARQUES, Elisabeth K. Mulheres mais escolarizadas num mercado de trabalho que ainda reproduz o modelo da família tradicional. In: *Mulher e Trabalho* - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE, v. 4, 2004.

MARTIN, Scott B. Redes sociais e flexibilidade do trabalho: uma análise comparativa *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. São Paulo: ALAST. Ano 3, n. 6, 1997.

MARTIN, Hardy. *Gazeta do Sul*, Ano 45. Santa Cruz do Sul, julho de 1989.

MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

MAZZOLA, João M. *Análise dos programas de ginástica laboral nas empresas: um benefício para os trabalhadores ou para empresas?* Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, 2003.

MELANI, Ricardo. Motricidade sígnica. In: *Revista Discorpo* - Departamento de Educação Física e Esporte/PUC. São Paulo, n. 7, p.15-29, 1997.

MEYER, Dagmar E. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta J. M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera R. (Orgs). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MINAYO, Maria C.. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo:HUCITEC, 1999.

_____. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, 2003.

MORIN, Edgar. *Os Sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução Catarina E. R. F. Silva e Jeanne Sawaya. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MÜLLER, Geraldo. Desenvolvimento sustentável: notas para a elaboração de um esquema de referência. In: BECKER, Dinizar F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

NEVES, Maga de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria I. B. da. (Org.). *Seminário trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Anais. Campinas: ABEP, 2000.

OBERHAUSER, Ann M. et al. *Gender analysis and economic development in west Virginia*. West Virginia University, [2000]. Disponível em <http://www.polsci.wvu.edu/ipa/par/report_13_2.html> Acesso em: 10 set. 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Memória do despotismo. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 14, n. 40, 2000.

_____. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Polis - Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001. p. 40

OLIVEIRA, Zuleica L. C. de. Trabalho e gênero: a construção da diferença. In: *Mulher e Trabalho* - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: FEE, v 3, 2003a.

PAIVA, Carlos Á. Capital social, comunidade, democracia e o planejamento do desenvolvimento no RS: uma avaliação de suas possibilidades à luz de sua história. In: WITMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2004.

PAIVA, Vanila. Qualidade. Crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.) *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço; pref. e rev. Maura Pardini Bicudo Vêras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria I. S. de.; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. *Discourse analysis: investigating processes of social construction*. London: Sage Publications, 2002.

POCHMANN, Márcio. *A Década dos Mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

POSTHUMA, Anne C.. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Laís.; ABREU, Alice R. de P.. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

RAMOS, Lauro; REIS, José. G. A. Emprego no Brasil nos anos 90. In: *Textos para discussão* n. 468. IPEA. mar. 1997.

RAMOS, Marília P.; MARINO, Juan M. F. Condicionantes históricos do desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: WITMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

REIS, Carlos A. Notas sobre políticas de emprego. In: *Textos para discussão* n. 471. IPEA. abr. 1997.

REYGADAS, Luis. Fábricas com aroma de mujer. Las nuevas culturas del trabajo vistas desde la óptica de género. In: ABRAMO, Laís.; ABREU, Alice R. de P.. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

RIZEK, Cibele S.; LEITE, Marcia de P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, Laís.; ABREU, Alice R. de P.. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUEZ, Graciela. *Pronunciamento IGTN: Hearing Sociedade Civil para a XI Conferencia UNCTAD*. Palácio das Nações, UNCTAD, Genebra, 22 de abr. 2004.

ROSA, Maria I. *Usos de si e testemunhos de trabalhadores: com estudo crítico da sociologia industrial e da reestruturação produtiva*. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

RUDUIT, Sandro. Terceirização/ subcontratação. In: CATTANI, Antonio D. (Org.) *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. Reestruturação produtiva e terceirização de trabalho no Brasil: considerações sobre o estudo de uma rede de empresas em telecomunicações. In: III Congresso

Latino-americano de Sociologia do Trabalho. Buenos Aires. Anais. 17 a 20 de mai. 2000.

SANDERS, Jimmy M.; Nee, Victor. Immigrant self-employment: the family as social capital and the value of human capital. In: *American Sociological Review*, v. 61, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação*. Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 1997. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~cso5421/REDESEV2.html>> Acesso em: 18 dez.2003.

SCOTT, Jean. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade* - Faculdade de Educação UFRGS. Porto Alegre: Central de Produções/FACED/UFRGS. v. 20 (2), 1995. p. 71-99 Jul./dez.

SEBASTIANI, Raquel V. Gênero e desigualdade salarial. In: *Mulher e Trabalho - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser*. Porto Alegre: FEE, v. 3, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Prefácio. In: TITTONI, Jaqueline. *Subjetividade e trabalho*. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento com Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. Capital humano y capacidad humana. In: *Cuadernos de Economía*. Foro de economía política - Teoría Económica, 2004. Disponível em: <www.red-vertice.com/fep> Acesso em: 10 abr. 2005.

SILVA, Leonardo Mello. Trabalho e sociabilidade privada: a exclusão do outro um olhar a partir das células de produção. In: *Ver. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?scrip>. Acesso em: 08 jul. 2006

SILVEIRA, Rogério L. L. *A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul – RS: o lugar dos safristas na terra do fumo*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. A Internacionalização do setor fumageiro e o processo de urbanização em Santa Cruz do Sul. In: *Revista Agora* - Departamento de História e Geografia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 5, n. 1, p. 69- 94, jan./jun. 1999.

_____. Os trabalhadores safristas e a agroindústria fumageira: mobilidade do trabalho e acumulação de capital na produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul – RS. In: *Revista Agora* - Departamento de História e Geografia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 6, n. 1, p. 07- 39, jan./ jun. 2000.

SILVESTRE, Célia M. F.. *Família e trabalho como valores: o imaginário de mulheres jovens sobre sucesso profissional e maternidade*. VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET. 24 a 26 de outubro de 2001 - Salvador/Bahia. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/index.htm>. Acesso em: 30 set. 2006.

SIMMEL, Georg. *Sobre la individualidad y las formas sociales*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

SIRGADO, Angel P. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Revista Educação & Sociedade* - Centro de Estudos Educação e Sociedade. São Paulo: UNICAMP. ano XXI, n. 71, p. 45-78, jul. 2000.

SOARES, Vera. Acordos coletivos e as trabalhadoras. In: ABRAMO, Laís.; ABREU, Alice R. de P. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo: ALAST, 1998.

SORJ, Bila; GOLDENBERG, Mirian. Entrevista com Sheila Rowbotham. In: *Revista Estudos Feministas* - Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: CFH, v. 6, n. 2, 1998.

SOTO, William H. G.; VALENTIM, Rosa. Formação econômica da região do Vale do Rio Pardo. In: SOUZA, Nali de J. (Coord.). *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *A Crítica da razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. 6. ed. Perdizes: Cortez, v. 1, 2000.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Nali de J. de. Rumos do planejamento social. In: SOUZA, Nali de J. de (Org.). *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

STEVENSON, Chris BA (Hons). *Theoretical and methodological approaches in discourse analysis*. RMN, MSc, PhD, Nurseresearcher, 12. 2 Reader in Nursing, Teeside Centre for Rehabilitation Sciences, University of Teeside, Middlesborough, UK, 2004.

TEIXEIRA, Marina S. Brasil – Perfil Nacional. In: COSTA, Delaine M.; NEVES, Maria G. R. das (Org.). *La condición femenina en los países del Mercosur: Sistema integrado de indicadores de género em las áreas de trabajo y educación*. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. In: *Sociologias* - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. In: *Caderno de pesquisa Ritter dos Reis*. v. 4, nov. 2001. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

TUMULO, Paulo S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. In: *Educação Social*. Campinas: CEDES, v. 24, n. 82, p. 159-178, abr. 2003

Van DIJK, Teun A. *El discurso como interacción social*. Estudios del discurso: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, v. 2, mar/2000. Disponível em: <www.cs.uminho.pt/sociologia/ag/v_cps.htm> Acesso em: 14 set. 2005.

_____. *Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: [s.n.], [2000].

VARGAS Paulo R. O Insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, Dinizar. F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VÍCTORA, Ceres. G. et al. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VILLASANTE, Tomás R. *Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes, 2002.

VOGT, Olgário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1994.

_____. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário P.; SILVEIRA, Rogério L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

WAECHTER, Luis. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 24 e 25 jul. 2004. Ano 60, n. 154.

WIKIPÉDIA, A. *Enciclopédia livre*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cover>> Acesso em: 30 set. 2006.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana: 1855-2000*. Dissertação de mestrado - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2000.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: *Revista Linguagem em (Dis)curso* - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Tubarão: UNISUL. v. 4. n. especial, 2004.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

YUNUS, Muhammad. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

TRABALHO: mulheres ganham até 30% menos. *Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 03 mar. 2006*. Ano 42, n. 14.798.

ZINN, Daniel E. *Análise dos indicadores da responsabilidade social empresarial da empresa Mercur S/A*. Estágio Supervisionado III, Curso de Administração, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2005.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM GESTORES DE RH

EMPRESA:
Certificação:

1. Dados de identificação do entrevistado

1.1 Função:

1.2 Idade:

1.3 Sexo:

1.4 Nível de Instrução

1.5 Tempo de Empresa

2. Discorra sobre os projetos e/ou programas, já implantados ou não, que julgas importante.

3. Das ações, programas e projetos de promoção e prevenção da saúde

3.1 Quais os programas e/ou projetos existentes de **assistência aos funcionários**?

Quais os objetivos dos programas e/ou projetos?

Atendem a quantas pessoas?

Há quanto tempo vêm ocorrendo?

Quais as razões que levaram a formular o projeto? Por quem ou por que setor foi proposto? Foi criado na empresa?

Há algum projeto nesta área que foi implantado e que não teve continuidade? Qual o motivo de seu cancelamento?

3.2 Quais os programas e/ou projetos existentes de **assistência familiar**?

Quais os objetivos dos programas e/ou projetos?

Atendem a quantas pessoas?

Há quanto tempo vêm ocorrendo?

Quais as razões que levaram a formular o projeto? Por quem ou por que setor foi proposto? Foi criado na empresa?

Há algum projeto nesta área que foi implantado e que não teve continuidade? Qual o motivo de seu cancelamento?

3.3 Quais os programas e/ou projetos **educacionais** existentes?

Quais os objetivos dos programas e/ou projetos educacionais?

Atendem a quantas pessoas?

Há quanto tempo vêm ocorrendo?

Quais as razões que levaram a formular o projeto? Por quem ou por que setor foi proposto? Foi criado na empresa?

Há algum projeto nesta área que foi implantado e que não teve continuidade? Qual o motivo de seu cancelamento?

3.4. Quais os programas e/ou projetos **culturais** existentes?

Quais os objetivos dos programas e/ou projetos culturais?

Atendem a quantas pessoas?

Há quanto tempo vêm ocorrendo?

Quais as formas de incentivos que a empresa utiliza para os programas e/ou projetos?

Quais as razões que levaram a formular o projeto? Por quem ou por que setor foi proposto? Foi criado na empresa?

Há algum projeto nesta área que foi implantado e que não teve continuidade? Qual o motivo de seu cancelamento?

4. Quanto ao desenvolvimento pessoal

4.1 – Refira as principais ações da empresa para o desenvolvimento dos trabalhadores em geral e das mulheres em particular.

5. Quanto ao bem-estar e a satisfação

5.1 Quais as ações desenvolvidas para a promoção do bem-estar e da satisfação dos trabalhadores em geral e das mulheres em particular?

ANEXO B – ROTEIRO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL

Roteiro da entrevista individual

I – Dados pessoais

Sujeito:	Idade:
Estado civil:	O marido trabalha:
Escolaridade:	Número de Filhos:
Quantos filhos em idade escolar:	

II – Dados profissionais

Empresa:	Tempo de empresa:
Setor:	

III - Questões abertas e fechadas³⁹

a- Participação social

- 01) Como você percebe a sua participação em atividades sociais e de lazer? Por quê?
(**Objetivo:** identificar como a trabalhadora percebe a sua participação social).
- 02) Você entende que existe algum aspecto que **facilita**, ou **favorece** ou **dificulta** a sua participação nas atividades sociais e de lazer? Qual? Por quê?
(**Objetivo:** identificar como a trabalhadora percebe os efeitos da estrutura de tempo em sua participação social).
- 03) Quais são as suas atividades no final de semana, nos feriados e nas férias?
- 04) O que gostaria de fazer **com mais** frequência, nas atividades sociais e de lazer? E o que gostaria de **deixar de fazer** nas suas atividades diárias? Por quê?
(**Objetivo:** identificar como a trabalhadora percebe o seu cotidiano quanto à sua liberdade de participação).
- 05) O que gostaria que mudasse na sua vida hoje e que lhe traria satisfação? Como poderia mudar esta situação? .
(**Objetivo:** identificar como a trabalhadora percebe o seu cotidiano quanto à sua liberdade de participação).
- 06) Você julga que os seus compromissos no dia-a-dia mudaram nestes últimos dez anos? De que forma? Por quê?

³⁹ As questões fechadas foram adaptadas da pesquisa de CESAR et al. (2001): Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social.

(**Objetivo:** identificar como a trabalhadora percebe os efeitos das transformações sociais em seu cotidiano).

07) O que imagina para a sua vida futura?

(**Objetivo:** identificar quais as possibilidades e oportunidades percebidas pela trabalhadora)

08) Com que frequência você participa de associações, organizações e entidades?

Tipos de associações, organizações e entidades.	0. Nunca	1. Eventualmente (menos 1 x mês)	2. Mensalmente (1 x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1 x semana)	4. Sempre que ocorre reunião
Igreja ou Grupo Religioso					
Esportivas					
Sociedade Recreativa ou Clube Social					
Sindicato					
Partido político					
Entidade profissional					
Cooperativa					
Clube de Serviços					
Associação de Bairro					
Associação de Pais e Mestres					
Clube de Mães					
Organização Artística, Musical ou Educacional					
Outras associações					

(**Objetivo:** identificar as formas de participação social vivenciadas pela trabalhadora)

09) Com que frequência participa de atividades de lazer?

Atividades de lazer	0. Nunca	1. Eventualmente (menos x mês)	2. Mensalmente (x mês ou mais)	3. Semanalmente (mais 1 x semana)	4. Sempre que ocorre reunião
Reúne amigos em casa					
Visita parentes					
Visita colegas de trabalho					
Visita vizinhos					
Sai com parentes					
Sai com colegas de trabalho					
Sai com vizinhos					
Reúne-se com membros da mesma igreja/religião					
Participa de reuniões de associações voluntárias					
Vai a festas em clubes					
Vai a jogos ou atividades esportivas					
Participa de festas no Bairro.					
Outras atividades de lazer					

(**Objetivo:** identificar as formas de participação social vivenciadas pela trabalhadora).

b - Relações de poder

10) Com que frequência você percebe que a sua relação com a chefia tem

	0. Nunca	1. Poucas vezes	2. Eventualmente	3. Muitas vezes	4. Sempre
Colaboração ?					
Amizade ?					
Coleguismo ?					
Confiança ?					
Espaço para dar opiniões ?					
Espaço para sugestões ?					

(**Objetivo:** identificar as formas de cooperação existentes no trabalho).

11) Como você percebe as atitudes da sua chefia, quando

	0. Não satisfatória	1. Parcialmente satisfatória	2. Indiferente	3. Satisfatória	4. Muito satisfatória
Tem necessidades de se ausentar do trabalho?					
Não consegue cumprir uma meta estabelecida?					
Prefere realizar uma tarefa de forma diferente?					
Executa uma tarefa de modo incorreto?					

(**Objetivo:** identificar as relações de poder existentes no trabalho).

12) Com que frequência percebe que a sua relação com os colegas de trabalho tem

	0. Nunca	1. Poucas vezes	2. Eventualmente	3. Muitas vezes	4. Sempre
Colaboração?					
Amizade?					
Coleguismo?					
Confiança?					
Espaço para dar opiniões ?					
Troca de favores?					

(**Objetivo:** identificar as formas de cooperação existentes no trabalho).

13) Com que frequência você percebe que a sua relação em casa com o marido tem

Relação	0. Nunca	1. Poucas vezes	2. Eventualmente	3. Muitas vezes	4. Sempre
Amizade?					
Confiança?					
Participação do casal nas decisões familiares?					
Colaboração nas tarefas domésticas?					
Colaboração no cuidado com os filhos?					
Divisão das despesas domésticas?					
Espaço para opiniões ?					
Respeito às suas opiniões?					

(**Objetivo:** identificar as formas de cooperação existentes no ambiente doméstico).

14) Como você percebe as atitudes de seu marido quando

	0. Não satisfatória	1. Parcialmente satisfatória	2. Indiferente	3. Satisfatória	4. Muito satisfatória
Tem necessidade de prolongar seu horário de trabalho?					
Não consegue atender a alguma solicitação?					
Não concorda com alguma decisão?					
Discorda de suas opiniões?					

(**Objetivo:** identificar as relações de poder existentes no ambiente doméstico)

15) Com que freqüência você percebe que a sua relação em casa, com os filhos, tem

	0. Nunca	1. Poucas vezes	2. Eventualmente	3. Muitas vezes	4. Sempre
Amizade?					
Troca de segredos?					
Confiança?					
Respeito?					
Colaboração nas tarefas domésticas?					
Discussão dos problemas familiares quanto a atitudes e comportamentos ?					
Espaço para opiniões ?					

(**Objetivo:** identificar as formas de cooperação e as relações de poder existentes no ambiente doméstico).

ANEXO C - TÓPICO GUIA DE ENTREVISTA COM GRUPOS FOCAIS

Embora o tópico central esteja definido e se constitua em avaliar, dialogicamente, a percepção pelas operárias dos efeitos sociais do trabalho e suas conseqüências mais sentidas, o roteiro mínimo para a reunião dos grupos focais foi construído provisoriamente, na medida em que se pretende aprofundar questões evidenciadas na entrevista. Logo, tendo como norte o propósito de interferir minimamente no decurso da entrevista, deixando a narrativa dos participantes o mais livre possível, o trabalho constará de uma apresentação, de algumas questões guias e de questões de aprofundamento.

Introdução

Nesse encontro, buscaremos discutir como vocês percebem o trabalho, quais as opiniões que têm sobre as diversas situações vivenciadas no dia-a-dia, qual a percepção que têm sobre os efeitos do trabalho sobre a vida em geral, nas condições que estão postas e quais as conseqüências mais presentes.

Assim, gostaríamos de ressaltar a importância das informações aqui discutidas para o nosso trabalho. Talvez em alguns momentos venhamos a interromper algumas de vocês para esclarecer questões que não entendemos, ou sobre as quais permanecem dúvidas.

Questões guias

Como vocês entendem a vida do dia-a-dia em relação ao trabalho profissional e doméstico? Quando vocês pensam sobre isso, o que lembram em primeiro lugar?

Quando vocês pensam sobre as condições que têm para levar a vida, quais as situações que lembram?

Falem sobre os diversos compromissos que têm no dia-a-dia e como vocês lidam com isso.

Questões a partir das entrevistas individuais:

- a) Os vários aspectos comentados em relação ao trabalho profissional situam-no como um espaço de convivência, solidariedade, reconhecimento, aprendizado, crescimento, independência. Por outro lado, o trabalho doméstico é cansativo. Exige muito e é pouco valorizado, mas é importante para a realização da família. Vocês podem, por favor, explicar melhor essa colocação?
- b) A maioria entende que participa pouco por causa do trabalho, do corre-corre, por ficar fora a semana inteira. Como vocês supõem que isso poderia ser diferente?
- c) Para vocês a participação social é facilitada pelas amizades, pelo relacionamento em casa; e as dificuldades são o cansaço, o pouco tempo e as demandas dos filhos. Vocês poderiam explicar melhor essa afirmativa?
- d) Gostariam de ter mais tempo para si, para os filhos, ter um horário certo para tudo, sair mais e se divertir mais, já que a maioria de vocês dedica o final de semana para atender a alguns serviços domésticos e curtir a família e parentes. Nas férias viajam para visitar parentes distantes. Como vocês supõem que isso poderia ser diferente?
- e) Gostariam de ganhar mais, completar os estudos, mudar de emprego, ter próprio negócio, ter condições de atender ao que os filhos querem. Como vocês acham que podem mudar essa situação?
- f) A maioria entende que a vida mudou nos últimos anos, mudou para melhor, embora algumas enfrentem dificuldades materiais. Vocês podem dar exemplos dessas mudanças?
- g) Na expectativa para o futuro, muitas buscam uma vida mais tranqüila, um futuro melhor, aposentadorias, ver a realização dos sonhos dos filhos. Como vocês supõem que isso poderia ser?

ANEXO D - QUADRO PARA TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.

Questões orientadoras	Fala das entrevistadas	Registro das categorias
Trabalho profissional		
Trabalho doméstico		
1) Você poderia falar como percebe a sua participação em atividades sociais e de lazer? (Por quê?)		
2) Você entende que existe algum aspecto que facilita ou favorece ou mesmo que dificulta a sua participação nas atividades sociais e de lazer? (Qual?) (Por quê?)		
3) Quais são as suas atividades no final de semana, nos feriados e nas férias?		
4) O que gostaria de fazer com mais frequência, nas atividades sociais e de lazer? E o que gostaria de deixar de fazer nas suas atividades diárias? (Por quê?)		
5) O que gostaria que mudasse na sua vida hoje e que lhe traria satisfação? Como poderia mudar essa situação?		
6) Você entende que os seus compromissos no dia-a-dia mudaram nestes últimos dez anos? De que forma? (Por quê?)		
7) O que imagina para sua vida futura?		

Ilustração 13 - Quadro para transcrição de entrevistas individuais.

ANEXO F – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES EMPÍRICAS NO PROJETO DE PESQUISA

Emp.res as	Atividades Empíricas		Contatos Setor de RH		Sujeitos da pesquisa			
	Visita às empresas	Concordância de participação●	Reunião	Entrevista	Reunião	Sujeitos	Entrevista	Grupo focal
E M P R E S A U M	21/11/04●	21/11/04●		19/05/05	19/05/05			
						1	19/05/05	
						2	19/05/05	
						3	19/05/05	
						4	19/05/05	
						5	23/05/05	
					24/05/05	6	24/05/05	
						7	24/05/05	
						8	24/05/05	
			●			9	24/05/05	
						10	24/05/05	
								11/06/05
E M P R E S A D O I S	21/09/04	21/09/04●	21/09/04	13/01/05	20/05/06			
						11	23/05/05	
						12	25/05/05	
						13	27/05/05	
						14	30/05/05	
						15	01/06/05	
						16	02/06/05	
						17	03/06/05	
						18	07/06/05	
			●			19	08/06/05	
					20	09/06/05		
							18/06/05	
E M P R E S A T R Ê S	22/09/04●	22/09/04●	22/09/04		29/04/05			
						21	03/05/05	
						22	04/05/05	
						23	05/05/05	
						24	06/05/05	
						25	18/05/05	
					13/06/06	26	15/06/05	
						27	16/06/05	
						28	17/06/05	
			●			29	15/06/05	
					30	17/06/05		
							02/07/05	
E M P R E S A Q U A T R O	04/11/04	04/11/04●	04/11/04		10/06/06			
						31	16/06/05	
						32	21/06/05	
						33	20/06/05	
						34	23/06/05	
						35	21/06/05	
						36	24/06/05	
						37	28/06/05	
						38	30/06/05	
			●			39	11/07/05	
					40	12/07/05		
							29/07/05	

Ilustração 15 – Cronograma das atividades empíricas desenvolvidas no projeto de pesquisa

ANEXO G - DADOS FORNECIDOS PELAS EMPRESAS

Ano	Número de funcionários			Absentéismo		Atendimentos		Registros de acidentes trab.	
	Efetivos	Temporários	Femininos	Geral	Feminino	Médicos	Psicológicos	Geral	feminino
2001	388	-----	-----	1,42%	-----	-----	-----	0,09%	15
2002	422	-----	-----	1,59%	-----	-----	-----	0,08%	04
2003	397	-----	-----	1,39%	-----	-----	-----	0,113%	08
2004	444	-----	-----	1,27%	-----	-----	-----	0,173%	11
2005	-----	138	61	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Ilustração 16 - Perfil da Empresa um

Ano	Número de funcionários			Absentéismo		Atendimentos		Registros de acidentes trab.	
	Efetivos	Temporários	Femininos	Geral	Feminino	Médicos	Psicológicos	Geral	feminino
2001	480	27	322	1,805	-----	-----	-----	16	15
2002	396	52	270	2,334	-----	-----	-----	07	04
2003	376	44	258	2,079	-----	-----	-----	08	08
2004	318	30	236	1,559	-----	-----	-----	11	11

Ilustração 17 - Perfil da Empresa dois

Ano	Número de funcionários			Absentéismo		Atendimentos		Registros de acidentes Trab.	
	Efetivos	Temporários	Femininos	Geral	Feminino	Médicos	Psicológicos	Geral	feminino
2001	504	-----	-----	2,174%	-----	1761	-----	22	03
2002	524	-----	-----	2,227%	-----	1587	-----	35	07
2003	520	-----	-----	1,965%	-----	1463	-----	18	05
2004	489	-----	-----	2,004%	-----	1550	-----	31	04

Ilustração 18 - Perfil da Empresa três

Ano	Número de funcionários			Absentéismo		Atendimentos		Registros de acidentes Trab.	
	Efetivos	Temporários	Femininos	Geral	Feminino	Médicos	Psicológicos	Geral	feminino
2001	418	305	30%	104081,80h	-----	1871	-----	-----	-----
2002	374	272	30%	132080,60h	-----	1590	-----	-----	-----
2003	456	311	30%	197019,10h	-----	1906	-----	-----	-----
2004	485	327	30%	131484,50h	-----	1891	93	-----	-----

Ilustração 19 - Perfil da Empresa quatro

ANEXO H – BENEFÍCIOS SOCIAIS

BENEFÍCIO	Empresas			
	<i>Um</i>	<i>Dois</i>	<i>Três</i>	<i>Quatro</i>
SAÚDE				
Plano de Saúde	Sim	Sim	Sim	Sim
Assistência Médica na Empresa	Sim	-----	Sim	Sim
Atendimento Odontológico	Sim	Sim	Sim	Sim
Enfermaria na empresa	Sim	Sim	Sim	Sim
Auxílio Psicológico	Sim	-----	Sim	Sim
SOCIAL				
Associação Esportiva / Sede Social	Sim	-----	Sim	Sim
Seguro de Vida em Grupo	Sim	-----	-----	-----
Assistência Materno-Infantil - Creche	Sim	-----	Sim	-----
Transporte dos Colaboradores	Sim	Sim	-----	Sim
Sacola Econômica Sesi	Sim	-----	-----	-----
Alimentação Almoço	-----	Sim	Sim	Sim
Auxílio Farmácia	Sim	-----	Sim	-----
EDUCAÇÃO				
Cursos de aperfeiçoamento	Sim	-----	-----	-----
Cursos de Graduação e Pós Graduação	-----	-----	Sim	Sim
Cursos Técnicos e Comportamentais	Sim	-----	Sim	Sim
Cursos de Línguas	Sim	-----	Sim	-----
Curso Supletivo	-----	Sim	Sim	Sim

Ilustração 20 - Relação dos benefícios sociais oferecidos pelas empresas

ANEXO I - RESULTADOS DOS DADOS PESSOAIS

Tabela 5 – Sujeitos segundo faixa etária e empresa onde trabalham

		Empresas				
		Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Total
Faixa etária	29-33	4	3	1	2	10
	34-38	2	1	3	2	8
	39-43	0	2	3	2	7
	44-48	1	4	3	2	10
	49-53	2	0	0	2	4
	54ou+	1	0	0	0	1
Total		10	10	10	10	40

Tabela 6 – Sujeitos por nível de escolaridade e empresa onde trabalham

		Empresas				
		Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Total
Escolaridade	1º. Grau incompleto	6	4	1	3	14
	1º. Grau completo	2	2	2	3	9
	2º. Grau incompleto	1	2	1	0	4
	2º. Grau completo	1	2	6	4	30
Total		10	10	10	10	40

Tabela 7 – Sujeitos segundo o estado civil e empresa onde trabalham

		Empresas				
		Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Total
Estado civil	Casada	8	9	6	8	31
	Solteira	2	1	2	2	7
	Separada	0	0	1	0	1
	Viúva	0	0	1	0	1
Total		10	10	10	10	40

Tabela 8 – Número de filhos por sujeito e empresa onde trabalham

		Empresas				
		Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Total
Número de filhos	Não	2	2	0	3	7
	1	4	4	6	4	18
	2	3	3	4	2	12
	4	1	1	0	1	3
Total		10	10	10	10	40

ANEXO J – RESPOSTAS DAS QUESTÕES FECHADAS.

Tabela 9– Percepção da Relação com a Chefia

Percepção da relação com a chefia	Nunca		Poucas Vezes		Eventualmente		Muitas Vezes		Sempre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Colaboração	1	2,5	6	15,0	4	10,0	12	30,0	17	42,5
Amizade	1	2,5	6	15,0	5	12,5	7	17,5	21	52,5
Coleguismo	0	0,0	3	7,5	5	12,5	7	17,5	25	62,5
Confiança	0	0,0	7	17,5	5	12,5	5	12,5	23	57,5
Ter espaço para dar opiniões	2	5,0	7	17,5	3	7,5	11	27,5	17	42,5
Ter espaço para sugestões	2	5,0	4	10,0	6	15,0	13	32,5	15	37,5

Tabela 10 – Percepção das atitudes da chefia

Percepção das atitudes da chefia	Não satisfatória		Parcialmente Satisfatória		Indiferente		Satisfatória		Muito Satisfatória	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Você Tem necessidade de se ausentar do trabalho?	3	7,5	7	17,5	3	7,5	24	60,0	2	5,0
Não consegue cumprir uma meta estabelecida?	6	15,0	12	30,0	2	5,0	16	40,0	0	0,0
Prefere realizar uma tarefa de forma diferente?	5	12,5	10	25,0	7	17,5	14	35,0	1	2,5
Você executa uma tarefa de forma diferente?	15	37,5	7	17,5	7	17,5	7	17,5	1	2,5

Tabela 11 – Percepção da relação com os colegas de trabalho

Percepção da relação com os colegas de trabalho	Nunca		Poucas Vezes		Eventualmente		Muitas Vezes		Sempre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Colaboração	0	0,0	9	22,5	1	2,5	14	35,0	16	40,0
Amizade	0	0,0	3	7,5	5	12,5	13	32,5	19	47,5
Coleguismo	0	0,0	4	10,0	5	12,5	13	32,5	18	45,0
Confiança	1	2,5	10	25,0	5	12,5	13	32,5	11	27,5
Ter espaço para dar opiniões	1	2,5	9	22,5	5	12,5	12	30,0	13	32,5
Ter troca de favores	0	0,0	6	15,0	3	7,5	9	22,5	22	55,0

Tabela 12 – Percepção da relação em casa, com o marido

Percepção da relação em casa com o marido	Nunca		Poucas vezes		Eventualmente		Muitas vezes		Sempre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Amizade	1	2,5	1	2,5	0	0,0	17	42,5	14	35,0
Confiança	3	7,5	0	0,0	0	0,0	10	25,0	20	50,0
Participação do casal nas decisões familiares	0	0,0	3	7,5	1	2,5	5	12,5	25	62,5
Colaboração nas tarefas domésticas	1	2,5	10	25,0	0	0,0	8	20,0	15	37,5
Colaboração no cuidado com os filhos	2	5,0	2	5,0	1	2,5	6	15,0	20	50,0
Divisão das despesas domésticas	1	2,5	1	2,5	2	5,0	6	15,0	24	60,0
Espaço para opiniões	1	2,5	1	2,5	1	2,5	7	17,5	24	60,0
Respeito às suas opiniões	0	0,0	5	12,5	1	2,5	9	22,5	19	47,5

Tabela 13 – Percepção das atitudes do marido quando

Percepção das atitudes do marido	Não satisfatória		Parcialmente Satisfatória		Indiferente		Satisfatória		Muito Satisfatória	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tem necessidade de prolongar seu horário de trabalho	6	15,0	7	17,5	7	17,5	14	35,0	2	5,0
Não consegue atender a alguma solicitação	5	12,5	11	27,5	7	17,5	11	27,5	0	0,0
Não concorda com alguma decisão	9	22,5	7	17,5	8	20,0	10	25,0	0	0,0
Quando você discorda de suas opiniões	10	25,0	7	17,5	8	20,0	9	22,5	0	0,0

Tabela 14 – Percepção da relação em casa com os filhos

Percepção da relação em casa com o marido	0. Nunca		1 Poucas vezes		2 Eventualmente		3. Muitas vezes		4. Sempre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Amizade	0	0,0	0	0,0	1	2,5	8	20,0	23	57,5
Trocar segredos	1	2,5	3	7,5	0	0,0	11	27,5	12	30,0
Confiança	0	0,0	1	2,5	0	0,0	9	22,5	22	55,0
Respeito	0	0,0	0	0,0	2	5,0	8	20,0	22	55,0
Colaboração nas tarefas domésticas	3	7,5	6	15,0	4	10,0	6	15,0	9	22,5
Discussão dos problemas familiares quanto a atitudes e comportamentos	0	0,0	2	5,0	2	5,0	8	20,0	17	42,5
Espaço para opiniões	0	0,0	1	2,5	0	0,0	8	20,0	19	47,5

ANEXO K – GRUPOS FOCAIS

O grupo focal, como estratégia de pesquisa, utiliza encontros para obter dados sobre questões específicas de interesse da pesquisa, partindo de discussões onde os participantes têm a liberdade de expressar, à sua maneira, suas experiências, pontos de vista, crenças, valores, atitudes e representações. No presente caso, as discussões foram norteadas por questões que emergiram das entrevistas individuais.

Para a realização dos grupos focais (GF), ao contrário das entrevistas individuais que foram realizadas nas empresas, foi utilizada uma sala no espaço físico da Universidade de Santa Cruz do Sul. Essa sala foi previamente organizada e adequada para as discussões dos GF, tanto na distribuição das cadeiras em semicírculo para favorecer a participação, quanto na instalação da filmadora e de dois gravadores, equipamentos que foram distribuídos estrategicamente na sala (a autorização para filmagem e gravação constou no termo de consentimento livre e esclarecido). Para operar os equipamentos, controlar as fitas de áudio e vídeo e transcrever falas e observações, contamos com a participação de duas observadoras que acompanharam o processo de intervenção empírica.

Em virtude dos turnos de trabalho das participantes e de suas responsabilidades domésticas, as reuniões dos GF foram realizadas aos sábados à tarde (conforme cronograma da pesquisa, Anexo C). Cada encontro, de, aproximadamente, duas horas, foi dividido em três etapas, sendo a primeira composta de atividades de descontração (20 minutos), a segunda, da apresentação dos propósitos e das questões a serem aprofundadas (1h e 30 min a 2h), e a terceira, uma confraternização com lanche (de 30 a 40 minutos) antes do retorno para suas residências, com transporte disponibilizado para seu deslocamento, que as buscou e as levou após a conclusão das atividades dos grupos focais. O propósito da oferta de transporte foi não onerar as participantes com o custo de deslocamento, bem como reduzir a perda de sujeitos. Mesmo assim, como se observa nas ilustrações 20 a 23, nem todos os sujeitos compareceram às discussões. No entanto, na medida em que os grupos focais devem ser

preferencialmente compostos de seis a doze pessoas (Triviños 2001; Beck et al., 2002), as ausências não inviabilizaram o processo.

A seguir, nas ilustrações 20 a 23, que correspondem à organização dos GF das empresas *um*, *dois*, *três* e *quatro*, respectivamente, pode ser observada a disposição dos equipamentos e dos lugares que foram ocupados pelas participantes, conforme a legenda abaixo:

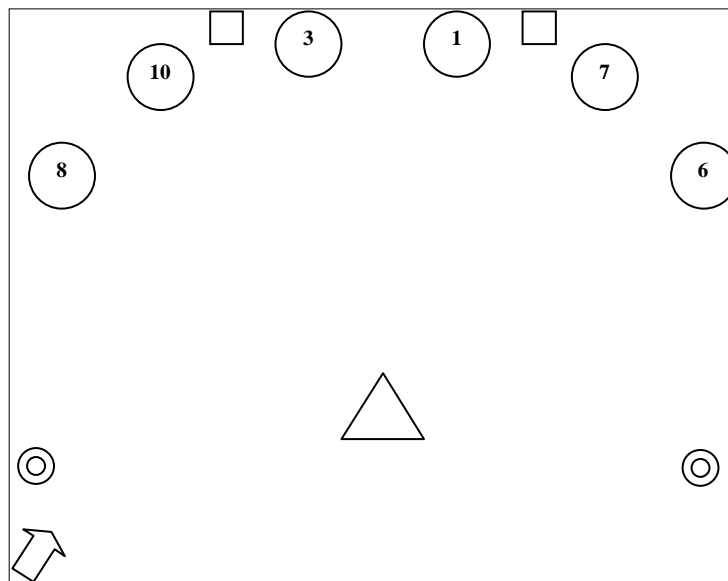
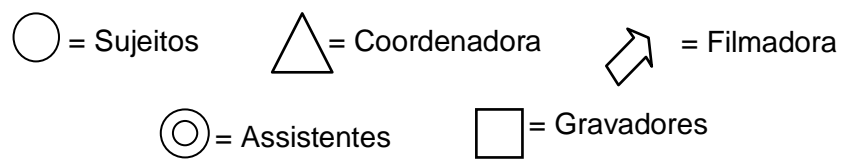


Ilustração 21- Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal realizado com as operárias da *EMPRESA UM*

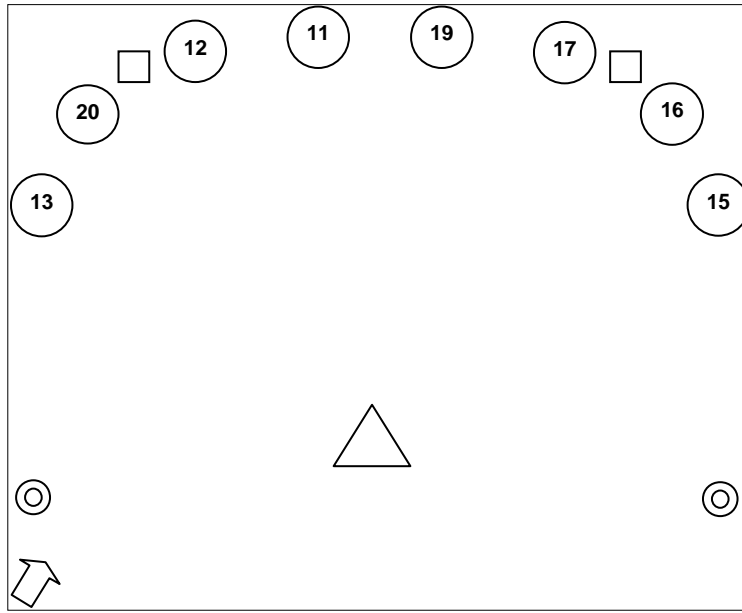


Ilustração 22- Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal realizado com as operárias da *EMPRESA DOIS*

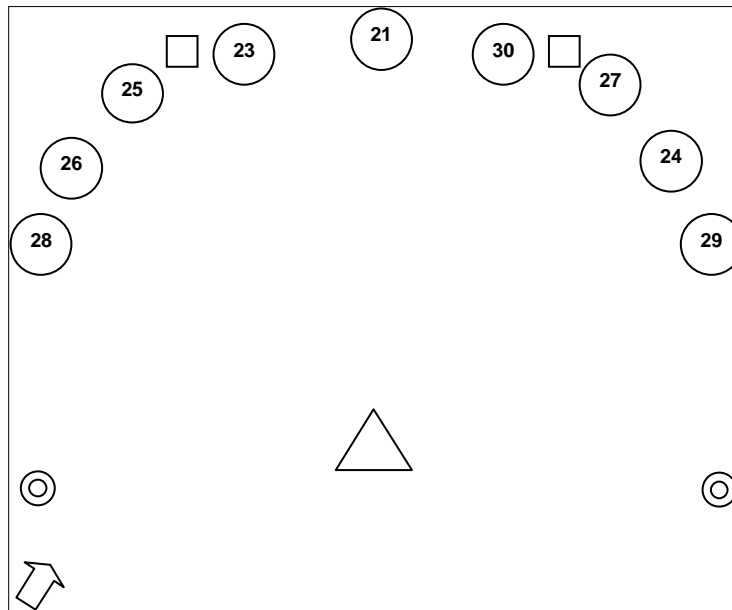


Ilustração 23- Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal realizado com as operárias da *EMPRESA TRÊS*

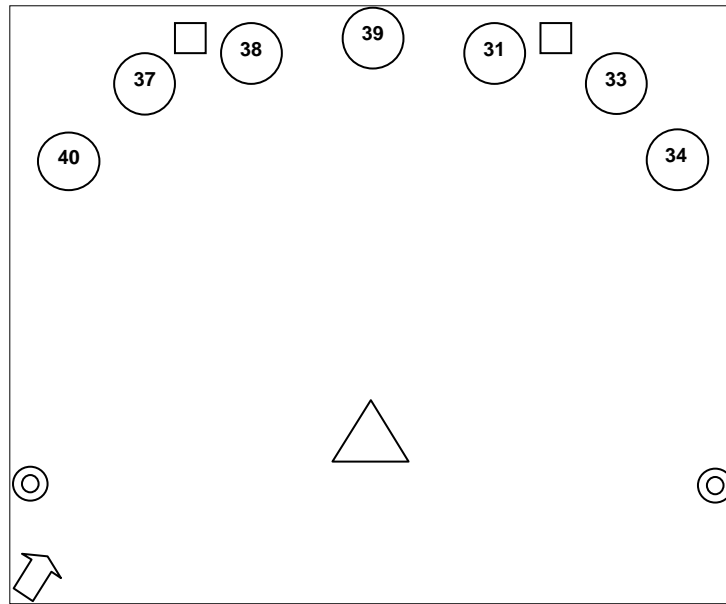


Ilustração 24- Esquema da distribuição dos sujeitos no grupo focal realizado com as operárias da *EMPRESA QUATRO*

ANEXO L - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO

Título da pesquisa: *Sociabilidade Operária: as influências do trabalho industrial na perspectiva de gênero*

Esta pesquisa tem como objetivo estudar as modificações ocorridas no trabalho e na vida de mulheres trabalhadoras da indústria, como consequência das mudanças ocorridas no processo de trabalho industrial, a partir dos anos noventa.

A pesquisa inclui conversas, entrevistas e técnicas de grupo com as trabalhadoras no local de trabalho. Será baseada, ainda, em informações coletadas nas empresas, quanto aos registros de faltas ao trabalho, aos atendimentos médicos e psicológicos, aos registros de acidentes de trabalho, bem como os registros de programas de promoção do bem-estar. Nesta perspectiva, eu,.....

....., abaixo assinado, declaro que estou ciente e fui informado(a), de forma clara e detalhada, quanto aos objetivos, e quanto à justificativa desta pesquisa. Do mesmo modo, fui esclarecido (a) sobre:

- a garantia ao esclarecimento de qualquer pergunta ou dúvida a cerca dos procedimentos e benefícios ou outras questões relacionadas ao estudo;
- de liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do trabalho, se assim desejar, sem que isso me traga qualquer prejuízo;
- da garantia de que não serei identificado (a) e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que serão mantidos todos os preceitos éticos legais, estabelecidos pela resolução 196/96, que regulamenta a pesquisa com seres humanos, durante e após o término do trabalho;
- do compromisso de acesso às informações ou todas as informações do trabalho, se assim desejar.

Declaro que contribuirei com informações ao ser entrevistado, ao ter minhas atividades registradas em fita cassetes e vídeo, ao participar das discussões sobre as questões da pesquisa, bem como que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

_____ / ____ / ____
Assinatura do Respondente Nome Data

_____ / ____ / ____
Assinatura do Pesquisador Hildegard Hedwig Pohl Data
Fone: 3711-2803

Este termo foi lido para _____ (nome do respondente) em ____/____/____ (data) por Hildegard Hedwig Pohl, enquanto eu estava presente.

_____ / ____ / ____
Assinatura da testemunha Nome Data